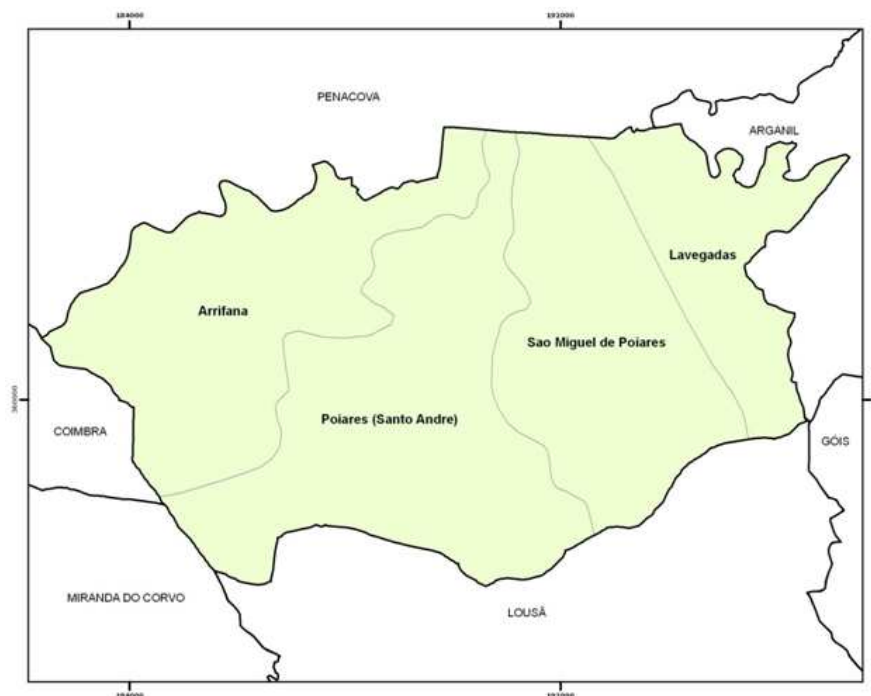


# **PMEPCVNP**

## **PLANO MUNICIPAL DE**

### **EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL**

### **DE VILA NOVA DE POIARES**





# PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

## VILA NOVA DE POIARES



### FICHA TÉCNICA

#### Realização



**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

Largo da Porta Férrea  
3049- 530 Coimbra



**Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares**

Largo da República  
3350 – 156 Vila Nova de Poiares



#### FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

##### Coordenação

A. M. Rochette Cordeiro

##### Análise/Diagnóstico

André Paciência  
Rui Leitão

##### Análise de Riscos

Fábio Cunha  
Fernando Almeida

##### Criação de Cenários

Daniel Neves

##### Cartografia

Filipe Matos  
Gonçalo Carvalho

##### Caracterização Demográfica

Rui Gama (Coord.)  
Cristina Barros  
Liliana Paredes  
Lúcia Santos  
Sandra Coelho

##### Plataforma de Suporte

Geodinâmica

##### Levantamento de Campo

David Marques  
João Nuno Nogueira

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE POIARES

##### Presidente da Câmara Municipal

Jaime Carlos Marta Soares  
João Miguel Sousa Henriques

##### Gabinete Técnico Florestal

Célia Góis

#### Agradecimentos

Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares  
GNR – Posto Territorial de Vila Nova de Poiares  
ACES Pinhal Interior Norte I  
Polícia Municipal  
Juntas de Freguesia  
Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares

Agrupamento nº 711 do Corpo Nacional de Escuteiros  
Banco de Voluntariado de Vila Nova de Poiares  
Instituições Particulares de Solidariedade Social do Município  
Empresas Privadas do Município

## Índice Geral

PARTE I .....	I
Enquadramento Geral do Plano .....	I
1. Introdução .....	3
2. Âmbito de Aplicação .....	3
3. Objetivos Gerais .....	5
4. Enquadramento Legal .....	5
5. Antecedentes do Processo de Planeamento .....	6
6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território .....	6
7. Ativação do Plano .....	7
7.1. Competências para Ativação do Plano .....	7
7.2. Critérios para Ativação do Plano .....	8
8. Programa de Exercícios .....	9
PARTE II .....	II
Organização da Resposta .....	II
1. Conceito de Atuação .....	13
2. Execução do Plano .....	18
2.1. Fase de Emergência .....	18
2.2. Fase de Reabilitação .....	19
3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades .....	19
3.1. Missão dos Agentes de Proteção Civil .....	20
3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio .....	23
3.3. Missão das Estruturas Autárquicas .....	27
PARTE III .....	29
Áreas de Intervenção .....	29
1. Administração de Meios e Recursos .....	31
2. Logística .....	33
2.1 Apoio logístico às Forças de Intervenção .....	34
2.2. Apoio Logístico às Populações .....	38
2.3. Fluxograma dos Procedimentos de Logística em Emergência .....	39
3. Comunicações .....	40
3.1. Organização das Comunicações .....	40
3.2. Organograma das Comunicações .....	44
3.3. Organograma de Redes .....	45
4. Gestão da Informação .....	46
4.4. Responsabilidades Específicas .....	50
4.5. Gestão da Informação .....	51
5. Procedimentos de Evacuação .....	52
6. Manutenção da Ordem Pública .....	56

7. Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas .....	58
8. Socorro e Salvamento.....	59
9. Serviços Mortuários .....	62
10. Protocolos .....	67
PARTE IV.....	69
Informação Complementar .....	69
Secção I.....	71
1. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal.....	71
1.1. Estrutura da Proteção Civil Municipal.....	71
1.2. Estrutura das Operações .....	73
2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil .....	79
2.1. Composição, Convocação e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil.....	79
2.2. Critérios e Âmbito para a Declaração das Situações de Alerta.....	81
2.3. Sistemas de Monitorização, Alerta e Aviso.....	82
Secção II .....	87
1. Caracterização Geral .....	87
2. Caracterização Física .....	88
3. Caracterização Socioeconómica .....	96
4. Caracterização das Infraestruturas.....	105
5. Caracterização do Risco.....	111
5.1. Análise dos Riscos mais Relevantes .....	133
5.1.1. Incêndios Florestais.....	133
5.1.2. Risco de Movimentos em Massa .....	136
5.2. Análise da Vulnerabilidade.....	138
5.2.1. Incêndios Florestais.....	138
5.2.2. Movimentos em Massa.....	143
5.3. Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco .....	145
5.3.1. Risco de Incêndio Florestal.....	145
5.3.2. Risco de Movimentos em Massa .....	148
5.3.3. Outras Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco .....	148
6. Cenários .....	153
6.1. Cenário Hipotético de Incêndio Florestal.....	153
6.2. Cenário Hipotético de Movimentos em Massa .....	161
7. Cartografia .....	167
Secção III .....	168
1. Inventário de Meios e Recursos .....	168
1.1. Base de Dados de Meios e Recursos.....	168
1.2. Equipamentos de Entidades Públicas e Instituições de Utilidade Pública .....	169
1.3. Equipamentos de Entidades Privadas .....	170
1.4. Locais de Reunião de Mortos e Morgues Provisórias.....	171



# PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL

## VILA NOVA DE POIARES



I.5. Locais de Acolhimento Provisório em Alojamento Turístico.....	172
I.6. Centros de Acolhimento Provisório .....	173
2. Lista de Contatos .....	174
3. Modelos de Relatórios e Requisições .....	175
3.1. Tipos de Relatório.....	175
3.1.1. Relatórios Imediatos de Situação .....	175
3.1.2. Relatório de Situação Geral.....	176
3.1.3. Relatórios de Situação Especial.....	180
3.2. Modelos de Requisição.....	182
4. Modelo de Comunicado .....	183
5. Lista de Controlo de Atualização do Plano.....	184
6. Lista de Registo de Exercícios do Plano.....	184
7. Lista de Distribuição do Plano .....	185
8. Legislação.....	186
9. Bibliografia .....	189
10. Glossário .....	191
Siglas .....	193
Índice de Figuras.....	195
Índice de Quadros .....	197



# PARTE I

## Enquadramento Geral do Plano





## I. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares (adiante designado abreviadamente por PMEPCVNP) é um documento que define as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários Agentes de Proteção Civil (APC) e Organismos e Entidades de Apoio (OEA) a empenhar em operações de proteção civil. A reposição da normalidade nas áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.

Este é um plano geral, pois foi elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que possam vir a afetar o território do Município de Vila Nova de Poiares. Neste pressuposto, o plano será ativado em função da gravidade dos eventos e da necessidade de resposta à emergência e reposição da normalidade em caso de fenómenos meteorológicos adversos, incêndios florestais, movimentos de massa, acidentes graves de trânsito, colapso de estruturas ou cheias e inundações.

O PMEPCVNP, será revisto uma vez a cada dois anos<sup>1</sup> ou sempre que existam alterações pertinentes fruto da sua aplicação prática em exercícios ou em situações reais de emergência. Pode igualmente ser motivada pela perceção de novos riscos, pela identificação de novas vulnerabilidades, pela existência de informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de carácter técnico e científico, pela mudança dos meios e recursos disponíveis, pela alteração dos contatos das diversas entidades envolvidas no Plano ou por mudanças do quadro legislativo em vigor.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares é, por inerência, o diretor do PMEPCVNP e Presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil. Na sua ausência, o seu substituto legal é o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares. O Comandante Operacional Municipal (COM) não se encontra nomeado à data da elaboração do PMEPCVNP. No entanto, neste documento estão salvaguardadas todas as competências legais que lhe estão atribuídas, caso no futuro este seja nomeado. Até à data da sua nomeação as suas competências estão legadas ao Diretor do Plano.

## 2. Âmbito de Aplicação

O âmbito de aplicação do PMEPCVNP é a totalidade territorial do Município de Vila Nova de Poiares (Figura 1), ou seja, uma área com cerca de 100,4 km<sup>2</sup>, subdividida em quatro freguesias, nomeadamente Arrifana, Lavegadas, Poiares (Santo André) e São Miguel de Poiares.

O PMEPCVNP apresenta-se como uma síntese de normas e procedimentos delineados de modo a que os diversos APC e OEA agilizem as suas missões, de acordo com as suas atribuições e competências, disponibilizem os seus meios e recursos e contribuam na prossecução dos objetivos deste plano, de forma articulada e sob a coordenação do diretor do plano. O Plano destina-se à resposta à emergência decorrentes dos riscos com origem natural, mista e antrópica com possibilidade de atingir o Município de Vila Nova de Poiares e de organizar a capacidade de recuperação e resiliência do território.

<sup>1</sup> De acordo com a Resolução n.º25/2008, de 18 de Julho.

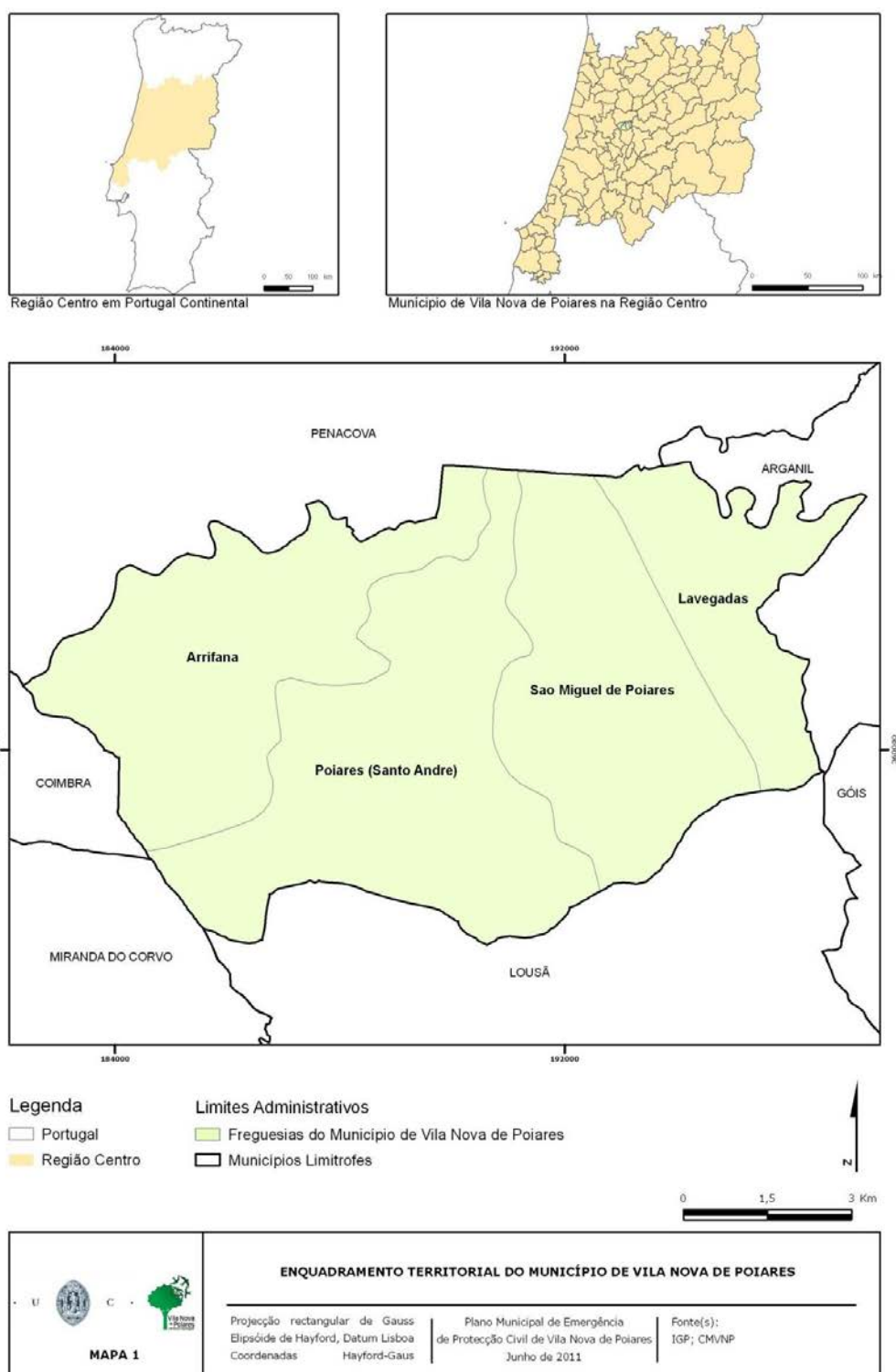


Figura 1 - Enquadramento Territorial do Município de Vila Nova de Poiares.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Os limites administrativos municipais utilizados neste documento correspondem aos limites do PDM em vigor.

### 3. Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do PMEPCVNP visam:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações de coordenação relativamente ao modo de atuação dos vários Agentes de Proteção Civil e dos Organismos e Entidades de Apoio a empenhar nas operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Mobilizar os meios e recursos disponíveis e previamente inventariados para atuarem num acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Garantir que as entidades envolvidas no Plano mantenham o grau de preparação, de prontidão e mobilização necessários à gestão da emergência;
- Promover a informação das populações, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

Neste contexto, os responsáveis dos serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares (CMVNP), os Agentes de Proteção Civil Municipal e outros organismos e entidades de apoio, deverão conhecer e responsabilizar-se de tudo quanto este documento preconiza, nomeadamente, no que diz respeito à situação, à missão, ao conceito de atuação e às atribuições de cada um, não só durante a fase de emergência, mas também na fase reabilitação, cruciais ao eficaz desempenho operacional.

### 4. Enquadramento Legal

#### Legislação Estruturante

- *Lei nº 65/2007, de 12 de novembro* – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil e competências do Comandante Operacional Municipal;
- *Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de julho*, alterado pelo *Decreto-Lei nº 73/2013, de 31 de maio* – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);

- *Lei nº 27/2006, de 3 de julho* – Lei de Bases da Proteção Civil
- *Lei Orgânica n.º 1/2001, de 30 de novembro* – Transferência de competências dos Governos Cívicos e dos Governadores Cívicos para outras entidades da Administração Pública
- *Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro* - Transferência das competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública
- *Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de julho* – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.

## 5. Antecedentes do Processo de Planeamento

Não existe informação disponível sobre o anterior processo de planeamento no Município de Vila Nova de Poiares, nomeadamente no que concerne a uma anterior versão do plano de emergência de primeira geração.

O presente Plano foi elaborado tendo em conta a Resolução nº 25/2008, de 18 de Julho, tendo sido sujeito a consulta pública nas suas componentes não reservadas, durante um período de 30 dias seguidos a partir da data de 24 de Fevereiro de 2011, não se verificando quaisquer contributos. Posteriormente, a Comissão Municipal de Proteção civil (CMPC) emitiu parecer favorável à versão final deste Plano em 27 de Julho de 2011, tendo sido de seguida submetido a apreciação da ANPC, para posterior envio à CNPC. Por desadequação de conteúdos, o atual plano careceu de ajustes e correções. Neste enquadramento, a Câmara Municipal foi notificada para proceder às correções devidas e consideradas convenientes, motivo desta nova abordagem e motivo desta versão de fevereiro de 2014.

## 6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

A articulação do PMEPCVNP com os instrumentos de planeamento de âmbito municipal, na ausência de informação sobre a eventual existência de Plano Municipal de Emergência da 1.ª geração, baseou-se na abordagem do risco de incêndio florestal no Município de Vila Nova de Poiares, através da informação descritiva e cartográfica do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), em particular na cartografia de Perigosidade, Risco de Incêndio e Prioridades de Defesa. O Plano Operacional Municipal, subsidiário do PMDFCI agiliza procedimentos de atuação na vigilância e combate para este risco específico.

A articulação com os instrumentos de gestão do território verifica-se principalmente no contributo do Plano Diretor Municipal (PDM), especificamente através da Carta de Condicionantes, a qual foi tida em conta na estreita medida em que a revisão do PDM deve verter as condicionantes que concorram para a concretização do PMEPCVNP e, por seu turno, o atual plano utiliza informações estruturantes para a sua operacionalidade.

Foram também integradas informações constantes do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROTCentro), aprovado recentemente e do Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Coimbra, que à data de elaboração deste Plano se encontra em fase final de revisão. Além destes instrumentos de planeamento, o PMEPCVNP procura interligações com os instrumentos de planeamento dos municípios limítrofes (Arganil, Coimbra, Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penacova) no sentido de poderem ser adotadas medidas cautelares preventivas e de apoio mútuo necessário, tendo em conta que os limites administrativos não evitam impactos nas áreas vizinhas. Esta articulação permitirá a tomada de decisão dos responsáveis relativamente à ativação dos respetivos PMEPC, face à natureza da ocorrência e o seu provável desenvolvimento, com reflexo na articulação operacional no TO.

## **7. Ativação do Plano**

### **7.1. Competências para Ativação do Plano**

Compete à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) a ativação e desativação do PMEPCVNP. A CMPC é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares e Diretor do Plano ou, na sua ausência, pelo Vice-presidente que proporá desencadear as ações de proteção civil tendentes à resposta à emergência com a cooperação de todos os agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio. A desativação do PMEPCVNP ocorrerá quando verificadas condições mínimas de segurança e normalidade de funcionamento dos serviços, redes e atividade económica e será proposta pelo Diretor do Plano em sede de CMPC que a ratificará. Ainda, em circunstâncias de emergência e manifesta necessidade de imediata de ativação do PMEPCVNP, a CMPC de Vila Nova de Poiares pode deliberar a sua ativação com 1/3 dos elementos que a compõe, devendo, contudo, logo que possível ser ratificada pelo plenário da CMPC.

Os meios a utilizar para a publicitação da ativação e de desativação do PMEPCVNP deverão ter em conta a extensão territorial da emergência e a gravidade da situação. Deste modo, deverão ser privilegiados os órgãos de comunicação social locais (Rádio Santo André – 100.5 MHz) e a divulgação no sítio de Internet da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares ([www.cm-vilanovadepoiares.pt](http://www.cm-vilanovadepoiares.pt)).

Com a ativação do PMEPCVNP são acionados os serviços municipais, em particular o serviço municipal de proteção civil, em reforço dos APC e OEA. O Diretor do Plano, assume a direção política das operações e a CMPC coordenação institucional necessária ao apoio às operações: Os meios e recursos a mobilizar e existentes no município, são dos respetivos APC E OEA e serão solicitados meios distritais em função da carência e da excecionalidade do evento, segundo o princípio da subsidiariedade previsto na Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC).

A desativação do PMEPCVNP e a gradual e a consequente desmobilização de meios e recursos operacionais, ocorrerá logo que esteja assegurada a reposição mínima da normalidade nas áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe, mediante deliberação da CMPC de Vila Nova de Poiares, que poderá ser precedida de um entendimento entre o Diretor de Plano, o Comandante Operacional Municipal

(COM) e o SMPC. Deste modo, cada entidade desenvolve os mecanismos internos para que sejam desativados os procedimentos extraordinários adotados, mantendo os procedimentos, meios e recursos considerados mínimos essenciais à contínua monitorização dos impactes do evento perigoso, do garante de abastecimento de bens às populações carenciadas e gradual restabelecimento das redes e infraestruturas básicas e de continuidade da atividade socioeconómica.

A publicitação da desativação do PMEPCVNP deve ser feita através dos órgãos de comunicação social locais e regionais, através de editais e a divulgação no sítio de Internet da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares.

De salientar que no processo de ativação e desativação do PMEPCVNP deve ser dado conhecimento à estrutura distrital de proteção civil (CDOS de Coimbra) e aos municípios adjacentes.

## 7.2. Critérios para Ativação do Plano

Os critérios para ativação do Plano divergem consoante a natureza dos acidentes ou catástrofes e com a gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis. Contudo, é critério de ativação do PMEPCVNP sempre que no Município se verifique a iminência ou ocorrência de situações de acidente grave ou catástrofe definidos no art.º 3.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho.

Consideram-se os seguintes pressupostos de ativação do Plano, assentes na gravidade ou potencial gravidade e da previsão de duração do evento perigos, os quais contribuem para o processo de tomada de decisão pela Comissão Municipal de Proteção Civil:

**Na População (nº de vítimas):** Quatro feridos; dois mortos; três desaparecidos; cinco desalojados e dez isolados.

**Nos Bens e Património:** Danos totais ou parciais em habitações que inviabilizem a sua utilização a curto prazo; Danos totais ou parciais em edifícios públicos, que inviabilizem a sua utilização a curto prazo; Danos totais e irreversíveis em edifícios e monumentos classificados, que exijam medidas excecionais.

**Nos Serviços e Infraestruturas:** Suspensão do fornecimento de água potável por um período superior a 24 h; Suspensão do fornecimento de energia por um período superior a 24 h; Suspensão do serviço de telecomunicações por um período superior a 24 h; Danos totais ou parciais em vias rodoviárias essenciais à atividade do Município.

**No Ambiente:** Incêndios em zonas florestais com duração superior a 12 h; Destruição de zonas florestais superiores a 100 ha; Descarga de matérias perigosas em recursos aquíferos; Fuga ou derrame de matérias perigosas no ar ou no solo.

A ocorrência de outras situações danosas ou potencialmente danosas, que não estando previstas neste Plano, que produzam danos severos na população e na atividade económica do Município e, que por deliberação da maioria dos membros da CMPC justifique a ativação do PMEPCVNP, são também assumidas como critérios de ativação.

Como critério de desativação do PMEPCVNP, este será por deliberação da CMPC, quando seja verificado o gradual restabelecimento das condições de segurança, sanitárias e de saúde pública, do garante qualidade de vida, do funcionamento de infraestruturas viárias, das redes de água, gás, energia e telecomunicações necessárias para a continuidade dos serviços públicos e da atividade socioeconómica.

## 8. Programa de Exercícios

Em função do atual enquadramento legal, o PMEPCVNP será regularmente testado através de exercícios (CPX, TTX ou LivEX), que pretendem simular situações de acidente grave ou catástrofe geradoras de situações que exigem resposta à emergência em função dos cenários previstos. Neste âmbito será realizado um exercício de teste ao Plano nos 180 dias seguintes à sua aprovação em sede de CNPC.

O planeamento e realização de exercícios permitem testar o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, assim como criar rotinas e agilizar os procedimentos a adotar em situação de emergência. Deverá ser efetuado um exercício anual, sendo que, como proposta, nos anos pares o exercício deverá ser do tipo CPX (Exercício de Posto de Comando, sem meios no terreno) e nos anos ímpares do tipo LivEX (Exercício de Ordem Operacional com meios no terreno).





# PARTE II

## Organização da Resposta



## I. Conceito de Atuação

O Presidente da Câmara, ou o seu substituto legal, no uso das competências e atribuições que legalmente lhe estão instituídas no âmbito da direção e coordenação das operações de proteção civil, promoverá todos os esforços para que os serviços municipais autárquicos, os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio, disponham das condições indispensáveis para assegurar o conjunto das ações a desenvolver e desempenhem cabalmente as missões que lhes estão cometidas no âmbito da resposta à emergência e na fase de reabilitação.

Em situação de acidente grave ou catástrofe, cabe ao Diretor do Plano dirigir as operações de proteção civil e criar as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e dos recursos disponíveis no Município ou que venha a solicitar, requisitar e obter para reforço das ações a desenvolver durante e após a emergência. Assim, o Diretor do Plano articula-se institucionalmente com os diferentes atores nas operações em sede de CMPC e articula-se com o Comandante das Operações de Socorro e com o COM, quando nomeado, nas operações de proteção e o socorro, no que se reporta ao sistema de gestão das operações, como previsto no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, através de um conjunto de estruturas, normas e procedimentos, de natureza permanente e conjuntural, que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

Consoante o tipo de ocorrência, os diferentes Agentes de Proteção Civil possuem competências próprias cujo objetivo passa pela proteção de pessoas, património e ambiente, prevenindo as situações que os coloquem em perigo e mitigando sempre as suas consequências. No âmbito da proteção civil, temos definido uma arquitetura organizacional que passa pela identificação de estruturas de Direção, Coordenação e Comando. Devendo esta arquitetura organizacional variar consoante a escala administrativa. A escala municipal compreende a seguinte estrutura (Quadro 1, Figura 2 e Figura 3):

Quadro 1 - Arquitetura organizacional da Proteção Civil de Vila Nova de Poiares.

ENTIDADES/ÓRGÃOS		ATRIBUIÇÕES
ESTRUTURA DE DIREÇÃO POLÍTICA	Presidente da Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício das funções para que foi investido, nomeadamente como responsável municipal de proteção civil e autoridade municipal nesta matéria, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil, de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso.</li> <li>• O Presidente da Câmara Municipal preside à Comissão Municipal de Proteção Civil.</li> <li>• O Presidente da Câmara Municipal é apoiado pelos serviços autárquicos e em particular pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, pelos agentes de proteção civil e pelos organismos e entidades de apoio.</li> <li>• Compete ao Presidente da Câmara Municipal declarar a situação de alerta municipal.</li> </ul>

(Continua)

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Comissão Municipal de Protecção Civil	<b>ATRIBUIÇÕES</b>
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Determinar a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, bem como acompanhar a sua execução, dar parecer e remeter para aprovação à Comissão Nacional de Protecção Civil.</li><li>• Acompanhar as políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos.</li><li>• Determinar o acionamento dos Planos, quando tal se justifique.</li><li>• Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de protecção civil.</li></ul>
		<b>COMPOSIÇÃO</b>
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Presidente da Câmara Municipal;</li><li>• Vice-Presidente da Câmara Municipal</li><li>• Comandante Operacional Municipal (quando nomeado);</li><li>• Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;</li><li>• Coordenador da Polícia Municipal</li><li>• Comandante do Posto Territorial da GNR de Vila Nova de Poiares;</li><li>• Delegado de Saúde do município de Vila Nova de Poiares;</li><li>• Representante do Instituto de Segurança Social, I.P. – Serviço Local de Vila Nova de Poiares;</li><li>• Presidente da Junta de Freguesia de Poiares Santo André</li><li>• Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Poiares</li><li>• Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana</li><li>• Presidente da Junta de Freguesia de Lavegadas</li><li>• Gabinete Técnico Florestal do Município de Vila Nova de Poiares</li></ul> <p>Contudo, dependendo da gravidade e do tipo de ocorrência, poderão ser chamados a integrar subcomissões permanentes da CMPC, representantes de outras entidades que tenham como objeto o acompanhamento contínuo das situações e das ações de proteção civil, designadamente nas áreas de segurança contra inundações, incêndios, acidentes biológicos ou químicos.</p>
		<b>LOCAL DE FUNCIONAMENTO</b>
<p>O local de funcionamento da Comissão Municipal de Protecção Civil é no Centro Municipal de Protecção Civil, sendo local alternativo o Centro Cultural de Vila Nova de Poiares.</p>		

(Continua)

ENTIDADES / ÓRGÃOS		ATRIBUIÇÕES
ESTRUTURAS DE COMANDO	Comandante Operacional Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar permanentemente as operações de protecção e socorro que ocorram na área do Município;</li> <li>• Promover a elaboração dos Planos Prévios de Intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;</li> <li>• Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;</li> <li>• Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no Plano Municipal de Emergência, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.</li> </ul>
ESTRUTURAS DE COMANDO	Comandante do Corpo de Bombeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o funcionamento e operacionalidade da estrutura operacional do respectivo Corpo de Bombeiros;</li> <li>• Garantir a manutenção, em regime de prevenção e alerta no quartel, de uma força de intervenção operacional, constituída em função da natureza e nível de riscos a prevenir;</li> <li>• Garantir a protecção e socorro oportunos, bem como a prontidão dos meios operacionais atribuídos;</li> <li>• Assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção;</li> <li>• Mobilizar, atribuir e empregar o pessoal e os meios indispensáveis e disponíveis do Corpo de Bombeiros à execução das operações.</li> </ul>

(Continua)

ENTIDADES / ÓRGÃOS		ATRIBUIÇÕES
ESTRUTURAS DE COMANDO		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento do TO e comunicação do resultado ao CDOS - Coimbra;</li> <li>• Coordenação dos meios das várias entidades e organismos presentes no TO;</li> <li>• Informar o CDOS - Coimbra dos pontos de situação regulares durante a intervenção e resultados obtidos, bem como da retirada das várias forças do TO;</li> <li>• Propor ao CDOS - Coimbra o reforço de meios operacionais ou de suporte logístico;</li> <li>• Solicitar às autoridades policiais, quando necessário, a criação de perímetros, zonas ou áreas de segurança;</li> <li>• Requisitar temporariamente quaisquer bens móveis indispensáveis às operações de protecção civil e socorro e os serviços de pessoas válidas;</li> <li>• Ocupar as infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da organização de comando e controlo e meios de intervenção;</li> <li>• Utilizar imediatamente quaisquer águas públicas e, na falta destas, as de particulares, necessárias para conter ou evitar danos;</li> <li>• Solicitar, dando conhecimento ao CDOS - Coimbra, o accionamento dos órgãos do sistema de protecção civil, ao nível municipal, legalmente constituídos;</li> <li>• Em articulação com o CDOS - Coimbra, fornecer em exclusivo aos órgãos de comunicação social a informação oficial sobre a ocorrência, devendo limitar-se à informação das operações de protecção civil e socorro, não devendo imiscuir-se em informações de âmbito policial que são da exclusiva competência das forças de segurança com responsabilidade na área da ocorrência.</li> </ul>
	Comandante das Operações de Socorro	

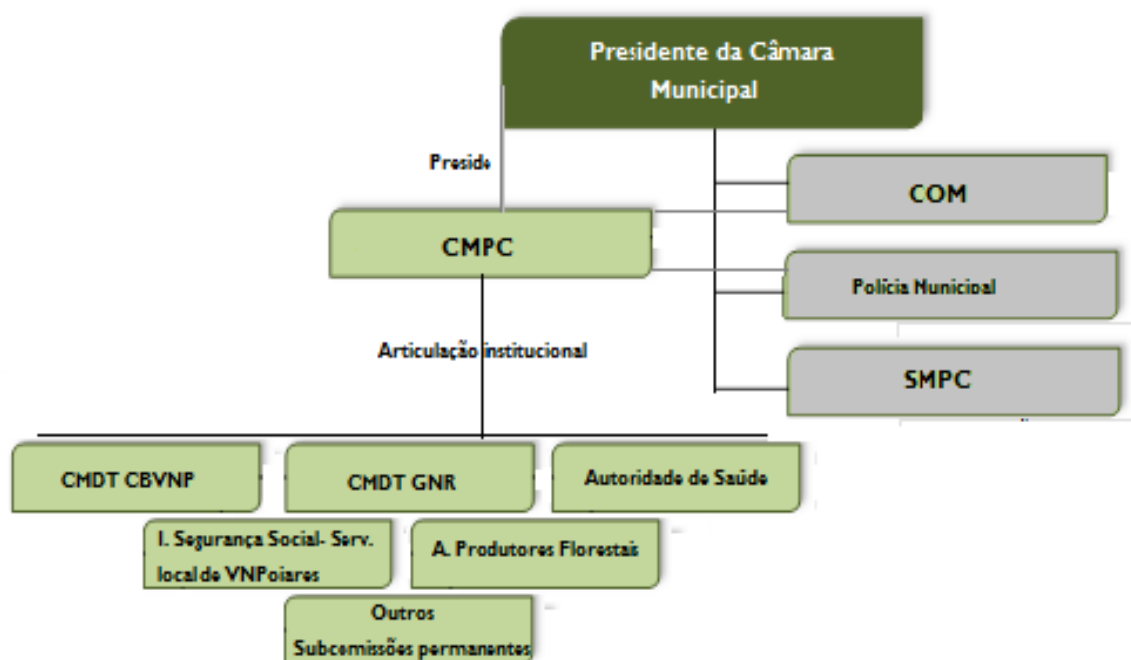


Figura 2 – Organização institucional nas operações de proteção civil.



Figura 3 – Articulação institucional e operacional nas operações de proteção civil.

## 2. Execução do Plano

As operações de proteção civil deverão ser efetuadas de modo a assegurar a criação das condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado, não apenas de todos os meios e recursos disponíveis como também dos meios de reforço externos que venham a ser obtidos. Para este fim, estabelecem-se para as duas fases de desenvolvimento da ação (emergência e reabilitação) as medidas a adotar em cada uma delas. O PMEPCVNP deverá ainda garantir a articulação com os Planos de Emergência de nível superior, tendo por base os mesmos pressupostos.

### 2.1. Fase de Emergência

Na Fase de Emergência, o Presidente da Câmara, no uso das suas competências e responsabilidades, convoca a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) e propõe a ativação do PMEPCVNP, tendo como referência os critérios estabelecidos. As primeiras horas são cruciais no empenhamento célere, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis e os de reforço distrital eventualmente empenhados, enveredando todos os esforços para a realização das ações de socorro e assistência às populações e de apoio logístico às forças de intervenção.

Os APC e OEA, como forças intervenientes nas operações na fase de emergência, articulam-se institucionalmente com a CMPC, com o apoio do SMPC e coordenam-se com o COM, quando nomeado. Operacionalmente as forças intervenientes articulam-se com o COS que comanda as operações de proteção e socorro e é sempre consultado em situação de evacuações e de reforço logístico.

As ações prioritárias a desenvolver, nesta fase, pelos APC e OEA são:

- Promover o socorro rápido às populações em perigo;
- Proceder às evacuações necessárias das populações em risco;
- Avisar às populações em perigo/risco e isolar e sinalizar as áreas afetadas criando perímetros de segurança;
- Decidir em cada momento as ações mais convenientes em função da emergência e a aplicação das medidas de proteção, tanto para a população como para os vários agentes intervenientes na emergência;
- Coordenar a atuação dos meios de socorro, controlando as prioridades na missão de socorro, considerando em primeiro lugar as pessoas em perigo e risco, a proteção dos bens patrimoniais e o controlo ambiental;
- Controlar os sinistros combatendo os incêndios, resgatando as vítimas, controlar as inundações, as fugas e derrames de matérias perigosas e proceder à evacuação primária e secundária de feridos e à busca de desaparecidos;
- Instalar provisoriamente as populações desalojadas e deslocadas e garantir a assistência com a satisfação das necessidades humanas básicas, nomeadamente adequando medidas para o transporte, alojamento, agasalho e alimentação das populações evacuadas;



- Difundir, através da comunicação social ou por outros meios, os conselhos e medidas a adotar pelas populações em risco;
- Assegurar a manutenção da lei e da ordem e garantir a circulação nas vias de acesso necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco;
- Informar a estrutura distrital (CDOS de Coimbra) sobre a evolução da situação e solicitar apoios e meios de reforço necessários;
- Garantir a transmissão de informação operacional e institucional através das redes disponíveis;
- Garantir o apoio às forças de intervenção necessário ao cumprimento das suas missões, nomeadamente o abastecimento de combustíveis e fornecimento de alimentação.

## 2.2. Fase de Reabilitação

A fase de reabilitação caracteriza-se pelo conjunto de ações e medidas de recuperação destinadas à reposição da normalidade das condições de vida das populações atingidas e da atividade económica.

Assim, na fase de reabilitação, desenvolvem-se as seguintes ações:

- Repor as condições de segurança nas áreas afetadas e avaliar e garantir as condições sanitárias e de saúde pública;
- Repor a funcionalidade e qualidade das redes de abastecimento de água e energia, comunicações e bens essenciais para o retorno gradual das populações deslocadas e para o funcionamento da atividade económica;
- Adotar as medidas necessárias à reposição da funcionalidade dos serviços públicos essenciais e reparação ou reconstrução das infraestruturas viárias;
- Promover a salvaguarda dos bens da população deslocada e do património cultural e histórico;
- Proceder à avaliação e quantificação dos danos pessoais e materiais;
- Elaborar um relatório sobre as operações realizadas.

## 3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades

Nas operações de proteção civil os agentes de proteção civil e os organismos e entidades de apoio envolvidos têm competências e atribuições próprias que legitimam as suas missões a desenvolver, em cada área de intervenção.

Assim, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, os Agentes de Proteção Civil no Município de Vila Nova de Poiares são:

- Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;
- GNR - Posto Territorial de Vila Nova de Poiares;
- Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares - ACES Pinhal Interior Norte I.

Os organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações são todos aqueles serviços e instituições, públicos ou privados ou com especial dever de cooperação nas operações de proteção civil, que em articulação com os agentes de proteção civil, e de acordo com as suas competências e capacidades específicas em domínios específicos com interesse para a prevenção, atenuação, socorro e assistências às pessoas, bem como no apoio à reparação de maquinaria e viaturas, fornecimento de bens, equipamentos e serviços, tendo em vista garantir a operacionalidade das forças de intervenção e a salvaguarda dos bens e do ambiente. Entre eles contam-se:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;
- Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra – Serviço Local de Vila Nova de Poiares;
- Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares;
- Polícia Municipal;
- Agrupamento nº 711 do Corpo Nacional de Escuteiros (Adiante designados Escuteiros);
- Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades
- Empresas fornecedoras de bens e serviços.

Em função da necessidade de acompanhamento contínuo das situações de emergência e de intervenção em ações de proteção civil, poderão ser chamados a intervir e cooperar nas operações outros organismos e entidades consideradas relevantes para o efeito, constituindo, de acordo com a LBPC, subcomissões permanentes. Assim estas subcomissões atuam em articulação com a CMPC.

### 3.1. Missão dos Agentes de Proteção Civil

A fase de emergência caracteriza-se pelo cumprimento de missões de resposta imediata às necessidades de socorro e assistência às populações afetadas. Esta fase exige um conjunto concertado de soluções técnicas e operacionais que exigem um esforço de mobilização de meios e recursos e de coordenação de ações que, segundo os princípios da prioridade, de cooperação, coordenação, informação, subsidiariedade e de unidade de comando permitem uma abrangência de resposta e assistência (Figura 4).

A fase de reabilitação é a gradual reposição da normalidade que assenta na recuperação dos serviços e redes de abastecimentos e acessibilidades, no garante do apoio de bens essenciais de conforto, de saúde e de condições sanitárias às populações. Em suma, o objetivo da fase de reabilitação tem em vista o bem-estar e segurança das populações e continuidade da atividade económica do município.

**Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares****FASE DE EMERGÊNCIA**

- Coordenam as atividades de socorro e salvamento e articulam-se com os demais APC;
- Garantem a operacionalização a prontidão e mobilização dos meios e recursos necessários à prestação do socorro e controlo decorrentes de incêndios, cheias e inundações, movimentos de massa, colapso de estruturas, desencarceramento de vítimas, controlo de derrames de matérias perigosas, entre outros acidentes;
- Apoiam nas ações de busca e executam as ações de resgate e salvamento;
- Socorrem as vítimas e asseguram a evacuação primária em segurança;
- Colaboram na evacuação secundária para unidades de saúde diferenciadas;
- Garantem a participação do respetivo corpo de bombeiros na difusão de avisos e informação pública às populações, através de veículos próprios com equipamentos adequados;
- Apoiam a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais;
- Apoiam as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações;
- Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências e de acordo com as suas possibilidades logísticas e operacionais.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Apoiam no desenvolvimento de ações necessárias à reposição da normalidade das populações afetadas pela situação de emergência, nomeadamente através do auxílio às populações, continua prestação de socorro e monitorização de áreas afetadas em articulação com os demais APC e SMPC.

**GNR - Posto Territorial de Vila Nova de Poiares****FASE DE EMERGÊNCIA**

- Coordenam as atividades de ordem pública, movimentação e evacuação das populações e articulam-se com o SMPC e com COS em função da exigência de cada situação;
- Mobilizam os meios próprios necessários à ordem pública e à movimentação e evacuação das populações;
- Procedem e coordena as ações de busca de desaparecidos em articulação com o COS;
- Asseguram a participação na difusão de avisos e informação pública às populações através de veículos próprios com equipamentos adequados;
- Garantem a segurança de pessoas e bens, nomeadamente nas zonas de sinistro, de apoio e de concentração e reserva, bem como nas áreas e centros de acolhimento provisório e armazéns

recolha de bens;

- Procedem e orientam a evacuação e a movimentação das populações, em articulação com o COS;
- Controlam o acesso aos pontos de triagem, assistência pré-hospitalar, evacuação secundária, locais de reunião de mortos e morgues provisórias;
- Mantêm abertos corredores de circulação destinados à evacuação secundária;
- Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.

#### **FASE DE REABILITAÇÃO**

- Colaboram nas ações de mortuária e investigação forense;
- Garantem o policiamento, controlo e segurança dos acessos e das zonas afetadas, bem como dos perímetros de segurança definidos;
- Apoiam no transporte e realojamento das populações atingidas;
- Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.

### **Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares - ACES Pinhal Interior Norte I**

#### **FASE DE EMERGÊNCIA**

- Assume as competências de autoridade de saúde municipal nomeadamente nas ações de mortuária;
- Reforçam e coordenam os meios e recursos do centro de saúde, interligam-se com outras unidades prestadoras de serviços de saúde, de acordo com as necessidades e em articulação com o INEM.IP;
- Coordenam a prestação de cuidados médicos diferenciados às vítimas até ao limite da sua capacidade;
- Apoiam na montagem de postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita colaboração com o INEM.IP;
- Apoiam e colaboram com as Juntas de Freguesia e outras entidades na identificação dos munícipes cujas incapacidades físicas levam à necessidade de emprego de meios especiais em caso de evacuação em articulação com o COS, com o serviço local de segurança social e com o SMPC;
- Garantem a triagem e o apoio psicológico a prestarem às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas em articulação com o INEM.IP;
- Assumem as medidas de proteção da Saúde Pública e Ambiental na área do acidente grave e/ou catástrofe;
- Promovem o controlo sanitário em casos de epidemias.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Assume as competências de autoridade de saúde municipal;
- Garante o controle e coordenação das condições sanitárias e de saúde pública e das medidas de proteção Ambiental;
- Asseguram os cuidados de saúde nos centros de acolhimento provisório;
- Coordenam as ações de mortuária e colaboram na investigação forense;
- Exercem quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências

**Instituto Nacional de Emergência Médica. IP****FASE DE EMERGÊNCIA**

- É responsável pelo Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) e coordena os cuidados pré-hospitalares e a evacuação secundária;
- Mobiliza meios humanos e recursos materiais, para o funcionamento dos postos de triagem e outras unidades de emergência em articulação com o Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares;
- Monta Postos Médicos Avançados (PMA) e Postos de Triagem (PT);
- Coordena a triagem e a prestação de cuidados médicos nos postos de triagem e hospitais de campanha e a evacuação secundária para as unidades de saúde diferenciadas;
- Participa nas ações de apoio psicossocial e bem-estar das populações;
- Colabora nas ações de busca e salvamento, evacuação e prestação de primeiros socorros;
- Assegura a instalação de postos de triagem, postos de socorros e eventualmente de um hospital de emergência, contribuindo com meios humanos e materiais.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Garante os meios e recursos necessários ao funcionamento do SIEM.
- Mantém a coordenação de todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar e evacuações secundárias, e funcionamento dos PMA e PT.

**3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio****Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares****FASE DE EMERGÊNCIA**

- Participam no fornecimento logístico, nomeadamente alimentação, combustíveis e reparação de viaturas, em particular para o garante da prossecução da operacionalidade do seu corpo de bombeiros;
- Disponibilizam as suas instalações para os fins considerados necessários às operações de proteção e socorro;

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Colaboram com o SMPC no âmbito das suas competências e possibilidades logísticas;
- Apoiam na recolha de bens essenciais e dádivas.

**Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra – Serviço Local de Vila Nova de Poiares**

**FASE DE EMERGÊNCIA**

- Apoia na instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações com o apoio da Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades;
- Coordena as atividades de apoio social às populações deslocadas;
- Gere os meios das IPSS disponíveis para alojamento, agasalho e alimentação das populações afetadas;
- Exerce quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Desenvolve e colabora nas ações necessárias à reposição da normalidade das populações afetadas pela situação de emergência, nomeadamente no apoio logístico e social à população afetada com o apoio da Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades.

**Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses**

**FASE DE EMERGÊNCIA**

- Coordena as ações de mortuária, em articulação com a GNR de V.N. Poiares, tendo em vista controlo sanitário e a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares;
- Gere as Zonas de recolha e reunião de cadáveres e os necrotérios provisórios em articulação com a GNR de V.N. Poiares;
- Mobiliza a Equipa Médico – Legal de Intervenção em Desastres, acionando os seus sistemas de alerta próprios.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Mantém mobilizada a Equipa Médico – Legal de Intervenção;
- Coordena as ações específicas de mortuária, tendo em vista controlo sanitário e a investigação forense.

**Agrupamento n° 711 do Corpo Nacional de Escuteiros****FASE DE EMERGÊNCIA**

- Colaboram no serviço de estafetas;
- Apoiam a GNR na evacuação das populações;
- Apoiam as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações;
- Auxiliam os serviços, agentes de proteção civil e demais organismos e entidades de apoio na prossecução das suas competências.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Colabora nas ações de apoio logístico às populações afetadas pela situação de emergência.

**Polícia Municipal****FASE DE EMERGÊNCIA**

- Cooperam com a GNR na manutenção da ordem pública e na proteção das comunidades locais;
- Colaboram com o SMPC e com outros APC de acordo com as necessidades das ocorrências, nomeadamente em ações de informação pública e divulgação de matérias de relevante interesse social no concelho, de informação de medidas de autoproteção e de condicionalismos ambientais;
- Promovem, em articulação com a GNR, o controlo de acesso e utilização dos espaços públicos adotando medidas preventivas, bem como apoiam na sinalização, criação de perímetros de segurança e circulação pedonal e rodoviária.

**FASE DE REABILITAÇÃO**

- Apoiam a GNR nas ações necessárias que esta força de segurança considerar relevante e que se enquadre dentro das suas competências e atribuições.

### Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades

#### FASE DE EMERGÊNCIA

- Colaboram nas ações necessárias ao fornecimento de alimentação e assistência sanitária e social;
- Disponibilizam instalações para apoio a deslocados ou desalojados.

#### FASE DE REABILITAÇÃO

- Colaboram nas ações necessárias ao fornecimento de alimentação e assistência sanitária e social;
- Disponibilizam instalações para apoio a deslocados ou desalojados.

### Agrupamentos de Escolas de Vila Nova de Poiares

#### FASE DE EMERGÊNCIA

- Interrompem as atividades letivas dando apoio necessário aos alunos mais carenciados;
- Colaboram no apoio ao fornecimento de alimentação e disponibilizam instalações para apoio à população deslocada ou desalojada,

#### FASE DE REABILITAÇÃO

- Colaboram no levantamento de necessidades da população escolar e retomam a atividade letiva tendo em atenção o garante da segurança das crianças, jovens e o pessoal docente e discente disponível.

### Empresas fornecedoras de bens e serviços

#### FASE DE EMERGÊNCIA

- 
- As empresas privadas fornecem no âmbito das suas capacidades logísticas no fornecimento de bens alimentares, combustíveis, equipamentos e serviços, de acordo com o processo de requisição municipal.
- As Agências Funerárias fornecem o serviço especializado no âmbito da mortuária.

#### FASE DE REABILITAÇÃO

- As empresas privadas fornecem no âmbito das suas capacidades logísticas na continuidade do fornecimento de bens alimentícios, combustíveis, equipamentos e serviços, de acordo com o processo de requisição municipal;
- As Agências Funerárias fornecem o serviço especializado no âmbito da mortuária.



### 3.3. Missão das Estruturas Autárquicas

#### **Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares / Presidente da Câmara Municipal**

##### **FASE DE EMERGÊNCIA**

- A Câmara Municipal sob a égide e responsabilidade do seu Presidente ou do substituto legal o Vice-Presidente, empenhará os meios e recursos municipais dos serviços, divisões, unidades orgânicas e gabinetes no sentido de garantir as condições indispensáveis para assegurar o conjunto de ações a desenvolver, nomeadamente o reforço logístico e de assessoria técnica, necessário às operações de proteção civil. O Presidente da Câmara, como autoridade municipal de proteção civil, assegurará a coordenação política das operações e promoverá a aplicação de medidas excecionais consideradas convenientes à prossecução das missões dos APC e OEA, nomeadamente requisitar bens, equipamentos e serviços, informar e ser informado do desenrolar das operações, difundir avisos à populações e comunicados aos OCS, além de outras prerrogativas como declarar situação de alerta municipal.

##### **FASE DE REABILITAÇÃO**

- O Presidente da Câmara Municipal empenhará e coordenará os meios e recursos municipais no restabelecimento da normalidade da vida das populações e da atividade económica, em particular no restabelecimento dos serviços de apoio educativo e social e das redes de abastecimento de água, energia e acessibilidades. Logo que exequível, o Presidente da Câmara determinará os procedimentos de análise e quantificação dos danos pessoais e materiais e determinará a elaboração de relatório sobre o evento.

#### **Juntas de Freguesia (Arrifana, Lavegadas, S. Miguel de Poiares, Poiares Santo André)**

##### **FASE DE EMERGÊNCIA**

- Articulam-se com o SMPC na mobilização de meios e recursos próprios para apoio às operações de proteção civil, nomeadamente recursos humanos, instalações, máquinas e equipamentos disponíveis;
- Apoiam na difusão de avisos e informação pública às populações;
- Colaboram na evacuação das populações e colocam os meios próprios disponíveis à disposição das populações com necessidades especiais;
- Apoiam as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório e procedem ao registo das famílias e dos munícipes aí instalados;
- Colaboram na assistência e bem-estar das populações evacuadas para os centros de acolhimento provisório;
- Apoiam o sistema de recolha e armazenamento de dádivas;
- Apoiam na assistência sanitária e social das populações afetadas.

### FASE DE REABILITAÇÃO

- Colaboram na avaliação e quantificação dos danos;
- Apoiam na assistência sanitária e social das populações afetadas.
- Promovem a identificação dos munícipes que, devido às incapacidades de que sofrem ou o local de residência, necessitam de atenção especial;
- Colaboram na avaliação e quantificação dos danos.

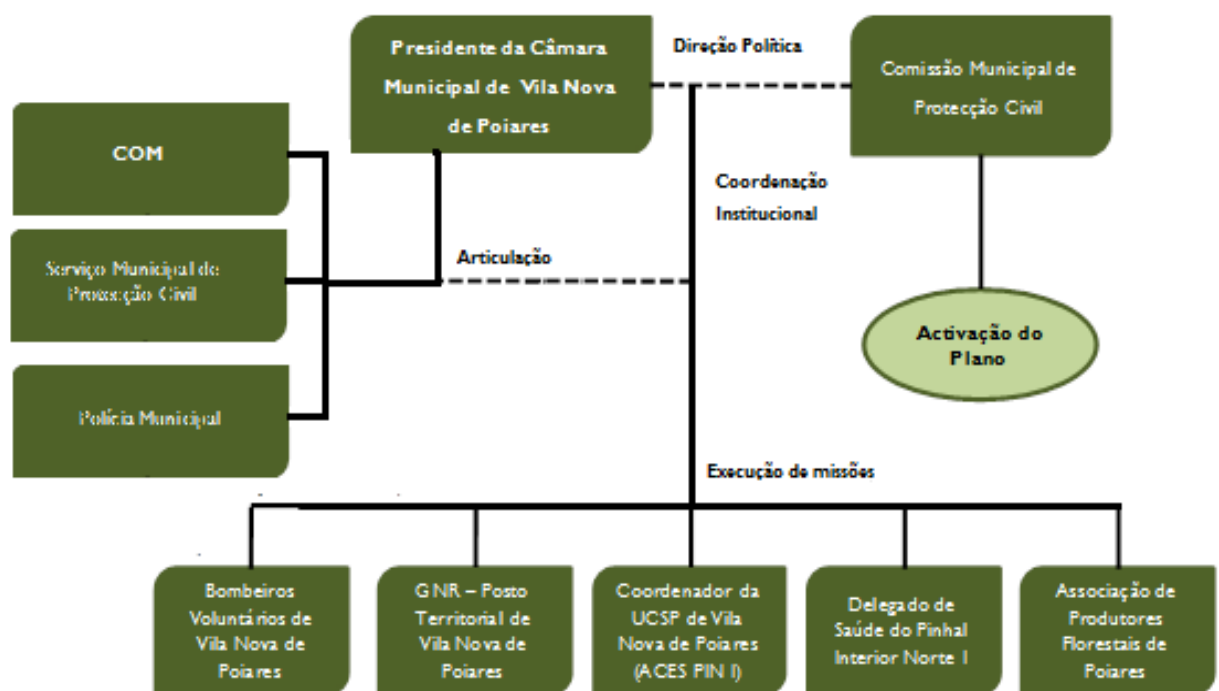


Figura 4 – Estrutura de Direção, Coordenação e Execução da Proteção Civil do Município de Vila Nova de Poiares.

# PARTE III

## Áreas de Intervenção



## I. Administração de Meios e Recursos

Tendo em conta a natureza da ocorrência, os meios disponíveis na Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares poderão não ser suficientes, pelo que deve ser prevista a necessidade de recorrer a bens, serviços, máquinas e equipamentos pertencentes a outras entidades públicas e privadas, tais como:

- Medicamentos;
- Material sanitário e produtos de higiene e limpeza;
- Bens alimentares;
- Equipamentos de energia e iluminação;
- Géneros alimentícios e alimentos confeccionados;
- Material para conforto e alojamento provisório;
- Agasalhos e vestuário;
- Equipamento de transporte de passageiros e de carga;
- Combustíveis e lubrificantes;
- Construção e obras públicas;
- Máquinas e equipamentos de engenharia;
- Material de mortuária.

Inserem-se ainda nas atividades de administração de meios e recursos a criação e a gestão das ações de obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento do produto de dádivas, bem como controlo e emprego de pessoal voluntário não especializado.

Neste contexto, a administração de meios e recursos visa estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da ativação do PMEPCVNP (Quadro 2).

Quadro 2 – Estrutura das Operações de Administração de Meios e Recursos.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente da Câmara / Unidade Financeira da Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal (Unidade de Apoio Técnico, Unidade de Recursos Humanos Polícia Municipal, SMPC, Informática e Manutenção, Serviço de Medicina Veterinária Municipal, Gabinete de Apoio à Presidência e de Apoio à Vereação);</li> <li>• Empresas fornecedoras de bens, serviços e equipamentos.</li> </ul>

### Prioridades de Ação

- Mobilização e reforço de meios e recursos municipais e respetiva gestão de necessidades;
- Gestão do processo de requisições relativas à aquisição de equipamentos, maquinaria, bens e serviços para apoio às operações;
- Gestão e administração financeira dos custos negociais, em particular com entidades fornecedoras privadas de bens, equipamentos e serviços de apoio às populações e às operações de proteção civil;
- Gestão e administração de donativos e de bens;
- Gestão dos processos de seguros indispensáveis às operações;
- Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos.

### Instruções de Coordenação

- Na utilização dos meios e recursos devem ser privilegiados os públicos aos privados;
- Compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) solicitar a requisição de bens e serviços para apoio às operações de Proteção Civil, que após a respetiva aprovação, são adquiridos e liquidados nos termos da Lei.
- A Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares nomeia e remunera o pessoal pertencente aos seus quadros. Os diversos Agentes de Proteção Civil e os Organismos e Entidades de Apoio, envolvidos, nomeiam e remuneram o seu próprio pessoal.
- Os Agentes de Proteção Civil e as diversas entidades intervenientes são responsáveis pelas despesas efetuadas nas operações de Proteção Civil, as quais poderão ser reembolsadas ou comparticipadas de acordo com o disposto na Lei;
- A requisição de bens, equipamentos e serviços privados será gerida e supervisionada pela Unidade Financeira da CMVNP, sob a determinação do Presidente da Câmara Municipal e documentado com requisição da Câmara Municipal segundo modelo próprio (IV-III-3)
- A gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos previstos no Plano é da responsabilidade do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Comandante Operacional Municipal, quando nomeado;
- O processo de avaliação dos custos das operações, da assistência e da reposição da normalidade inerentes às fases de emergência e reabilitação será responsabilidade da unidade financeira.
- A eventual necessidade de criar uma conta especial de coleta de donativos financeiros será criada e gerida pela Divisão Financeira da CMFF, cujo NIB será devidamente divulgado pelos OCS;
- Em caso de enquadramento financeiro de despesa para fazer face a problemas sociais graves gerados por catástrofe ou calamidade, em sede da Conta de Emergência, prevista no quadro do DI 112/2008, de 1 de julho, após despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das

finanças e administração interna, a Câmara Municipal promoverá os procedimentos necessários ao inventário e comprovação das situações elegíveis que suportem as situações de reconstrução e reparação de habitações, de unidades de exploração económica e a cobertura de outras necessidades sociais prementes;

- Na Secção III da Parte IV do presente Plano encontram-se identificados os contactos de fornecedores públicos e privados de equipamentos, artigos e materiais necessários às operações de emergência de proteção civil.

## 2. Logística

Este ponto estabelece os meios e os procedimentos, bem como as responsabilidades dos agentes, organismos e entidades de apoio, quanto às atividades logísticas destinadas a apoiar as forças de intervenção nas operações de proteção civil e a proporcionar as condições mínimas assistência à população afetada (Quadro 3).

O Município de Vila Nova de Poiares é dotado de um Parque Logístico situado na Zona Industrial de Vila Nova de Poiares que permite o acondicionamento, conservação e distribuição de materiais de construção, equipamentos, máquinas e viaturas a seu cargo, as quais podem ser utilizadas para as operações de proteção civil.

As atividades logísticas assentam, também, na assistência às populações, nomeadamente as deslocadas e desalojadas para os centros de acolhimento, nomeadamente alimentação, alojamento, agasalho, bem como assistência médica, medicamentosa, sanitária e apoio psicossocial às vítimas de acidente grave ou catástrofe. Em caso de necessidade, a logística pode abranger, igualmente, as populações não evacuadas, mas cujas condições não permitam o acesso imediato aos bens essenciais de sobrevivência, incluindo o fornecimento alternativo de água potável e outros bens essenciais.

Importa estabelecer os procedimentos e as responsabilidades da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares e dos APC e OEA, quanto às atividades logísticas destinadas ao apoio às forças de intervenção e à população afetada.

Quadro 3 - Responsabilidades Específicas nas Operações Logísticas

<b>Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordena as actividades logísticas;</li> <li>• Mantém permanentemente actualizada a base de dados de meios e recursos;</li> <li>• Estabelece os procedimentos para reforço capacidade logística dos diversos serviços da Câmara</li> <li>• Gere o processo de requisição das necessidades logísticas adicionais por parte dos agentes, entidades e organismos de apoio;</li> <li>• Propõe as medidas indispensáveis à obtenção de fundos externos, nomeadamente através da Conta de Emergência, de acordo com o DI 112/2008, de 1 de julho;</li> <li>• Administra os donativos, subsídios e outros apoios materiais e financeiros recebidos;</li> <li>• Garante os transportes disponíveis necessários;</li> <li>• Monta um sistema de manutenção e reparação de equipamentos;</li> <li>• Fornece os equipamentos e artigos disponíveis essenciais às acções de administração e logística.</li> </ul>
<b>Guarda Nacional Republicana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garante a segurança nos locais de armazenamento de bens doados e adquiridos para emergência, com o apoio da Polícia Municipal</li> </ul>
<b>Juntas de Freguesia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiam o sistema de recolha e armazenamento de dádivas.</li> </ul>
<b>Célula de logística do Posto de Comando Operacional (PCO)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicita ao SMPC a logística necessária às operações de protecção e socorro e gere os recursos em articulação com este serviço;</li> </ul>
<b>Corpo Nacional de Escutas IPSS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizam os recursos próprios disponíveis para apoio na distribuição de alimentação e no apoio à população deslocada e desalojada.</li> </ul>
<b>Outras entidades e organizações</b>	

## 2.1 Apoio logístico às Forças de Intervenção

São actividades logísticas, as acções de fornecimento aos agentes de protecção civil e organizações e entidades de apoio intervenientes nas operações, quanto à alimentação, combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de viaturas, equipamentos, transportes, material de saúde/sanitário e de mortuária, bem como outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento, assistência e reabilitação das redes e serviços técnicos essenciais (Quadro 4).



Quadro 4 – Estrutura de Apoio Logístico às Forças de Intervenção.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal / SMPC;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas fornecedoras de bens, serviços e equipamentos.</li> <li>• Juntas de freguesia;</li> <li>• Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir, organizar e disponibilizar a capacidade logística local no suprir das necessidades dos Agentes de Proteção Civil (APC) e dos Organismos e Entidades de Apoio (OEA) que desenvolvem operações de proteção, socorro e assistência, quanto ao fornecimento de alimentação, combustíveis, lubrificantes, material médico e sanitário, material de mortuária e à manutenção e reparação de equipamentos, viaturas, e outros equipamentos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência.</li> </ul>	
Instruções de Coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nas primeiras horas após a emergência todos os intervenientes envolvidos nas operações de socorro, são responsáveis por suprir as suas próprias necessidades logísticas, garantindo a sua autossuficiência inicial, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, manutenção e reparação de equipamentos, transportes, material sanitário.</li> <li>• A CM apoia no fornecimento de alimentação, combustíveis, maquinaria e outros equipamentos e serviços às entidades e organismos de apoio que têm por missão a reparação de redes e sistemas de abastecimento de água, energia, gás e saneamento básico, se solicitados para o efeito e dentro das capacidades logísticas próprias;</li> <li>• A alimentação e alojamento dos elementos da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) estarão a cargo de cada interveniente, sendo que por, manifesta necessidade, serão apoiados pelo SMPC, quando outro procedimento não for determinado pelo Diretor do Plano e estrutura hierárquica própria de cada entidade interveniente.</li> <li>• O SMPC propõe a requisição, mobilização e funcionamento dos transportes privados.</li> <li>• Quando esgotada capacidade local de reserva pública da CMVNP, esta recorre aos fornecedores privados. Os Combustíveis, numa primeira instância, são obtidos nas oficinas da Câmara Municipal e posteriormente no mercado local para restabelecimento das reservas operacionais ou pelas entidades e organismos intervenientes, através de requisições de fornecimentos. Contudo se a emergência assim o obrigar, pode ser necessário recorrer ao mercado regional. Estas serão liquidadas posteriormente, pelo SMPC, por verbas consignadas ou a consignar para o efeito e sob a gestão da Unidade Financeira da CMVNP.</li> <li>• O material de saúde está a cargo das entidades e organismos próprios intervenientes no acidente ou</li> </ul>	

catástrofe como o corpo de bombeiros e o Centro de Saúde. Poderão ser adquiridos, mais tarde, nos armazéns e farmácias através de requisição, devendo os pedidos dar entrada no SMPC.

- Para apoio à gestão de operações são indicados os locais que potencialmente podem vir a ser utilizados pelo COS como Zonas de Concentração e Reserva tendo em conta as necessidades operacionais e as condições de comunicações e acessibilidade no território face à emergência (Figura 5).. Estas zonas podem constituir locais de apoio logístico às forças de intervenção se assim consideradas pelo COS
- A autorização para requisição de bens e serviços para apoio às operações é dada pelo Diretor do Plano ou, em caso de impedimento, pelo seu substituto legal, gerida pela Unidade Financeira da CMVNP em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil.
- Logo que ativados os centros de acolhimento, o Diretor do Plano convoca os responsáveis dos agentes, organismos e entidades de apoio, com vista ao planeamento sequencial da administração e logística, em função da gravidade da ocorrência. As atividades de administração e logística mantêm-se ativas durante a fase de reabilitação. Os bens não empregues que sejam produto de dádivas, serão armazenados e geridos com vista à sua posterior distribuição em função do levantamento de necessidades e de acordo com decisão da CMPC.
- As forças de segurança garantem a segurança nos armazéns destinados à coleta de bens;
- As organizações de voluntários, em articulação e coordenação com o SMPC, apoiam na distribuição de alimentação e água aos intervenientes nas operações.

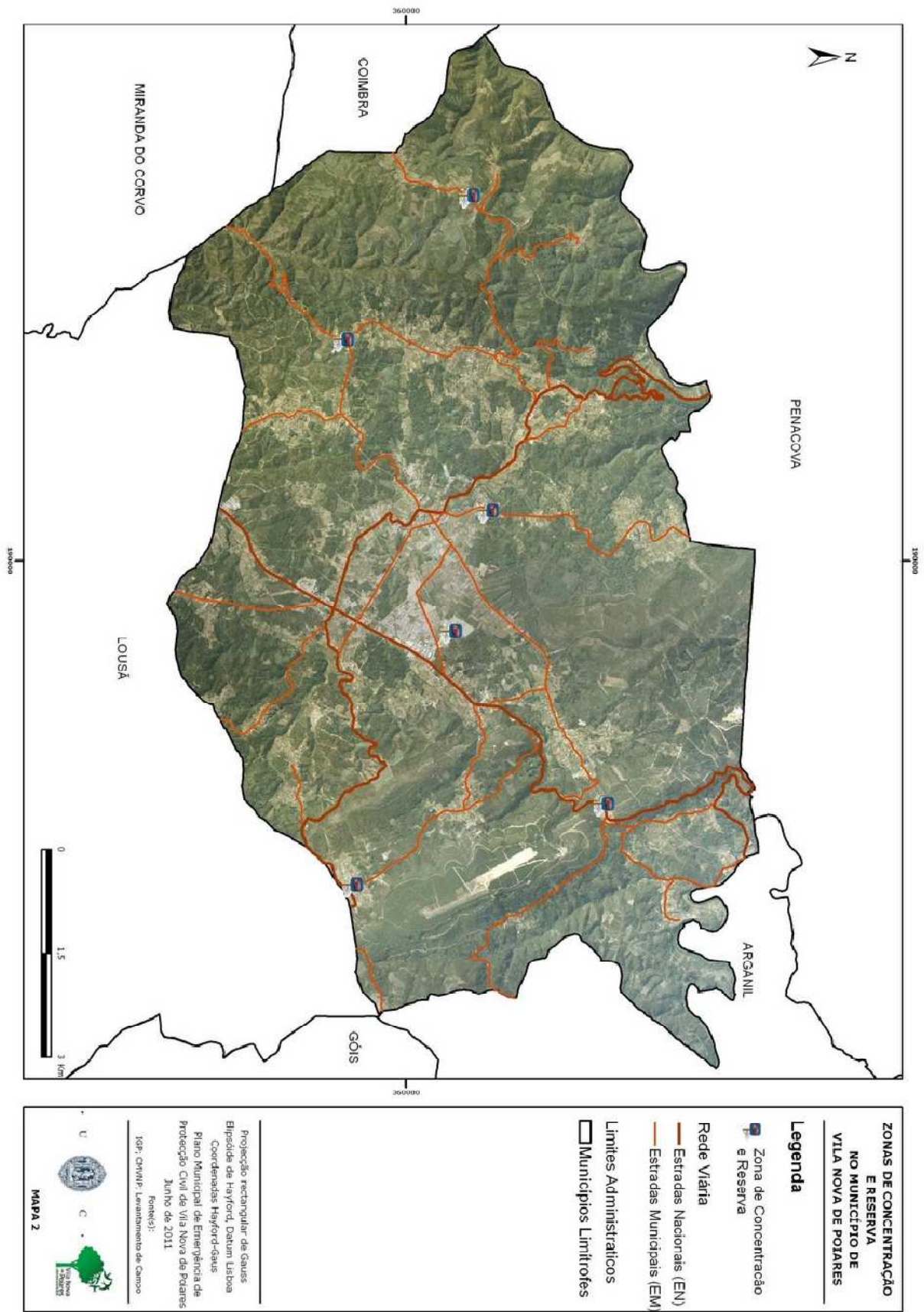


Figura 5 – Zonas de Concentração e Reserva no Município de Vila Nova de Poiares.

## 2.2. Apoio Logístico às Populações

No apoio logístico às populações a principal prioridade assenta no fornecimento de bens essenciais para satisfação das necessidades humanas básicas, como abrigo, alimentação, água potável e cuidados de saúde. Desta forma, a coordenação da assistência será da competência do SMPC. Será também considerado o apoio logístico no processo de evacuação e no alojamento temporário das populações para os centros de alojamento temporário, em coordenação com o Serviço Local de Segurança Social e em articulação com os Bombeiros Voluntários, tendo em conta as necessidades em transporte, alimentação, abrigo e agasalho das populações, em particular as mais vulneráveis como crianças e pessoas com doenças crónicas e idosos.

Os centros de alojamento (Quadros 5) devem ser ativados por decisão do diretor do Plano em função da localização e das condições de utilização das áreas sinistradas. Estes centros devem estar providos de condições mínimas de apoio quanto a dormidas, alimentação e higiene pessoal, bem como de acessos e estacionamento, já que a movimentação das populações poderá também ser efetuada através das viaturas pessoais. Os centros de acolhimento também funcionam como pontos de reunião destinados ao controlo dos deslocados, com o apoio das Juntas de Freguesia e de voluntários, para despiste de eventuais desaparecidos. Em IV-II-I.5 e IV-III-I.6 estão listados os locais destinados a alojamento provisório, bem como os respetivos contactos.

Quadro 5 – Estrutura de Apoio Logístico às Populações.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal / SMPC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juntas de freguesia;</li> <li>• Serviço Local de Segurança Social de V.N. de Poiares.</li> <li>• Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares;</li> <li>• Agrupamento de Escuteiros;</li> <li>• Bombeiros Voluntários de V.N. de Poiares</li> <li>• Guarda Nacional Republicana.</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer transporte, alimentação, água potável, agasalhos, alojamento temporário e assistência médica e sanitária às populações deslocadas e desalojadas;</li> <li>• Listar e proceder ao cadastro e identificação da população deslocada e promover a reunião de famílias;</li> <li>• Gerir os bens doados e distribuí-los face às necessidades.</li> <li>• Garantir as condições de funcionamento e de segurança nos centros de alojamento;</li> <li>• Organizar pontos de reunião para controlo de residentes.</li> </ul>	

### Instruções de coordenação

- O SMPC coordena a instalação e o funcionamento logístico dos centros de acolhimento e conta com o apoio das juntas de freguesia, Escuteiros, Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades, Agrupamento de escolas de V.N. de Poiares, Bombeiros Voluntários de V.N. de Poiares e Guarda Nacional Republicana, na instalação em escolas de condições de abastecimento alimentar e de conforto e higiene.
- O Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares, disponibiliza as suas instalações e equipamentos para apoio ao eventual estabelecimento de Centros de Acolhimento temporário,
- O SMPC promove o transporte de evacuados sob a coordenação da GNR e com o apoio dos Bombeiros Voluntários, recorrendo a eventual requisição de transporte privado.
- O Instituto Nacional de Segurança Social – Serviço Local de Vila Nova de Poiares coordena a atividade dos pontos de reunião destinados ao controlo dos deslocados e reunião de famílias, com o apoio de voluntários e das Juntas de Freguesia e procede ao controlo, identificação e cadastro dos deslocados e informa o Diretor do Plano e o COS de eventuais informações de desaparecidos;
- A GNR garante a segurança dos centros de acolhimento e das acessibilidades.
- Os cuidados de saúde e vigilância sanitária serão coordenados pelos técnicos de saúde do Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares com o apoio do Corpo de Bombeiros Voluntários.

### 2.3. Fluxograma dos Procedimentos de Logística em Emergência

Na figura seguinte esquematiza-se de forma simplificada a articulação dos diversos agentes, entidades e instituições em termos de procedimentos de logística (Figura 6).

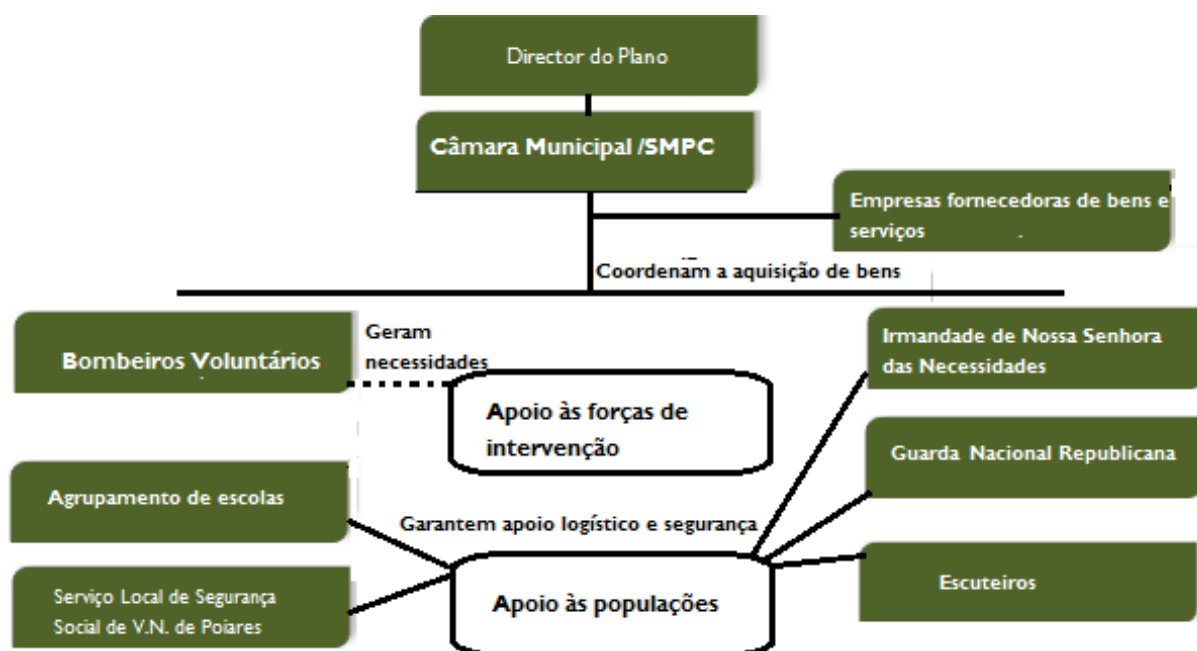


Figura 6 - Procedimentos de Logística em Emergência.

### 3. Comunicações

#### 3.1. Organização das Comunicações

O sistema de comunicações operacionais da proteção civil tem como objetivo assegurar as ligações entre agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio e estruturas municipais que têm intervenção nas operações de proteção e socorro e previstas no PMEPCVNP, utilizando os meios e as redes disponíveis e operacionais, garantindo redundância para a eficácia da comunicação. Podem ser utilizadas redes telefónicas fixas e móveis e as redes de telecomunicações analógicas em VHF (REPC e ROB) e a rede digital do SIRESP. Não obstante o atrás exposto, todos os agentes e entidades poderão obviamente utilizar redes e meios próprios de telecomunicações, sem prejuízo da interligação operacional através da REPC, desde que disponham de equipamento (Quadro 6).

O acesso à REPC está regulado pela NEP N° 8/NT/2010 de 10 de dezembro, da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), para os Serviços Municipais de Proteção Civil e para os Agentes de Proteção Civil, bem como para as demais organismos e entidades de apoio, quando especificamente autorizadas.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares dispõe de um sistema de comunicações privado que funciona no sistema de radiotransmissão, em Banda - Alta (VHF), o qual pode ser redundante e complementar às restantes redes comunicações entre os intervenientes municipais, o SMPC e o local de funcionamento da CMPC (Figura 7).

Compete ao Comandante das Operações de Socorro estabelecer o plano de comunicações, em acordo com o CDOS de Coimbra, para o Teatro de Operações.

De acordo com a complexidade das operações e a diversidade de intervenientes, são comunicados a todos os Agentes de Proteção Civil e aos Organismos e Entidades de Apoio quais as redes e canais a utilizar, assim como serão distribuídos equipamentos E/R portáteis às entidades que não disponham de tal equipamento (Quadro 7).

No caso dos centros de alojamento, as comunicações podem ser estabelecidas via telefone ou telemóvel. Pode, em caso de necessidade, ser instalado um equipamento E/R da rede privada da Câmara Municipal que assegurará a ligação ao SMPC, contando ainda com o apoio da rede da GNR.

A Rede Operacional de Bombeiros (ROB) é de utilização exclusiva dos Corpos de Bombeiros que se articulam entre si e com o CDOS de Coimbra em operações de proteção e socorro, distribuídas em canais de comando, tático e de manobras.

A Rede da Guarda Nacional Republicana (GNR) é de uso exclusivo da Guarda Nacional Republicana opera através de canais operacionais próprios que interligam as várias unidades e patrulhas, bem como o Comando Territorial de Coimbra.

O Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) resulta gestão e manutenção de um sistema integrado de tecnologia *trunking* digital promovida pelo Ministério da Administração Interna. Este sistema permite responder adequadamente aos desafios colocados às forças de segurança e da proteção civil na sua atuação diária ou em cenários de emergência - catástrofes, acidentes ou incêndios de grandes proporções e é de uso exclusivo das forças e serviços de segurança e dos meios de socorro e emergência de Portugal.

Quadro 6 – Estrutura das Comunicações em Operações.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>COS / CDOS de Coimbra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SMPC,</li> <li>Bombeiros voluntários,</li> <li>Guarda Nacional Republicana;</li> <li>Polícia Municipal</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer o plano de comunicações para as operações de proteção civil em articulação com o CDOS Coimbra;</li> <li>Assegurar a operacionalidade dos equipamentos de comunicações a articulação das comunicações entre os intervenientes nas operações de proteção civil e garantir a eficácia das comunicações operacionais de proteção civil, tendo como objetivo assegurar a partilha de informação</li> </ul>	

operacional entre os agentes de proteção civil e organizações e entidades de apoio, utilizando as diferentes redes disponíveis.

- Distribuir equipamentos E/R às entidades que não disponham de tal meio de contacto com o SMPC e quando tal se manifeste necessário;
- Assegurar as comunicações entre todas as forças intervenientes, o diretor do plano, o SMPC, Comissão Municipal de Proteção Civil, o CDOS de Coimbra e o posto de comando operacional;
- Garantir os corretos procedimentos de comunicações com o CDOS Coimbra em canais, estratégico, táticos e de manobra dentro das redes ROB, REPC e SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal).

### Instruções de Coordenação

- Todos os agentes de proteção civil e organizações e entidades de apoio utilizarão as redes e meios próprios de telecomunicações sem prejuízo da interligação operacional através da REPC ou SIRESP, logo que seja estabelecido o Plano de Comunicações. O acesso à REPC está regulado pela NEP 8/NT/2010, de 10 de Dezembro de 2010, da Autoridade Nacional de Proteção civil (ANPC).
- A Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares disponibiliza a sua rede privada de comunicações que funciona no sistema de radiotransmissão, em Banda - Alta (VHF), interligando os serviços e divisões municipais (SMPC e PM) e a CMPC e os centros de alojamento temporários se necessário.
- Compete ao Comandante das Operações de Socorro estabelecer o plano de comunicações para o Teatro de Operações na ROB e SIRESP, em articulação e sob coordenação do CDOS de Coimbra.
- Logo que estabelecido o plano de comunicações e identificadas as prioridades, de acordo com as necessidades operacionais, são comunicados a todos os agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio, quais os canais a utilizar, bem como outras instruções relacionadas com uso de rede móvel no Teatro de Operações.
- No caso dos centros de alojamento, as comunicações podem ser estabelecidas via telefone ou, em caso de necessidade, através da rede da GNR que se articulará com a CMPC via REPC e/ou SIRESP. A polícia Municipal apoiará as comunicações nos centros de alojamento logo que necessário.
- Com o acionamento do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) reforça e mantém as comunicações necessárias, via REPC, com o Centro de Coordenação Operacional do Distrito de Coimbra (CCODC), os Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios adjacentes e os centros de acolhimento provisório, entretanto estabelecidos.
- Quando em missões diretamente subordinadas ao Comandante Operacional Municipal (COM), quando nomeado, os serviços da Câmara Municipal comunicam exclusivamente com o Serviço



Municipal de Proteção Civil pela rede privada própria que, para o efeito, exerce, neste contexto e a função de Estação Diretora da Rede (EDR).

- Nas comunicações operacionais não é autorizada a utilização de linguagem codificada e serão observadas, como regras, a não sobreposição de comunicações, a utilização exclusiva dos meios para comunicações de serviço e o respeito pelos procedimentos estabelecidos e prioridades de mensagem.
- No sistema de comunicações não prioritárias em termos de emergência tendo em vista a partilha documental e reporte de informação para relatório, deve ser utilizada a rede fixa de Fax e de correio eletrónico se operacionais. A utilização das redes de comunicações fixa e móveis, se operacionais, serão consideradas redundantes e não prioritárias às redes rádio estabelecidas no plano de comunicações, devendo ser utilizadas em troca de mensagens que não devam ocupar rede VHF de emergência.
- Os corpos de bombeiros operam através das redes rádio, em Banda Baixa de VHF em Banda Alta (ROB) e rede SIRESP. De salientar que a banda baixa está em desuso mas continua operacional e poderá considerar-se redundante. A rede SIRESP dispõe de uma gestão própria da estação diretora distrital (CDOS de Coimbra) e o plano de comunicações distribui informação do uso de canais de comando, tático e de manobra.
- A Guarda Nacional Republicana opera através de rede privada própria da sua entidade, pelo SIRESP e podem utilizar a REPC.

O SMPC distribuirá equipamentos E/R disponíveis dentro da rede privada municipal aos organismos e entidades de apoio cujas missões necessitem de tal equipamento.

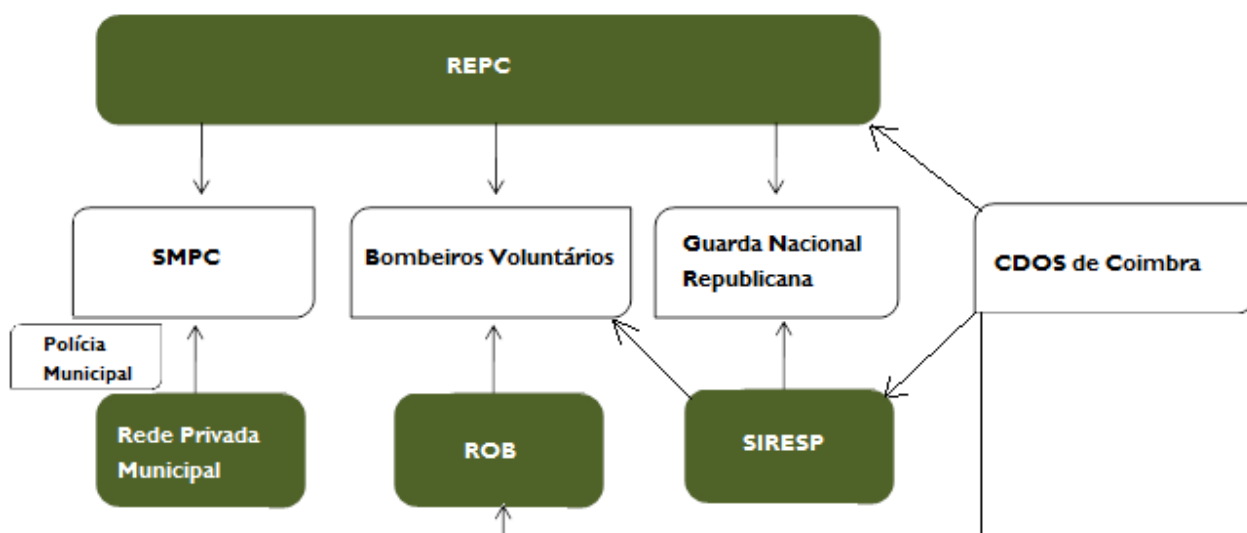


Figura 7 – Acessibilidade às redes de comunicações.

Quadro 7 – Responsabilidades Específicas nas Comunicações.

<b>Comandante de Operações de Socorro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordena e estabelece o plano de comunicações;</li> <li>• Identifica necessidades quando ao reforço de meios e de pessoal para o funcionamento das comunicações.</li> </ul>
<b>Corpo de Bombeiros Voluntários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegura a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações do corpo de bombeiros;</li> <li>• Dispensa o pessoal de reforço necessário ao funcionamento das comunicações no SMPC.</li> </ul>
<b>Guarda Nacional Republicana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Asseguram a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações das respectivas unidades e apoiam as comunicações nos centros de alojamento temporário;</li> </ul>
<b>Polícia Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulam as comunicações com o SMPC através da rede privada municipal.</li> <li>• Garantem, em caso de necessidade, um serviço de estafetas entre o SMPC e o Posto de Comando e CMPC.</li> </ul>
<b>Serviço Municipal de Proteção Civil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articula-se com os diferentes APC e OEA através da REPC e com a Poícia Municipal através da rede privada municipal.</li> </ul>

### 3.2. Organograma das Comunicações

A figura da página seguinte esquematiza a estrutura das comunicações operacionais de proteção civil para o Município de Vila Nova de Poiares (Figura 8).

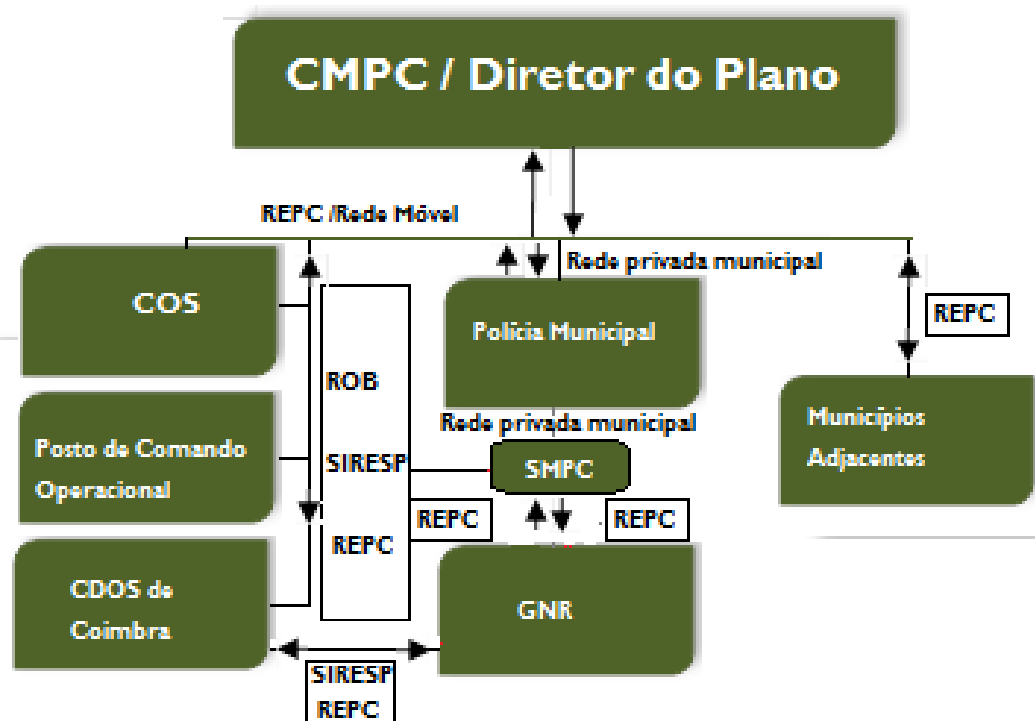


Figura 8 - Estrutura das comunicações operacionais de proteção civil do Município de Vila Nova de Poiares.

### 3.3. Organograma de Redes

A figura seguinte demonstra a estrutura das diversas redes operacionais de proteção civil que se articulam com o SMPC do Município de Vila Nova de Poiares, tanto a nível municipal como a nível distrital (Figura 9).

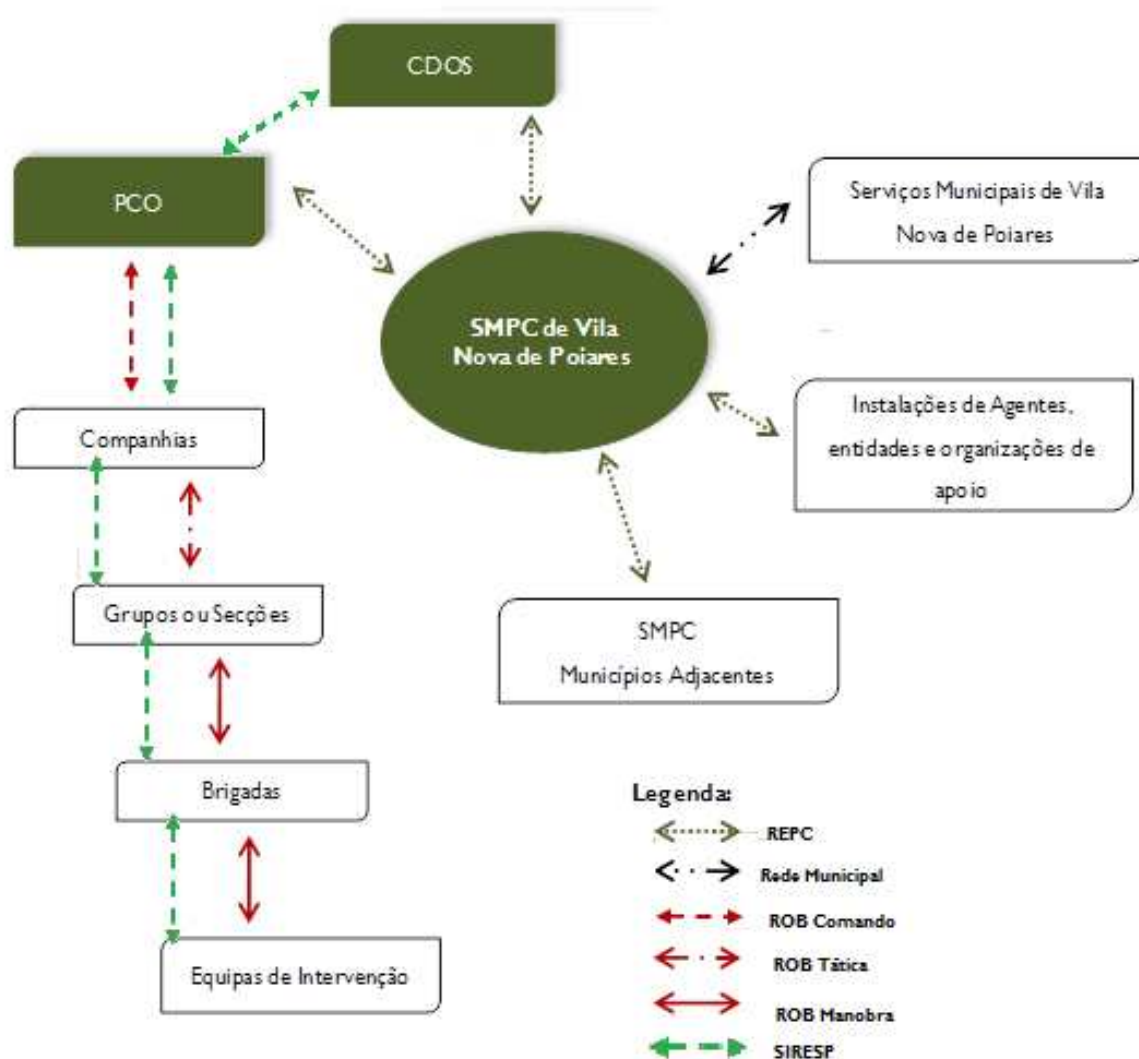


Figura 9 – Estrutura das diversas redes operacionais de proteção civil do Município de Vila Nova de Poiares.

## 4. Gestão da Informação

O objetivo da Gestão de Informação é estabelecer os procedimentos e responsabilidades da partilha e transmissão de informação entre entidades intervenientes nas operações, bem como quanto à forma como a população deve ser informada e avisada durante as fases de emergência e reabilitação, de modo a adotar as adequadas instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes. Estabelece, ainda, os procedimentos relativos à divulgação de informação através dos órgãos de comunicação social (OCS).

### 4.1. Gestão da informação entre as entidades atuantes do plano

A gestão da informação entre as entidades atuantes encontra-se plasmada no quadro seguinte (Quadro 8):

Quadro 8 – Estrutura da Gestão da Informação entre as Entidades atuantes no Plano.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>Presidente da Câmara Municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bombeiros Voluntários de V.N. Poiares</li> <li>Guarda Nacional Republicana</li> <li>Serviço Local de Segurança Social</li> <li>Centro de Saúde</li> <li>Polícia Municipal</li> <li>SMPC</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a divulgação e a partilha de informação entre os APC e OEA atuantes nas operações e intervenientes no PMEPCFF através da realização de briefings bidirários;</li> <li>Gerir de forma equilibrada os meios e equipas de intervenção e adequar recursos às necessidades em função das prioridades de resposta;</li> </ul>	
Instruções de coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os intervenientes nas operações previstas neste PMEPCVNP, asseguram a notificação e consequente passagem de informação ao Diretor do Plano e consequentemente à Comissão Municipal de Proteção Civil;</li> <li>O SMPC em articulação com o COS, informará o Diretor do Plano, relativamente ao ponto de situação das operações, e das condições das populações;</li> <li>Para efeitos de eficácia dos briefings, deverá ser recolhida informação relativa a pontos de situação e perspetivas de evolução futura, cenários e modelos de previsão, dados ambientais e sociais e outras informações consideradas pertinentes. Este conjunto de informação vai permitir adequar</li> </ul>	

recursos e gerir de forma mais equilibrada a utilização das equipas de resposta, potenciando a sua ação;

- Devem ser utilizados os modelos de relatórios presentes no ponto 3, da Secção III da Parte IV do presente Plano. A atualização da informação a prestar deverá ser atualizada sempre que se considere pertinente.

## 4.2. Gestão da informação às entidades intervenientes nas operações

A gestão da informação às entidades intervenientes, bem como as responsabilidades inerentes à partilha de informações entre os intervenientes nas operações de proteção civil encontra-se descrita nos quadros seguintes (Quadro 9 e Quadro 10):

Quadro 9 – Estrutura da Gestão da Informação às Entidades intervenientes nas Operações.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• COS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bombeiros Voluntários de V.N. Poiares</li> <li>• Guarda Nacional Republicana</li> <li>• Centro de Saúde</li> <li>• Polícia Municipal</li> <li>• SMPC</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a passagem de informação a todos os APC e OEA, consoante a natureza da ocorrência e notificar o DOS de Coimbra do ponto de situação das operações;</li> <li>• Verificar a eficácia operacional relacionada com o empenhamento e níveis de prontidão dos intervenientes nas operações e solicitar meios de reforço;</li> <li>• Atualizar a informação hora a hora e sempre que se considere pertinente e notificar o Diretor do Plano, que informará a CMPC, do desenvolvimento das operações e das necessidades de reforço operacional e das condições da população.</li> </ul>	
Instruções de coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O COS garante que os intervenientes nas missões previstas no PMEPCVNP, asseguram a notificação e consequente passagem de informação ao Diretor do Plano e, consequentemente, à Comissão Municipal de Proteção Civil, em briefing diário, com todas as entidades com intervenção no plano ou com apenas aquelas consideradas relevantes no momento.</li> <li>• Este fluxo de informação destina-se a assegurar que todas as entidades mantêm níveis de</li> </ul>	

prontidão e envolvimento e reforço de meios e recursos se necessário.

- Atendendo à evolução do sistema de gestão das operações, o COS promove, logo que considerado adequado e com a celeridade exigida pelo evoluir das operações, reuniões (briefings) regulares, com a periodicidade bdiária (Manhã e Final da tarde), ou outra considerada relevante, como forma de transmissão das informações, planeamento e avaliação de ações e carências operacionais, entre todos os agentes e entidades com intervenção nas operações, dos quais será elaborado relatório de situação.
- O COS notifica o CDOS de Coimbra do ponto de situação referentes às operações de proteção e socorro.

Quadro 10 – Responsabilidades inerentes à partilha de informação nas operações de proteção civil.

<b>SMPC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efectua a recolha da informação necessária à avaliação e extensão da situação, contactando para o efeito todas as autoridades actantes no terreno.</li> <li>• Efectuar <i>briefings</i> regulares com o COS e reportar ao Diretor do Plano do evoluir da resposta.</li> </ul>
<b>COS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o Presidente da Câmara informado de todas as situações operacionais elevantese e da condição das populações afetadas, fazendo um relatório, que pode ser oral via rádio ou rede móvel, a cada hora do balanço ctualizado da evolução da situação.</li> </ul>
<b>APC's e OEA's</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reportar de imediato ao SMPC toda e qualquer situação que decorra das operações nomeadamante intervenções que exijam ação imediata de resposta e qualquer incidente pessoal ou de equipamento.</li> </ul>

### 4.3. Informação Pública

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da gestão da informação que será tornada pública no decorrer das operações, bem como os responsáveis pela sua divulgação à população (Quadro 11 e Quadro 12):

Quadro 11 – Estrutura da Gestão da Informação Pública.

<b>Estrutura de Coordenação</b>	<b>Entidades Intervenientes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente da Câmara Municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete de apoio à presidência.</li> <li>• SMPC;</li> <li>• Juntas de Freguesia;</li> <li>• APC;</li> <li>• Escuteiros.</li> </ul>
<b>Prioridades de Ação</b>	

- Preparar e difundir, pelos meios mais adequados, avisos, informações e medidas de autoproteção das populações.
- Garantir a colaboração dos Órgãos de Comunicação Social e preparar, com uma periodicidade diária ou outra a estabelecer, a informação a difundir à população, nomeadamente:
  - ✓ Situação atual e previsão do estado da ocorrência;
  - ✓ Ações em curso para o socorro e assistência às populações;
  - ✓ Áreas de acesso restrito;
  - ✓ Medidas de autoproteção;
  - ✓ Locais de reunião, acolhimento provisório ou assistência;
  - ✓ Números de telefone e locais de contacto para informações;
  - ✓ Números de telefone e locais de contacto para recebimento de donativos e serviço voluntário;
  - ✓ Instruções para regresso de populações evacuadas.

### Instruções de Coordenação

- O Gabinete de Apoio à Presidência assessoria o Diretor do Plano na elaboração de plano para informação aos OCS com os pontos relevantes sobre a situação, a respetiva evolução, previsões e informações úteis e difunde, no sítio da internet do município (<http://www.cm-vilanovaipoiares.pt>) e pela Rádio Santo André – 100.5 MHz, os avisos e comunicados segundo o modelo estabelecido (IV-III-4) onde se incluem medidas de autoproteção às populações.
- O aviso às populações pode também ser reforçado através de ação direta de viaturas equipadas com equipamento de som com o apoio dos APC e juntas de freguesia.
- A informação aos Órgãos de Comunicação Social é prestada, periodicamente pelo Diretor do Plano, ou pelo Vice-Presidente ou, por determinação superior, pelo Gabinete de Apoio à Presidência.
- O aviso e a informação pública podem ser desencadeados através da utilização de diferentes meios, em separado ou em simultâneo, como a radiodifusão oficial pela Rádio Santo André – 100.5 MHz e por difusão em altifalantes dos veículos da Guarda Nacional Republicana, Corpo de Bombeiros, SMPC ou pessoalmente, porta a porta, através de escuteiros ou colaboradores identificados das Juntas de Freguesia.
- Ter em atenção que parte dos munícipes poderá ignorar, não ouvir ou não entender os avisos das autoridades, bem como as informações ou instruções que lhe são destinadas, pelo que algumas pessoas poderão necessitar de atenção especial, tendo em conta as incapacidades ou limitações de que sofrem ou do local de residência sendo auxiliadas pelos membros das Unidades de Proteção Civil ou outros voluntários colaboradores identificados pelas Juntas de Freguesia.

Quadro 12 - Responsabilidades pela divulgação de informação á população.

<b>SMPC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordena toda a actividade de aviso e informação pública, no que toca aos riscos existentes, às áreas a evitar e acessibilidades cortadas ou impedidas e medidas de autoprotecção a adoptar;</li> <li>• Assegura a informação e a sensibilização das populações;</li> <li>• Articula com o GAP a divulgação dos comunicados aos Órgãos de Comunicação Social.</li> </ul>
<b>Gabinete de apoio à presidência (GAP)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelece a ligação com os OCS, com vista à difusão da informação;</li> <li>• Estabelece e informa sobre o local das conferências com os OCS;</li> </ul>
<b>BVVNP, GNR e PM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Asseguram o cumprimento dos procedimentos de aviso por equipamento de som em viaturas;</li> <li>• Poderão colaborar também na informação através de veículos com megafones e através dos sinos das Igrejas.</li> </ul>
<b>Juntas de Freguesia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboram na difusão de avisos e informação pública às populações e coordenam os escuteiros nessa missão.</li> </ul>

#### 4.4. Responsabilidades Específicas

No que concerne às responsabilidades específicas das entidades intervenientes nas operações temos (Quadro 13):

Quadro 13 - Responsabilidades específicas das entidades intervenientes nas operações pela gestão da informação.

<b>Gabinete de Apoio à Presidência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoia o Diretor do Plano na actividade de aviso e informação pública, em articulação com o</li> <li>• Assegura a difusão da informação e a sensibilização das populações;</li> <li>• Garante a divulgação dos comunicados aos Órgãos de Comunicação Social.</li> <li>• Estabelece a ligação com os Órgãos de Comunicação Social, com vista à difusão da informação;</li> <li>• Estabelece e informa sobre o local das conferências com os Órgãos de Comunicação Social;</li> <li>• Actua como porta-voz aos Órgãos de Comunicação Social, se delegada essa competência pelo Director do Plano..</li> </ul>
<b>Corpo de Bombeiros de Vila Nova de Poiares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboram na difusão de avisos e informação pública às populações, através de veículos próprios com equipamentos adequados.</li> </ul>
<b>Guarda Nacional Republicana e Polícia Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboram na difusão de avisos e informação pública às populações, através de veículos próprios com equipamentos adequados.</li> </ul>
<b>Rádio Santo André – 100.5 MHz</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procede à divulgação dos avisos e informações, no âmbito da sua missão de serviço público;</li> </ul>
<b>Juntas de Freguesias e escuteiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboram na difusão de avisos e informação pública às populações divulgando porta a porta na divulgação de instruções e de medidas de autoproteção a adotar pela população.</li> </ul>



#### 4.5. Gestão da Informação

Na figura seguinte sintetiza-se de esquematicamente a gestão da informação numa operação de Proteção Civil perante a ativação do Plano (Figura 10).

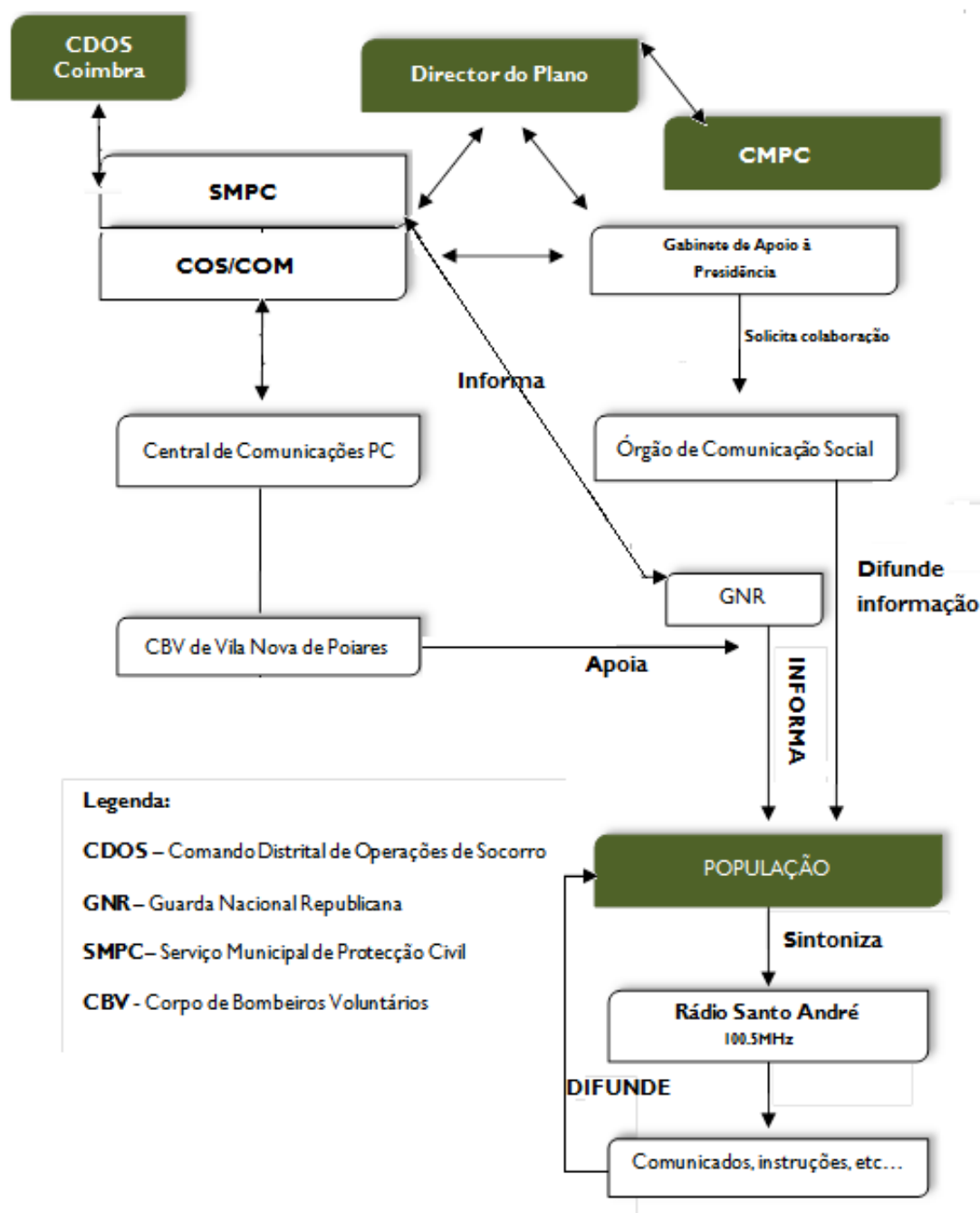


Figura 10 - Esquema de informação numa ação de Proteção Civil no âmbito Municipal.

## 5. Procedimentos de Evacuação

Os procedimentos de evacuação visam estabelecer as responsabilidades dos APC e OEA, na movimentação e evacuação das populações, durante um acidente grave ou catástrofe (Quadro 14). Cabe ao Comandante das Operações de Socorro (COS) a decisão sobre a evacuação das populações de áreas, localidades ou edificações, a qual é imediatamente comunicada ao SMPC para confirmação e validação junto do diretor do plano (Quadro 14).

Face à deliberação de evacuação, a GNR promove as ações e os procedimentos próprios no aviso e encaminhamento das populações para fora da área a evacuar, ação para a qual conta com o apoio das Juntas de Freguesia e da Polícia municipal, bem como dos escuteiros e do corpo de bombeiros. Neste contexto e porque a manifestação do evento perigoso e a sua abrangência territorial, não é de fácil caracterização espacial prévia, podendo surgir e afetar qualquer parcela do território e infraestruturas rodoviárias municipais que sirvam de itinerário de evacuação, bem como os locais com potencialidade de serem utilizados para centros de alojamento provisório (Figura 11), as zonas estratégicas de apoio logístico, as zonas de concentração local e de irradiação ou zonas de concentração e reserva operacional optamos por referenciar os espaços eventualmente suscetíveis de serem utilizados para esse fim (Figura 12), ficando a decisão da sua utilização a cargo do COS, do SMPC e da GNR, em articulação com o diretor do plano, analisado caso a caso.

A GNR cria corredores de circulação e pontos de controlo, que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação em direção às áreas e centros de alojamento provisório. (Quadro 15)

Quadro 14 – Estrutura nos Procedimentos de Evacuação.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>COS / Guarda Nacional Republicana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SMPC</li> <li>Juntas de freguesia</li> <li>BVVNP</li> <li>Polícia Municipal</li> <li>Escuteiros</li> <li>Agrupamento de escolas de V.N. Poiares</li> <li>Centro de Saúde de V. N. Poiares</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a evacuação e movimentação das populações para fora dos locais em perigo e encaminhá-las para locais com condições de segurança, salubridade e conforto;</li> <li>Promover o controlo de tráfego e manutenção dos corredores de circulação de emergência;</li> <li>Definir itinerários de evacuação em função da área afetada e das condições de acessibilidade;</li> </ul>	

- Definir as Zonas de Concentração Local e de Irradiação da população em função das condições de segurança das diferentes acessibilidades e espaços.

### Instruções de coordenação

- O COS informa o SMPC e, consequentemente, o Diretor do Plano da intenção de proceder à evacuação das populações de áreas, localidades ou edificações em perigo e solicita apoio à GNR para a evacuação;
- A GNR comunica ao SMPC para confirmação e validação junto da Autoridade Política municipal da intenção de evacuação e coordena as operações de movimentação das populações, após a decisão de evacuação dos locais de perigo;
- Face à deliberação de evacuação, a GNR, com o apoio da Polícia Municipal, promove as ações e os procedimentos próprios no aviso e encaminhamento das populações para fora da área a evacuar, ação para a qual conta com o apoio das Juntas de Freguesia e dos escuteiros.
- As zonas evacuadas serão sujeitas a patrulhamento por parte da GNR, com vista circulação de pessoas na zona de sinistro e de impedir roubos e pilhagens;
- No percurso entre a zona de sinistro e os locais de concentração deverá ser erguida pelo menos uma barreira de encaminhamento de tráfego e um ponto de controlo que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação para os centros de alojamento provisório, que podem ser estabelecidos em instalações desportivas ou escolas do município em articulação com o Agrupamento de Escolas de V.N. de Poiares;
- Os itinerários de evacuação, em função da tipologia e abrangência do acidente grave ou catástrofe, são analisados, definidos e concretizados no momento da tomada de decisão da evacuação;
- As juntas de freguesia com o apoio do Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares identificam e apoiam as pessoas com necessidades especiais e dificuldades de acessibilidade.
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pela GNR, após validação do Diretor do Plano em articulação com o COS, tendo em vista garantir as condições de segurança dos locais e das pessoas.

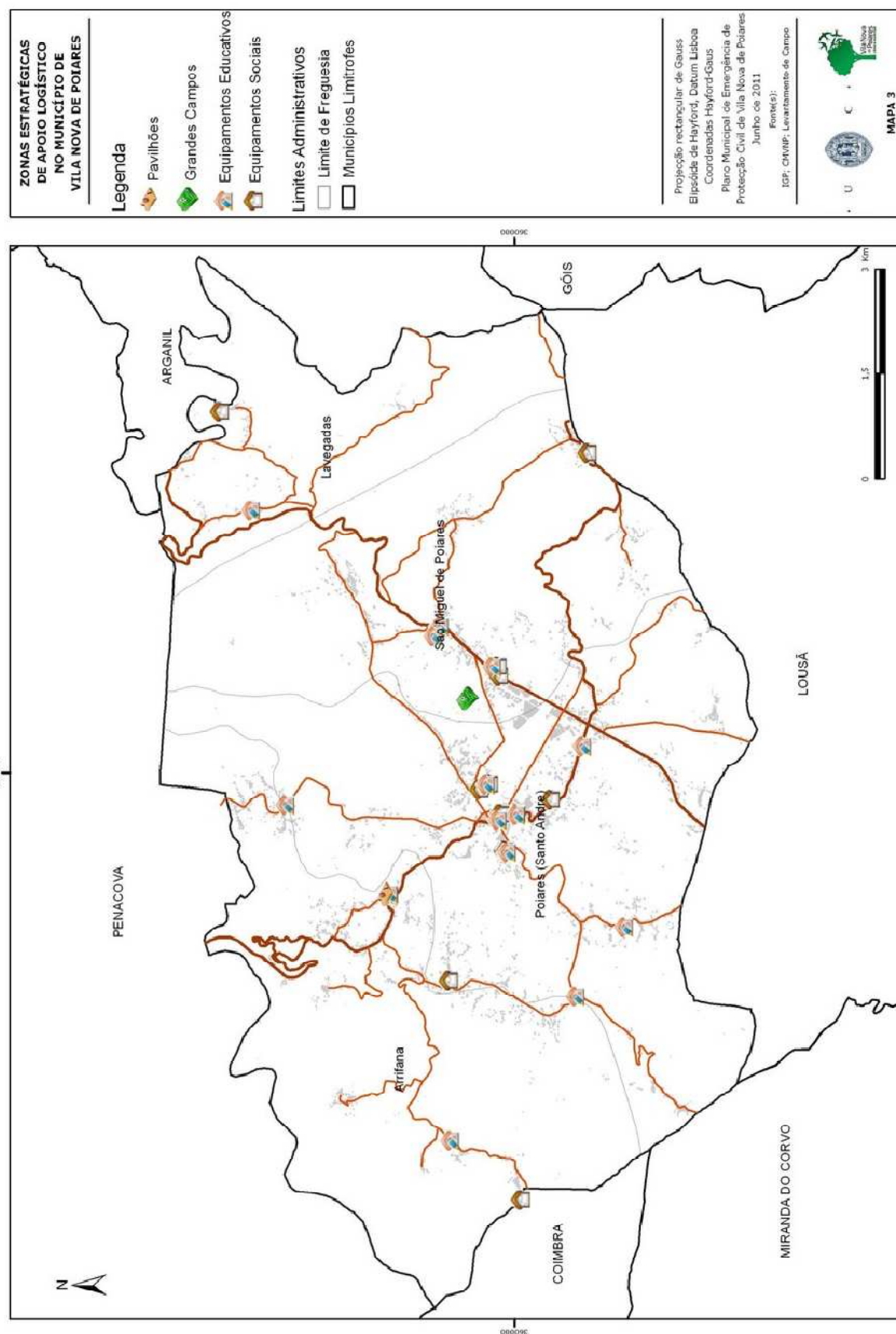
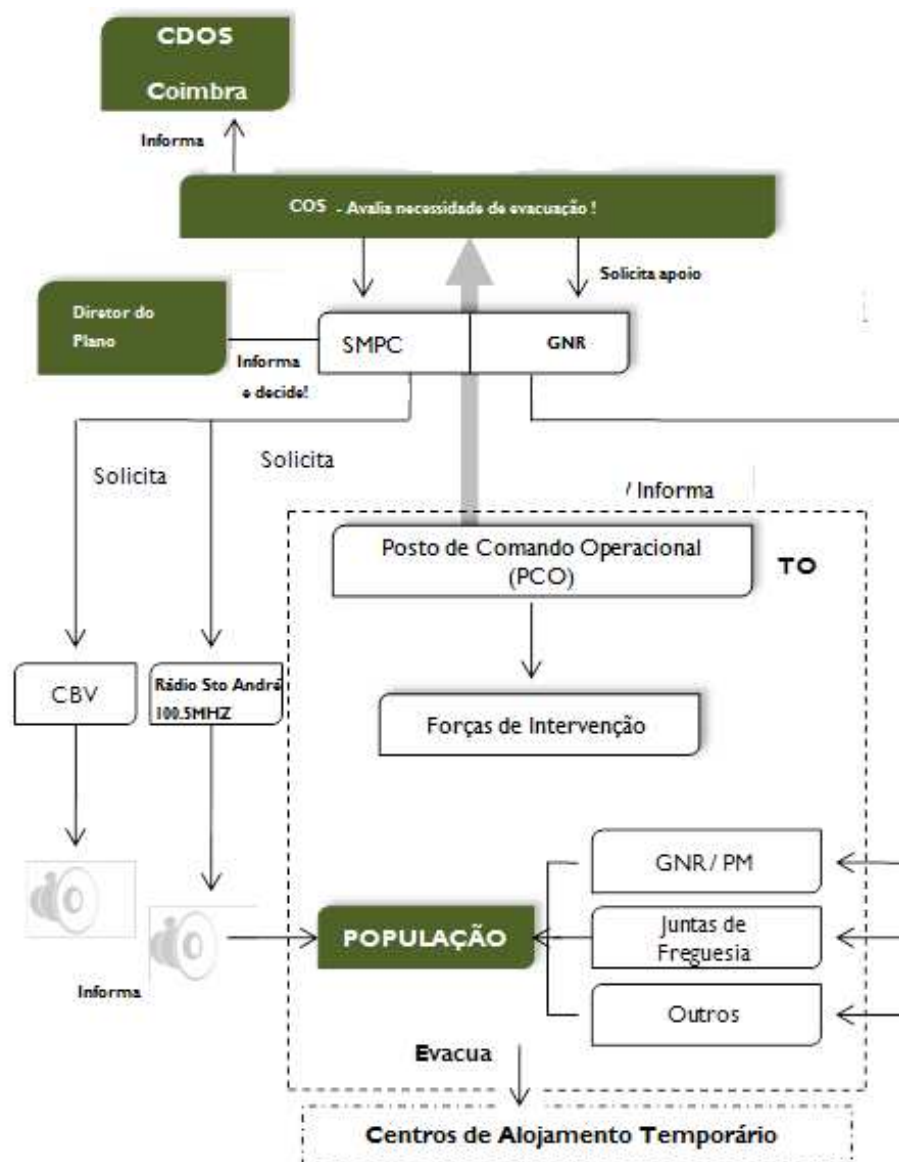


Figura 11 – Infraestruturas que podem servir de centros de alojamento provisório ou zonas de concentração e reserva no Município de Vila Nova de Poiares.



**Legenda:**

**CDOS** – Comando Distrital de Operações de Socorro

**SMPC** – Serviço Municipal de Protecção Civil

**CBV** – Corpo de Bombeiros Voluntários

**TO** – Teatro de Operações

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**PM** – Polícia Municipal

Figura 12 - Fluxograma do processo de Evacuação das populações.

Quadro 15 - Responsabilidades de evacuação específicas dos diversos agentes e entidades com responsabilidade no âmbito da Proteção Civil Municipais.

<b>COS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisa a complexidade da zona de sinistro e solicita evacuação das populações</li> <li>• Solicita o apoio à GNR e informa o CDOS de Coimbra e o SMPC/Diretor do Plano</li> </ul>
<b>SMPC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informa e solicita validação para a evacuação das populações;</li> <li>• Identifica os locais para onde devem dirigir as populações a evacuar.</li> <li>• Garantem os transportes disponíveis necessários à evacuação das populações e em particular para as pessoas com necessidades especiais;</li> </ul>
<b>Guarda Nacional Republicana e Polícia Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordena as ações de evacuação;</li> <li>• Mobiliza os meios próprios necessários à evacuação das populações;</li> <li>• Mobiliza os meios necessários para o processo de evacuação e de movimentação e controlo de tráfego, coordenando a Polícia Municipal que presta apoio nestas ações;</li> <li>• Procede e orienta a evacuação e a movimentação das populações, em articulação com o COS e SMPC;</li> </ul>
<b>Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoia a GNR / PM na evacuação das populações;</li> <li>• Coloca os meios próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais.</li> </ul>
<b>Juntas de Freguesia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promovem a identificação dos munícipes com incapacidades físicas ou outras, que levam à necessidade do emprego de meios especiais em caso de evacuação;</li> <li>• Apoiam a GNR / PM na evacuação das populações;</li> <li>• Colocam os meios próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais.</li> </ul>
<b>Centro de Saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colabora com as Juntas de Freguesia na identificação dos munícipes cujas incapacidades físicas levam à necessidade de emprego de meios especiais em caso de evacuação.</li> </ul>
<b>Agrupamentos de Escuteiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiam a GNR / PM na evacuação das populações.</li> </ul>

## 6. Manutenção da Ordem Pública

A manutenção da ordem pública é uma das competências das forças de segurança, em particular da GNR de Vila Nova de Poiares, e esta área de intervenção visa o estabelecimento de procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio quanto à segurança de pessoas e bens, ao controlo do tráfego e das zonas sinistradas, como ação essencial para a prossecução da missão das entidades intervenientes nas operações (Quadro 16).

Quadro 16 – Estrutura na Manutenção da Ordem Pública.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• GNR.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Polícia Municipal</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitar o acesso às zonas de sinistro e de apoio, exclusivamente às forças de intervenção e às entidades e organismos de apoio devidamente credenciadas;</li> <li>• Garantir a segurança das infraestruturas sensíveis e/ou indispensáveis às operações de proteção civil;</li> <li>• Proceder à sinalização, corte e desvio de trânsito, indispensáveis ao isolamento das zonas afetadas;</li> <li>• Prevenir situações de desordem pública;</li> <li>• Garantir a segurança nas áreas de sinistro ou eventualmente outras evacuadas, com vista a impedir roubos e pilhagens.</li> </ul>	
Instruções de coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A GNR coordena as ações da Polícia Municipal (PM) e estabelece, em articulação com este serviço de polícia administrativa, as áreas de atuação em termos de controlo e limitação de acessos;</li> <li>• A GNR, com o apoio da Polícia Municipal, limita e controla o acesso às áreas de sinistro e de apoio permitindo aos restantes agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio, a circulação em condições de segurança;</li> <li>• A segurança das instalações sensíveis ou indispensáveis às operações de Proteção Civil, escolas, Instalações dos Agentes de Proteção Civil e instalações municipais e do Estado, deve ser assegurada pela GNR, através do destacamento de efetivos.</li> <li>• Após a identificação das zonas a limitar ou condicionar, são criados perímetros de segurança. O tráfego rodoviário em redor do Teatro de Operações (TO) é controlado pela GNR de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar e a mobilidade das demais forças de intervenção;</li> <li>• A GNR e a PM destacam pessoal para garantir a segurança do local de funcionamento da CMPC, das zonas de sinistro, das áreas e centros de alojamento provisório, bem como nos edifícios públicos e o património a preservar;</li> <li>• A segurança nos estabelecimentos industriais e comerciais deve ser reforçada pelos respetivos empresários recorrendo a empresas privadas da especialidade, cujos vigilantes devem apresentar-se devidamente uniformizados.</li> </ul>	

## 7. Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas

No quadro seguinte encontra-se descrita a estrutura inerente aos serviços médicos e de transporte de vítimas (Quadro 17):

Quadro 17 – Estrutura nos Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>COS / Centro de Saúde V.N. Poiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>BVVNP</li> <li>INEM.IP</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde;</li> <li>Assegurar, em caso de necessidade, a montagem, organização e funcionamento de Postos Médicos Avançados e/ou Hospitais de Campanha;</li> <li>Coordenar as ações de Saúde Pública e assistência nas áreas atingidas, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e controlo de qualidade de bens essenciais, como alimentos, medicamentos, entre outros.</li> </ul>	
Instruções de coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Face a um acidente grave ou catástrofe com elevado número de vítimas, com necessidade de assistência pré-hospitalar em emergência médica, o COS em articulação com o Centro de Saúde solicita ao CDOS de Coimbra a intervenção do INEM.IP;</li> <li>As primeiras equipas a chegar à Zona de Sinistro zona, prestam de imediato socorro e promovem a evacuação primária, encaminhando as vítimas para o posto de triagem (Centro de Saúde de V. N. de Poiares). Mais tarde e com a instalação de outros pontos de triagem que forem estabelecidos na envolvente das Zonas de Apoio, em articulação com o COS, o INEM.IP desenvolve a atividade triagem e estabilização de vítimas com vista à evacuação secundária.</li> <li>O Comandante das Operações de Socorro informa o Diretor do Plano sobre o número potencial de vítimas;</li> <li>O INEM.IP e o Centro de Saúde de V. N. Poiares, reforçam os de meios e recursos considerados necessários para a triagem e assistência pré-hospitalar às vítimas;</li> <li>O CB de V. N. Poiares promove a evacuação secundária e o INEM.IP. em articulação com o Centro de Saúde, solicita reforço de meios de transporte pré-hospitalar para as unidades hospitalares do CHUC (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra);</li> <li>O INEM.IP em coordenação com o Centro de Saúde gere a evacuação secundária e define prioridades para encaminhamento ao hospital de referência, prestando as informações necessárias</li> </ul>	



relativamente à condição das vítimas;

- O INEM.IP com o apoio do CB de V.N. Poiares Implementa um sistema de registo de vítimas no Teatro de Operações;
- O INEM.IP em coordenação com o COS, o CB V.N. Poiares e o Centro de Saúde V.N. Poiares, montam e gerem os postos de triagem e Postos Médicos Avançados eventualmente criados para além do Centro de Saúde;
- Compete ao Centro de Saúde de V. N. de Poiares a coordenação das ações de controlo ambiental e sanitário e da qualidade dos bens essenciais.

## 8. Socorro e Salvamento

A intervenção no socorro e salvamento (Quadro 18), em resultado de um acidente grave ou catástrofe, cabe ao Corpo de Bombeiros de Vila Nova de Poiares que dispõe de um conjunto de meios e recursos com valências diferenciadas para resposta à emergência. Para a prossecução da sua missão, em caso de necessidade imediata, o Corpo de Bombeiros (CB) pode recorrer, ainda, a meios de reforço de outros CB do distrito de Coimbra mobilizados através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra e outras entidades com responsabilidades, atribuições e competências (Quadro 19 e Figura 13).

Quadro 18 – Estrutura no Socorro e Salvamento.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• BVVNP / COS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INEM.IP</li> <li>• GNR</li> <li>• Polícia Municipal</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover e coordenar as ações de combate e controle de incêndios urbanos, industriais e florestais, assistência em inundações, desabamentos, resgate de soterrados e encarcerados, o controlo de derrames e contenção de fugas de matérias perigosas e assegurar a prestação de primeiros socorros e transporte de acidentados em resultado de acidente grave ou catástrofe e de um modo geral todos os acidentes.</li> </ul>	
Instruções de coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O chefe da primeira equipa de socorro a chegar ao local do sinistro assume o Comando das Operações (COS) e transfere essa competência logo que chegue ao TO a estrutura de Comando da área de atuação própria da zona de sinistro. O primeiro COS:</li> </ul>	

- ✓ Avalia rapidamente a situação e informa o CDOS de Coimbra e o Diretor do Plano
- ✓ Informa o tipo de ocorrência (O quê?);
- ✓ Informa o local e a extensão (Onde? Que proporções?);
- ✓ Informa o número potencial de vítimas (Quantas Vítimas?);
- ✓ Informa da necessidade de reforço operacional;

O COS comanda as operações e estabelece prioridade de atuação em função da evolução do TO segundo previsto no Sistema de Gestão das Operações (SGO) e coordena a prestação de primeiros socorros e transporte de acidentados, as ações de combate e controle de incêndios urbanos, industriais e florestais, socorro a náufragos, resgate de soterrados e encarcerados, o controlo de derrames e contenção de fugas de matérias perigosas;

- O CBVNP apoia nas ações de busca e promove o socorro a desaparecidos e a pesquisa e resgate de soterrados e encarcerados;
- O COS avalia as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, garantindo a segurança inicial das ZS;
- O CBVNP assegura as operações de socorro e evacuação primária, assistência a feridos e apoio nas evacuações secundárias, sob a coordenação do INEM.IP;
- O COS reporta o ponto de situação da ocorrência sempre que necessário ou solicitado pelo CDOS de Coimbra e Diretor do Plano;
- Todos os intervenientes nas operações, sem prejuízo da sua dependência hierárquica e funcional, reportam ao COS/posto de comando das ações que desempenham e locais de missão;
- Nesta condição, o Corpo de Bombeiros de Vila Nova de Poiares e outros de reforço distrital, cooperam com as demais forças de intervenção: A GNR, com o apoio da Polícia Municipal, controlam a segurança no espaço de atuação das forças de intervenção no TO e criam perímetros de segurança;
- O COS solicita ao SMPC, os equipamentos especiais necessários, como máquinas de rasto, gruas, retroescavadoras, entre outros;
- O COS solicita ao CDOS de Coimbra o reforço e a mobilização de meios e recursos dos CB do distrito, bem como o apoio do Veículo de Planeamento Comando e Comunicações;
- O Comandante das Operações de Socorro (COS), determina a passagem da ocorrência à condição de dominada, o que implica que a emergência está controlada e os meios disponíveis são os adequados e suficientes à reposição da normalidade, podendo gerir os meios e recurso por forma a serem substituídos ou desmobilizados,
- O COS em articulação com Diretor do Plano, determina, em conformidade com a evolução positiva das ações de socorro, o fim da fase de intervenção e a passagem à fase de reabilitação,

quando estiverem completadas todas as necessidades relativas à supressão da ocorrência, no que respeita ao socorro e salvamento.

Quadro 19 – Entidades e Órgãos com responsabilidades nas ações de socorro e salvamento.

<b>Corpo de Bombeiros Voluntários V. N. Poiares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordena as actividades de socorro e salvamento;</li> <li>• Garante a operacionalidade dos meios necessários às acções de socorro e salvamento;</li> <li>• Mobiliza os meios diferenciados necessários à primeira intervenção e solicitam reforço de efetivos;</li> <li>• Organiza os meios de modo a garantir a primeira intervenção imediatamente após a recepção do alerta;</li> <li>• O elemento mais graduado a chegar ao local de sinistro, garante a função inicial de primeiro Comandante das Operações de Socorro (COS).</li> </ul>
<b>Comandante Operações de Socorro (COS)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegura o comando e controlo das operações de acordo com o SGO e reporta à estrutura de comando distrital e ao Diretor do Plano da evolução da ocorrência</li> </ul>
<b>Guarda Nacional Republicana e Polícia Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobiliza os meios próprios necessários à segurança das ações de socorro e salvamento;</li> <li>• Garantem a segurança de pessoas e bens, nas áreas afetadas e criam perímetro de segurança nas zonas de sinistro, de apoio e de concentração e de reserva.</li> </ul>
<b>INEM IP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobiliza os meios próprios necessários ao apoio às ações de socorro e salvamento.</li> </ul>
<b>CDOS de Coimbra</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforça os meios distritais para intervenção e apoio às ações de socorro e salvamento.</li> </ul>

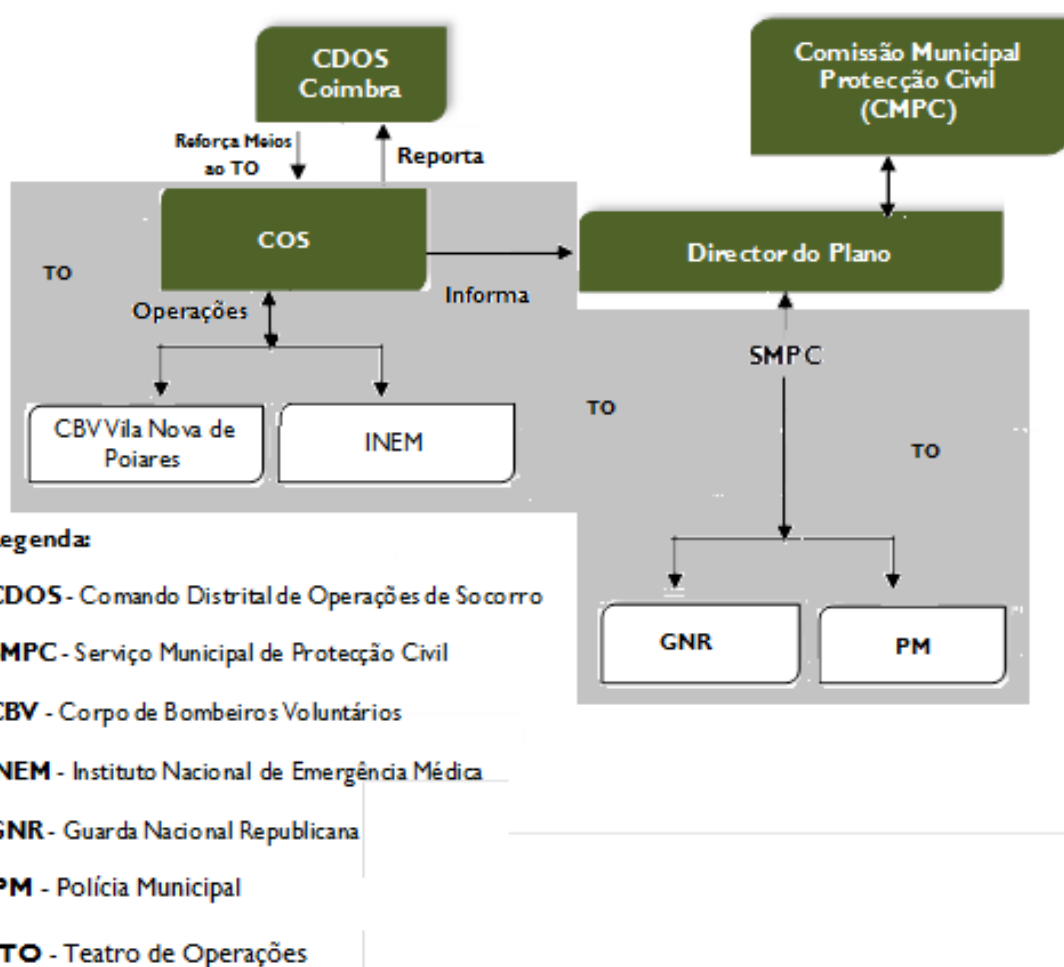


Figura 13 - Organização do Socorro e Salvamento.

## 9. Serviços Mortuários

Em cenários de elevado número de vítimas, a recolha e o acondicionamento de cadáveres, em condições sanitárias e de dignidade, são tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de procedimentos (Quadro 20 e Quadro 21) que, devido à sua importância nos aspetos se prendem com a investigação forense, exigem uma coordenação entre a GNR e a autoridade de Saúde de Vila Nova de Poiares, com a colaboração do corpo de bombeiros, o INEM IP e o INMLCF (Quadro 20, Quadro 21, Figura 14 e Figura 15).

Quadro 20 – Estrutura nos Serviços Mortuários.

Estrutura de Coordenação	Entidades Intervenientes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegado de Saúde e GNR.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BVVNP</li> <li>• INMLCF</li> <li>• INEM.IP</li> <li>• Polícia Municipal</li> <li>• Agências Funerárias.</li> </ul>
Prioridades de Ação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar as ações de mortuária, definindo os locais de reunião de mortos e necrotérios provisórios;</li> <li>• Promover a segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir perímetros de segurança, tranquilidade da ação forense e dignificação dos cadáveres e a recolha e preservação de provas forenses;</li> <li>• Recolher e acondicionar os cadáveres, em condições sanitárias e de dignidade para os locais de reunião de mortos e necrotérios provisórios;</li> <li>• Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;</li> <li>• Garantir uma correta tramitação processual de entrega às famílias dos corpos identificados, nos casos possíveis e com a dignidade exigida;</li> <li>• Proceder à inumação de emergência em caso de riscos para a saúde pública.</li> </ul>	
Instruções de coordenação	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na presença de cadáveres e na fase inicial da sua descoberta pelos APC, estes comunicam à sua estrutura de comando a qual solicita a presença da GNR. O COS informa o Diretor do Plano do número de vítimas.</li> <li>• A GNR com a colaboração da PM promove o controlo o isolamento da área e colabora com a Autoridade de Saúde, o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) na articulação dos procedimentos de resgate e/ou recolha de cadáveres ou partes de cadáveres e contam com o apoio dos corpos de bombeiros;</li> <li>• Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses garante a recolha de informações que possibilite proceder com a máxima rapidez e eficácia à identificação dos cadáveres, através da colheita de dados Post-mortem (tempo decorrido após a morte de uma pessoa) e Ante-mortem (antes da morte) tal como ao cruzamento dos mesmos, assim como garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados;</li> <li>• A recolha das vítimas é feita para locais de reunião de vítimas mortais que podem funcionar como necrotérios provisórios, a instalar nas antigas instalações do Centro de Saúde, no Salão de Festas</li> </ul>	

do Centro Cultural de Poiães (CCP), na Garagem do Quartel de Bombeiros Voluntários, nos Pavilhões Gimnodesportivos de Poiães (Santo André), de Santa Maria e o Pavilhão de São Miguel de Poiães (

- 
- Quadro 21 - Entidades com responsabilidades nas ações de mortuária.
- 
- 
- 
- 
- 
- Figura 14, são cartografados os locais com aptidões potenciais para de reunião de cadáveres;
- Na seleção dos locais, sob coordenação dos técnicos do INMLCF, devem ser tidas em conta as acessibilidades, as comunicações (telefónicas ou radiocomunicações), a privacidade, a higiene e a disponibilidade e as facilidades de segurança.
- O transporte de cadáveres ou partes de cadáveres será efetuado com o apoio do Corpos de Bombeiros e das Agências Funerárias:
- Em situação de risco para a saúde pública e esgotada a capacidade dos necrotérios do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e das instalações do INMLCF, a autoridade de saúde, o INMLC e a GNR equacionam a execução de inumações de emergência, segundo critérios determinados pelo INMLCF, em cemitérios locais ou outros espaços municipais disponíveis, em articulação com o SMPC, que ofereçam condições geológicas e hidrogeológicas não comprometedoras do ambiente e da saúde pública.

Quadro 21 - Entidades com responsabilidades nas ações de mortuária.

<b>Autoridade de Saúde Municipal / Instituto Nacional de Medicina Legal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenam as ações de mortuária como a investigação forense, a dignificação e preservação dos cadáveres e a recolha e preservação de provas;</li> <li>• Asseguram o equipamento e meios necessários às ações de mortuária;</li> <li>• Elabora o processo de reconhecimento de vítimas mortais.</li> </ul>
<b>SMPC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento e inventário das instalações para instalação de necrotérios provisórios e analisa locais com condições para sepultamentos de emergência.</li> </ul>
<b>Corpo de Bombeiros Voluntários Agências Funerárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizam os meios próprios necessários ao transporte de vítimas mortais até às instalações de necrotérios provisórios</li> </ul>
<b>GNR e PM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizam os meios próprios para a segurança dos locais, de modo a garantir a segurança, respeito e integridade dos corpos.</li> </ul>

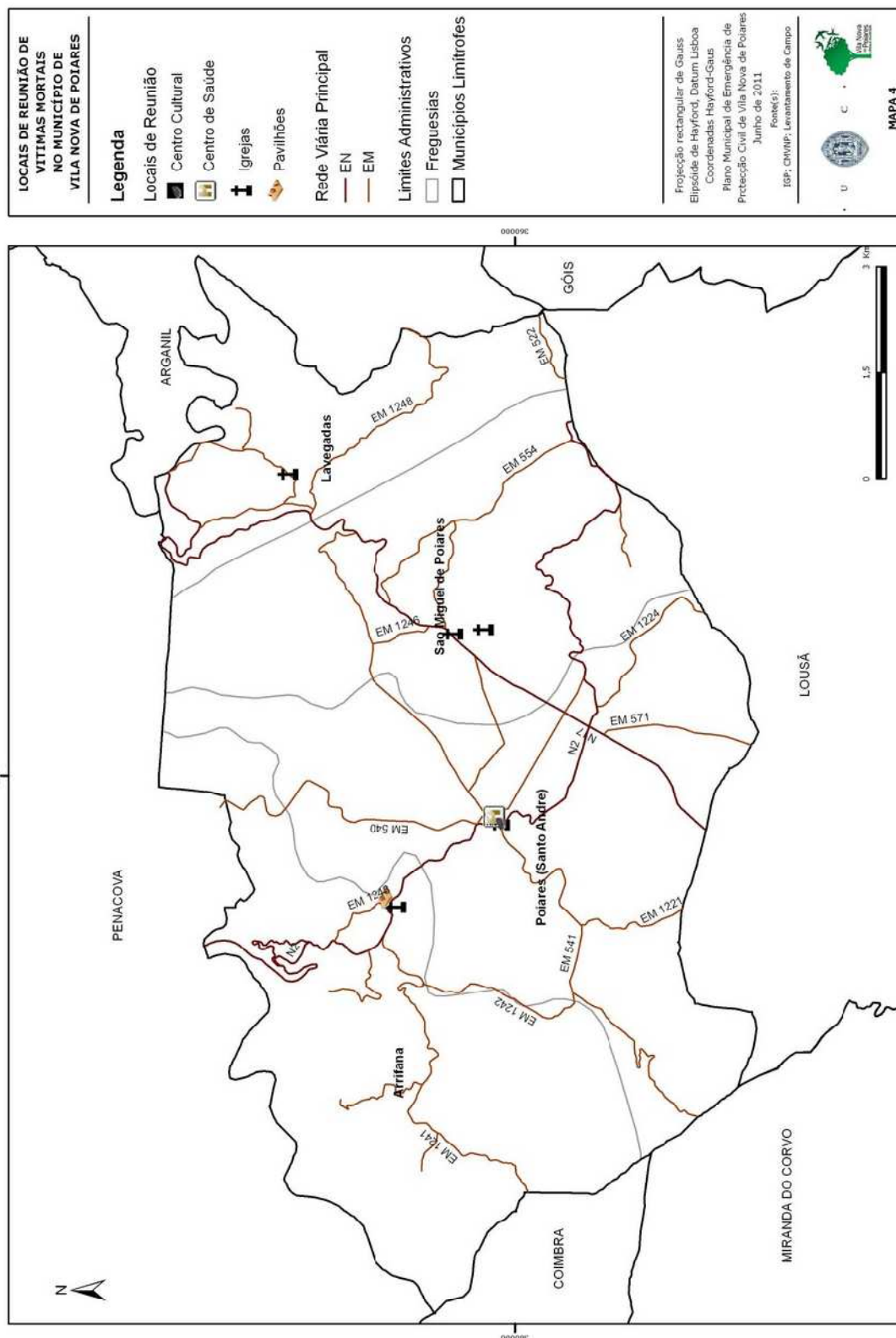
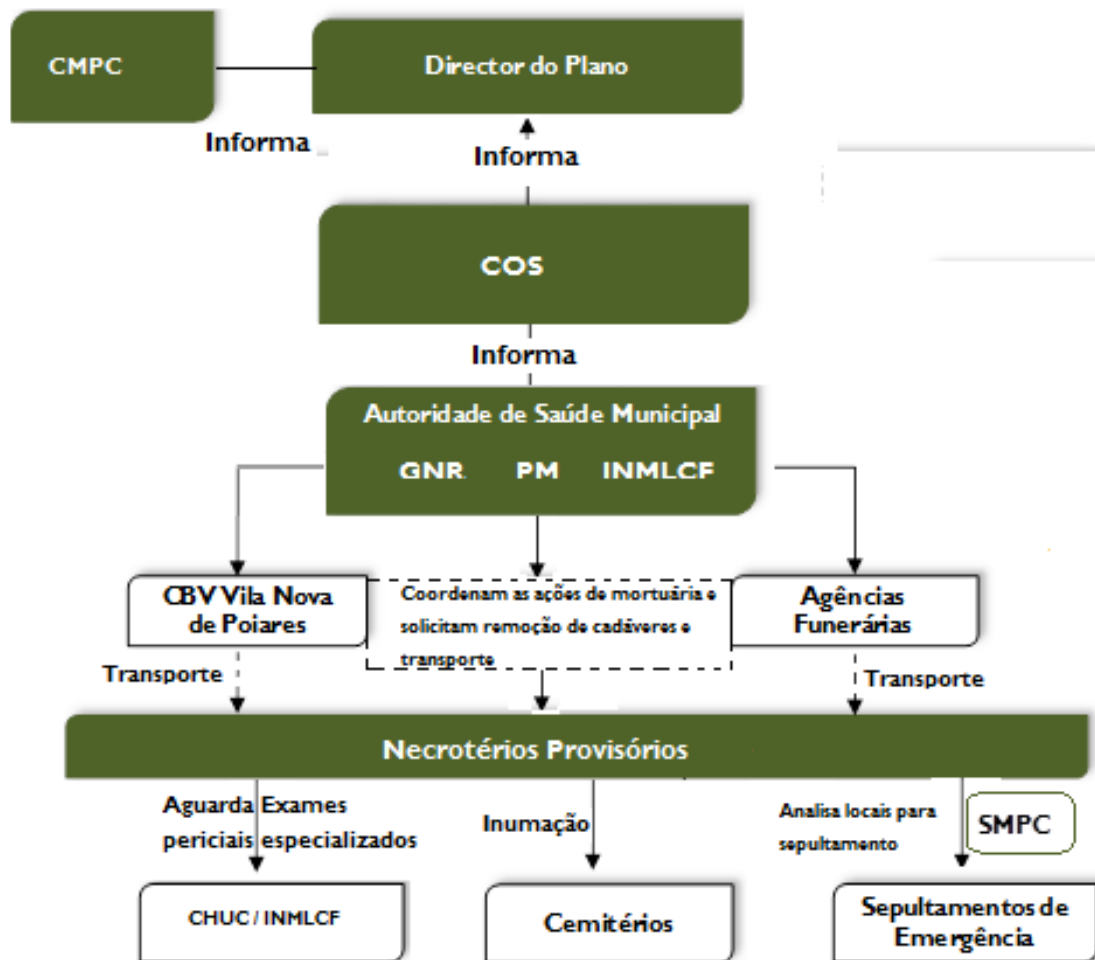


Figura 14 - Locais de Reunião de Vítimas Mortais no Município de Vila Nova de Poiares.





**Legenda:**

**SMPC** – Serviço Municipal de Protecção Civil

**INMLCF** - Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses

**CBV** – Corpo de Bombeiros Voluntários

**CHUC** - Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

**GNR** - Guarda Nacional Republicana

**PM** - Polícia Municipal

**CMPC** - Comissão Municipal de Protecção Civil

Figura 15 - Fluxograma dos Serviços Mortuários.

## **10. Protocolos**

À data de execução do presente Plano não se encontram firmados protocolos.

# PARTE IV

## Informação Complementar



## Secção I

### I. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal

#### I.1. Estrutura da Proteção Civil Municipal

De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil n.º 27/2006, de 3 de Julho (LBPC), define a proteção civil como a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A atividade de Proteção Civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores. Os objetivos fundamentais e domínios da proteção civil municipal são, de acordo com a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro - enquadramento institucional e operacional da proteção civil de âmbito municipal (Quadro 22 e Figura 16):

Quadro 22 - Objetivos e Domínios da Proteção Civil Municipal.

<b>OBJETIVOS</b> N.º 1, do artigo 2.º da Lei 65/2007	<b>DOMINIOS</b> N.º 2, do artigo 2.º da Lei 65/2007
<p>Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes;</p> <p>Atenuar na área do município os riscos coletivos e limitar os seus efeitos;</p> <p>Socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;</p> <p>Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do Município afetadas por acidente grave ou catástrofe.</p>	<p>Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do Município;</p> <p>Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;</p> <p>Informação e formação das populações do Município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;</p> <p>Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no Município e inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;</p> <p>Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção, bem como a previsão e planeamento de ações relativas à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal.</p>

A Figura 16 representa esquematicamente a estrutura municipal de proteção civil.



Figura 16 - Estrutura Municipal de Proteção Civil.

A direção política da proteção civil municipal está na dependência direta do Presidente da Câmara Municipal, o qual é, concomitantemente, a Autoridade Municipal de Proteção Civil e Diretor do PMEPCVNP.

Assim, e de acordo com o artigo 35.º da LBPC:

- *Compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de funções de responsável municipal pela política de Proteção Civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de Proteção Civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.*

Saliente-se que o Presidente da Câmara é apoiado pelo Comandante Operacional Municipal (COM), quando nomeado, pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelos agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio de âmbito municipal que são parte integrante deste plano de emergência (Quadro 23).

Quadro 23 - Órgãos de Coordenação Política da Proteção Civil.

<b>Convocação e presidência</b>	Presidente da Câmara Municipal
<b>Composição</b>	Integram a CMPC o Presidente da Câmara Municipal e o Vice-Presidente, o Comandante Operacional Municipal quando nomeado, o Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de VN Poiães, o coordenador da Polícia Municipal, o Comandante da GNR, a autoridade de saúde do Município, o representante do Instituto de Segurança Social, IP - serviço local de VN Poiães e os Presidentes de Junta de Freguesia de Arrifana, S. Miguel de Poiães, Poiães Santo André e Lavegadas e o Gabinete Técnico Florestal de VN Poiães. Podem a todo o momento serem chamados a intervir outros representantes de outras entidades e serviços implantados no município cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as ações de Proteção Civil.
<b>Competências</b>	<p>Acionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação da CNPC os planos municipais de emergência;</p> <p>Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidos por agentes públicos</p> <p>Determinar o accionamento dos Planos, quando tal se justifique.</p> <p>Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil.</p>

Quadro 24 - Responsabilidades do órgão de execução (SMPC).

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL
<p>No caso de Vila Nova de Poiares, o Serviço Municipal de Proteção Civil tem por responsabilidade a prossecução das atividades de proteção civil de âmbito municipal, nomeadamente, elaborar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, inventariar e atualizar permanentemente os meios e recursos existentes no Município, planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência, promover campanhas de informação e sensibilização e colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros.</p> <p>O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) é dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação de funções em Vereador por si designado.</p>

## 1.2. Estrutura das Operações

O Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio, define o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) ou seja o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob o comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional (Figura 17).

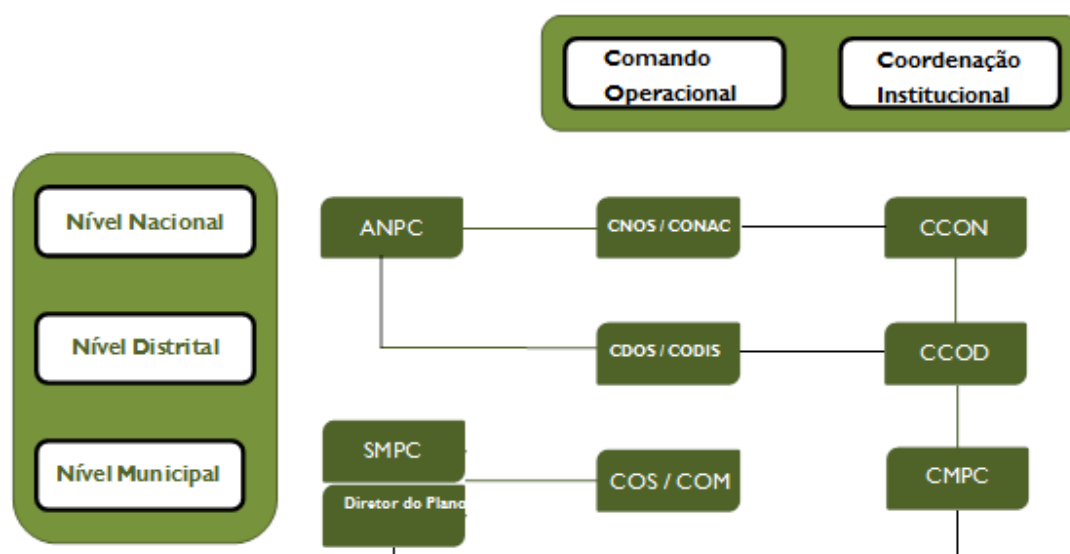


Figura 17 – Estrutura das Operações de Proteção Civil.

O SIOPS visa responder a situações de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, assente no princípio de comando único, em estruturas de coordenação institucional, onde se compatibilizam todas as APC necessários para a resposta de proteção e socorro face a acidentes graves e catástrofes: A estrutura de comando operacional, no âmbito das competências atribuídas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, age perante a iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com

outras forças que dispõem de comando próprio sem prejuízo da sua dependência hierárquica e funcional.

Ao nível do Município de Vila Nova de Poiares, as intervenções foram estruturadas de acordo com a legislação em vigor, quanto à coordenação, regras, procedimentos e funções, conforme está explícito na Parte II do presente Plano.

A Diretiva Operacional n.º 1/2010 da ANPC indica que a Comissão Municipal de Proteção Civil assume, para além da coordenação política da atividade de proteção civil de nível municipal, o papel de coordenação institucional na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Saliente-se que é competência da CMPC “*gerir a participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear.*”

No que respeita à estrutura de coordenação operacional (Quadro 25) esta assenta em comandos operacionais de socorro de âmbito nacional e distrital, competindo a esta estrutura assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros. O COM, quando nomeado, assume a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal,

Quadro 25- Estrutura de Coordenação Operacional

Estrutura de Coordenação Operacional		
CNOS	CDOS	COM
Tem por missão garantir a operacionalidade e articulação de todos os agentes de proteção civil que integram o SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção e coordenar operacionalmente os Comandos Distritais de Operações de Socorro.	Tem como competências fundamentais no âmbito do SIOPS assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção, assegurar a gestão dos meios aéreos a nível distrital, e apoiar técnica e operacionalmente as Comissões Distritais de Proteção Civil.	Tem por missão assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no PMEPC, bem como, quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um Corpo de Bombeiros. O COM mantém permanentemente ligação de articulação com o Comandante Operacional Distrital.

A figura seguinte representa esquematicamente a interligação entre a estrutura de proteção civil e a estrutura do SIOPS (Figura 18).



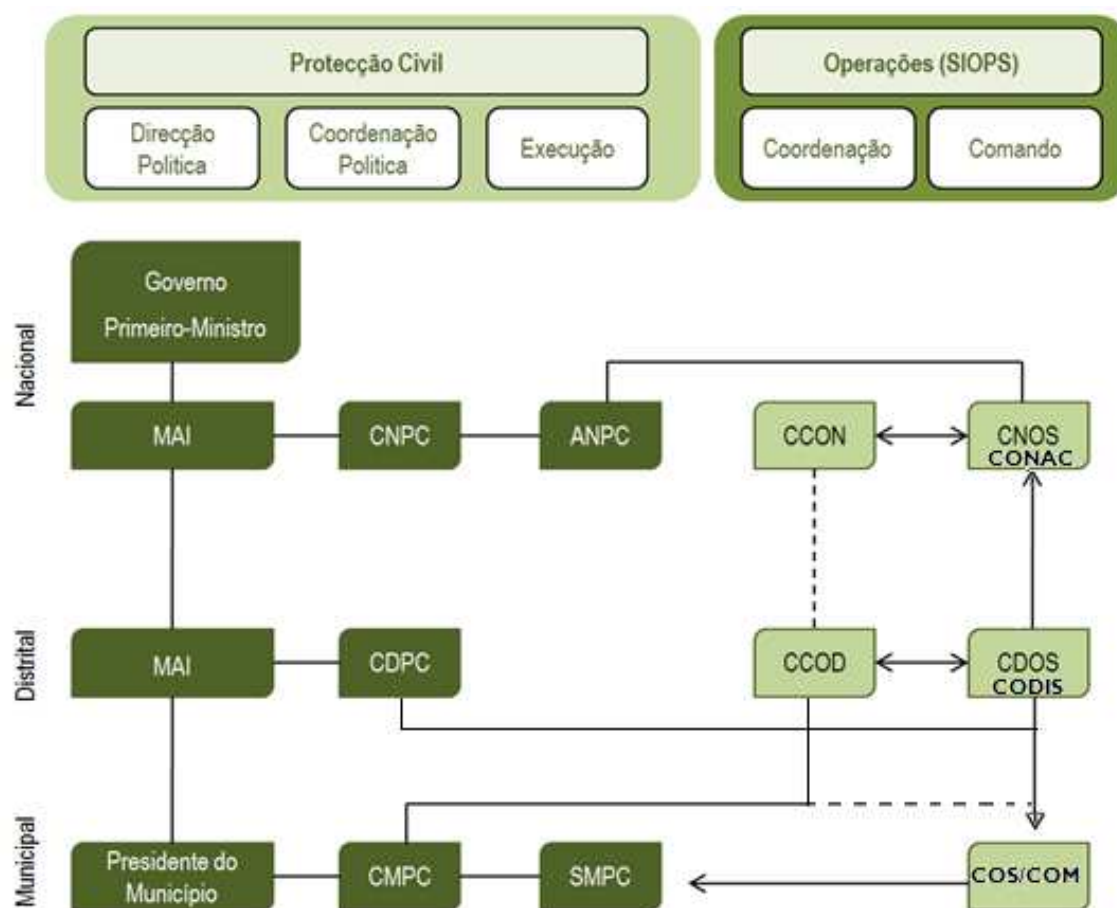


Figura 18 – Articulação da Estrutura de Proteção Civil com o SIOPS (DL 134/2006, alt. DL 72/2013).

### 1.3. Sistema de Gestão de Operações

Em operações de proteção e socorro a missão dos APC e OEA é regida pela atuação articulada sob um comando único, sem prejuízo pela sua dependência hierárquica e funcional de acordo com o seu estatuto, atribuições e competências, previstas nas respetivas leis orgânicas ou outro enquadramento legal.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio e a NOP 1403/2012, de 11 de abril, o Sistema de Gestão de Operações (SGO) é uma forma de organização operacional que se desenvolve numa configuração modular de acordo com a importância e o tipo de ocorrência.

Aquando da chegada da primeira equipa de Bombeiros ao local da ocorrência, o seu elemento mais graduado assume de imediato o comando das operações (1.º COS) e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação, não obstante de ter em conta a adequação técnica dos agentes presentes nas operações e as suas competências legais.

A figura do Comandante das Operações de Socorro (COS) existe em todos os Teatros de Operações (TO), como elemento dos bombeiros mais graduado no Teatro de Operações, contudo perante a chegada de mais meios materiais e humanos, a responsabilidade de comando poderá ser transferida, ou seja, assume a função o mais graduado presente no TO. Em suma, a todo o momento existe um e só um elemento a comandar, sendo este o princípio da unidade de comando, devendo, aquando da passagem de comando, esta ser antecedida de um *briefing* e de uma notificação da substituição a toda a estrutura operacional presente.

No presente sistema existe uma única função de carácter obrigatório, a do COS, sendo que as suas competências e responsabilidades variam em função da dimensão e evolução da ocorrência. Todas as outras funções existirão apenas se a situação o exigir, ficando bem vincado uma obrigatoriedade de função. Este é o princípio da manutenção da capacidade de controlo, para vários níveis de organização. De realçar ainda que cada graduado pode ter debaixo da sua alçada entre quatro a seis indivíduos, para qualquer nível da organização.

Na organização e comando no TO são entendidas as seguintes definições:

- **Adjunto de Relações Públicas** – Desenvolve um sistema preciso e completo de recolha de informações sobre as causas da ocorrência, proporções, situação corrente, meios empenhados e tudo o mais de interesse geral. Estabelece o contato com os órgãos de comunicação social e as entidades oficiais que requeiram informações do TO;
- **Adjunto de Segurança** – Promove a avaliação dos perigos e situações de risco, tomando as medidas necessárias à segurança do pessoal no TO. Avalia as necessidades em apoio sanitário e recuperação física do pessoal, em conjunto com os técnicos especialistas de saúde. Detém autoridade para, em caso de emergência, ordenar a paragem dos trabalhos, de modo a prevenir atos inseguros;
- **Adjunto de Ligações** – Desenvolve os contatos com os representantes de outras entidades, incluindo os técnicos destacados para apoio ao TO;
- **Célula de Planeamento** – Recolhe, avalia, processa e difunde informação. Com base nas informações tratadas, deve prever o provável desenvolvimento do acidente e identificar a eventual necessidade de meios e recursos, antes dos mesmos serem realmente necessários;
- **Célula de Combate** – Responsável pela gestão direta das atividades e prioridades táticas, bem como pela segurança e bem-estar do pessoal diretamente ligado ao objetivo principal: “a supressão da ocorrência”;
- **Célula de Logística** – Desenvolve e mantém o máximo potencial de combate através do apoio aos vários sectores do TO (*Providencia veículos, instalações, abastecimentos, alimentação, manutenção de equipamentos, combustíveis, comunicações rádio e apoio sanitário*). Estas missões são cumpridas colocando pessoal e o material adequado no local próprio, em tempo útil e nas melhores condições de eficiência.

- **Companhias** – são unidades operacionais de proteção e socorro, de intervenção na área de sinistro, que pode integrar dois ou três Grupos/Secções;
- **Grupos ou Secções** – são unidades operacionais de proteção e socorro, de intervenção na área de sinistro, que pode integrar duas ou três Brigadas;
- **Brigadas** – são unidades operacionais de proteção e socorro, de intervenção na área de sinistro, que pode integrar duas ou três Equipas;
- **Equipas** – são unidades operacionais de proteção e socorro, de intervenção na área de sinistro, que podem integrar entre dois a seis elementos, em conformidade com a especificidade da atividade operacional a desenvolver. As equipas podem também designar-se Equipas de Intervenção Permanente. Equipas de Observação e Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação;
- **Unidades** – Elementos ou recursos.
- **Comandante das Operações de Socorro** – O COS é responsável por toda a operação que, num dado momento, comanda. As atribuições do COS estão determinadas na DON 01 – DIOPS;
- **Posto de Comando Operacional (PCO)** – o PCO é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o responsável pelas operações (COS), na preparação das decisões e na articulação dos meios no TO. Integram o PCO as células de combate/operações, Planeamento e Logística;
- **Posto de Comando Operacional Conjunto** – O PCO evolui para PCOC sempre que determinada ocorrência envolva diversas forças integrantes do SIOPS, com a integração de técnicos e especialistas de apoio à decisão operacional e os representantes do SMPC.

Após uma análise prévia da ocorrência, desenvolvem-se mecanismos no sentido de simplificar o plano de ação, consubstanciado em três níveis – **Estratégico, Tático e Manobra** - que configuram o sistema de gestão de operações, sendo assegurados pelas respetivas células e comandantes, logo que nomeados pelo COS.

**Nível Estratégico** – Detém todo o comando da operação:

- A determinação da estratégia apropriada;
- O estabelecimento dos objetivos gerais da operação;
- A definição de prioridades;
- A elaboração e atualização do plano estratégico de ação;
- A previsão e planeamento de resultados;
- A fixação de objetivos específicos a nível tático;
- A identificação das necessidades e pedido de meios de reforço.

**Nível Tático** – Trata de objetivos específicos:

- A receção e colocação dos meios de reforço;
- O comando táticos dos setores de trabalho;
- A gestão dos meios e recursos afetos;
- O controlo da prossecução dos objetivos definidos.

**Nível Manobra** – encarrega-se das tarefas específicas:

- Execução das tarefas específicas;
- A operacionalização/materialização das missões operacionais.

No que concerne ao sistema de gestão de operações, este contempla zonas de intervenção, consoante o tipo de acidente e a estratégia considerada para o TO que é organizado em zonas operacionais (Figura 19).

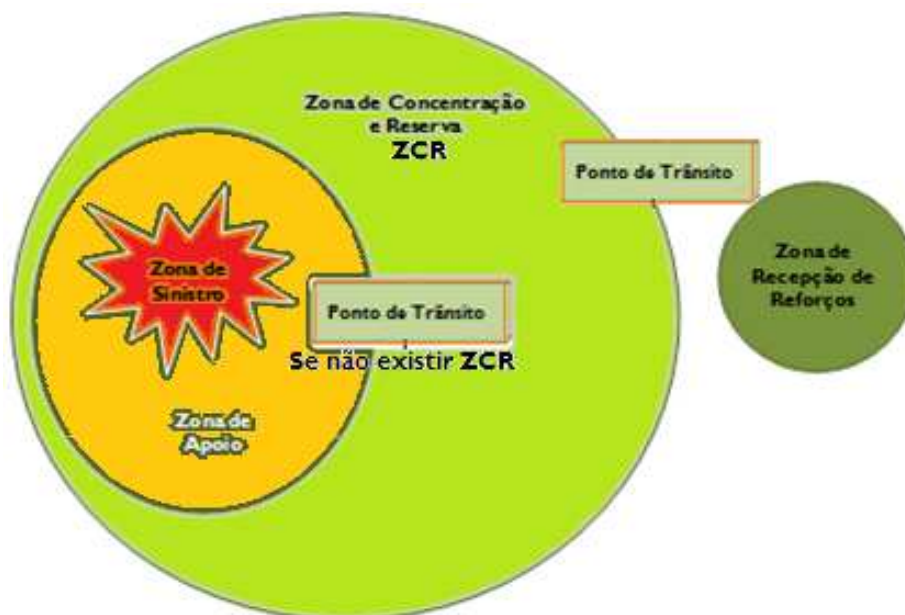


Figura 19 – Delimitação de Zonas de intervenção

A **Zona de Sinistro (ZS) (zona quente)** é a superfície na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram exclusivamente os meios necessários à intervenção direta, sob a responsabilidade exclusiva do Posto de Comando Operacional (PCO).

A **Zona de Apoio (ZA) (zona morna)** é uma zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios de intervenção ou onde estacionam meios de intervenção para resposta imediata.

A **Zona de Concentração e Reserva (ZCR) (zona Fria)** é uma zona do Teatro de Operações onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata, onde se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar e onde têm lugar as concentrações e trocas de recursos pedidos pelo Posto de Comando Operacional.

A **Zona de Receção de Reforços (ZRR)** é uma zona de controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do Centro de Coordenação de Operações Distrital (CCOD) da área onde se desenvolve o sinistro, para onde se dirigem os meios de reforço atribuídos pelo Centro de Coordenação de Operações Nacional (CCON) antes de atingirem a ZCR no Teatro de Operações.

## 2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil

### 2.1. Composição, Convocação e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil

A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil e determina as competências do Comandante Operacional Municipal.

Compete ao Presidente da Câmara Municipal convocar e presidir à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC). De modo a facilitar o funcionamento e agilizar e procedimentos da CMPC e concretizar as competências legalmente estabelecidas do Presidente da Câmara Municipal e da própria CMPC, pode esta comissão propor e aprovar um regimento da funcionamento que será posteriormente publicado em Diário da República.

A Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares é um órgão colegial (Quadro 26) de âmbito municipal, com funções de articulação e de coordenação institucional, tendo como objetivo assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulem entre si, garantindo os meios e recursos considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Quadro 26 - Composição da Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares.

Comissão Municipal de Protecção Civil de Vila Nova de Poiares	
<b>Composição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente da Câmara Municipal;</li> <li>• Vice - Presidente da Câmara Municipal;</li> <li>• Comandante Operacional Municipal (quando nomeado)</li> <li>• Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;</li> <li>• Comandante do Posto Territorial da GNR de Vila Nova de Poiares;</li> <li>• Coordenador da Polícia Municipal;</li> <li>• Delegado de Saúde do Município de Vila Nova de Poiares;</li> <li>• Presidente da Junta de Freguesia de Poiares Santo André;</li> <li>• Presidente da Junta de Freguesia de S.Miguel de Poiares;</li> <li>• Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana;</li> <li>• Presidente da Junta de Freguesia de Lavegadas;</li> <li>• Gabinete Técnico Florestal do Município de Vila Nova de Poiares</li> </ul> <p>Contudo, dependendo da gravidade e do tipo de ocorrência, poderão ser chamados a integrar subcomissões permanentes da CMPC, representantes de outras entidades que tenham como objeto o acompanhamento contínuo das situações e das ações de proteção civil, designadamente nas áreas de segurança contra inundações, incêndios, acidentes biológicos ou químicos.</p>

O funcionamento da CMPC de Vila Nova de Poiares passará pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades e instituições de âmbito municipal que a compõem e, necessariamente, pela realização frequente de reuniões que permitam àquelas entidades definir estratégias conjuntas de ação e em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe reúne de modo a ativar o PMEPCVNP e acompanhar e solucionar os constrangimentos daí resultantes. A realização de reuniões possibilita ainda a responsabilização perante a CMPC de cada uma das entidades que têm a seu cargo ações definidas no PMEPC, assim como a apresentação e discussão de propostas.

O local de funcionamento da CMPC é o Centro Municipal de Proteção Civil sito no quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares e em alternativa no Centro Cultural desta vila.

Neste sentido, dada a importância que apresenta a criação de condições que permitam a comunicação regular entre as entidades com responsabilidades nas operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, definiu-se que a CMPC de Vila Nova de Poiares se reunirá ordinariamente uma vez por semestre, por convocação do Presidente da Câmara Municipal, de modo a garantir o acompanhamento da execução das ações previstas no PMEPCVNP, bem como a sua monitorização. Extraordinariamente, caso por algum motivo o Presidente se encontre impedido de exercer as suas funções, estas serão assumidas pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, como substituto legal do Presidente.

A convocação ordinária para reunião da CMPC é feita por escrito com pelo menos 10 dias de antecedência e em situação excecional em caso de iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes deve ser realizada através de contato telefónico para todos os membros da CMPC.

Em caso de manifesta urgência de tomada de decisão da necessidade de ativação do PMEPCVNP com uma minoria de membros da CMPC, o Presidente da Câmara ouve e decide com os seguintes membros da comissão:

- Comandante do Corpo de Bombeiros de Vila Nova de Poiares;
- Comandante do Posto Territorial da GNR de Vila Nova de Poiares;
- Presidente da(s) Junta(s) de freguesia afetada(s).

Posteriormente à tomada de decisão de ativação do PMEPCVNP e enquanto decorrem as operações de proteção civil necessárias ao controlo imediato da situação, o Presidente da Câmara Municipal e Presidente da CMPC, quando oportuno convoca a CMPC e o plenário e sancionará esta e outras decisões,

As competências da Comissão Municipal de Proteção Civil são as previstas na LBPC:

- Acionar a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, acompanhar a sua execução e remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;

- Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil.

Neste contexto, caberá aos APC e OEA que integram a CMPC, garantir que acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições e competências, os meios e recursos necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil.

## 2.2. Critérios e Âmbito para a Declaração das Situações de Alerta

A declaração de situação de alerta municipal é um mecanismo à disposição da autoridade política de proteção civil, o Presidente da Câmara, que permite a adoção de medidas preventivas ou reativas a desencadear na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe.

Tal declaração é realizada de acordo com a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou previsíveis. De acordo com o artigo 3.º, da Lei de Bases da Proteção Civil, (Lei n.º27/2006):

- **Acidente grave** - É um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.
- **Catástrofe** - É o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional.

### Declaração de Alerta Municipal

De acordo com o artigo 13.º, da Lei de Bases da Proteção Civil n.º 27/2006, o Presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares declara situação de alerta municipal quando perante a ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, tendo como critérios de referência as situações de risco como:

- Iminência de colapso de edifícios ou infraestruturas rodoviárias, obras de arte com impacte direto na população causadora de potenciais vítimas;
- Iminência ou ocorrência de acidente ambiental que envolva matérias perigosas em recursos hídricos, fuga ou derrame de matérias perigosas no ar ou no solo.
- Iminência de rutura de abastecimento de água potável ou energia

A declaração de situação de alerta de âmbito municipal não implica necessariamente a ativação do PMEPCVNP, sendo a situação inversa igualmente verdadeira, visto que a ativação do PMEPCVNP se encontra tipificada nos critérios para ativação do Plano. A declaração de situação de alerta municipal poderá ser vinculativa no todo ou apenas em parte do território do município, sendo, neste caso, devidamente enquadrado e sinalizado localmente.

A informação à população do início e final do ato de declaração de situação de alerta municipal será veiculada através de editais, no sítio de internet da Câmara Municipal (<http://www.cm-vilanovadepoiares.pt/>) e através de comunicados (IV-III-4) difundidos pela da Rádio Santo André (100.5MHz)

O ato de declaração de alerta deve mencionar a natureza do acontecimento que originou a situação declarada, o âmbito temporal e territorial, bem como a Estrutura de Coordenação e Controlo dos meios e recursos a disponibilizar.

Contudo, há um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos, após a declaração de situação de alerta (Quadro 27).

Quadro 27 - Procedimentos que devem ser seguidos após a declaração de Alerta.

Procedimentos – Declaração Situação de Alerta
<ul style="list-style-type: none"><li>• A obrigatoriedade de convocação da Comissão Municipal de Protecção Civil;</li><li>• O estabelecimento de procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de protecção civil, assim como dos recursos a utilizar;</li><li>• O estabelecimento de orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção da GNR;</li><li>• A adopção de medidas preventivas adequadas à ocorrência;</li><li>• A obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular da rádio Santo André, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.</li></ul>

### 2.3. Sistemas de Monitorização, Alerta e Aviso

Os sistemas de monitorização são compostos por um conjunto organizado de recursos humanos e de meios técnicos, que permitem a observação, medição e avaliação contínua do desenvolvimento de um processo ou fenómeno, visando garantir respostas adequadas e oportunas.

A avaliação periódica dos riscos, nomeadamente os riscos de origem natural, tem por base a informação disponibilizada pelos respetivos sistemas de monitorização, permitindo às entidades com responsabilidade definir o nível de alerta para as entidades intervenientes na resposta e o aviso às populações como as medidas de prevenção e de atuação a adotar (Figura 20).

No município de Vila Nova de Poiares os sistemas de monitorização assentam em procedimentos de consulta e recolha de informação de outras entidades como o CDOS de Coimbra da ANPC que envia diariamente as previsões meteorológicas e os comunicados técnico-operacionais com a indicação do estado de alerta especial do SIOPS. Quanto ao alerta às entidades intervenientes em situação de emergência é adotado o procedimento de notificação por parte dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares que efetuam o contato direto via telefone a outras entidades, como a GNR, SMPC e a Polícia Municipal ou o Centro de Saúde, que a todo o momento e perante situações de específicas de acidente ou incêndio podem atuar. Neste contexto os Bombeiros Voluntários informam o CDOS de



Coimbra via telefone ou via rádio (ROB, REPC ou SIRESP) da situação que originou a mobilização de meios e a prestação de socorro.

Quanto a outros sistemas de monitorização, podemos registar que, no âmbito do município e no período crítico de incêndios florestais e em sede do Plano Operacional Municipal (POM), é previsto um conjunto de procedimentos de vigilância ativa por parte do Corpo de Bombeiros que pré-posicionam meios em monitorização de espaços florestais críticos, mas com capacidade de primeira intervenção.

O SMPC poderá recorrer, a diversos sistemas de aviso da população - telefones, telemóveis, Internet (<http://www.cm-vilanovadepoiaries.pt>), viaturas com megafones, estação de rádio local (Rádio Santo André – 100.5 MHz), órgãos da comunicação social, em geral. A decisão do sistema a adotar deverá estar em consonância com o tipo de ocorrência e extensão da zona afetada, bem como a dimensão e dispersão geográfica da população a avisar.

Quanto ao aviso às populações a área de intervenção de gestão da informação em III-4 regista os procedimentos de informação pública os quais são desencadeados através da utilização de radiodifusão oficial pela Rádio Santo André – 100.5 MHz e por difusão em altifalantes dos veículos da Guarda Nacional Republicana, Corpo de Bombeiros, SMPC ou pessoalmente, porta a porta, através de escuteiros ou colaboradores identificados das Juntas de Freguesia.

Em função destes avisos serão divulgadas normas de procedimento a adotar pela população face a situações de perigo e mantida informada a população da área eventualmente afetada da iminência, ocorrência ou evolução de uma situação de perigo.

O território nacional está dotado de diversos sistemas de monitorização aos quais o município de Vila Nova de Poiares não é indiferente conforme exemplo esquematizado na Figura 20

Figura 20 - Sistemas de Monitorização Nacionais e processo de aviso e alerta.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) mantém e desenvolve sistemas de monitorização, informação e vigilância meteorológica, sismológica e da composição da atmosfera, relativas a situações meteorológicas adversas, através do Sistema de Avisos Meteorológicos, possuindo a exclusividade de emissão de avisos de mau tempo de carácter meteorológico às entidades públicas e privadas, dispondo para o efeito de uma rede de estações meteorológicas e de postos udométricos para monitorização climatológica.

O Sistema de Avisos Meteorológicos tem por objetivo emitir avisos meteorológicos à Autoridade Nacional de Proteção Civil, à Direção-Geral da Saúde e à população em geral sempre que se preveja ou se observe a ocorrência de fenómenos meteorológicos adversos, que nas próximas 24 horas possam causar danos ou prejuízos a diferentes níveis, dependendo da sua intensidade.

Os avisos são emitidos à escala distrital para diferentes parâmetros meteorológicos, segundo uma tabela de cores, que reflete o grau de intensidade do fenómeno. As cores dos avisos meteorológicos devem ser interpretadas da seguinte forma (Quadro 28):

Quadro 28 - Avisos emitidos pelo IM.

COR DE AVISO	CONSIDERAÇÕES CONSOANTE A COR DO AVISO
<b>Verde</b>	Não se prevê nenhuma situação meteorológica de risco.
<b>Amarelo</b>	Situação de risco para determinadas atividades dependentes da situação meteorológica. Acompanhar a evolução das condições meteorológica.
<b>Laranja</b>	Situação meteorológica de risco moderado a elevado. Manter-se ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.
<b>Vermelho</b>	Situação meteorológica de risco extremo. Manter-se regularmente ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) emite avisos em relação aos seguintes parâmetros: vento forte, precipitação forte, queda de neve, trovoadas, frio, calor, nevoeiro persistente e agitação marítima. Tendo em conta as diferentes características dos fenómenos meteorológicos, incidência e efeitos causados, foram estabelecidos critérios de emissão para cada situação. Caso sejam emitidos para duas ou mais situações meteorológicas distintas, com diferentes níveis de aviso, o distrito aparecerá com a cor referente ao parâmetro que tem o risco mais elevado.

O Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) em parceria com o IPMA, com a participação da Direção Geral de Saúde e da Autoridade Nacional de Proteção Civil, sazonalmente (entre 15 de Maio e 30 de Setembro) implementam o sistema de vigilância e monitorização de ondas de calor com potenciais efeitos na saúde humana, designado ÍCARO (Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos) o qual faz parte integrante do Plano de Contingência de Ondas de Calor.

Este sistema é constituído pela previsão dos valores da temperatura máxima a três dias realizada pelo IPMA e comunicada ao INSA, todas as manhãs. A previsão do excesso de óbitos eventualmente associados às temperaturas previstas, se elevadas, realizada pelo INSA, através de um modelo matemático desenvolvido para esse fim e cálculo do índice ÍCARO, que resume a situação para os três dias seguintes, calculado com base na previsão dos óbitos.

Saliente-se que o objetivo deste índice é refletir a mortalidade estimada possivelmente associada aos fatores climáticos previstos, sendo disponibilizados valores duas vezes por dia, através da edição do boletim ÍCARO, divulgado à ANPC e à Direção Geral de Saúde.

A APA Ex- Instituto Nacional da Água (INAG) dispõe de um Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH), para apoio às ações de Proteção Civil, o qual é possível aceder em tempo real, a toda a informação para a gestão das situações previsíveis ou declaradas de cheia. A APA/ INAG coordena a gestão da água e, dentro desta, a gestão de cheias apoiada pela informação hidrometeorológica em tempo real e pela capacidade de previsão hidrológica e hidráulica de modelos matemáticos conceptuais. O Sistema de Vigilância e Alerta de Cheias é um subsistema do sistema de gestão em tempo real de Recursos Hídricos (SVARH) constituído por sensores de teletransmissão, modelos hidrológicos e sistemas informáticos de armazenamento e disseminação de dados, permitindo previsões que possibilitam o estabelecimento de medidas prioritárias para as zonas críticas.

Face à previsibilidade de ocorrências adversas nos sistemas de monitorização, a ANPC reage aos dados disponibilizados, e estabelece procedimentos de alerta que permitem notificar as autoridades, entidades e organismos da iminência ou ocorrência de acontecimentos suscetíveis de provocar danos em pessoas e bens, estando previstos níveis de alerta correlacionados com os dados monitorizados.

Contudo, o SIOPS define uma priorização do estado de alerta das respetivas entidades integrantes, definindo critérios de mobilização e prontidão de meios e recursos estabelecidos pelo estado de alerta especial do SIOPS. Este encontra-se criteriosamente definida e pode variar consoante a probabilidade e gravidade da ocorrência. Neste contexto a Diretiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007, de 16 de Maio, estabelece as regras de referência para a ativação do estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), sendo aplicável às organizações integrantes daquele sistema.

No âmbito da monitorização e gestão do risco e da emergência, a organização do Sistema Integrado Operações de Proteção e Socorro é flexível e diferenciada, face à tipologia dos sinistros, intensidade das consequências destes, bem como do grau necessário de prontidão e mobilização das estruturas, forças e unidades de proteção e socorro.

O SIOPS organiza-se e funciona de forma distinta, em conformidade com o estado de alerta ativado - Estado Normal ou Estado de Alerta Especial (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

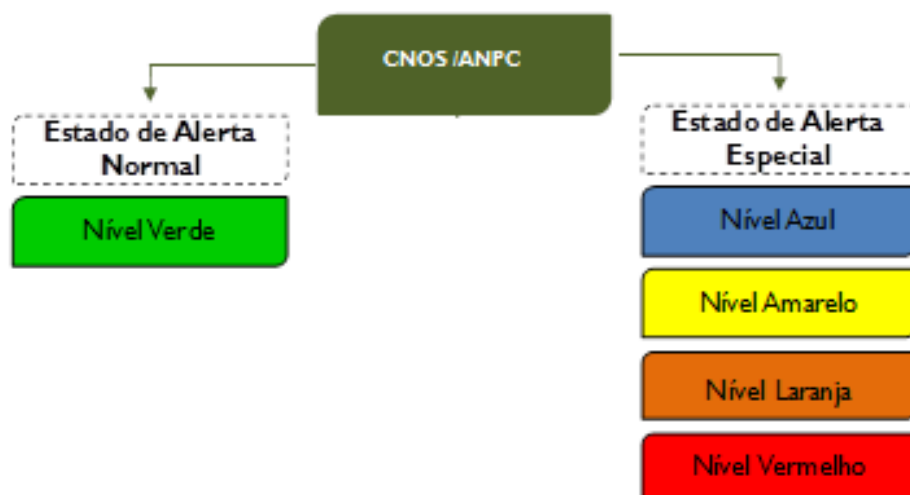


Figura 21 - Estados de Alerta do SIOPS.

## Secção II

### I. Caracterização Geral

Localizado na Região Centro, Vila Nova de Poiares é um dos Municípios do Distrito de Coimbra que integra a Sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTIII). Administrativamente apresenta-se limitado a Norte pelo Município de Penacova, a Nordeste pelo de Arganil, a Sueste pelo de Góis, a Sul pelo da Lousã, a Oeste pelo de Coimbra e a Sudoeste pelo de Miranda do Corvo. Vila Nova de Poiares acaba por ser um município de interflúvio dado situar-se entre os rios Mondego, Alva e Ceira.

Com 7 263 habitantes (Censos 2011 - Resultados Preliminares) e uma superfície de aproximadamente 100,4 km<sup>2</sup>, Vila Nova de Poiares subdivide-se administrativamente em 4 freguesias: Arrifana, Santo André (Poiares), São Miguel de Poiares e Lavegadas.

*“No que concerne ao seu património histórico, as origens de Poiares remontam à pré-história, como documentam os vestígios que podemos encontrar de um dólmen. Há ainda marcas da influência romana e muçulmana, bem como registos de lendas (como a de D. Afonso Henriques).*

*Crê-se também na existência de uma Albergaria, remontando ao tempo de D. Sancho I, e ainda diversas construções religiosas pertencentes ao Mosteiro de Lorvão, Mosteiro de Santa Cruz e Universidade de Coimbra.*

*O concelho de Vila Nova de Poiares, não tendo sido um município medieval, esteve sob a jurisdição de Mosteiros e da Universidade de Coimbra, que aqui possuíam diversos foros.*

*O Concelho nasceu em 1836, tendo sido suprido por duas vezes. Foi restaurado definitivamente a 13 de Janeiro de 1898, data em que ainda hoje se comemora o Feriado Municipal.*

*Elevado à categoria de Vila em 1905, manteve-se económica e socialmente estagnado até à Revolução dos Cravos.*

*Hoje, Poiares assume-se cada vez mais como um concelho moderno, com índices de crescimento que o têm guindado a patamares de desenvolvimento verdadeiramente ímpares, tanto a nível regional como nacional.” (In: <http://www.cm-vilanovadepoiares.pt/?mostra=historia>)*

O património religioso de Vila Nova de Poiares assenta nas suas 4 igrejas, a Matriz de Santo André e as paroquiais de Santa Maria, S. Miguel e Lavegadas e as capelas da Nossa Senhora das Necessidades e de Santo António.

O Cruzeiro na Serra do Carvalho alusivo ao maior acidente da história da Aviação Portuguesa, foi mandado edificar pela autarquia de Poiares após o acidente de 1 de Julho de 1955. Neste acidente pereceram 8 jovens pilotos.

A gastronomia de Vila Nova de Poiares é rica e de registo regional onde a chanfana de cabra velha, magistralmente preparada, confeccionada e servida em caçoilas de barro preto original desta Vila (Olho Marinho) é o ex-libris e mote para o lema “Poiares capital universal da chanfana”. Também o Arroz de Bucho e os Negalhos apresentam-se como iguarias de eleição nesta terra de bons pratos. A tradição deste prato levou à criação da confraria da Chanfana que visa preservar e promover a confeção deste prato tradicional Poiarense.

Vila Nova de Poiares também tem tradições nas festas e romarias que se desenrolam anualmente entre junho e setembro, destacando-se a “*Poiartes*” que representa a mostra de artesanato e gastronomia, a romaria de Nossa Senhora das Necessidades em Poiares Santo André, de S. Pedro em Lavegadas, Nossa Senhora das Preces e as Festas de S. Miguel e de Santa Maria.

## 2. Caracterização Física

O território municipal é maioritariamente constituído por um planalto alcandorado, rodeado pelas serras do Carvalho a poente, São Pedro Dias e Bidueiro a nascente, observando-se ainda que as suas fronteiras noroeste e nordeste, são definidas pelos rios Mondego e Alva, respetivamente (Quadro 29, Figura 22 e Figura 23).

Assim, e tendo em consideração as unidades morfológicas do centro de Portugal, definidas por Orlando Ribeiro (1949) e A. Brum Ferreira (1978), o Concelho de Vila Nova de Poiares desenvolve-se entre três áreas distintas do ponto de vista do relevo. A oriente a crista quartzítica de São Pedro Dias, no sector central a designada “*plataforma inclinada da Beira Alta*”, também denominada de “*plataforma do Mondego*” que se “confunde” com a bacia tectónica de Poiares, e a Oeste o “*Maciço Marginal de Coimbra*” (designação local para o rebordo montanhoso do Maciço Antigo Ibérico).

Através de uma simples observação da hipsometria (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) verifica-se que predominam os terrenos planos, que correspondem fundamentalmente ao sector central do território - Bacia tectónica de Vila Nova de Poiares -, havendo um claro contraste de altitude entre os sectores de serra, na parte ocidental e oriental do território, onde se observam as altitudes mais significativas, a Serra de São Pedro Dias eleva-se aos 438 m de altitude, sendo que a Serra do Bidueiro observa valores de 443 m de altitude.

Assim, o sector Ocidental, desenvolvido maioritariamente na Freguesia da Arrifana, regista altitudes médias na ordem dos 300 e 350 m, excetuando-se o relevo de materiais metassedimentares da Serra do Carvalho (sector central do Maciço Marginal de Coimbra), que por atingir os 458 m assume-se como um dos principais acidentes morfológicos do sector de transição entre o litoral e o interior.

O sector central do território municipal, como acima foi referido, corresponde a uma plataforma aplanada em parte coberta por depósitos, que se prolonga para Sul de encontro à Bacia da Lousã, cujas altitudes rondam os 150 a 200 m. A rodear este sector aplanado, a Este ergue-se a Serra do Bidueiro que é um claro testemunho da erosão diferencial, associada à dureza dos materiais (quartzitos), que se impõe como uma barreira física, efetuando o limite administrativo das freguesias de São Miguel de Poiares e Lavegadas, e que em termos de acessibilidade e comunicação, apresenta fortes constrangimentos entre a última Freguesia e com o restante território municipal.

Relativamente ao sector Nordeste, observa-se um relevo significativamente menos acidentado, dado que esta área corresponde ao sector terminal da “*plataforma do Mondego*” apresentando-se relativamente aplanada, cujos valores altimétricos raramente atingem os 250 m, destacando-se, neste contexto, a incisão do rio Alva.

As linhas gerais da morfologia do Município refletem de modo bastante claro a existência de declives (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), correspondendo os mais acentuados às

vertentes das serras do Carvalho, Bidueiro e São Pedro Dias. Por seu turno, os declives menos acentuados localizam-se na plataforma aplanada entre estas serras, a Noroeste, ao longo do rio Mondego e Nordeste nas proximidades do rio Alva.

O Concelho de Vila Nova de Poiares insere-se na Região Hidrográfica do Mondego, caracterizando-se a hidrografia municipal, pela existência de dois rios que delimitam administrativamente o concelho, nomeadamente o rio Alva (NE), afluente de primeira ordem do rio Mondego, sendo que este último de importância regional (e mesmo nacional) define o limite Noroeste do concelho.

As linhas de água não perenes (segunda ordem) existentes a Sul das freguesias de Arrifana e Poiares (Santo André) e fazem parte da Bacia Hidrográfica do rio Ceira.

Quadro 29 - Afluentes das principais linhas de água, no Município de Vila Nova de Poiares<sup>3</sup>.

<b>Linhas de Água Principais</b>	<b>Afluentes (Município de Vila Nova de Poiares)</b>		
<b>Rio Mondego</b>	Ribeira do Alveite Grande	Ribeira de São Miguel	Ribeira da Fonte da Fraga
	Ribeira de Poiares	Ribeira do Banal	Ribeira do Souteiro
<b>Rio Alva</b>	Barroca do Consalinho	Ribeira do Vilarinho	Ribeira de Sabouga
	Barroca de Salgueiros		
<b>Rio Ceira</b>	Ribeira da Fonte Longa	Ribeira da Boiça	Ribeira do Cascalho
	Ribeira da Mata	Ribeira de Ribas	

<sup>3</sup> Apesar de o rio Ceira não apresentar o seu trajeto no concelho, existem porém alguns dos seus afluentes que drenam o território administrativo de Vila Nova de Poiares.



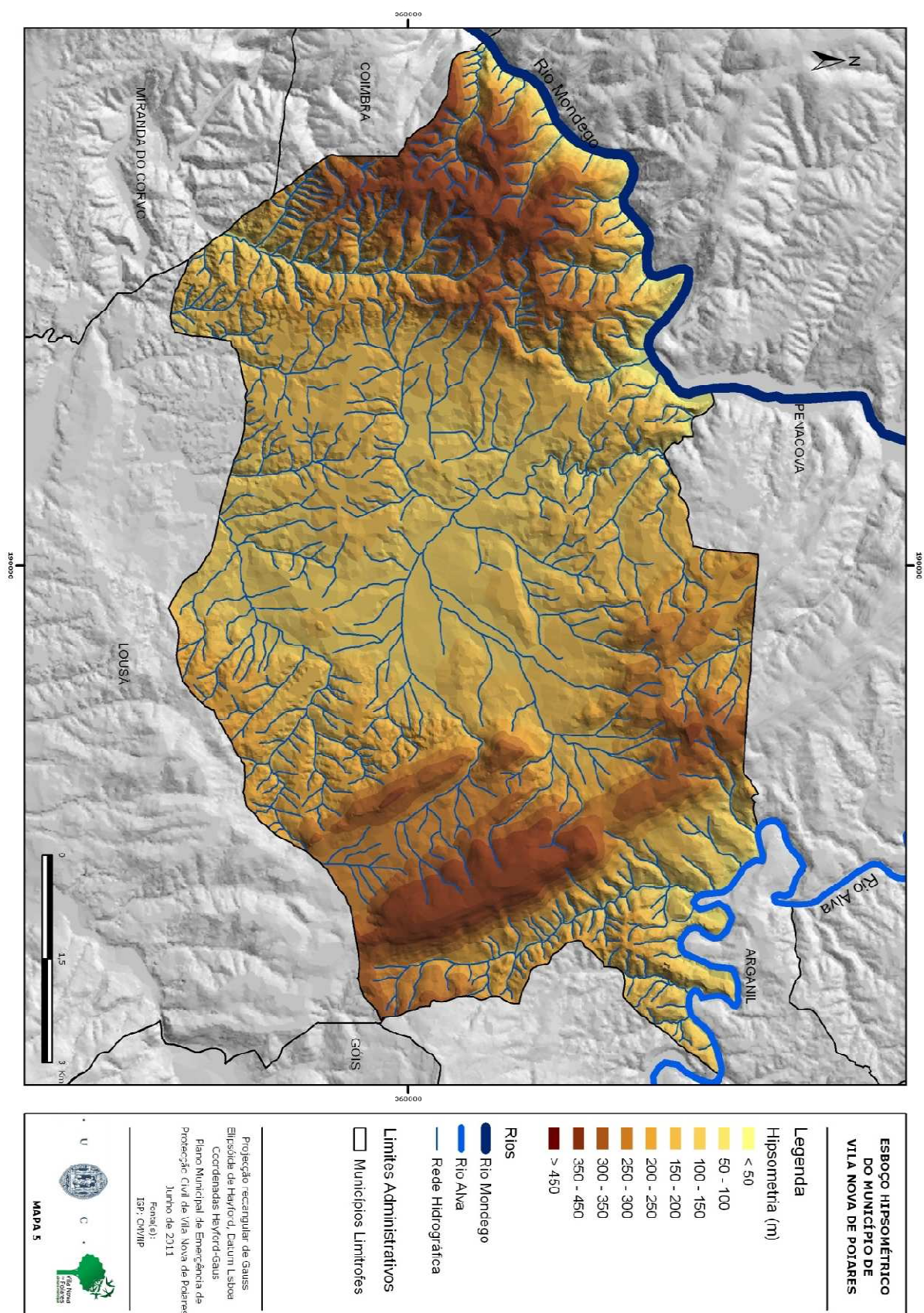


Figura 22 - Esboço Hipsométrico do Município de Vila Nova de Poiares.



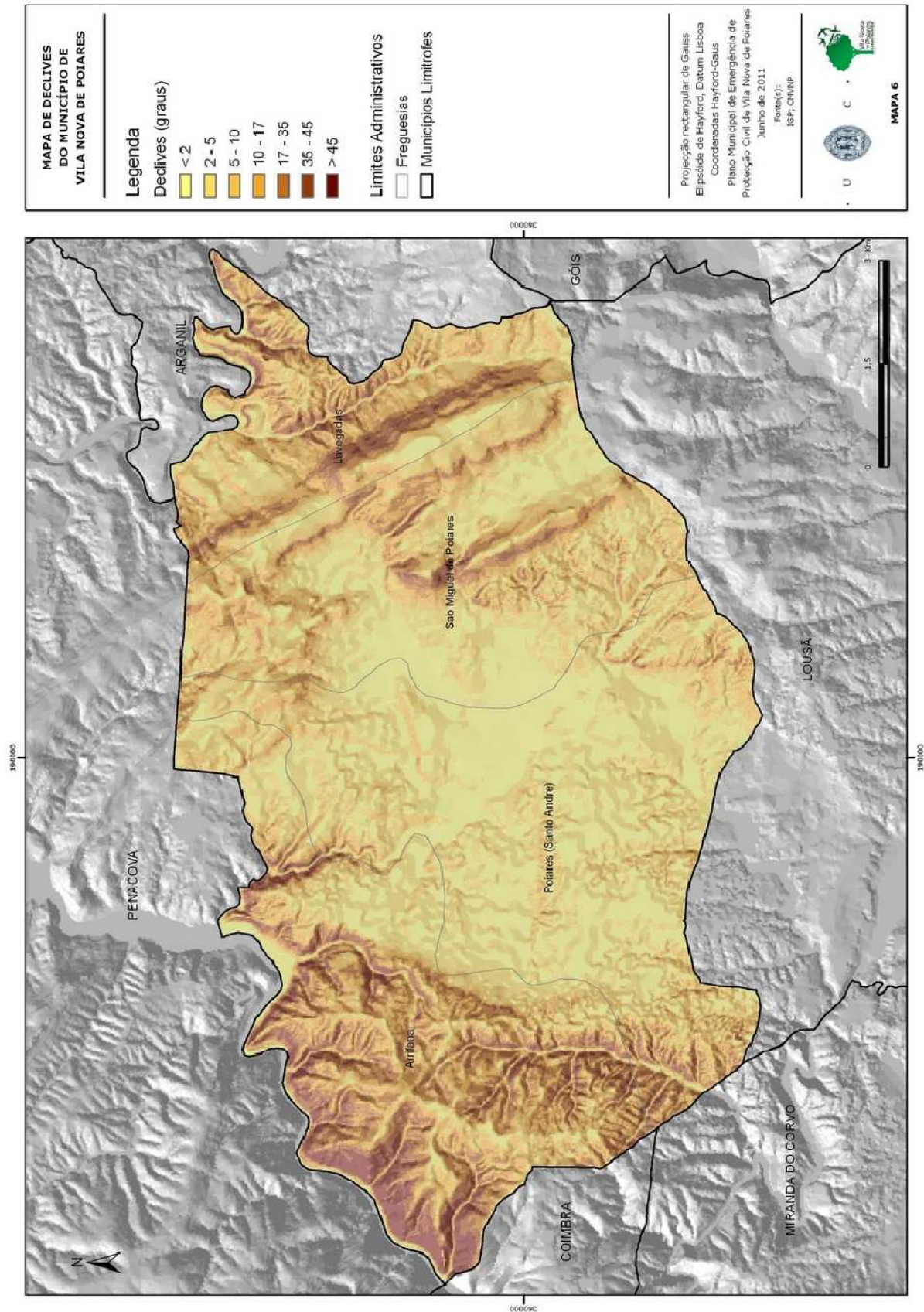


Figura 23 - Mapa de Declives do Município de Vila Nova de Poiares.

Em relação à sismicidade, o Município encontra-se numa zona de intensidade VII, catalogada como “MUITO FORTE” de acordo com a Escala de Mercalli Modificada, correspondendo a situações em que é difícil permanecer de pé e é notado pelos condutores de automóveis. Os objetos pendurados tremem, as mobílias partem. Verificam-se danos nas alvenarias, incluindo fraturas. As chaminés fracas partem ao nível das coberturas. Queda de reboco, tijolos soltos, pedras, telhas, cornijas, parapeitos soltos e ornamentos arquitetónicos. Algumas fraturas nas alvenarias, ondas nos tanques. Água turva com lodo. Pequenos desmoronamentos e abatimentos ao longo das margens de areia e de cascalho. Os grandes sinos tocam. Os diques de betão armado para irrigação são danificados.

Por seu turno, em termos da caracterização climática da área em estudo, esta apresenta alguns condicionalismos que se colocam pelas características da rede meteorológica nacional, sendo que neste sector do território a representatividade da rede não é de todo aconselhável para uma conveniente caracterização climática do território concelhio, levando a que toda a sua apresentação tenha como base os conhecimentos do território relativamente às características regionais.

Deste modo, para se proceder à análise climática de forma a permitir uma aproximação às características da área em estudo, recorreu-se às normais climatológicas de 1961-1990 da estação meteorológica da Lousã (localizada no sopé da vertente Noroeste da Cordilheira Central) e do Posto Udométrico de Vila Nova de Poiares (localizado na Freguesia de Santo André a 127 metros de altitude) com uma série de 28 anos durante o período de 1978 a 2006 (Figura 24 e Figura 25).

No que diz respeito às temperaturas, neste sector, elas refletem as características predominantes de um clima mediterrâneo, em especial na sua relação com a estação seca, com as temperaturas mais elevadas a observarem-se nos meses de Junho, Julho e Agosto, enquanto as mais baixas se centram nos meses de Dezembro e Janeiro. A temperatura média mensal ronda os 13,4° C. A média máxima regista-se no mês de Agosto com 20°C e a média mínima no mês de Janeiro com 7,8° C.

A distribuição da precipitação, como se pode constatar da análise da estação meteorológica da Lousã e do posto udométrico de Poiares, é bastante irregular, verificando-se uma nítida demarcação entre uma estação húmida (entre os meses de Outubro e Maio), e uma estação seca (entre os meses de Junho e Setembro). O total da precipitação média mensal na estação meteorológica da Lousã é de 1221,2 mm e de 715,8mm no posto udométrico de Poiares, distribuindo-se ao longo de todo o ano com um claro contraste entre os 181,3 mm de Fevereiro (Lousã) e os 106,6 mm de Dezembro (Poiares), e os 21,2 mm do mês de Agosto (Lousã) e 12,4 mm no mês de Julho (Poiares).

Pese embora a diferença no período de análise, as diferenças dos quantitativos de precipitação média anual subentendem a influência do relevo na distribuição da precipitação, nomeadamente no “efeito de Foehn” no Maciço Marginal de Coimbra, tornando o sector oriental mais seco, sector esse onde se desenvolve uma grande parte do território concelhio. Os principais quantitativos de precipitação em Portugal Continental encontram-se normalmente associados a correntes perturbadas de Oeste e/ou Sudoeste. Em termos locais, o relevo representa assim um importante fator termodinâmico no recrudescimento da instabilidade atmosférica. Deste modo, os principais acidentes orográficos do Município de Vila Nova de Poiares, representam os principais núcleos de condensação e precipitação deste território do Portugal Central.

As características morfológicas, nomeadamente a orientação dos principais relevos orográficos do Município de Vila Nova de Poiares, anteriormente descritos, enquadram e delimitam em termos físicos, a bacia tectónica de Poiares. A morfologia regional, introduz modificações nas condições de ventilação, em especial no sector da bacia. Durante o período invernal, predominam ventos do quadrante leste. A orientação perpendicular do relevo, relativamente ao rumo do vento, funciona como obstáculo à deslocação do ar, modificando-a localmente. Essas modificações passam por uma diminuição da velocidade do vento, colocando o sector a sotavento em situação de “Abrigo Aerológico”. No entanto, se por um lado, verifica-se uma diminuição da velocidade média do vento - o que se apresenta como fundamental em situações de (des)conforto bioclimático -, por outro lado, não devem ser descuradas acelerações pontuais da velocidade do vento, decorrentes de um aumento da turbulência na camada limite atmosférica. Por sua vez, durante a época estival, os ventos predominantes de Noroeste e Oeste (efeito de Nortada), importantes na amenização das temperaturas máximas, têm uma vez mais no relevo um obstáculo a transpor, o que dificulta a “chegada” de ar com características oceânicas ao sector central do Município.

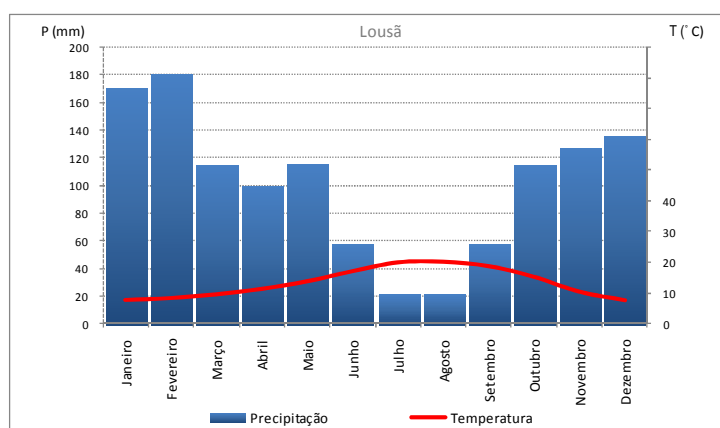


Figura 24 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica da Lousã.

Fonte – Normais climatológicas 1961-1990.

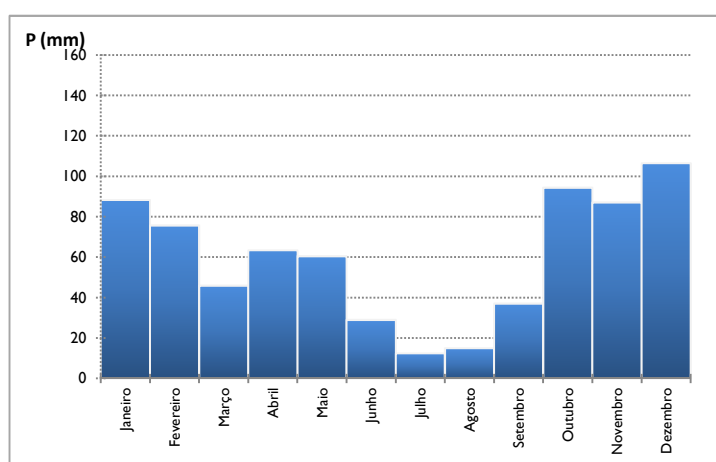


Figura 25 - Gráfico pluviométrico do posto udométrico de Vila Nova de Poiares.

Fonte – INAG.

No que se refere aos territórios biogeográficos de Portugal, o Município de Vila Nova de Poiares insere-se na Região Mediterrânica, Província Gaditano-Onubo-Algarviense, Sector Divisório Português e Subsector Berense Litoral com características relacionadas com a influência do litoral numa vegetação mediterrânea (Moreira e Neto, 2005). Assim, este território caracteriza-se por apresentar uma vegetação com folhas de pequenas dimensões, duras e muitas vezes espinhosas, como proteção às elevadas temperaturas e sobretudo à escassez de água.

Dominam em termos teóricos as plantas de folha persistente como os carvalhos (*Quercus robur*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), amieiros (*Alnus glutinosa*) e castanheiros (*Castanea sativa* Miller). Estas espécies encontram-se em áreas florestais de produção, tendo sobre elas medidas preventivas contra incêndios florestais e de controlo de povoamentos. Evidencia-se a existência de povoamentos de eucaliptos (*Eucalyptus camaldulensis*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e mimosas (*Acacia dealbata*) nas extremidades Oeste e Nascente do Município, tal como a Norte de Santo André, que associados a modelos de combustível evidenciam deficiência, ou mesmo ausência de gestão, tornando-se um fator preocupante numa situação em que o eucalipto é a espécie florestal predominante. As grandes manchas contínuas de pinheiro bravo situam-se na Serra do Bidueiro, com dimensões superiores a 100 hectares.

Analisando o uso do solo<sup>4</sup>, com base na COS 90, destaca-se a importância da área territorial ocupada pela mancha florestal, a qual cobria aproximadamente 66,3% do território municipal, implantando-se maioritariamente nos sectores de maior declive. Nesta, salienta-se a forte implantação do eucalipto, com grande representatividade nas espécies florestais do Município. Todo o sector florestal ocidental é dominado por esta espécie (Freguesia da Arrifana), sendo que no restante território municipal existe uma heterogeneidade de implantação de espécies, com povoamentos de eucaliptos, pinheiros bravos, outras folhosas e mistos. De realçar a forte afetação do sector oeste do território municipal no incêndio de 2005, área que era caracterizada por forte implantação do eucalipto (Figura 26).

As áreas agrícolas, com uma representatividade aproximada de 20,1% do território do Município, assumem maior destaque nas freguesias centrais do Município, associadas a sectores contíguos a áreas de povoamentos, que por sua vez se localizam nos sectores mais aplanados do território. Os espaços agrícolas municipais estão maioritariamente associados a uma agricultura anual de sequeiro ou de culturas permanentes, embora os olivais apresentem também relativa espacialização.

Os meios seminaturais, que representam cerca de 10,2% do território, associam-se essencialmente à presença de áreas de vegetação arbustiva, que maioritariamente se apresenta como alta.

As áreas artificiais, de um modo geral, representam apenas 2,9% do território municipal, com particular destaque na Freguesia sede de Município (Santo André), com forte presença de tecido urbano descontínuo. De realçar também a presença dos espaços associados a zonas industriais e comerciais nas freguesias centrais do Município.

Por sua vez, as superfícies com água apresentam uma representatividade espacial de 0,5% a nível municipal, devendo-se essencialmente aos planos de água representados pelo rio Mondego - que limita a área administrativa do Município a Noroeste - e pelo rio Alva - que por sua vez limita a área administrativa do Município a Nordeste. Ao nível de espaços sensíveis do ponto de vista ambiental e da biodiversidade, o Município não apresenta áreas com estatuto de proteção.

<sup>4</sup> Apesar de muito próxima da realidade, toda a ocupação do solo está, nesta altura, a ser devidamente atualizada.



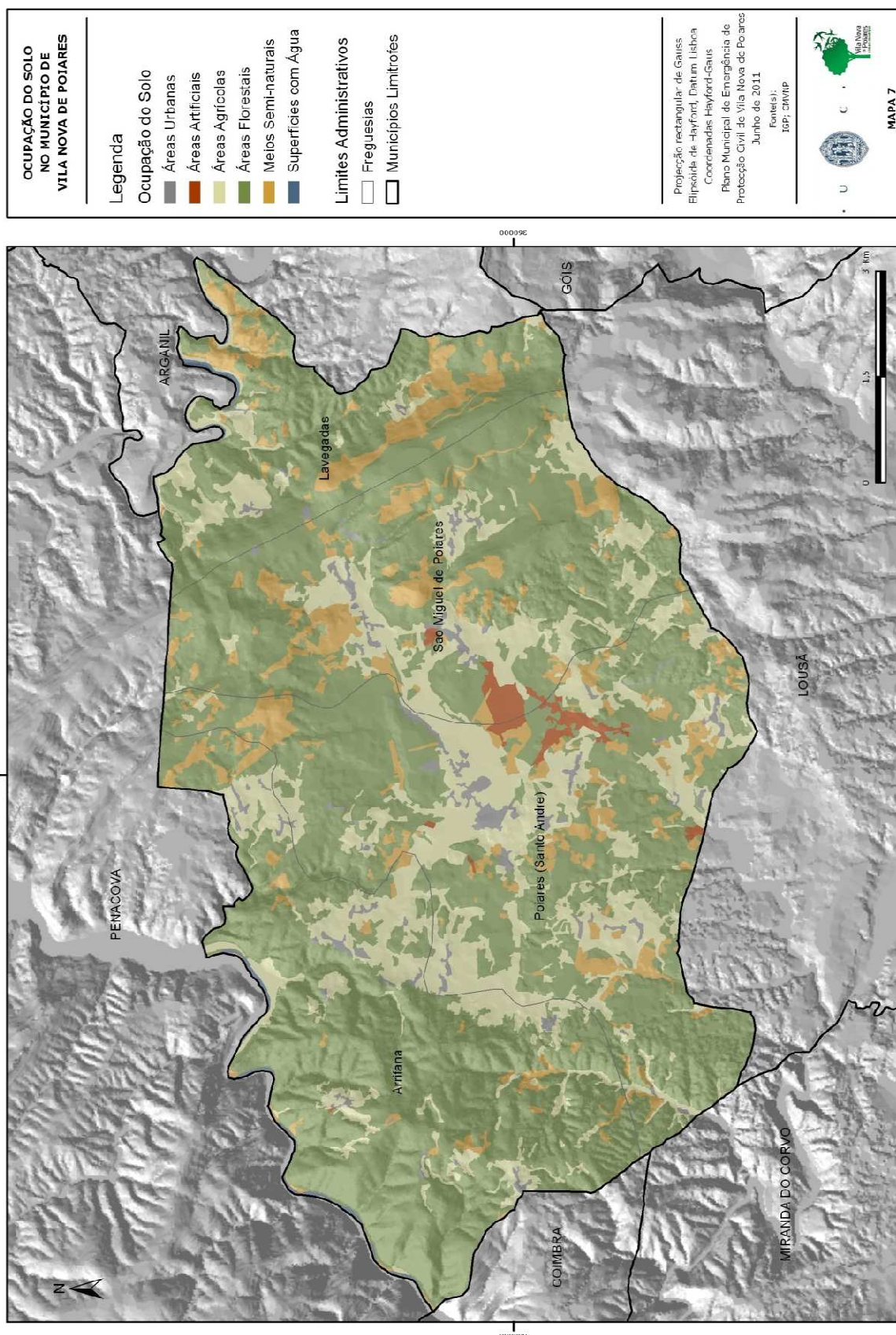


Figura 26 - Carta de Ocupação do Solo no Município de Vila Nova de Poiares.

### 3. Caracterização Socioeconómica

As alterações demográficas e económicas devem ser entendidas num quadro mais vasto de relacionamento deste Município com o território da Região Centro, nomeadamente os efeitos que a proximidade à área urbana de Coimbra pode trazer.

As relações funcionais que se observam entre os diversos municípios deste território e, em especial com Coimbra, ajudam a compreender a evolução demográfica e económica do Município, tal como os dados do recenseamento da população relativos a 2001 e os dados referentes às atividades económicas mostram.

É neste contexto que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica é essencial para que se possa com antecedência e ponderação refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século, ordenando o espaço de forma mais adequada, no quadro de uma racionalidade que se pretende em evolução, gerindo eficazmente recursos que, sendo cada vez bens mais escassos exigem alguma cautela e ponderação ao serem mobilizados, já que os custos associados a uma má gestão serão crescentemente elevados.

Numa referência ao tecido económico do Município de Vila Nova de Poiares (Figura 277), os valores recentes (1991 e 2001) indicam um reforço do emprego no sector terciário (de 50,8% para 62,5%) e a perda de relevância do sector secundário (de 37,1% para 33,6%). O emprego nas atividades primárias registou um decréscimo considerável (12,1% dos ativos em 1991 para 3,9% em 2001) sendo que é neste sector, à imagem da realidade do Pinhal Interior Norte, que se regista a maior quebra para o período compreendido entre 1991 e 2001. Na análise da variação dos sectores de atividade, Vila Nova de Poiares segue a tendência das diferentes escalas, nacional, da região Centro e do Pinhal Interior Norte.

A população ativa registou um aumento de 25,8% para o período entre 1991 e 2001 contabilizando o Município de Vila Nova de Poiares neste último censo de 3136 pessoas como população ativa, sendo a maioria do género masculino. Também o número de população desempregada aumentou para o mesmo período intercensitário de 84 para 215 pessoas, evoluindo a taxa de desemprego dos 3,6% em 1991, para os 6,9% em 2001, sendo uma vez mais o género masculino o mais afetado.

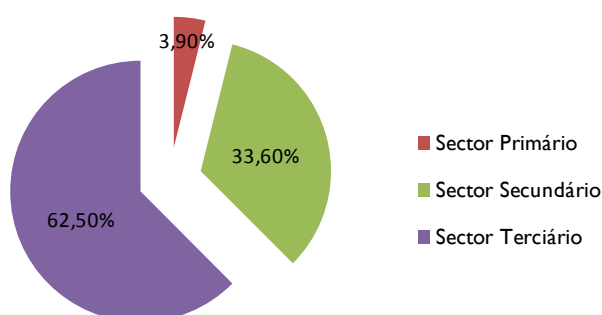


Figura 27 - Sectores de atividade económica no Município da Vila Nova de Poiares em 2001.

### Principais Aspetos Demográficos

O Município de Vila Nova de Poiares insere-se num território (Pinhal Interior Norte) que apresenta dinâmicas populacionais que se traduzem num contínuo declínio da população residente. Vila Nova de Poiares com os seus 7281 habitantes (Censos 2011 - Resultados Provisórios) apresenta-se como o sétimo Município mais populoso da Sub-região do Pinhal Interior Norte.

A análise da distribuição dos valores de população residente nas quatro freguesias que integram o Município de Vila Nova de Poiares permite distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos demográficos semelhantes nos dez anos mais recentes (Figura 28 e Figura 29). A Freguesia de Santo André de Poiares assume-se no período em análise, sempre como a mais populosa, distinguindo-se claramente das restantes. Esta freguesia apresenta no contexto do Município 59,1% dos residentes. Com efeito, se no período 1981-1991 se verifica um ligeiro decréscimo de população nesta freguesia (de 3034 para 2968 habitantes), na década seguinte constata-se um acréscimo populacional com alguma expressão no contexto do Município (de 2968 para 3728 habitantes). Na década mais recente verifica-se um acréscimo de 15,50%, correspondendo a 578 residentes.

Um segundo grupo é formado pelas Freguesias de Arrifana e São Miguel de Poiares. Estas representam em 2011, cerca de 38,1% dos residentes, num total de 2771 habitantes (1440 e 1331 residentes, respetivamente).

Localizada na extremidade Este do Município, no contato com o Município de Arganil, a Freguesia de Lavegadas apresenta os menores quantitativos populacionais. Com efeito, esta freguesia representa apenas 2,8% dos residentes, a que correspondem 204 habitantes, sendo freguesia que apresenta um decréscimo populacional mais expressivo na última década (-18,07%, correspondendo a -45 indivíduos).

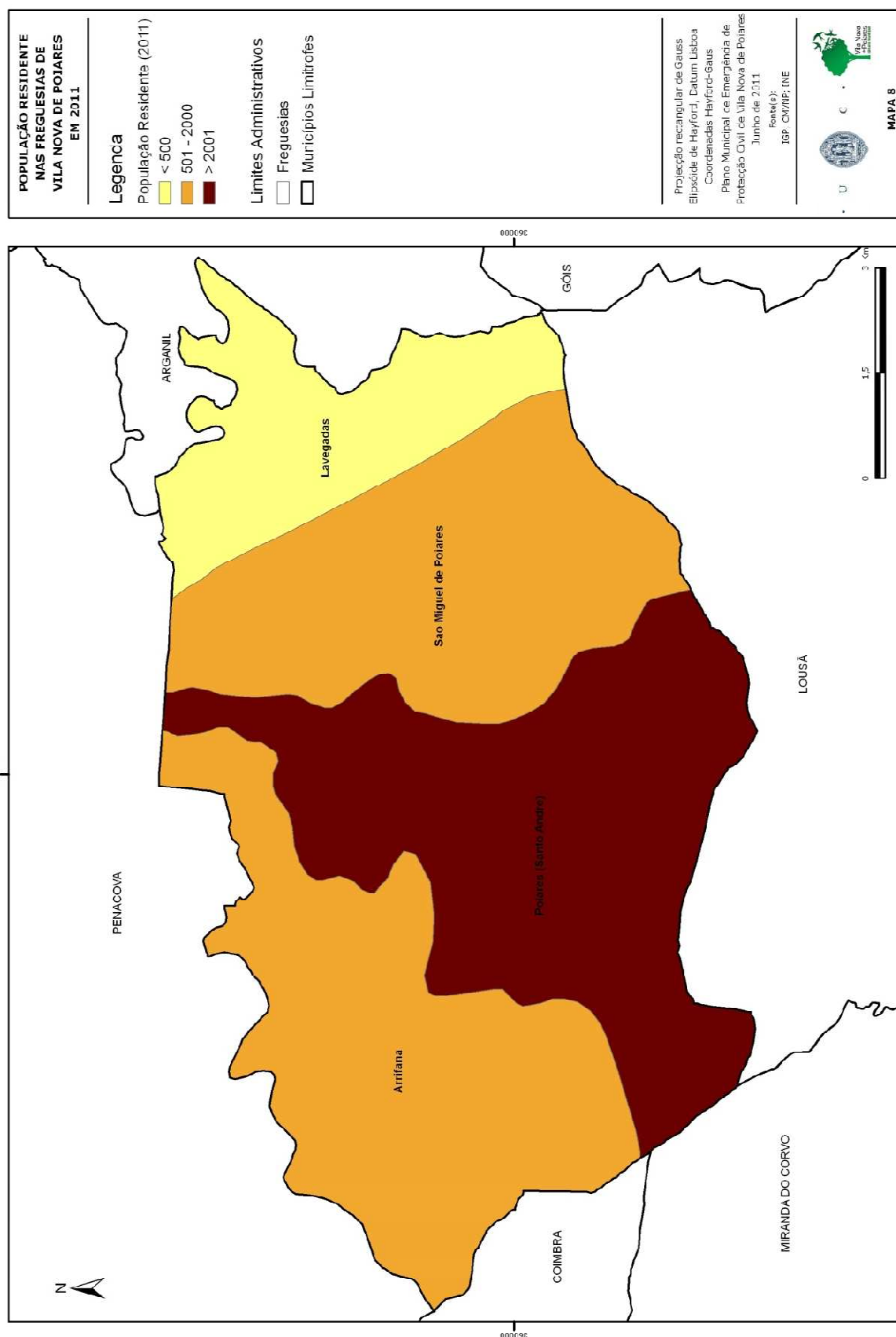


Figura 28 - População residente por freguesias no Município de Vila Nova de Poiares em 2011,



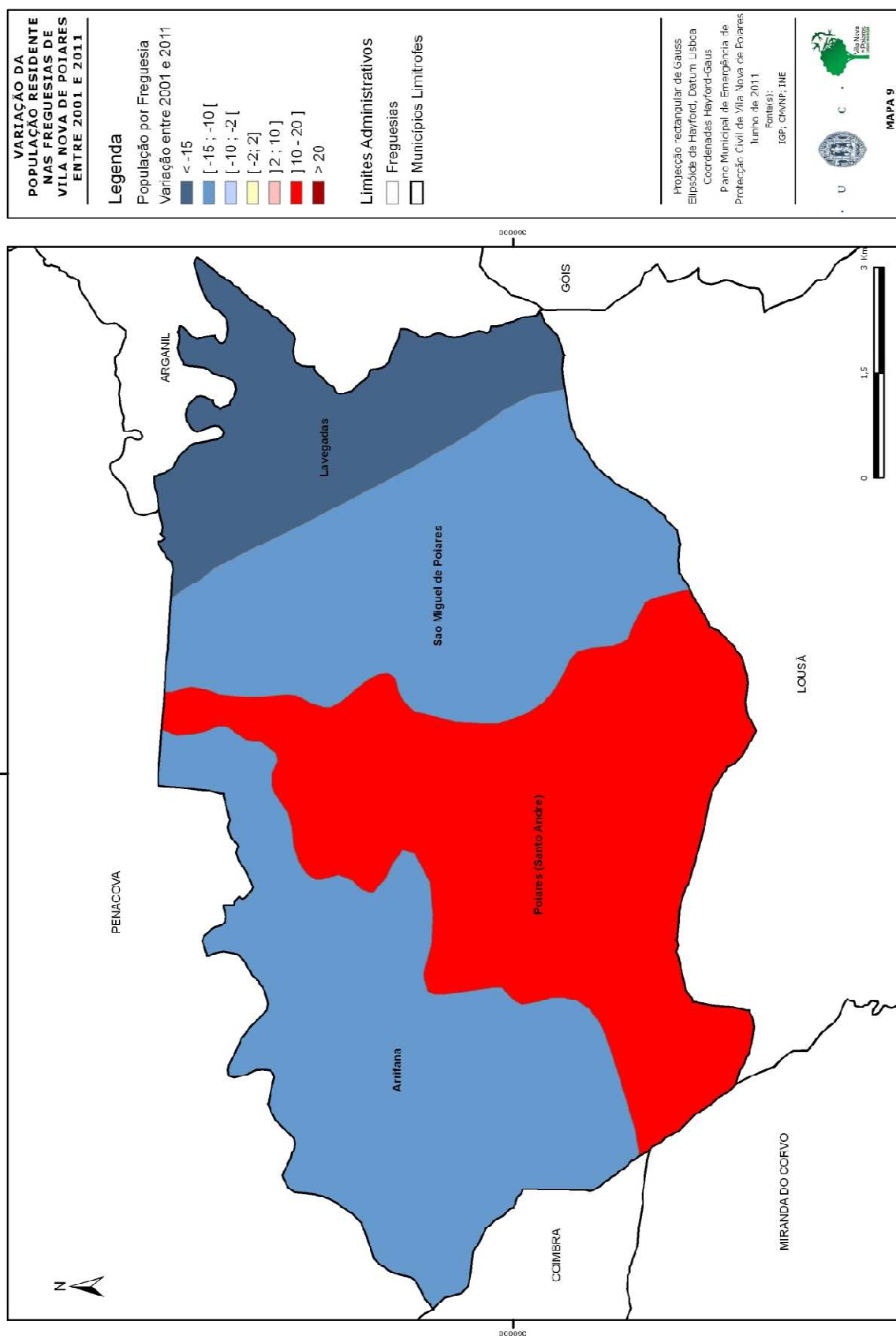


Figura 29 - Variação da população residente por freguesia no Município de Vila Nova de Poaires entre 2001 e 2011.

Regista-se assim, um padrão territorial polarizado sobretudo pela Freguesia sede de Município e pelas freguesias contíguas de Arrifana a Oeste e São Miguel de Poiares a Este.

Na década mais recente, todas as freguesias registam um contínuo decréscimo de população residente, à exceção de Santo André que regista um acréscimo dos seus efetivos (de 3728 residentes em 2001, para 4306 residentes em 2011).

A consideração para o Município de Vila Nova de Poiares dos valores de população residente desde os anos noventa do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita igualmente algumas reflexões sobre as características do território. Uma primeira ideia decorre do fato da proximidade à área urbana de Coimbra (cerca de 27 km de distância) ter ocasionado, entre 1991 e 2011, um acréscimo populacional com significado no contexto do Município (Quadro 30).

Quadro 30 - População residente por freguesia no Município de Vila Nova de Poiares em 1991, 2001 e 2011.

Freguesias	1991		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arrifana	1502	24,4	1603	22,7	1440	19,8
Lavegadas	304	4,9	249	3,5	204	2,8
Poiares (Santo André)	2968	48,2	3728	52,8	4306	59,1
S. Miguel de Poiares	1387	22,5	1481	21,0	1331	18,3
Total	6161	100	7061	100	7281	100

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011 - Resultados Provisórios.

Neste contexto e numa análise conjunta do último período intercensitário e até ao ano de 2010 observa-se um contínuo acréscimo populacional em todos os anos considerados (a única exceção verifica-se entre 1991-1992, com a perda de 18 indivíduos, correspondendo a -0,29%). A partir desse ano e até 2010 verifica-se um processo de acréscimo populacional, correspondendo a um ganho de 1529 habitantes (24,89%). Em termos globais, e considerando o período 2001-2011, observa-se um acréscimo populacional de 220 residentes, correspondendo a 3,12% (Figura 30).<sup>5</sup>

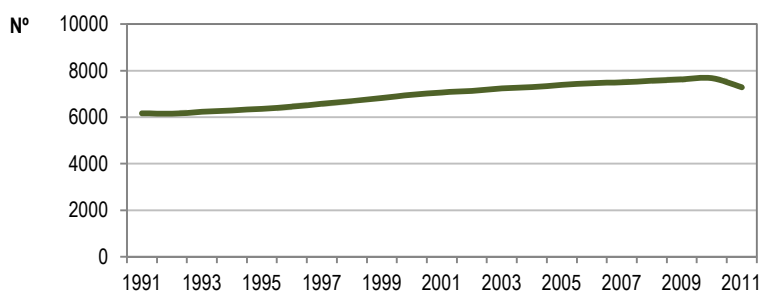


Figura 30 - Evolução da população residente no Município de Vila Nova de Poiares de 1991 a 2011.

<sup>5</sup> Excetuando os anos de 1991 e 2001, provenientes dos recenseamentos populacionais, e de 2011, retirados dos Censos 2011 - Resultados Provisórios, os valores de população residente foram retirados das estimativas definitivas de população residente intercensitárias 1991-2000, por um lado, e das estimativas provisórias de população residente 2001-2010, por outro lado, sendo, portanto, os valores a partir de 2001 de carácter provisório.

Considerando o comportamento para a década mais recente, verifica-se que todas as freguesias registaram um decréscimo populacional, à exceção da Freguesia de Santo André que apresentou um acréscimo de população residente (Figura 31). Sendo a freguesia mais populosa do Município, Santo André de Poiars apresenta uma evolução positiva de 15,50%, correspondendo a um acréscimo de 578 residentes. De salientar que a Freguesia de Lavegadas apresentou um decréscimo com maior expressividade (-18,07%, correspondendo a -45 habitantes).

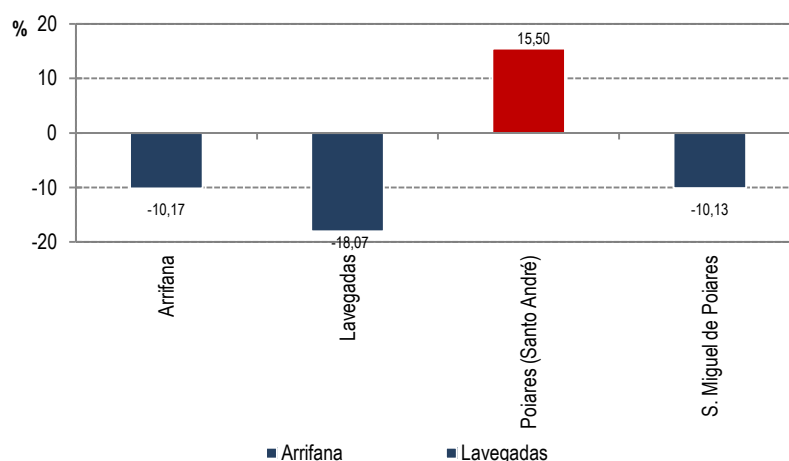


Figura 31 - Variação da população residente por freguesia no Município de Vila Nova de Poiars de 2001 a 2011.

Assim, o território expressa um nítido fenómeno de concentração da população na sede de Município e nas freguesias contíguas de Arrifana e São Miguel de Poiars, em virtude da proximidade ao principal eixo de comunicação entre as freguesias do Município e o exterior (EN 17 e IP 3). À exceção da Freguesia de Santo André, todas as restantes acompanham a tendência de decréscimo populacional, fato que vem sendo visível nos anos mais recentes.

Num outro sentido, é importante salientar que a população presente em determinados locais ou povoações, em algumas datas do ano, devido a eventos e festividades específicas, sofre ligeiros ou mesmo significativos aumentos. Estas datas são importantes em termos de proteção civil para serem ponderadas medidas especiais devido a estes sazonais afluxos de população. Deste modo, no Município, as datas e eventos a destacar são: de um modo geral de Julho a Setembro; N.ª. Sr.ª das Necessidades (2º fim-de-semana de Agosto); POIARTES (2º fim-de-semana de Setembro); e Semana da Chanfana (e, Janeiro).

A análise da evolução da população deve contemplar também o estudo da pirâmide etária do Município de Vila Nova de Poiars, que para o ano de 2001 reflete, comparativamente ao de 1991, a contínua diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha a tendência generalizada para o envelhecimento da população que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide, ao mesmo tempo que evidencia um reforço da população na faixa etária dos 20 aos 54 anos (Figura 32 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Vila Nova de Poiares - População Residente no Concelho entre 1991 e 2001

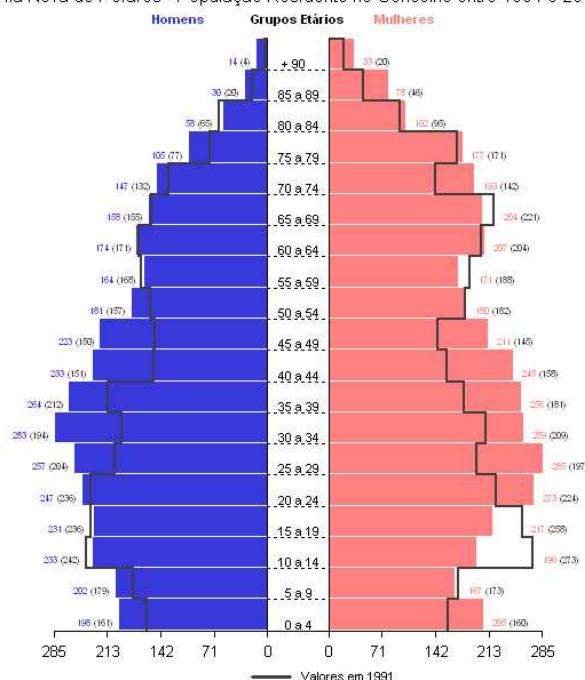


Figura 32 - Pirâmide etária da população residente no Município de Vila Nova de Poiares, de 1991 a 2001.

Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens (10 aos 19 anos) corresponde naturalmente, um aumento da população jovem adulta (20 aos 39 anos), adulta (40 aos 54 anos) e idosa (70 e mais anos). O número de indivíduos total e por sexo nestes escalões etários é superior, em 2001 em relação a 1991, não havendo diferenças significativas por sexo. Nos grupos etários dos idosos (70 e mais anos), o número é superior em ambos os sexos para 2001, mas as diferenças não são tão expressivas como nos grupos anteriormente referidos. As classes etárias jovens (5 aos 9 anos), jovens adultas (15 aos 19; 20 aos 24 anos) e adultas (55 aos 59 anos) apresentam sucessivamente mais indivíduos nas classes seguintes, traduzindo a existência de um conjunto de classes ocas. A tendência que se destaca da análise dos dados e das pirâmides etárias relativas aos anos de 1991 e 2001 é, em termos gerais, semelhante à descrita perda de população nos escalões etários jovens e jovens adultos (até aos 34 anos) e também adultos (entre os 50 e os 69 anos).

Os valores do índice de envelhecimento refletem esta evolução, uma vez que o total da população passou de 96,6% em 1991 para 108,2% em 2001 (Quadro 31). Isto significa que para cada 100 jovens existiam 96 e 108 idosos em 1991 e 2001, respetivamente. Trata-se de valores claramente mais expressivos tendo por base o contexto nacional, já que esta relação era no Continente de 69,5% em 1991 evoluindo para 104,5% em 2001.

Na leitura dos resultados do índice de dependência para o Município de Vila Nova de Poiares verifica-se que ocorreu um ligeiro decréscimo do valor deste índice entre 1991 e 2001, de 61,1% para 54,8%, o que significa que se verificou um decréscimo da importância dos não activos para os activos. Quer isto

dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 1991 e 2001 existiam respetivamente 61 e 54 não ativos. Apesar deste decréscimo, os valores continuam a merecer especial atenção.

Quadro 31 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária no Município de Vila Nova de Poiares em 1991 e 2001.

Freguesias	Índice de envelhecimento (%)						Índice de dependência total (%)						Estrutura etária (%)					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total		0 a 14		15 a 64		65 e +	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Arrifana	90,8	114,2	113,1	176,5	102,5	143,8	54,9	54,1	63,3	62,4	59,3	58,2	18,4	15,1	62,8	63,2	18,8	21,7
Lavegadas	67,6	227,3	118,2	190,0	91,4	203,2	76,5	44,4	80,9	78,4	78,8	60,6	23,0	12,4	55,9	62,2	21,1	25,3
Poiares (Santo André)	80,4	69,4	117,0	126,6	99,3	96,5	51,5	50,1	64,8	57,9	58,2	54,1	18,5	17,9	63,2	64,9	18,3	17,2
S. Miguel de Poiares	64,4	68,3	111,0	124,8	87,4	93,5	59,2	49,8	72,5	54,3	65,9	52,1	21,2	17,7	60,3	65,8	18,5	16,5
Total	77,8	80,9	114,7	138,6	96,6	108,2	55,1	50,7	66,9	58,8	61,1	54,8	19,3	17,0	62,1	64,6	18,6	18,4

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001.

Esta tendência verifica-se de forma diferenciada entre os sexos, uma vez que os valores do índice de dependência em 2001 são mais elevados no sexo feminino (58,8%) e mais reduzidos no sexo masculino (50,7%).

A leitura a este índice deve ser feita sempre no sentido em que os grupos etários abrangidos pela população potencialmente não ativa são os considerados grupos de riscos (jovens e idosos), pelo que se deverá ter especial atenção, sobretudo na população mais idosa que aumenta a tendência para os casos de isolamento, obrigando a uma maior e melhor resposta social ao nível municipal e a uma maior atenção para este grupo de risco em situações de emergência. Deste modo, a leitura dos resultados do índice de dependência ajuda também a refletir sobre a necessidade de definir políticas no que diz respeito à população na proteção, auxílio e socorro.

Em síntese, e como se procurou demonstrar, a população das freguesias do Município de Vila Nova de Poiares tem reforçado o peso nas classes etárias adultas, ao mesmo tempo que tem apresentado uma tendência no sentido do envelhecimento, acompanhando aliás a tendência de quase todo o país. Este fato parece estar relacionado segundo os especialistas não só com a mudança de mentalidades, o que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também pela procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar que migra quer para os espaços urbanos (próximos ou afastados), quer para as duas grandes metrópoles nacionais ou ainda para o estrangeiro.

Um outro aspeto que importa focar em questões de Proteção Civil está relacionado com a densidade populacional, dado que nos permite avaliar as áreas onde se concentra mais população. As freguesias do Município apresentam-se relativamente homogéneas em termos de área, com exceção da Freguesia de Lavegadas.

Deste modo, segundo dados de 2001, a freguesia com maior densidade populacional é também a que apresenta maior área (Santo André de Poiares – 129 hab/km<sup>2</sup>), seguida das freguesias de São Miguel de Poiares (71 hab/km<sup>2</sup>) e Arrifana (67 hab/km<sup>2</sup>). Estas duas freguesias apresentam igualmente valores muito

semelhantes de área. A freguesia com menor densidade populacional é a Freguesia de Lavegadas, com 23 hab/km<sup>2</sup>, sendo igualmente a Freguesia com menor área.

Desta análise podemos concluir que a Freguesia de Santo André de Poiars apresenta uma maior concentração de população, devido ao fato de ser a sede de Município.

### Principais Aspetos económicos

O Município de Vila Nova de Poiars tem na sua Zona Industrial Polo I e Polo II (Universal Parque) uma mais-valia de empregabilidade com efeito de escala e diversidade de atividades económicas que vão desde a atividade de lazer, comércio por grosso, produção têxtil, transformação de madeiras e mobiliário, indústria de reparação automóvel entre outros num total de 140 hectares de ocupação dos polos I e II e mais de 70 empresas. Em 2011 existiam 3064 pessoas empregadas, sendo 71 no setor primário, 826 no secundário e 2167 pessoas no setor terciário.

Quanto ao risco de acidentes na Zona Industrial, este é minimizado pela proximidade da existência no seu perímetro das instalações dos Bombeiros Voluntários e do Centro Municipal de Proteção Civil.

### Caracterização da habitação

No ano de 2001 existiam 3438 edifícios no Município de Vila Nova de Poiars, sendo que a maior parte destes (3422) destinavam-se a funções residenciais e apenas 16 edifícios destinavam-se a funções não residenciais (Quadro 32). A Freguesia de Poiars (Santo André) apresenta um maior número de edifícios, sendo que 1712 apresentam funções residenciais e apenas 8 edifícios assumem funções não residenciais. A freguesia rural de Lavegadas é a que apresenta um menor número de edifícios (186).

Quadro 32 - Tipo de utilização dos edifícios.

Freguesias	Edifícios									
	Residenciais				Não residenciais				Total	
	1991		2001		1991		2001		1991	2001
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	
Arrifana	707	100,0	866	99,4	0	0,0	5	0,6	707	871
Lavegadas	163	99,4	186	100,0	1	0,6	0	0,0	164	186
Poiars (Santo André)	1286	99,3	1712	99,5	9	0,7	8	0,5	1295	1720
São Miguel de Poiars	615	99,5	658	99,5	3	0,5	3	0,5	618	661
<b>Total</b>	<b>2771</b>	<b>99,5</b>	<b>3422</b>	<b>99,5</b>	<b>13</b>	<b>0,5</b>	<b>16</b>	<b>0,5</b>	<b>2784</b>	<b>3438</b>

Relativamente à época de construção ou reconstrução dos edifícios (Quadro 33), constata-se no Município de Vila Nova de Poiars um predomínio de construções anteriores a 1981 (62,0%), sendo que as construções ou reconstruções relativas ao período 1996-2001 assumem uma grande importância no contexto do Município (12,2%, correspondendo a 418 edifícios). Por outro lado, as construções correspondentes aos períodos de 1986-1990 e 1991-1995 assumem uma menor representatividade (7,8% e 8,1%, respetivamente).

A freguesia de Arrifana apresenta uma grande percentagem de edifícios construídos antes de 1981 (70,4%, correspondendo a 613 edifícios). De salientar as percentagens mais significativas de edifícios novos ou reconstruídos no período 1991-1995 na freguesia de Lavegadas (16,1% correspondendo a 30 edifícios) e no período 1996-2001 na freguesia de São Miguel de Poiares (15,6% correspondendo a 103 edifícios).

Quadro 33 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios.

Freguesias	Época de construção ou reconstrução dos edifícios										
	Anterior a 1981		1981 a 1985		1986 a 1990		1991 a 1995		1996 a 2001		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Arrifana	613	70,4	76	8,7	57	6,5	54	6,2	71	8,2	871
Lavegadas	103	55,4	20	10,8	17	9,1	30	16,1	16	8,6	186
Poiares (Santo André)	1033	60,1	190	11,0	150	8,7	119	6,9	228	13,3	1720
São Miguel de Poiares	381	57,6	56	8,5	44	6,7	77	11,6	103	15,6	661
<b>Total</b>	<b>2130</b>	<b>62,0</b>	<b>342</b>	<b>9,9</b>	<b>268</b>	<b>7,8</b>	<b>280</b>	<b>8,1</b>	<b>418</b>	<b>12,2</b>	<b>3438</b>

#### 4. Caracterização das Infraestruturas

A caracterização das infraestruturas prende-se com a análise de todos os elementos que pela sua importância numa operação de proteção civil poderão ser consideradas sensíveis e/ou indispensáveis para a prevenção, planeamento e socorro.

Relativamente às acessibilidades, no Município de Vila Nova de Poiares estas encontram-se associadas única e exclusivamente à rede viária, constituída pela rede rodoviária nacional, estradas e caminhos municipais. A localização geográfica do Município, na transição entre o Litoral Centro e o Interior de Portugal, confere a Vila Nova de Poiares uma posição de charneira nas mobilidades entre estes dois sectores do território, canalizadas em grande parte pela Estrada da Beira (EN17) e pela Estrada Nacional nº2 (EN2) que faz a ligação ao Itinerário Principal nº3 (IP3) no Município vizinho de Penacova. Estes apresentam-se sem dúvida como os principais eixos estruturantes das mobilidades municipais e regionais deste território.

Uma análise da rede de acessibilidades municipal torna possível destacar de imediato duas vias de comunicação de classificação nacional, a já referida EN2 e a EN17, que continuam a ser os eixos fundamentais de ligação do Município à capital de Distrito (Coimbra) através da Estrada da Beira, mas também ao Interior, assumindo-se como decisivas no desenvolvimento das diferentes povoações e freguesias. De uma maneira geral, pode afirmar-se que estes eixos viários funcionam como “*espinhas dorsais*” das mobilidades rodoviárias locais, uma vez que é a partir destas vias que partem as Estradas e Caminhos Municipais de ligação às diversas localidades deste espaço municipal.

Uma observação conjunta da hipsometria e da rede viária do Município (Figura 33) mostra que o desenvolvimento desta última reflete claramente as diferenças de relevo existentes no território municipal. O sector central do Município é aquele onde o relevo causa menos entraves às mobilidades, embora deva ser referido que o grande eixo deste sector é sem dúvida a EN2 que faz ligação com a

EN17 (desde sempre conhecida por Estrada da Beira) e funciona como principal ligação aos municípios vizinhos de Penacova e Góis. Nos sectores de serra – Serra de São Pedro Dias a Este e Serra do Carvalho a Oeste –, onde se encontram os relevos mais acentuados, são verificadas maiores dificuldades de acesso, existindo uma menor densidade de estradas e caminhos municipais.

A EN2 atravessa o território municipal de Sudeste para Noroeste, passando pelas freguesias de São Miguel de Poiares, Poiares (Santo André) e Arrifana, fazendo a ligação com os municípios da Lousã, Góis e Penacova, onde permite neste último a comunicação com o IP3.

Por seu turno, a EN17, que durante décadas assegurou a ligação entre Coimbra e a Guarda e que funcionou como eixo fundamental na ligação entre o Litoral e o Interior do País, atravessa o Município de Sul para Nordeste passando pelas freguesias de Poiares (Santo André), São Miguel de Poiares e Lavegadas em direção ao Município de Arganil. Permite igualmente uma ligação rápida à A1 (Lisboa/Porto), ao IP3 (Figueira da Foz/Coimbra/Viseu) e ao IC6 (Coimbra/Covilhã), funcionando como via de comunicação de importância a nível regional, abrangendo os municípios de Coimbra, Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares, e seguindo em direção a Arganil, Oliveira do Hospital e Guarda.

Complementando a rede viária nacional, existem um conjunto de vias municipais que estabelecem a ligação entre a sede de Município e as sedes de freguesia desempenhando um papel importante nas mobilidades locais.

O abastecimento elétrico ao Município é feito por linhas de média, alta e muito alta tensão. As linhas de média tensão encontram-se geograficamente bem distribuídas pelo Município, no que diz respeito às linhas de alta tensão, estas atravessam todas as freguesias do Município, embora nas freguesias de Poiares (Santo André), São Miguel de Poiares e Lavegadas, apenas o sector Norte. Em relação às linhas de muito alta tensão, atravessam as freguesias de Arrifana e Poiares (Santo André) e parte do sector Norte de São Miguel de Poiares (Figura 34).

Outro tipo de infraestrutura importante a destacar neste âmbito (Figura 35) são os postos de abastecimento de combustível, pois carecem de uma especial atenção por parte dos Agentes de Proteção Civil. Deste modo, é de destacar o depósito de combustível do Grupo Alves Bandeira, localizado junto à EN17, na Freguesia de Poiares (Santo André), com capacidade para 900 000 Litros de combustível. Junto a este depósito encontra-se também um posto de abastecimento de combustível do mesmo grupo. Os restantes (2) postos de abastecimento de combustível, encontram-se igualmente na Freguesia de Poiares (Santo André), mas já dentro do perímetro urbano.

No que respeita a zonas industriais, o Município apenas tem uma área delimitada, localizada maioritariamente na Freguesia de São Miguel de Poiares, sendo que parte desta área industrial também se localiza na Freguesia de Poiares (Santo André), próxima da EN17. Esta zona industrial concentra empresas de vários ramos, tais como construção civil, empresas de transportes, conglomerados, produtos agropecuários, entre outras.

Quanto ao tratamento de águas residuais o Município possui duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), localizadas na Freguesia sede de Município, que servem todos os lugares com rede de



saneamento básico, à exceção dos que possuem exclusivamente fossa séptica (Pinheirais, Ferreira e Venda Nova).

Relativamente a outras infraestruturas importantes para o sistema de proteção civil, é de salientar a existência de dois Postos de Vigia integrados na Rede Nacional de Posto de Vigia (RNPV) situados no município de Vila Nova de Poiares, um em Terreiro de Santo António - Soutelo (41-10) e o outro em Cabeço do Bidueiro (41-09).

Ao nível do património edificado, as infraestruturas com base patrimonial histórica, relevante no âmbito da preservação da memória coletiva de Vila Nova de Poiares, identificam-se infraestruturas classificadas como imóveis de interesse público, imóveis de interesse municipal e outros imóveis relevantes, que mesmo não estando classificados devem merecer atenção (Quadro 34).

Relativamente à saúde, o Município apresenta um Centro de Saúde na Freguesia de Poiares (Santo André). Na mesma Freguesia também se localizam o Centro Clínico de Poiares e uma Unidade de Saúde no antigo Hospital de Beneficência de Poiares. Quando as exigências vão para além das possibilidades do Município, a referência é o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC).

Em relação às forças de segurança (Figura 35) é de referir o Posto Territorial da GNR e a Polícia Municipal de Vila Nova de Poiares, localizados na Freguesia sede de Município. No que respeita a entidades relacionadas com o socorro e salvamento, o Município tem à sua disposição os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares e o Serviço Municipal de Proteção Civil, também localizados na Freguesia sede de Município.

Quadro 34 - Património no Município de Vila Nova de Poiares.

<b>Imóveis de Interesse Público</b>	Dólmen de São Pedro Dias.
<b>Imóveis de Interesse Municipal</b>	Igreja Matriz de Poiares; Igreja de Santa Maria da Arrifana; Igreja de São Miguel de Poiares; Igreja São José das Lavegadas; Capela de Nossa Senhora das Necessidades; Capela de Santo António; Paços do Concelho; Ponte de Mucela; Edifício da Unidade de Saúde (antigo HBP); Cruzeiro da Serra do Carvalho; Depósito de Água da Ferreira.
<b>Outros Imóveis relevantes</b>	Património edificado dos cemitérios municipais, nomeadamente os monumentos fúnebres (Jazigos do séc. XIX e XX); ruas centrais da Vila sede do Município (conjunto do séc. XIX na Freguesia de Santo André de Poiares; Rua Dr. Daniel de Matos; Praça Dr. Daniel de Matos; Praça Luís de Camões; Largo da República, incluindo o Jardim Municipal).

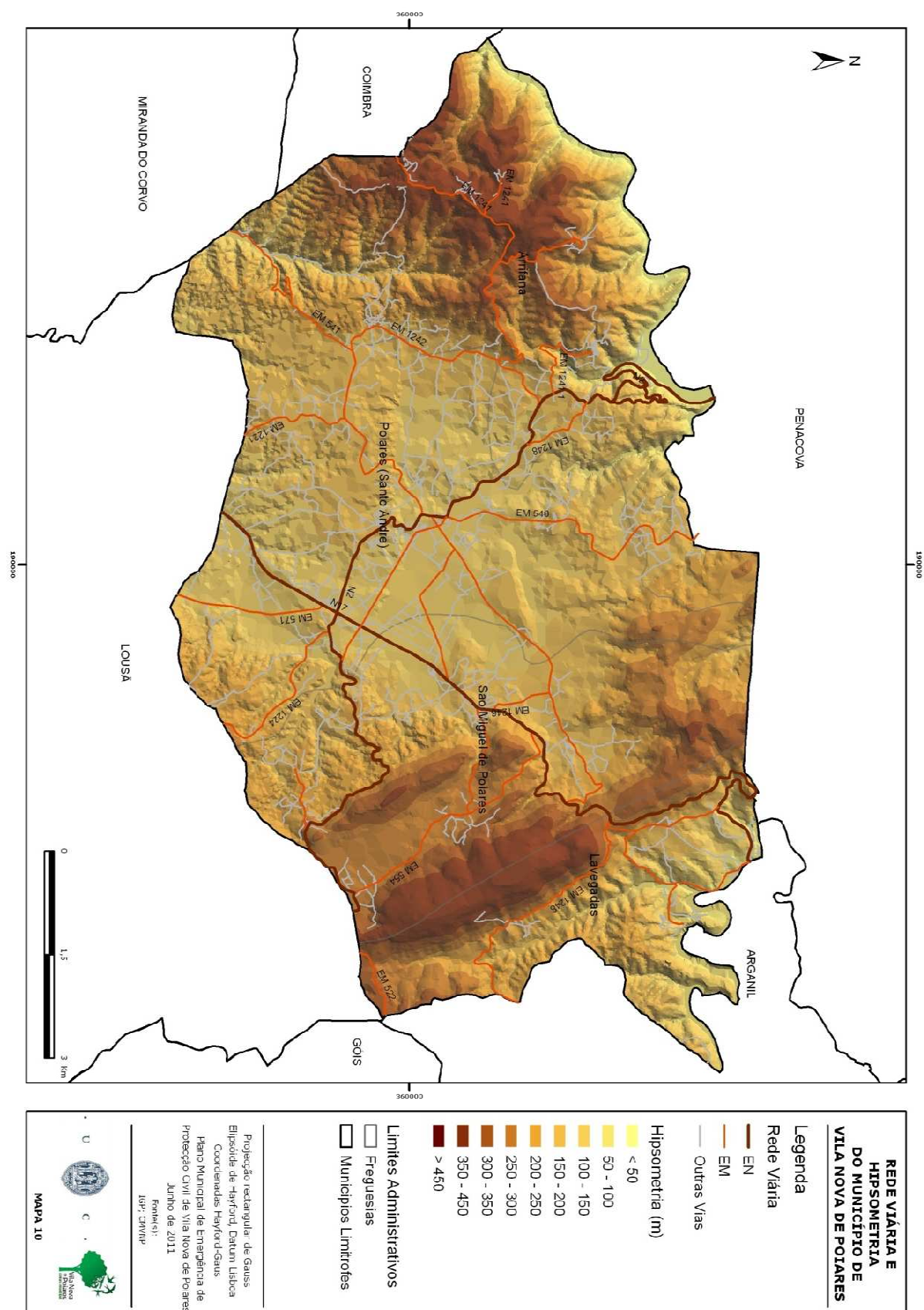


Figura 33 - Observação conjunta da hipsometria e da rede viária do Município de Vila Nova de Poiares.

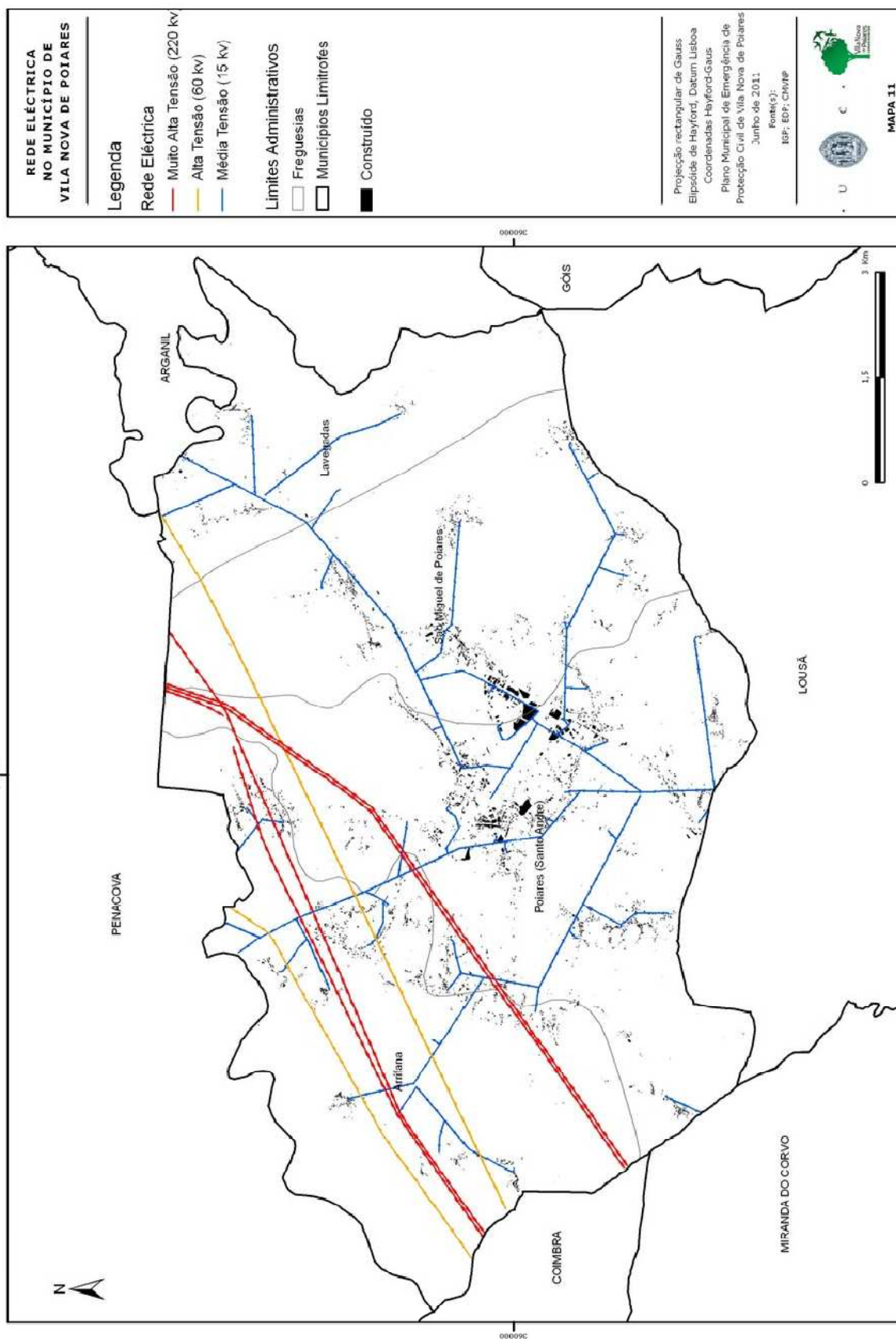


Figura 34 - Mapa da Rede Elétrica do Município de Vila Nova de Poiares.

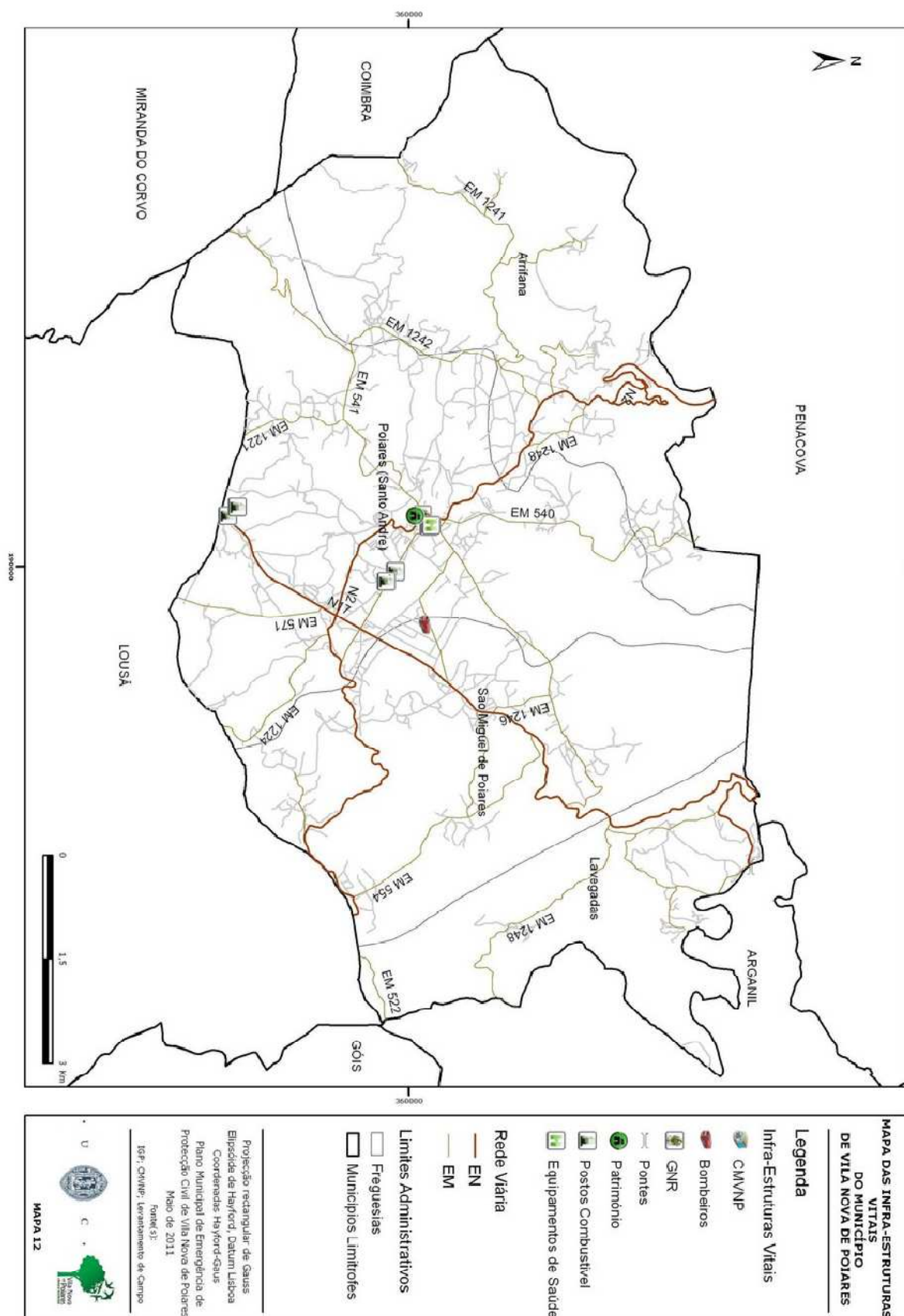


Figura 35 - Infraestruturas vitais no Município de Vila Nova de Poiares.



## 5. Caracterização do Risco

Para uma melhor percepção, tratamento e análise do risco é fundamental ter a plena noção dos conceitos subjacentes. Neste contexto, reportam-se as seguintes definições:

**Risco** - é o produto da perigosidade pelo dano potencial, ou de forma mais particular, o produto da *Probabilidade x Suscetibilidade x Vulnerabilidade*. O risco pode definir-se por probabilidade de uma perda, o que depende de três fatores: Perigosidade, Vulnerabilidade e Exposição.

**Vulnerabilidade** - expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. Elemento em risco é uma designação genérica para populações, bens, atividades económicas, ambiente e património, expostos à perigosidade. A vulnerabilidade destes elementos designa a sua capacidade de resistência ao fenómeno e de recuperação após a ocorrência do mesmo.

**Perigosidade** – é o produto da Probabilidade e da Suscetibilidade. A perigosidade é *“a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso”* (Varnes, 1984), ou *“um evento físico potencialmente danoso ou atividade humana que possa causar perda de vidas ou ferimentos, danos em bens, interferência social e económica ou degradação ambiental”* (UN/ISDR, 2004).

**Suscetibilidade** – a suscetibilidade de um território expressa as condições que esse território apresenta face à ocorrência potencial de um fenómeno danoso, como as que derivam da topografia e ocupação do solo, por outras palavras, define-se se que um território é mais ou menos suscetível ao fenómeno, contribuindo melhor ou pior para que este se verifique e que eventualmente, adquira um potencial destrutivo significativo.

As análises de risco impõem-se, à população local e à comunidade técnica e científica, como um grave problema associado aos evidentes impactes que geram, designadamente ao nível ecológico, social e económico, como também da paisagem rural que tem sofrido em algumas áreas alterações na sua fisiografia. Torna-se assim primordial nesta temática abordar a análise dos principais perigos associados ao Município de Vila Nova de Poiares, para que se possam definir cenários indicadores das possíveis consequências.

A análise do risco resulta da combinação entre a probabilidade de ocorrência de um evento não desejável e a magnitude ou severidade das consequências dele resultante, sendo esta a base da identificação de medidas e programas de gestão territorial do risco, bem como de planos estratégicos em matéria de proteção civil aprovados pelo Município de Vila Nova de Poiares.

Os métodos usados na análise dos riscos que o Município potencialmente tem de enfrentar não preveem a ocorrência de determinados eventos em particular, mas destinam-se a dar prioridade aos perigos e a relativizar os riscos. Só pela quantificação e comparação dos riscos com origem nos perigos identificados será possível incidir os esforços do planeamento nas áreas mais vulneráveis.

A identificação dos perigos que afetam uma dada comunidade é um processo contínuo que nunca está completamente finalizado. Os resultados da análise das vulnerabilidades do território carecem de uma

atualização face a novas indústrias, urbanizações, vias de acesso e à melhoria dos conhecimentos científicos relativos às várias tipologias de riscos.

A mera existência de um perigo não coloca, por si só, a comunidade em risco. Neste sentido é fulcral identificar a população, o ambiente, a propriedade e os sectores económicos vulneráveis a cada um dos perigos. Neste domínio, os perigos suscetíveis de afetarem o Município de Vila Nova de Poiares são os seguintes (Quadro 35):

Quadro 35 - Perigos suscetíveis de afetarem o Município de Vila Nova de Poiares.

Origem	Categoria - Tipologia
Natural	Condições Meteorológicas Adversas – Precipitação Intensa; Ondas de Calor; Vagas de Frio. Hidrológicos – Cheias e Inundações; Secas. Geológicos - Sismos; Movimentos de Massa em Vertentes.
Tecnológica	Transportes – Acidentes graves de tráfego rodoviário e Acidentes no transporte de mercadorias perigosas. Vias de Comunicação e Infra-estruturas – Colapso de pontes e outras infra-estruturas e Ruptura de barragem;. Actividade Industrial – Acidentes em parques industriais; Instalações de combustíveis. Áreas Urbanas – Incêndios em edifícios e Colapso de estruturas;
Mistos	Incêndios florestais; Acidentes de poluição;

Tendo por base a definição do conceito de vulnerabilidade, salientam-se (Quadro 36) os grupos mais vulneráveis do Município de Vila Nova de Poiares face à iminência de acidentes graves ou catástrofes:

Quadro 36 - Identificação dos grupos mais vulneráveis.

Grupos	Elementos
População	- A população idosa; - População jovem até aos 14 anos; - Munícipes cuja incapacidade física requeira cuidados especiais.
Edificações e Propriedades	- Monumentos históricos; - Espaços e edificações ligadas às actividades agrícolas; - Edificações comerciais, de serviços e industriais; de cultura, desporto e recreio, religiosas, escolares e de solidariedade e segurança social; - Edifícios de habitação; - Património edificado.
Infraestruturas	- Estradas; Pontes, Viadutos e Barragens.
Redes e Serviços	- Electricidade; Comunicações; - Saneamento básico; Recolha de resíduos sólidos; - Serviços informáticos.
Instalações Nevralgias	- Paços do Concelho; - Parque e oficinas da Câmara Municipal; - Quartel do Corpo de Bombeiros Voluntários; - Instalações Guarda Nacional Republicana e Polícia Municipal; - Instalações do Centro de Saúde.

A matriz de avaliação de risco tem como base a *Diretiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007*, resultante da declaração da CNPC n.º 97/2007, de 16 de Maio de 2007, que determina o Estado de Alerta Especial para as organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIPOS), tendo sido adaptada segundo o Caderno Técnico PROCIV 9 – Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil, de Setembro de 2009.

Sendo o risco a combinação entre a probabilidade de ocorrência de um evento não desejável e a magnitude ou severidade das consequências deles resultantes, deve ser encontrada na seguinte tabela o **grau de probabilidade** (Quadro 37):

Quadro 37 - Grau de probabilidade.

Probabilidade	Descrição
<b>Elevada</b>	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; E/ou nível elevado de incidentes registados; E/ou fortes evidências; E/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; E/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.
<b>Média-alta</b>	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; E/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada cinco anos.
<b>Média</b>	Poderá ocorrer em algum momento; E/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada vinte anos.
<b>Média-baixa</b>	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; Pode ocorrer uma vez em cada cem anos.
<b>Baixa</b>	Poderá ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais; Pode ocorrer uma vez em cada quinhentos anos ou mais.

Quanto à magnitude ou severidade das consequências dele resultante, deve ser encontrado o **grau de gravidade** (Quadro 38):

Quadro 38 - Grau de gravidade.

Gravidade	Descrição
<b>Residual</b>	<p><b>População</b> - Não há feridos nem vítimas mortais. Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas em número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário (não há suporte ao nível monetário, nem material). Danos sem significado.</p> <p><b>Ambiente</b> - Não há impacto no ambiente.</p> <p><b>Socioeconomia</b> - Não há ou há um nível reduzido de constrangimentos na comunidade. Não há perda financeira.</p>
<b>Reduzida</b>	<p><b>População</b> - Pequeno número de feridos, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações e retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos.</p> <p><b>Ambiente</b> - Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros.</p> <p><b>Socioeconomia</b> - Disrupção inferior a 24 horas. Alguma perda financeira.</p>
<b>Moderada</b>	<p><b>População</b> - Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos.</p> <p><b>Ambiente</b> - Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros.</p> <p><b>Socioeconomia</b> - Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Alguma perda financeira.</p>
<b>Acentuada</b>	<p><b>População</b> - Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos.</p> <p><b>Ambiente</b> - Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo.</p> <p><b>Socioeconomia</b> - Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.</p>
<b>Crítica</b>	<p><b>População</b> - Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário.</p> <p><b>Ambiente</b> - Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.</p> <p><b>Socioeconomia</b> - A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo.</p>

Após a identificação da perigosidade que afeta o Município de Vila Nova de Poiares, será necessário efetuar a análise dos riscos significativos e para cada um dos que forem considerados, dimensionar a respetiva mitigação, identificar os níveis aceitáveis e as medidas de prevenção e proteção, bem como as medidas de avaliação.

Tendo por base os dados disponíveis, a caracterização dos perigos e fatores de risco associados são quantificados na forma de uma matriz **PROBABILIDADE** (elevada, média-alta, média, média-baixa e baixa) e de **GRAVIDADE** (crítica, acentuada, moderada, reduzida e residual), permitindo assim encontrar a prioridade relativamente à intervenção (população, ambiente e atividade socioeconómica). A combinação resultante deve ser encontrada na **MATRIZ DE RISCO** (Quadro 39):



Quadro 39 - Matriz de risco – Grau de risco.

Probabilidade	Gravidade				
	Residual	Reduzida	Moderada	Acentuada	Crítica
Elevada	Baixa	Moderado	Elevado	Extremo	Extremo
Média-alta	Baixa	Moderado	Elevado	Elevado	Extremo
Média	Baixa	Moderado	Moderado	Elevado	Extremo
Média-baixa	Baixa	Baixa	Moderado	Elevado	Extremo
Baixa	Baixa	Baixa	Moderado	Moderado	Elevado

A finalidade da avaliação é a tomada de decisão baseada nos resultados da análise efetuada, em relação aos riscos que precisam de tratamento e respetivas prioridades. Salienta-se que avaliar o risco significa tomar decisões sobre a forma como o risco está a ser gerido, ou se requer tratamentos subsequentes.

Mesmo que as estratégias de tratamento não se justifiquem, apresentamos o risco, assim como a informação acerca das consequências, probabilidade e nível de risco. *A posteriori* este deve ser monitorizado e revisto para ter a certeza que a decisão de não o tratar foi apropriada e correta.

De acordo com o mencionado anteriormente, apresentamos os riscos que pela sua génese natural, tecnológica ou associada ao comportamento humano, são suscetíveis de causar ou de criar um impacto negativo considerável na comunidade. Os **graus de risco** correspondentes aos que perigos que podem afetar o Município de Vila Nova de Poiares são os que constam no quadro seguinte (Quadro 40):

Saliente-se que os riscos que necessitam de tratamento são priorizados por ordem do seu nível, hierarquicamente decrescente da necessidade de tratamento. Nesse domínio os graus de riscos evidenciados consideram as expectativas e valores da comunidade em causa.

Este ordenamento de risco, baseado no seu nível, providencia apenas uma observação inicial das prioridades em relação ao seu tratamento, sendo que essas têm de ser confirmadas ou modificadas durante a fase de tratamento dos riscos.

A classificação de risco reportada na tabela anterior baseia-se na identificação e caracterização dos graus de probabilidade e gravidade (população, ambiente e sócio-economia) atribuídos aos perigos que potencialmente incidam na área territorial de Vila Nova de Poiares. Esta análise teve por base um levantamento das áreas e grupos de população vulneráveis, características físicas e uso do solo, histórico de ocorrências, infraestruturas nevrálgicas, património histórico e natural, assim como o contributo de diversas entidades para um melhor entendimento da realidade local.

Para uma melhor compreensão da classificação descrita do risco, evidencia-se de forma sucinta os elementos justificativos subjacentes à perigosidade, exposição e potenciais consequências, sendo os riscos extremos e elevados tratados mais pormenorizadamente numa fase seguinte.

Quadro 40 - Matriz de Risco para o Município de Vila Nova de Poiares.

Categoria	Designação		Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
			População	Ambiente	Sócio-economia		
<b>Condições Meteorológicas Adversas</b>	<b>Ondas de Calor</b>		Moderada	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>
	<b>Vagas de Frio</b>		Moderada	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>
	<b>Fenómenos Meteorológicos Adversos</b>		Reduzida	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>
<b>Hidrologia</b>	<b>Cheias e Inundações</b>		Moderada	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>
	<b>Secas</b>		Residual	Reduzida	Reduzida	Baixa	<b>Baixo</b>
<b>Geologia</b>	<b>Sismos</b>		Reduzida	Reduzida	Reduzida	Baixa	<b>Baixo</b>
	<b>Movimentos em Massa</b>		Moderada	Moderada	Moderada	Média-alta	<b>Elevado</b>
<b>Transportes</b>	<b>Matérias Perigosas</b>	<b>Rodoviário</b>	Moderada	Acentuada	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>
	<b>Acidentes Graves de Tráfego</b>	<b>Rodoviário</b>	Moderada	Reduzida	Reduzida	Média	<b>Moderado</b>
		<b>Aéreo</b>	Reduzida	Reduzida	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>
<b>Vias de Comunicação e Infra-estruturas</b>	<b>Colapso de Pontes</b>		Reduzida	Residual	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>
	<b>Ruptura de Barragens</b>		Acentuada	Reduzida	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>
<b>Actividade Industrial</b>	<b>Acidentes Industriais</b>		Reduzida	Moderada	Acentuada	Baixa	<b>Moderado</b>
<b>Áreas Urbanas</b>	<b>Incêndios Urbanos</b>		Moderada	Reduzida	Moderada	Média-baixa	<b>Moderado</b>
	<b>Colapso de Edifícios</b>		Reduzida	Residual	Reduzida	Baixa	<b>Baixo</b>
<b>Incêndios Florestais</b>			Acentuada	Crítica	Acentuada	Elevada	<b>Extremo</b>
<b>Acidentes de Poluição</b>			Reduzida	Moderada	Reduzida	Baixa	<b>Moderado</b>

Fonte: Caderno Técnico Prociv 9.

### Incêndios Florestais

Com uma elevada densidade de manchas florestais contínuas, que no território municipal corresponde a aproximadamente 66,3% do total do concelho, o nível de combustibilidade e inflamabilidade é elevado, o que aumenta a velocidade de propagação dos incêndios aquando da sua manifestação. Praticamente todo o território municipal se encontra sujeito ao perigo de incêndios florestais, pelo fato da ocupação de solo florestal representar um peso significativo no contexto municipal, no entanto podem destacar-se dois sectores de análise: o sector ocidental do Município e o sector oriental. Estes têm sido bastante fustigados nos últimos anos com muitas ocorrências, com áreas mais ou menos significativas a serem afetadas, confirmando assim a cartografia de risco de incêndio constante no PMDFCI do Município, que as aponta como as áreas de maior risco. As características físicas inerentes a estes dois sectores do território são o principal justificativo para o número de ocorrências e extensa área ardida.

Deste modo, os incêndios florestais têm uma probabilidade de ocorrência **Elevada**, sendo expectável que se verifiquem ocorrências todos os anos, nomeadamente no período estival.

No que respeita à gravidade da sua manifestação, esta é considerada **Acentuada**. Ao nível da sócio-economia esta justifica-se pelo peso que as áreas florestais detêm no tecido produtivo do Município, muito devido ao fato destas áreas representarem mais de 60% da ocupação do solo no Município. Ao nível da população justifica-se pela possibilidade deste perigo afetar um número significativo de pessoas no contexto municipal, tendo em conta que existem várias pequenas povoações circundadas por tecido florestal e com poucos acessos, portanto bastante suscetíveis de afectação em situações de incêndios florestais. Finalmente, ao nível do ambiente, a gravidade Acentuada justifica-se devido à possibilidade de um impacte ambiental com efeitos a longo prazo, mas sem carácter permanente, quer na fauna e flora, quer na própria comunidade, muito por causa do já referido peso das áreas florestais na ocupação do solo municipal, e pela dimensão de manchas contínuas de ocupação que representam sectores relevantes de uniformidade ao nível da biodiversidade.

Neste contexto, o grau de risco de incêndio florestal para o Município de Vila Nova de Poiares deve considerar-se **EXTREMO**, destacando-se relativamente aos restantes pela sua probabilidade de ocorrência e gravidade (Quadro 41).

Quadro 41 - Classificação descritiva do Risco de Incêndio Florestal, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Incêndios Florestais	Acentuada	Acentuada	Acentuada	Elevada	<b>Extremo</b>

### Movimentos em Massa

Um movimento de massa define-se como todo o deslocamento de massas instabilizadas de rocha ou solos devido à ocorrência de ruptura. Estes movimentos são fortemente condicionados pela força da gravidade e características geológicas (tipo e disposição das rochas no terreno, grau de alteração e fracturação) e geomorfológicas (dependendo do declive e conjugação com a gravidade), sendo desencadeados pela precipitação, pela ação do Homem ou por forças extremas, geralmente associadas a sismos ou tempestades.

Os movimentos de massa ocorrem quando a estabilidade de uma determinada vertente sofre alterações de tal ordem que passa a ser caracterizada como instável, podendo resultar em prejuízos materiais e humanos significativos ao afetar zonas habitacionais, zonas agrícolas, zonas ecológicas e vias de comunicação. Este fenómeno surge também associado à destruição do coberto vegetal pelos incêndios florestais nos sectores de maior declive, sendo que dentro da tipologia de movimentos em massa, o Município de Vila Nova de Poiares é essencialmente afectado pelos deslizamentos.

A probabilidade de manifestação deste risco no Município considera-se **Média-alta**, devido ao relevo acidentado e à consequente presença de sectores com declives acentuados, sendo que as infraestruturas mais vulneráveis são as vias rodoviárias, verificando-se com alguma frequência deslizamentos em alguns sectores do Município. Destacam-se os constrangimentos causados em alguns destes sectores, principalmente na EN2, no sector entre a localidade da Ventosa e o Município de Penacova, e na EN17, no sector entre as localidades de Medas e Ponte de Mucela, na ligação ao Município de Arganil.

A gravidade considera-se de uma forma geral **Moderada**, sendo que ao nível da sócio-economia salienta-se a possibilidade de constrangimentos ao nível do tráfego durante um período de tempo alongado, e a necessidade de gastos financeiros devido à reabilitações de infraestruturas afetadas. Já ao nível do impacto na população, a gravidade pode ser entendida em duas perspectivas: a primeira relacionada com a possibilidade, embora remota, de afectação de pessoas a circular numa rodovia aquando uma ocorrência de deslizamento; a segunda na possibilidade de atingir diretamente habitações, pelo fato de existirem povoações com construções imediatamente localizadas na proximidade de vertentes acentuadas. A gravidade no ambiente é também entendida como Moderada, perspectivando-se um impacto pouco significativo, sendo que este fenómeno é caracterizado como uma evolução natural da vertente, não destruindo espécies biológicas.

Assim, o grau de risco para Movimentos em Massa no Município de Vila Nova de Poiares apresenta-se como **ELEVADO** (Quadro 42).

Quadro 42 - Classificação descritiva do Risco de Movimentos em Massa, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Movimentos em Massa	Moderada	Moderada	Moderada	Média-Alta	Elevado

### Ondas de Calor

Entende-se por uma onda de calor um período de seis dias consecutivos com temperaturas máximas do ar superiores em 5°C ao valor médio diário da temperatura máxima no período de referência (1961-1990). Estas podem ocorrer em qualquer altura do ano, sendo mais notórias e sentidas pelos seus impactes quando ocorrem nos meses de Verão (Junho, Julho e Agosto). Estes episódios geotérmicos encontram-se intimamente relacionados com a expansão de massas de ar, muitas vezes associados às massas de ar quente continentais, destacando-se as provenientes do Norte de África, podendo causar efeitos nocivos sobre as pessoas e provocando o agravamento de certas doenças, com o aumento potencial dos óbitos, assim como consequências nefastas sobre as culturas agrícolas, com perdas económicas sobre o meio ambiente, assim como a proliferação e o favorecimento de grandes incêndios florestais.

As ondas de calor são fenómenos meteorológicos esporádicos mas recorrentes, caracterizadas por períodos de calor intenso, com duração de vários dias e associados ao um aumento da morbilidade e da mortalidade. A principal causa de morte diretamente atribuída ao calor está relacionada com uma exposição intensa do corpo a temperaturas altas e humidade relativa baixa por um período significativo de tempo, sendo que uma onda de calor terá consequências mais dramáticas sobre população mais suscetível, como é o caso de idosos ou indivíduos com historial clínico do foro cardiovascular e respiratório.

No caso do Município de Vila Nova de Poiares, a manifestação do risco de ondas de calor é expectável associado às condições atmosféricas predominantes no período de Verão. Neste sentido, entende-se a probabilidade de ocorrência de uma onda de calor como **Média**, com base nas características morfológicas e na relativa proximidade do Município à costa. De salientar que a intensificação das temperaturas num contexto de onda de calor, para o Município de Vila Nova de Poiares, tem ainda que contar com o efeito amenizador das temperaturas pela presença significativa de áreas florestais e de vegetação rasteira.

A gravidade na população entende-se aqui como **Moderada**, considerando-se a possibilidade da necessidade de tratamento médico, principalmente na população mais idosa, mas não se perspetivando vítimas mortais, no máximo algumas hospitalizações e retirada de pessoas por um período de 24 horas. Nesta situação deverão ser considerados locais arejados, principalmente igrejas com “*pé-direito*” elevado, e o recurso a pessoal técnico. No ambiente apenas se assumem pequenos impactes sem efeitos duradouros, logo considera-se a gravidade ao nível de impacte ambiental como Reduzida, sendo que ao nível da atividade socioeconómica poderão perspetivar-se algumas perdas a nível financeiro, considerando-se a gravidade Moderada.

Deste modo, o grau de risco de ocorrência de uma onda de calor no Município da Vila Nova de Poiares apresenta-se como **MODERADO** (Quadro 43).

Quadro 43 - Classificação descritiva do Risco de Onda de Calor, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Ondas de Calor	Moderada	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>

### Vagas de Frio

Uma vaga de frio é produzida por uma massa de ar, originária na maioria dos casos em regiões setentrionais, com características gélidas e secas, desenvolvendo-se sobre uma área continental. Acontece uma vaga de frio quando, por mais de seis dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura mínima no período de referência (1961-1990). Durante estes fenómenos ocorrem reduções significativas, por vezes repentinas, das temperaturas diárias, descendo os valores mínimos abaixo dos 0°C no Inverno. Estas situações estão geralmente associadas a ventos moderados ou fortes, que ampliam os efeitos do frio.

A probabilidade de ocorrência de uma vaga de frio é **Média** uma vez que o território municipal se encontra a uma distância latitudinária inferior a 100 km's da linha de costa, onde as massas de ar húmidas diminuem a probabilidade de ocorrência de temperaturas extremas, nomeadamente negativas.

No que diz respeito à gravidade, esta varia de classificação consoante o impacto se verifica na população, no ambiente ou no tecido socioeconómico. Deste modo, o impacto na população é **Moderado**, uma vez que poderá haver algumas hospitalizações e retirada de alguma população por períodos de 24 horas, em situação extrema. Ao nível do ambiente, os impactes serão reduzidos, perspetivando-se um pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros. Na atividade socioeconómica os impactes também serão moderados, uma vez que poderá implicar apenas um nível reduzido de constrangimentos na comunidade, com alguma perda financeira.

Neste contexto, o grau de risco de ocorrência de uma vaga de frio no Município de Vila Nova de Poiares considera-se **MODERADO** (Quadro 44).

Quadro 44 - Classificação descritiva do Risco de Vaga de Frio no Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Vagas de Frio	Moderada	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>

### Fenómenos Meteorológicos Adversos

Fenómenos meteorológicos adversos como chuvas e ventos fortes são eventos que para além de serem um perigo, potenciam outros riscos como as cheias e inundações, deslizamentos de terras em caso de chuvas fortes, ou no caso de ventos fortes, colapso ou danos em estruturas, queda de árvores ou painéis publicitários.

No caso de chuvas fortes as áreas que apresentam maiores riscos são as áreas onde a água da chuva se pode acumular, áreas ribeirinhas e ainda as áreas urbanas que tenham sido permeabilizadas e com deficiente capacidade de drenagem.

Em relação aos ventos fortes, as estruturas montadas ou suspensas, como painéis publicitários ou andaimes, podem fazer perigar bens e pessoas caso sejam danificadas ou entrem em colapso. Em casos de ventos extremamente fortes estes podem mesmo provocar danos em estruturas mais sólidas como edifícios, levando à derrocada de fachadas ou chaminés que podem igualmente causar danos em bens e pessoas. Este fenómeno já se tem verificado no território municipal, ao nível também de queda de árvores e estruturas da rede elétrica, sendo que se destacam ao nível de ocorrências e intensidades os locais correspondentes às povoações de Olho Marinho, Carvalho, e o sector entre as povoações de Louredo e Ventosa.

O histórico de ocorrência destes fenómenos no Município evidencia uma probabilidade que se considera **Média**, podendo ocorrer com uma periodicidade incerta e aleatória.

Relativamente à gravidade esta apresenta-se Reduzida para a população e ambiente, uma vez que é provável um reduzido número de feridos, assim como um pequeno impacto no ambiente. Na atividade socioeconómica a gravidade é considerada **Moderada** pois a ocorrência de um destes fenómenos pode levar a alguma disrupção na comunidade.

Neste contexto, o grau de risco de ocorrência de um fenómeno meteorológico adverso no Município de Vila Nova de Poiares considera-se **MODERADO** (Quadro 45).

Quadro 45 – Classificação descritiva do Risco de Ocorrência de Fenómenos Meteorológicos Adversos no Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Fenómenos Meteorológicos Adversos	Reduzida	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>

### Cheias e Inundações

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade. Este excesso de precipitação faz aumentar o caudal dos cursos de água, originando o transbordo do leito normal e a inundação das margens e áreas adjacentes.

A intervenção humana é um dos fatores que mais tem contribuído para o aumento dos efeitos das cheias e inundações, sobretudo ao nível da impermeabilização do solo nas áreas urbanas, visto que potenciam o escoamento superficial das águas pluviais ao invés da infiltração. Frequentemente são implantadas estruturas nas linhas de água e nas planícies de inundação (pilares de pontes ou viadutos, muros e edifícios) que potenciam o constrangimento do curso de água, provocando uma rápida subida do nível da água causando periódicas destruições nas áreas mais baixas das localidades expostas.

Relativamente ao nível da rede hidrográfica, no Município de Vila Nova de Poiares o único registo de inundações recente reporta-se ao ano de 2001, devido à intensa e permanente precipitação que ocorreu esse ano, tendo-se registado afetações na ponte de Louredo, devido a situação de cheia no Mondego, assim como no centro da vila de Vila Nova de Poiares, devido a situação de cheia na ribeira de Poiares. Este registo confere uma probabilidade Média a este fenómeno no Município.

Ao nível da gravidade, esta considera-se de uma forma geral **Moderada** nas zonas ribeirinhas, provocando assim dificuldades no acesso às povoações, sendo os impactes da ocorrência de uma cheia ou inundação moderados, com a perspetiva de causar alguns danos que podem obrigar à retirada de população por um período de 24 horas.

A gravidade ao nível do ambiente é reduzida, apresentando apenas pequenos impactes no ambiente sem efeitos duradouros. No que respeita aos impactes na atividade socioeconómica, estes já assumem um carácter moderado, uma vez que podem causar algumas disrupções na comunidade e alguma perda financeira. Contudo não afeta significativamente as escolas, Centro de saúde, instalações dos APC ou outras instalações sensíveis.

Neste contexto, o grau de risco de cheias ou inundações no Município de Vila Nova de Poiares é considerado **MODERADO** (Quadro 46).

Quadro 46 - Classificação descritiva do Risco de Cheias e Inundações no Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Cheias e Inundações	Moderada	Reduzida	Moderada	Média	<b>Moderado</b>



### Acidente no Transporte de Matérias Perigosas

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, são consideradas mercadorias perigosas as substâncias ou preparações que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioatividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão, possam provocar situações com efeitos negativos para o Homem e para o Ambiente. Os acidentes associados ao transporte de mercadorias perigosas, pelas consequências que podem originar, ao nível da segurança, da saúde e do bem-estar das populações, bem como da qualidade ambiental em geral, necessitam de atenção especial.

As causas de acidentes envolvendo matérias perigosas (MP) podem ser inúmeras, no entanto, deverão ser consideradas por tipificação de categorias. É de realçar que o trânsito rodoviário de Matérias Perigosas em Portugal constitui cerca de 10 % da totalidade de mercadorias transportadas, de acordo com as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística. O transporte de MP abrange uma série aproximada de 60 grupos de matérias, com predominância para os combustíveis líquidos (gasolina, gasóleo e fuelóleo) e combustíveis gasosos (propano e butano), que contribuem em 70 % da totalidade do transporte de MP.

Os acidentes com matérias perigosas acontecem com frequência e requerem precauções e cuidados específicos para os controlar ou para desenvolver ações que minimizem o seu impacto. Perante um acidente com matérias perigosas a primeira ação a desenvolver é a da identificação da matéria em causa. Existem vários modelos básicos de identificação de matérias perigosas, os quais variam em função: do lugar e tipo de atividade; tipo e forma do recipiente; sinais e cores; placas e etiquetas; fichas e documentos; e aparelhos de deteção e medida.

Na análise desta tipologia no território municipal de Vila Nova de Poiares, são de referir apenas os fatores relacionados com a perigosidade no transporte rodoviário de Matérias Perigosas. Assim, importa referir a EN2, de sentido NW-SE, que atravessa as freguesias de São Miguel de Poiares, de Poiares (Santo André) e Arrifana, e a EN17, mais conhecida por “*Estrada da Beira*”, que no Município transita nas freguesias de São Miguel de Poiares, de Poiares (Santo André) e Lavegadas, com uma direção SW-NE, sendo estas as principais vias estruturantes do território municipal.

Dada a impossibilidade de se ter conhecimento sobre que matérias perigosas são transportadas através das estradas do Município e tendo em conta apenas as empresas localizadas em Vila Nova de Poiares, deve concluir-se que as matérias perigosas que mais frequentemente circulam nas estradas municipais são os combustíveis líquidos e gasosos. No entanto, não deixa de ser relevante referir a presença de duas empresas, a Marigold e a ENE-KOLLA, que lidam com produtos corrosivos e outros inflamáveis e explosivos, especificamente ácido acético, amónio, tolueno, acetato etílico e outros.

A probabilidade de ocorrência de um acidente no transporte de matérias perigosas é **Baixa** no panorama atual, já que o IP3 retirou grande parte do tráfego ao Município de Vila Nova de Poiares, e em particular naquele que se relaciona com as transferências entre o litoral e o interior da região centro, fato que se reflete na não existência de registos de ocorrências a destacar.

No caso da manifestação deste tipo de acidente, a gravidade na população e no tecido socioeconómico é considerada Moderada, uma vez que não é expectável um elevado número de vítimas ou danos

materiais, contudo poderá causar a alguma interrupção na comunidade, por um curto período, e consequente perda financeira. A gravidade no ambiente é considerada **Acentuada**, uma vez que as EN2 e EN17 cruzam áreas sensíveis do Município, como por exemplo áreas florestais e linhas de água, que podem vir a ser contaminadas, sendo que em casos extremos os danos podem ser permanentes.

Assim, o grau de risco de acidente no transporte rodoviário de matérias perigosas no Município de Vila Nova de Poiares considera-se **MODERADO** (Quadro 47).

Quadro 47 - Classificação descritiva do Risco de Acidente no Transporte Rodoviário de Matérias Perigosas, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Transporte Rodoviário de Matérias Perigosas	Moderada	Acentuada	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>

### Acidentes Graves de Tráfego Rodoviário

Os acidentes graves de tráfego estão diretamente relacionados com a existência e complexidade da rede de infraestruturas presente no território em análise. No que respeita a acidentes de tráfego rodoviário, estes envolvem veículos a circular em vias de comunicação rodoviária. Pode ocorrer quando um veículo colide com outro, quando colidem vários veículos, quando há a colisão de um veículo com peões, quando há a colisão com outros objetos, ou mesmo por despiste, resultando do evento danos materiais mais ou menos avultados, feridos ou possíveis vítimas mortais.

O fator humano tem uma grande preponderância nos acidentes rodoviários. O comportamento incorreto dos condutores conjugado com a falta de manutenção dos veículos e a deficiente construção de algumas estradas contribui decisivamente para a sinistralidade rodoviária.

A estrutura da rede rodoviária, assente essencialmente na EN2 e na EN17, é complementada pelas estradas e caminhos municipais que se interligam às Estradas Nacionais. Face à estrutura e características atuais da rede rodoviária municipal, a probabilidade de ocorrência de acidentes graves de tráfego rodoviário é assumida como **Média**, sublinhando-se desde logo os cinco pontos rodoviários mais “problemáticos”, que necessitam uma atenção especial por parte dos APC:

- EN2 entre Louredo e o cruzamento com a EM1248;
- EN2 entre a cortada para Chã e a cortada para Alveite Pequeno;
- EN17 entre a cortada para Couchel e a cortada para Vale de Vaz;
- EM541 entre a cortada de Vale Carvalhal e a cortada para Vale de Gião/Pinheirais;
- EM571 entre a cortada para Framilo e o sector norte do Ribeiro do Cascalho.

A gravidade na população considera-se **Moderada**, pois no caso de um acidente grave de tráfego rodoviário pode ser expectável a necessidade de assistência médica, com a possibilidade de algumas hospitalizações e podendo vir a verificar-se perdas de vidas humanas. No ambiente e no tecido socioeconómico a gravidade é considerada Reduzida, uma vez que apenas se perspetiva um pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros, assim como alguma disrupção na comunidade, por um curto período de tempo e alguma perda financeira. Neste sentido, no território municipal, o grau de risco para acidentes graves de tráfego rodoviário no Município de Vila Nova de Poiares apresenta-se como **MODERADO** (Quadro 48).

Quadro 48 - Classificação descritiva do Risco de Acidente Grave de Tráfego Rodoviário para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Acidentes Graves de Tráfego Rodoviário	Moderada	Reduzida	Reduzida	Média	<b>Moderado</b>

#### Acidentes graves de Tráfego Aéreo

Apesar de o Município de Vila Nova de Poiares não apresentar nenhuma infraestrutura de apoio a transportes aéreos, a proximidade do sector Norte do território municipal ao Aeródromo da Lousã – Aeródromo Comandante José Varela, implica que seja equacionada a área de influência deste, levando a que se tenha em consideração este tipo de acidentes no concelho. No entanto, não pode deixar de ser salientado que este Aeródromo tem como principal finalidade o apoio a operações de combate a incêndios florestais, pelo que o tipo de aeronaves e a sazonalidade das atuações destes meios se apresenta como um fator pouco significativo em termos de risco. Deste modo, pode considerar-se que a probabilidade de ocorrência de acidentes aéreos no Município de Vila Nova de Poiares é **Baixa**, o qual poderá ocorrer apenas em circunstâncias excecionais.

Na análise da gravidade, os impactes consideram-se Reduzidos ao nível da população e ambiente, não se perspetivando impactes significativos e abrangentes. Ao nível da atividade socioeconómica, a gravidade é entendida como **Moderada**, pois uma ocorrência deste tipo poderá originar alguma perda financeira, assim como alguma disrupção na comunidade, embora inferior a 24 horas.

Assim, o grau de risco face à ocorrência de um acidente aéreo no Município de Vila Nova de Poiares considera-se **MODERADO** (Quadro 49).

Quadro 49 - Classificação descritiva do Risco de Acidente Grave de Tráfego Aéreo, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Acidentes Graves de Tráfego Aéreo	Reduzida	Reduzida	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>

### Colapso de Pontes, Túneis e Viadutos

O colapso ou rutura de pontes, túneis e viadutos está associado essencialmente a dois fatores: por um lado a idade e consequente estado de conservação das infraestruturas, por outro o escoamento das águas fluviais que arrasta os sedimentos que fixam os pilares de uma ponte.

Apesar de não ser um fenómeno frequente, a sua análise não deve ser descurada devido aos constrangimentos que pode implicar. No Município de Vila Nova de Poiares destacam-se dois pontos sensíveis: a ponte sobre o rio Alva, próximo do lugar de Ponte de Mucela na EN17 e a ponte sobre o rio Mondego que faz a ligação entre a EN2 e a EN110. O destaque destas duas infraestruturas deve-se à importância supramunicipal que a EN2 e a EN17 representam ao nível da mobilidade.

Neste caso é expectável que o colapso ou rutura de uma ponte poderá ocorrer apenas em circunstâncias muito excecionais, não se encontrando registo histórico de tal tipo de acidente neste Município, sendo a probabilidade **Baixa**.

A gravidade que este fenómeno poderá ter na população assume-se reduzida pois poderá provocar alguns feridos, hospitalizações e retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas, recorrendo a algum pessoal de apoio e reforço necessário.

Ao nível do ambiente perspectiva-se que não haja impactes, considerando-se assim a gravidade como Residual. Relativamente aos danos que este tipo de acidente pode provocar no tecido socioeconómico, a gravidade considera-se **Moderada**, prevendo-se alguma disrupção na comunidade, no entanto manter-se-ia a ligação ao principal polo regional, Coimbra.

Neste contexto, o grau de risco de colapso ou rutura de pontes para o Município de Vila Nova de Poiares considera-se **MODERADO** (Quadro 50).

Quadro 50 - Classificação descritiva do Risco de Colapso de Pontes, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Colapso de Pontes	Reduzida	Residual	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>

### Rutura de Barragens

As barragens são infraestruturas fundamentais para suportar as atividades humanas, contudo, o potencial destrutivo do volume de água armazenado nas suas albufeiras induz um fator de risco para todo o vale a jusante delas. Neste caso concreto, apesar de não existir nenhuma barragem em território municipal, a proximidade das barragens da Aguieira (a 22km), da Raiva (a 12km), no rio Mondego, e das Fronhas (a 0,5km) no rio Alva, a montante, faz com que este risco não possa ser negligenciado.

No caso de rutura da Barragem das Fronhas ou galgamento da parede desta barragem pelas águas da sua albufeira, iria colocar em risco todo o vale a jusante colocando em perigo as povoações de Moura Morta (96 habitantes, censos 2001) e Ponte de Mucela (19 habitantes, censos 2001). Já se o colapso ou o galgamento se der na Barragem da Aguieira, a população irá deparar-se não só com a água armazenada nesta albufeira, como o provável “efeito dominó” levará à rutura da Barragem da Raiva que se encontra a jusante. A água armazenada nestas duas barragens irá afetar todo o vale do rio Mondego a jusante, sendo que dois lugares no Município iriam ser os mais afetados pela onda de cheia: Casais (114 habitantes, censos 2001) e Louredo (61 habitantes, Censos 2001).

Assim, a probabilidade de se vir a verificar uma rutura ou colapso de barragens no Município de Vila Nova de Poiares considera-se **Baixa**, sendo que a gravidade na população é considerada **Acentuada**, visto que é provável que em caso de rutura de uma das barragens possa existir um elevado número de feridos e hospitalizações bem como algumas vítimas mortais nas povoações ribeirinhas. A gravidade será reduzida no ambiente pois não se esperam efeitos duradouros. Já no tecido socioeconómico é esperada alguma perda financeira e uma disrupção na comunidade, sendo por isso mesmo a gravidade considerada moderada.

Neste contexto, o grau de risco de rutura ou colapso de barragens no Município de Vila Nova de Poiares apresenta-se como **MODERADO** (Quadro 51).

Quadro 51 - Classificação descritiva do Risco de Rutura de Barragens, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Ruptura de Barragens	Acentuada	Reduzida	Moderada	Baixa	<b>Moderado</b>

### Acidentes Industriais

Qualquer estabelecimento industrial, face aos produtos utilizados ou processo de fabrico, é indutor de riscos de menor ou maior dimensão que podem atingir o tecido socioeconómico envolvente, podendo originar acidentes graves de grande escala.

Um acidente grave associado à atividade industrial é geralmente um acontecimento que envolve emissão de substâncias, incêndios ou explosões de grandes proporções, resultante de desenvolvimentos incontrolados ocorridos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial. Saliente-se que

estes eventos perigosos podem constituir uma ameaça imediata ou retardada para a saúde pública (consequências graves ao longo do tempo, nomeadamente no que concerne ao período de latência de doenças nas pessoas com maior exposição ao risco) e meio ambiente, sobretudo quando ocorrem descargas acidentais de poluentes para linhas de água ou derrames de matérias perigosas, por escorrência ou infiltração, contaminando as linhas de água, tanto superficiais como subterrâneas.

As atividades industriais predominantes no Município encontram-se ligadas a alguns sectores que pelo tipo de produtos manuseados, fabricados ou armazenados, poderão ser considerados de risco potencial. Assim sendo, o risco de acidentes industriais está maioritariamente associado às áreas dos parques industriais, destacando-se a Zona Industrial de Vila Nova de Poiares – Universal Parque -, com especial enfoque para duas empresas: ENE KOLLA – Sociedade Industrial e Comercial de Colas, Lda e a Marigold Industrial Portugal. Para além destas, convém salientar em território municipal a empresa Alves Bandeira que possui uma central com um depósito de 900 000 litros de Gasolina e Gasóleo, junto à EN17 em Vale de Vaz.

Os riscos daqui resultantes estão associados, sobretudo, ao processo de elaboração da respetiva atividade e às instalações onde se desenvolve. Podem igualmente desencadear o chamado “efeito dominó” em que o acidente verificado pode danificar instalações de outras indústrias próximas, e assim sucessivamente. No entanto, para além dos riscos inerentes, também se identificam outros igualmente graves diretamente ligados à armazenagem e ao abastecimento de substâncias perigosas.

A probabilidade de um acidente industrial assume-se **Baixa**, podendo ocorrer apenas em circunstâncias excecionais. No que respeita à gravidade, no ambiente assume-se Moderada, com pequeno impacte, sem efeitos duradouros no espaço e no tempo. A gravidade no tecido socioeconómico considera-se **Acentuada**, uma vez que um acidente industrial poderia levar à interrupção da atividade industrial, afetando a economia local. Quanto à gravidade na população residente do Município, esta é considerada Reduzida.

Neste contexto, o grau de risco de um acidente industrial para o Município de Vila Nova de Poiares é considerado **MODERADO** (Quadro 52).

Quadro 52 - Classificação descritiva do Risco de Acidentes Industriais, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Acidentes Industriais	Reduzida	Moderada	Acentuada	Baixa	<b>Moderado</b>

### Incêndios Urbanos

Tendo em conta a reduzida densidade da malha urbana no Município de Vila Nova de Poiares, mais densamente concentrada nas freguesias de Poiares (Santo André) e São Miguel de Poiares, a abordagem ao risco de incêndio de características urbanas justifica-se de acordo com um conjunto de

vulnerabilidades associadas a este tipo de risco, como o tipo de materiais de construção, a idade da mesma, bem como a ausência de sistemas de segurança.

A disposição e tipologia do edificado no Município apresentam características pouco propícias à propagação de incêndios urbanos a larga escala ou em cadeia. No entanto, na componente de informação digital deste Plano, encontram-se perfeitamente identificados os elementos mais vulneráveis, nomeadamente a área correspondente ao lugar de Vila Nova de Poiares - a qual integra toda a área do centro histórico da vila -, os equipamentos sociais, equipamentos de saúde, equipamentos educativos, os pavilhões desportivos, as igrejas e os edifícios de dimensão elevada que recebem um grande número de pessoas, para os quais é necessária especial atenção caso deflagre algum incêndio em ambiente urbano.

Neste contexto, a probabilidade de ocorrência de incêndios urbanos, depende em muito da cultura de segurança da população, vertida nas medidas de prevenção ativas ou passivas. Assim, a probabilidade de ocorrência de um incêndio urbano é considerada **Média-Baixa**.

A gravidade considera-se de uma forma geral **Moderada**, prevendo-se que os impactes na população possam levar à necessidade de prestar algum auxílio médico e à retirada de população por um período de 24 horas, assim como obrigar a uma reabilitação dos edifícios e da população afetada. A nível do tecido socioeconómico os impactes poderão levar a alguma perda financeira e alguma disrupção da comunidade. No ambiente apenas pode causar um pequeno impacto sem efeitos duradouros, portanto a gravidade caracteriza-se como Reduzida.

Deste modo, o grau de risco para um incêndio urbano no Município de Vila Nova de Poiares é considerado **MODERADO** (Quadro 53).

Quadro 53 - Classificação descritiva do Risco de Incêndios Urbanos, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Incêndios Urbanos	Moderada	Reduzida	Moderada	Média-Baixa	<b>Moderado</b>

### Acidentes de Poluição

Considerando a imprevisibilidade de acontecimentos súbitos e não planeados, causadores de danos graves no homem e no ambiente, resultantes da atividade industrial (suinicultura, transporte e armazenamento de matérias perigosas, descargas e/ou derrames de substâncias poluentes que por escorrência ou infiltração podem contaminar os recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos no Município de Vila Nova de Poiares), a manifestação de eventos desta natureza em função das características físicas e respetivo enquadramento geográfico poderá comprometer a utilização de recursos e colocar em risco a saúde pública dos munícipes e a própria sustentabilidade ambiental.

Apesar de ser expectável que ocorra em qualquer momento, com uma periodicidade incerta e aleatória, considera-se que a probabilidade de ocorrência de acidentes de poluição que venham a afetar o Município de Vila Nova de Poiares é **Baixa**, em função dos detritos e poluentes das atividades que se constituem como principais fontes de poluição (indústria, comércio, agricultura e atividades domésticas), não se revelarem preocupantes, pois não existem registos de situações graves, nem é expectável que estas atividades presentes no Município, devido ao controlo e segurança que apresentam, originem acidentes desta natureza. Por outro lado, as águas residuais destas atividades, na grande maioria delas implantadas perto da sede do Município, são tratadas na fonte ou reencaminhadas para as Estações de Tratamento de Águas Residuais. Apenas nos casos das povoações rurais é que são usadas fossas sépticas particulares para tratamento primário.

Na análise da gravidade, o impacto assume-se como **Moderado** no ambiente, não se perspetivando impactes profundos nem efeitos duradouros. Na população poderá levar na pior das hipóteses a algum tratamento médico e retirada de pessoas por um período previsto não superior a 24 horas, sendo por isso mesmo considerado com um impacto com gravidade Reduzida. No tecido socioeconómico a gravidade assume-se como Reduzida, contudo poderá originar alguma perda financeira e alguma disrupção inferior a 24 horas.

Neste contexto, o grau de risco de acidente de poluição para o Município de Vila Nova de Poiares considera-se **MODERADO** (Quadro 54).

Quadro 54 - Classificação descritiva do Risco de Acidentes de Poluição, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Acidentes de Poluição	Reduzida	Acentuada	Reduzida	Baixa	<b>Moderado</b>

## Secas

Sendo a seca uma catástrofe natural e condição física transitória caracterizada pela escassez de água, associada a períodos extremos de reduzida precipitação mais ou menos longos, com repercussões negativas no ambiente e nas atividades socioeconómicas, a área onde se insere o Município de Vila Nova de Poiares não apresenta geralmente problemas significativos relativamente ao abastecimento doméstico em situação de seca.

Em situações extremas, o Município está preparado para recorrer ao reforço do abastecimento público de água através da reativação das antigas captações, uma vez que o equipamento de captação e elevação de água permanece operacional, apesar de desativado. As captações em causa são Alva, Alveite Grande, Fraga, Vale do Gueiro e Pinheiro. Poderá ainda recorrer-se ao abastecimento por meio de auto-tanques da Câmara Municipal, podendo a população ser diretamente abastecida, ou estes auto-tanques alimentarem o reservatório local, sendo a população abastecida a partir da rede de distribuição.



A probabilidade da manifestação de uma seca que afete o Município é **Baixa**, a qual poderá ocorrer apenas em circunstâncias excecionais, mas com um impacto diminuto em termos de abastecimento doméstico, em função das características da rede hidrográfica, com a existência de duas linhas de água perenes (rio Alva e rio Mondego) no Município, e a proximidade de duas importantes albufeiras de barragens que integram a bacia do Mondego, mais concretamente as albufeiras da Aguieira e de Fronhas.

Relativamente ao nível de gravidade, na população esta considera-se Residual, não se perspetivando impactes significativos a este nível, sendo que apenas em situação extrema se poderia justificar algum pessoal de apoio às povoações com acesso mais deficitário e com maior carência de resposta ao nível da oferta em transportes. Em termos ambientais a gravidade é **Reduzida**, não provocando efeitos duradouros, uma vez que grande parte das vertentes estão expostas a Norte, encontrando-se menos vulneráveis às secas, embora se potencie a erosão do solo, degradação da qualidade da água e morte precoce de algumas culturas anuais. A gravidade ao nível no tecido socioeconómico é também Reduzida, justificada apenas por alguns constrangimentos ao nível de perdas financeiras no abastecimento público e nas atividades agrícolas – no entanto, é importante salientar, como verificado anteriormente, que a produção agrícola municipal é dominada por culturas anuais de sequeiro.

Assim, o grau de risco face à ocorrência de uma seca no Município de Vila Nova de Poiares é considerado **BAIXO** (Quadro 55).

Quadro 55 - Classificação descritiva do Risco de Secas, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
<b>Secas</b>	Residual	Reduzida	Reduzida	Baixa	<b>Baixo</b>

## Sismos

A ocorrência de um sismo está associada à movimentação das falhas tectónicas, as quais libertam uma grande quantidade de energia provocando vibrações numa vasta área circundante, provocando danos nas construções em função da intensidade da ação sísmica e da resistência e qualidade da construção. De acordo com a Escala Internacional, o Município de Vila Nova de Poiares encontra-se numa zona de intensidade VII, catalogada como “MUITO FORTE”.

Em função do índice histórico de eventos sísmicos na região Centro, a probabilidade de ocorrência de um sismo de intensidade igual ou superior a VII é **Baixa**, podendo ocorrer em situações excecionais. Contudo, no que refere a génese de contornos naturais, poderá ocorrer uma vez em cada 500 anos.

A gravidade apresenta-se de uma maneira geral **Reduzida**, sendo que ao nível no tecido socioeconómico poderá provocar uma disrupção inferior a 24 horas em alguns edifícios. Relativamente ao ambiente, apenas se perspetiva a possibilidade de um pequeno impacte sem efeitos duradouros. No que respeita à população, os impactes prendem-se com um reduzido número de feridos, mas sem

vítimas mortais previstas, apenas algumas hospitalizações e alguns desalojados, com a necessidade de realojar temporariamente em pavilhões gimnodesportivos da autarquia ou da freguesia afetada. Poderá também ser necessário algum pessoal técnico de apoio.

Neste sentido, o grau de risco de sismo para o Município de Vila Nova de Poiares considera-se **BAIXO** (Quadro 56).

Quadro 56 - Classificação descritiva do Risco de Sismos, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Sismos	Reduzida	Reduzida	Reduzida	Baixa	Baixo

### Colapso de Edifícios

As habitações, pelo seu estado de abandono e degradação constituem pontos de elevada vulnerabilidade, suscetibilidade e perigo. São inúmeras as localidades onde podemos encontrar habitações em estado avançado de degradação e em risco de colapso. Sem surpresa, esta problemática surge fundamentalmente nos centros históricos das cidades.

De fato, o perigo de ruína é real e bem evidente, pois na maior parte dos casos as paredes das casas apresentam enormes brechas, telhados a cair, estruturas suspensas, existindo o perigo iminente de colapso com afetação de áreas adjacentes como passeios ou ruas e sobre quem nelas circula, ou até mesmo afetar a estrutura de habitações vizinhas.

Saliente-se que a vulnerabilidade relacionada com a habitação é maior nas localidades que apresentam um maior número de habitações a necessitar de reparações, e nas que têm uma maior percentagem de imóveis com idade avançada, as quais apresentam uma menor resistência às forças que possam surgir devido a causas extremas, nomeadamente, sismos, explosões e incêndios.

Na análise ao risco de colapso de edifícios a probabilidade considera-se **Baixa**, uma vez que não existem registos relevantes neste sentido no território municipal.

Ao nível da gravidade para o tecido socioeconómico e população considera-se **Reduzida**, com possibilidade de pequeno número de feridos, sem vítimas mortais, algum pessoal de apoio e reforço necessário, e realojamento necessário. O reduzido impacte na atividade socioeconómica justifica-se apenas caso se verifique em fachadas urbanas históricas. Relativamente aos impactes no ambiente, não se perspetivam danos.

Deste modo, o grau de risco de colapso de edifícios para o Município da Vila Nova de Poiares apresenta-se como **BAIXO** (Quadro 57).

Quadro 57 - Classificação descritiva do Risco de Colapso de Edifícios, para o Município de Vila Nova de Poiares.

Designação	Gravidade			Probabilidade	Grau de Risco
	População	Ambiente	Sócio-economia		
Colapso de Edifícios	Reduzida	Residual	Reduzida	Baixa	<b>Baixo</b>

## Epidemias

Apesar de não ser considerado no âmbito da avaliação de risco do presente Plano, considera-se pertinente ressaltar que no âmbito da prevenção e controlo de doenças provocadas pelos vírus das gripes pandémicas - como são exemplo os recentes casos do H5N1, vulgarmente conhecido por “*Gripe Aviária*”, e o H1N1, conhecido como Gripe A ou “*Gripe Suína*” - o planeamento das ações a desenvolver é de fulcral importância em qualquer nível de risco de infeção. Contudo, a sua pertinência assume particular intensidade quando a ameaça de uma pandemia se instala num determinado território, sendo que quando tal se verifica são acionados os Planos de Contingência dos respetivos centros de saúde, de forma a antecipar e gerir o impacto de um surto epidémico/pandémico.

Nestes Planos de Contingência estão estabelecidos todos os procedimentos que devem ser tomados, assim como a articulação entre os diversos agentes e o modo de atuação destes. Está ainda estabelecida uma articulação e complementaridade interinstitucional prioritária da Comissão Municipal de Proteção Civil com o respetivo Agrupamento de Centros de Saúde, que no caso do Município de Vila Nova de Poiares é o ACES do Pinhal Interior Norte I.

## 5.1. Análise dos Riscos mais Relevantes

### 5.1.1. Incêndios Florestais

Anualmente os Incêndios Florestais constituem um flagelo para toda a população, tanto a nível municipal como a nível nacional. O forte mediatismo que o acompanha obriga a que se trate este tipo de risco com algum cuidado. No entanto, não é propiciador de um número significativo de vítimas mortais ou de feridos, mas resulta na maior parte das vezes em avultados prejuízos materiais e danos ambientais elevados. Para além de todas estas consequências dramáticas, subsistem ainda complicações de ordem social, muitas vezes difíceis de avaliar e quantificar.

Subjacente ao índice de risco extremo está a sustentabilidade de uma produção de elevado valor económico, assistindo-se nos últimos anos ao encurtamento dos ciclos de corte das árvores sob ameaça da sua destruição pelo fogo, à diminuição da qualidade da produção, ao abandono crescente da atividade económica que suporta significativas áreas agroflorestais e à perda continuada de rentabilidade e competitividade da floresta.

O mapa de risco de incêndio florestal (Figura 36) combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar o potencial de perda face ao fenómeno. Como referido, este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção, quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão florestais.

Verifica-se que o risco Elevado representa 62,17% do território de Vila Nova de Poiares, enquanto o risco Muito Elevado se verifica em 4,95%, o que perfaz um total de 67,12% com risco Elevado e Muito Elevado, refletindo deste modo a importância da mancha florestal no território municipal.

### Identificação e Caracterização do Perigo

A Serra do Carvalho, a poente, e as serras do Bidueiro e São Pedro Dias, a nascente, são os sectores que apresentam um elevado índice de perigosidade em função das características das espécies vegetais e da densa mancha florestal, reportando a um elevado nível de combustibilidade e inflamabilidade. A estas condições associam-se as variáveis físicas, declives acentuados e exposições a Sul que aumentam assim a perigosidade. A portaria 1056/22004, de 19 de agosto classifica os povoamentos florestais de S. Miguel de Poiares e Lavegadas como inseridos na zona crítica da Pampilhosa da Serra. As manchas florestais presentes na quase totalidade do Município apresentam sectores de forte continuidade, exceto na habitualmente designada bacia de Poiares, localizada na zona central do Município, área dominada por tecido urbano descontínuo e ocupação agrícola.

A carta de combustíveis florestais, presente no PMDFCI do Município, e integrada na componente de informação digital deste Plano, ao classificar o território em modelos de combustíveis base que possuem comportamentos semelhantes face a um incêndio florestal, permite tirar estas mesmas conclusões, assim como permite realizar uma análise mais específica aos níveis de combustibilidade (Figura 36).

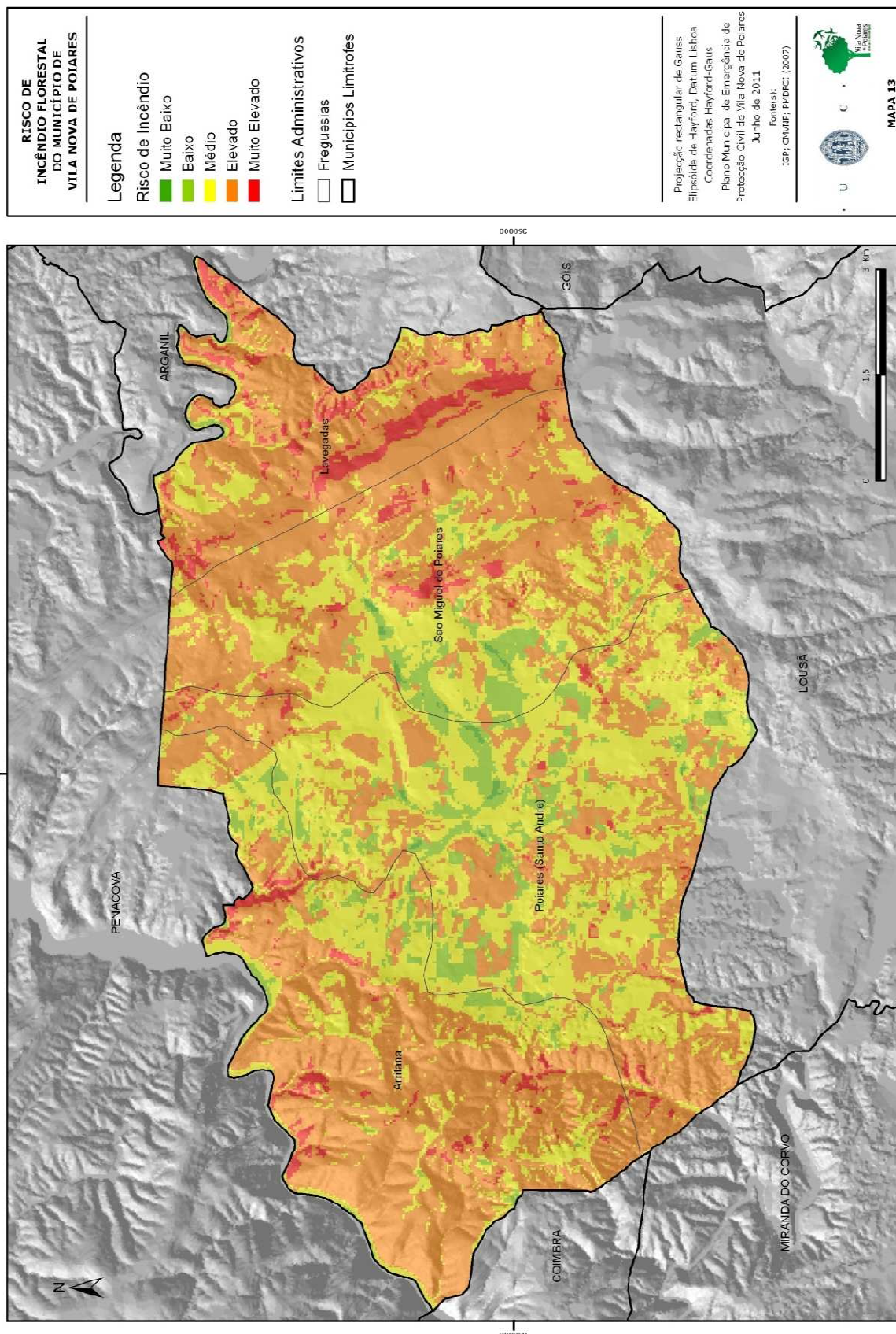


Figura 36 - Risco de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares (PMDFCI).



A mancha florestal do Município de Vila Nova de Poiares ocupa uma área de 5 707 hectares (66,62 % do território municipal), sendo as principais espécies presentes no território o eucalipto (31 km<sup>2</sup> representando cerca de 53,53% da área florestal), e o pinheiro bravo (13 km<sup>2</sup> representando cerca de 22,75% da área florestal), o que perfaz um valor de 76,08% destas duas espécies fortemente incendiáveis.

### **Avaliação das Consequências**

**Danos materiais:** são muitas vezes contabilizados apenas os dados relacionados com as perdas diretas (áreas florestais), ficando por apurar as chamadas perdas de exploração, particularmente nas atividades empresariais ligadas à exploração de material lenhoso, assim como os prejuízos causados ao nível das infraestruturas.

**Danos ambientais:** deriva da combustão (fumo e gases lançados para a atmosfera), bem como derrames de produtos afetados pelo incêndio e seu transporte pela água utilizada na extinção, que possam contaminar solos, linhas de água, entre outros. Por outro lado, a destruição do coberto vegetal pode agravar as consequências das enxurradas aquando períodos de precipitação intensa, nomeadamente nas áreas com declive mais acentuado, como são os casos das serras do Carvalho, Bidueiro e São Pedro Dias.

**Danos Sociais:** para além das consequências dramáticas de perda de vidas e da ocorrência de feridos, subsistem ainda complicações de ordem social resultantes desses danos pessoais cujo impacto é, muitas vezes, difícil de avaliar e quantificar, como por exemplo a redução direta e indireta dos postos de trabalho.

#### **5.1.2. Risco de Movimentos em Massa**

Os movimentos em massa entendem-se como todas as movimentações de terreno, rocha ou solo, numa superfície inclinada, induzidas principalmente pela ação da força da gravidade. Estes movimentos são normalmente desencadeados pela precipitação, por sismos ou por redefinição morfológica.

O risco de movimentos em massa está relacionado com diversos fatores, com destaque para as condições geológicas e atmosféricas, ocorrendo normalmente num contexto de erosão ao longo de uma vertente. No entanto, os fatores associados aos movimentos em massa podem envolver relações bastante complexas de diversos elementos, e originar variadas manifestações de movimentos, explanada nas diversas discussões e publicações da comunidade técnico-científica.

No âmbito desta análise, e partindo dos conceitos base mais abrangentes, pode-se entender que os movimentos em massa têm na sua génese, por um lado, fatores condicionantes, entendidos como elementos de variação/evolução lenta, e por outro fatores desencadeantes, entendidos como elementos de variação/evolução rápida e até instantânea (Figura 37). Estes fatores são os elementos que despoletam os movimentos em massa, os quais se podem manifestar através de processos mais simples

ou mais complexos, tendo em conta os diferentes mecanismos de rutura e desestabilização e as tipologias elementares dos movimentos.

Os processos geomorfológicos estão também condicionados pelas ações antrópicas. A erosão dos solos é acelerada pela degradação do coberto vegetal e os movimentos de terreno facilitados pela criação de taludes artificiais, ações de construção civil ou abertura de vias de comunicação, podendo tais processos ser reduzidos ou evitados por intervenções humanas no coberto vegetal através da realização de obras de engenharia. Este nível de impactes pode causar prejuízos materiais, hospitalizações e vítimas mortais, dependendo da localização, velocidade e magnitude do movimento.

### Identificação e Caracterização do Perigo

Tendo em conta os fatores condicionantes e os fatores desencadeadores presentes no Município, os acidentes geomorfológicos poderão manifestar-se associados a episódios pluviométricos intensos no espaço e no tempo, em taludes artificiais dos vários sistemas ou em vertentes e taludes naturais de materiais xistentos de elevado pendor (Figura 37).

Dadas as características inerentes do território, é de assumir o deslizamento, associado aos xistos, como o tipo de movimento de massa com maior propensão a ocorrer na área ocidental do Município, e a queda de blocos no sector oriental, mais associados aos quartzitos.

Estes movimentos de massa ocorrerão maioritariamente nos sectores do Município onde os declives são mais acentuados, sendo que a perigosidade é exponenciada pela conjugação de três variáveis:

- Previsão de precipitação intensa e contínua nas próximas horas;
- Ausência de vegetação nas vertentes;
- Saturação de água no solo.

### Avaliação das Consequências

**Danos materiais:** possibilidade de danos estruturais ao nível da rede viária, edificações, infraestruturas e coberto vegetal.

**Danos ambientais:** os principais danos estarão relacionados com a perda de coberto vegetal, mas se os movimentos em massa forem precedidos de incêndios florestais existe ainda a possibilidade nefasta de contaminação de cursos de água e lençóis freáticos.

**Danos sociais:** para além do corte temporário de rodovias e os constrangimentos associados à reabilitação destas, o movimento em massa pode ainda afetar diretamente as populações, especialmente por existir a possibilidade de atingir habitações ou locais de trabalho, podendo nestas situações gerar vítimas.

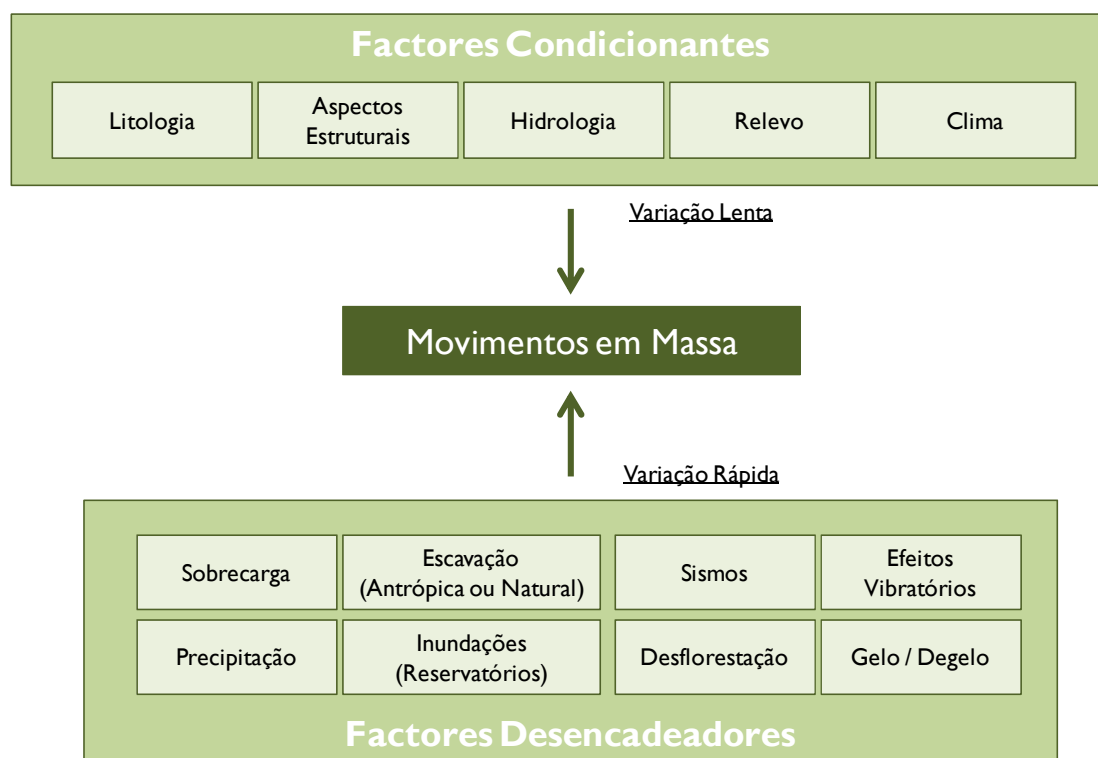


Figura 37 – Fatores condicionantes e desencadeadores de movimentos em massa

(Adaptado de: F. J. Ayala-Carcedo e J. O. Cantos, 2002).

## 5.2. Análise da Vulnerabilidade

### 5.2.1. Incêndios Florestais

O Município de Vila Nova de Poiares apresenta uma ocupação do solo maioritariamente florestal, aproximadamente 66,62% da superfície total do Município, onde predomina uma elevada densidade de coberto florestal, maioritariamente composto por eucalipto, nomeadamente nas áreas de maior declive (Serras de São Pedro Dias e do Carvalho), secundado por pinheiro bravo, igualmente em áreas de grande declive como a Serra do Bidueiro, associadas a solos cobertos por uma densa camada de manta morta, decorrendo daí a existência de uma grande vulnerabilidade florestal no risco de incêndio.

No que se refere à localização de mato junto a infraestruturas que careçam de especial atenção, é de referir quatro postos de abastecimento de combustível, todos na Freguesia de Poiares (Santo André).

É aconselhável que os pontos de água para o abastecimento de meios aéreos estejam distribuídos de modo a que toda a superfície dos espaços florestais esteja incluída nas zonas tampão (2,5 km) envolventes aos pontos de água (Portaria 133/2007, de 26 Janeiro).

Na observação dos cartogramas (Figura 38 e Figura 39) referentes aos pontos de água e número de ocorrências de incêndios florestais (1990-2009) no Município e respetivas áreas de influência, verifica-se que existe uma área bastante extensa que não se encontra sobre a “proteção” de qualquer ponto de água. A densidade de pontos de água do Município é razoável, existindo 15 pontos de água em todo o território municipal, contudo uma pequena mancha florestal no Norte da Freguesia de Arrifana e a



quase totalidade do sector Sul do Município não se encontram cobertas pelas zonas tampão dos pontos de água.

As freguesias de Arrifana e Poiares (Santo André) são onde se regista o maior número de ocorrências, pelo que a grande distância aos pontos de água na área Sul destas duas freguesias se revela crucial no combate a incêndios, aumentando assim a vulnerabilidade destas, sendo também marcante nestas freguesias um denso coberto florestal, especialmente na Freguesia de Arrifana.

No mapa de prioridades de defesa são identificados os principais elementos que interessa proteger em caso de incêndio florestal. Estes elementos podem ser aglomerados urbanos, equipamentos sociais, zonas industriais, espaços de valor económico, ecológico e paisagístico, entre outros. Este mapa apresenta os elementos que foram identificados, nomeadamente nas zonas onde o risco é Elevado e Muito Elevado (Figura 40).

Na análise da conjugação de risco de incêndio florestal com as prioridades de defesa, define-se todo o sector das Serras do Carvalho, São Pedro Dias e Bidueiro, com risco Muito Elevado ou Elevado. Estão também contidos no Mapa de Prioridades de Defesa (Figura 40) outros equipamentos de interesse público, como as ETAR's e as Piscinas da Fraga.

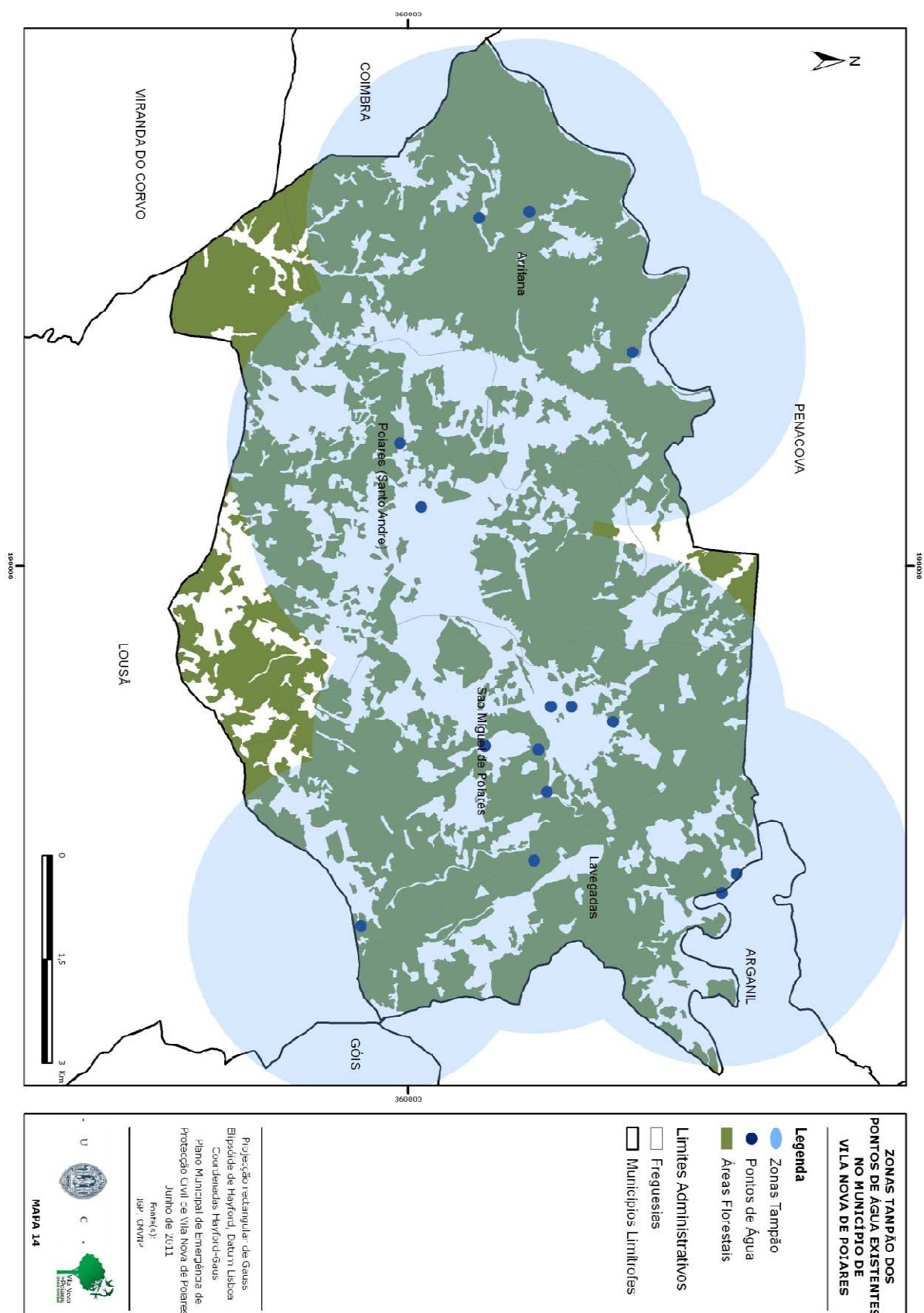


Figura 38 - Zonas Tampão dos Pontos de Água no Município de Vila Nova de Poiares.

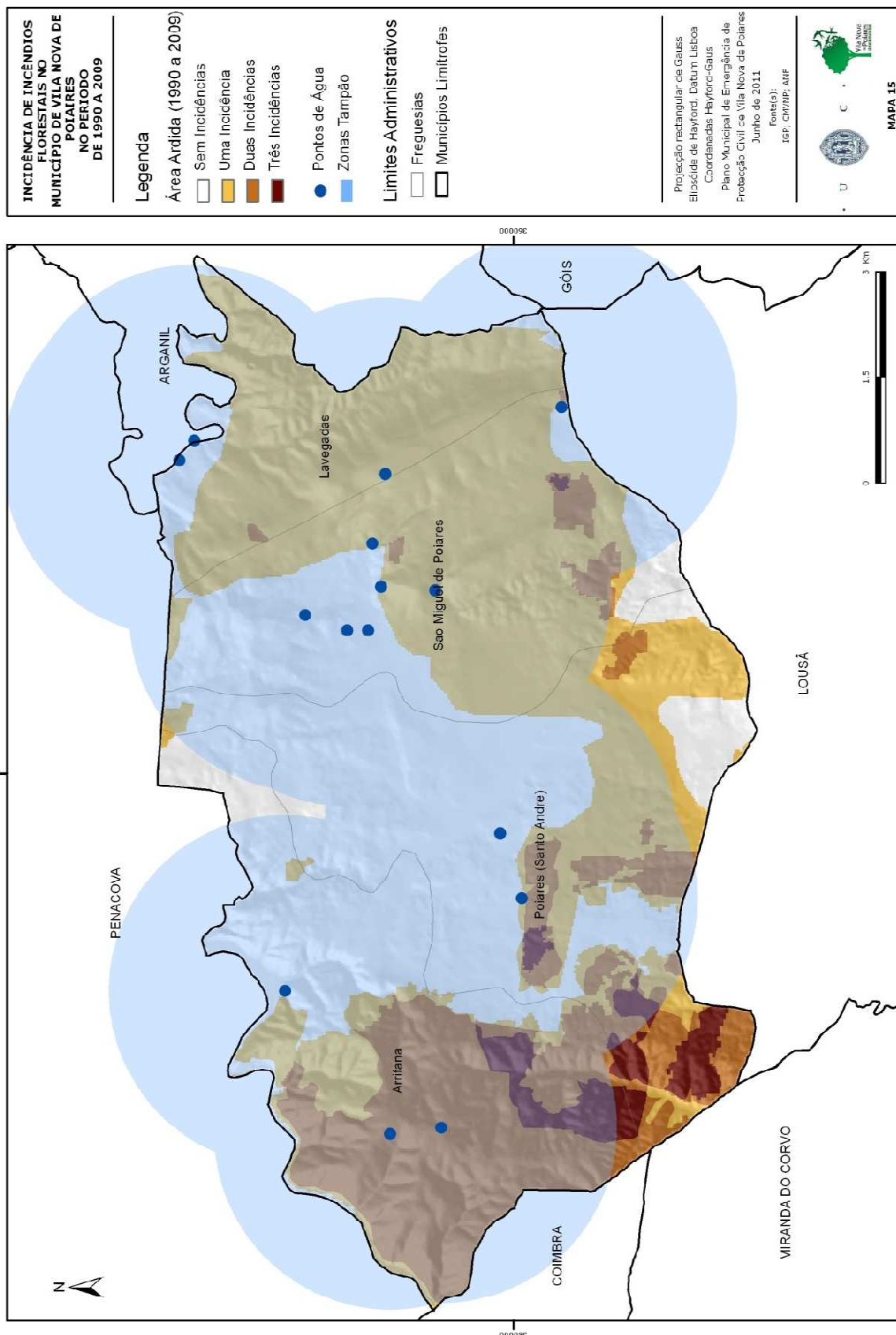


Figura 39 - Incidência de Incêndios Florestais no Município de Vila Nova de Poiares para o período de 1990 a 2009.

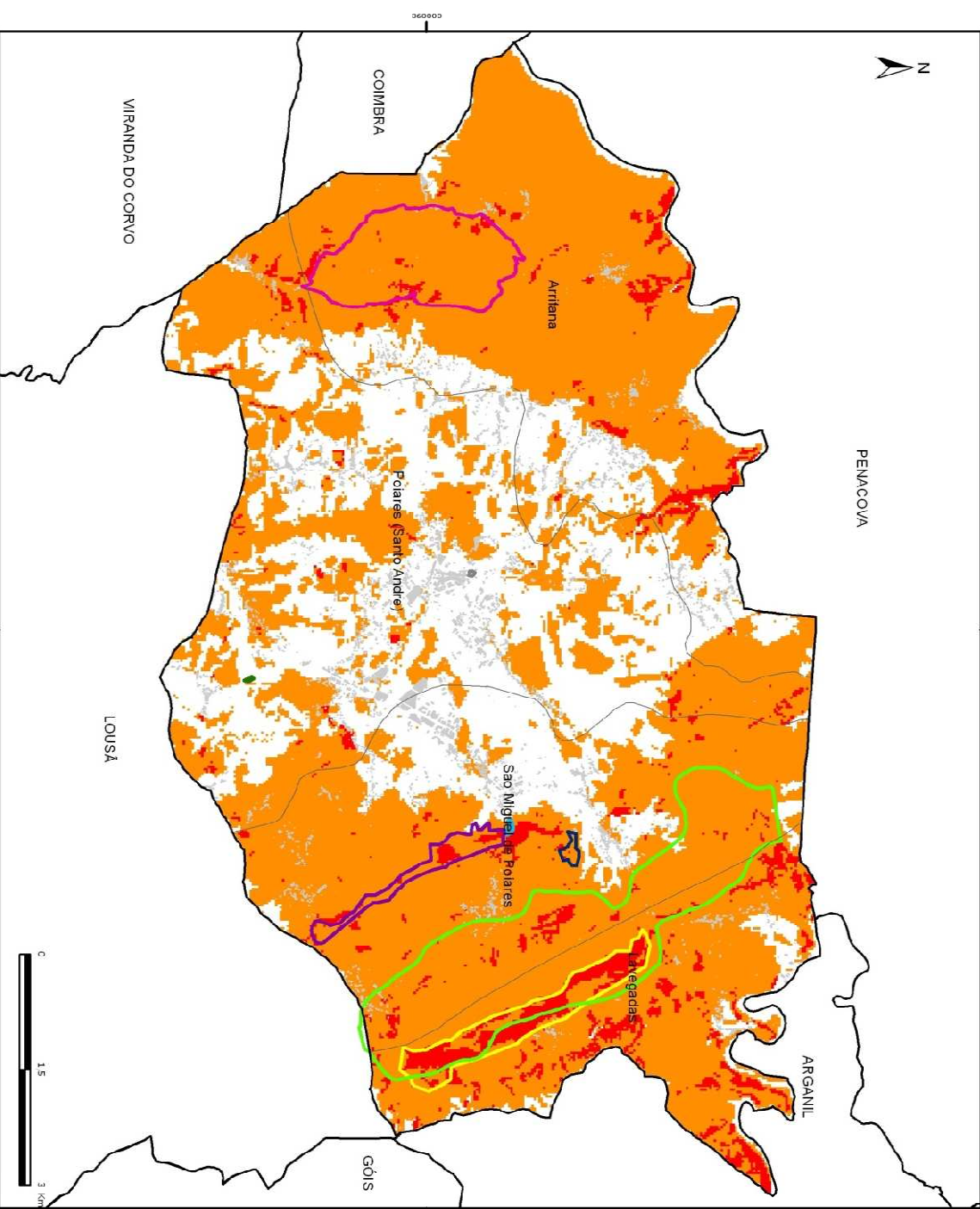


Figura 40 - Mapa de Prioridades de Defesa contra Incêndios no Município de Vila Nova de Poiares.

### 5.2.2. Movimentos em Massa

Como já foi referido, o Município pode vir a ser afetado por dois tipos diferentes de movimentos em massa: deslizamentos nos terrenos xistosos e queda de blocos na crista quartzítica. Onde os xistos afloram, a probabilidade de acontecer um deslizamento é real já que estes tendem a meteorizar-se e fragmentar-se, formando finas camadas de cascalho, cobrindo o substrato rochoso. O cascalho meteorizado acumula-se gradualmente, formando desta forma uma vertente instável. Já os quartzitos, apesar da sua dureza, tendem a fraturar. A rutura destas fraturas leva a desprendimentos e consequente queda de blocos.

As áreas mais vulneráveis a movimentos em massa no território municipal (Figura 41) prendem-se com edificações e infraestruturas que se situem em áreas de perigo de ocorrência destes movimentos. Neste sentido, partindo do princípio que as áreas com declives superiores a 17°<sup>6</sup> são as que apresentam maior suscetibilidade, e analisando a implantação da rede rodoviária e do edificado, podemos destacar como vias de comunicação com maior vulnerabilidade a EM124I, EM124I-2, EM54I e os sectores mais a Norte da EN2 e da EN17. Por outro lado, analisando as povoações cujo edificado, ou parte dele, se situa implantado ou na proximidade destas áreas de suscetibilidade, podem-se destacar duas situações distintas:

- As povoações que apresentam edificado implantado nestas áreas suscetíveis ou imediatamente a jusante: Ribas, Penedinhas, Vilar, Crasto, Louredo, Ventosa, Mucela, Sabouga, Olho Marinho e São Miguel de Poiares;
- As povoações que apresentam edificado implantado imediatamente a montante das áreas mais suscetíveis: Terreiros de Santo António, Soutelo e Moura Morta.

---

<sup>6</sup> Os 17° apresentam-se como o limiar máximo de movimentação de terras, valor a partir do qual se começam a sentir problemas graves ao nível de movimentos de terreno, facto que motivou mesmo a sua integração em REN.



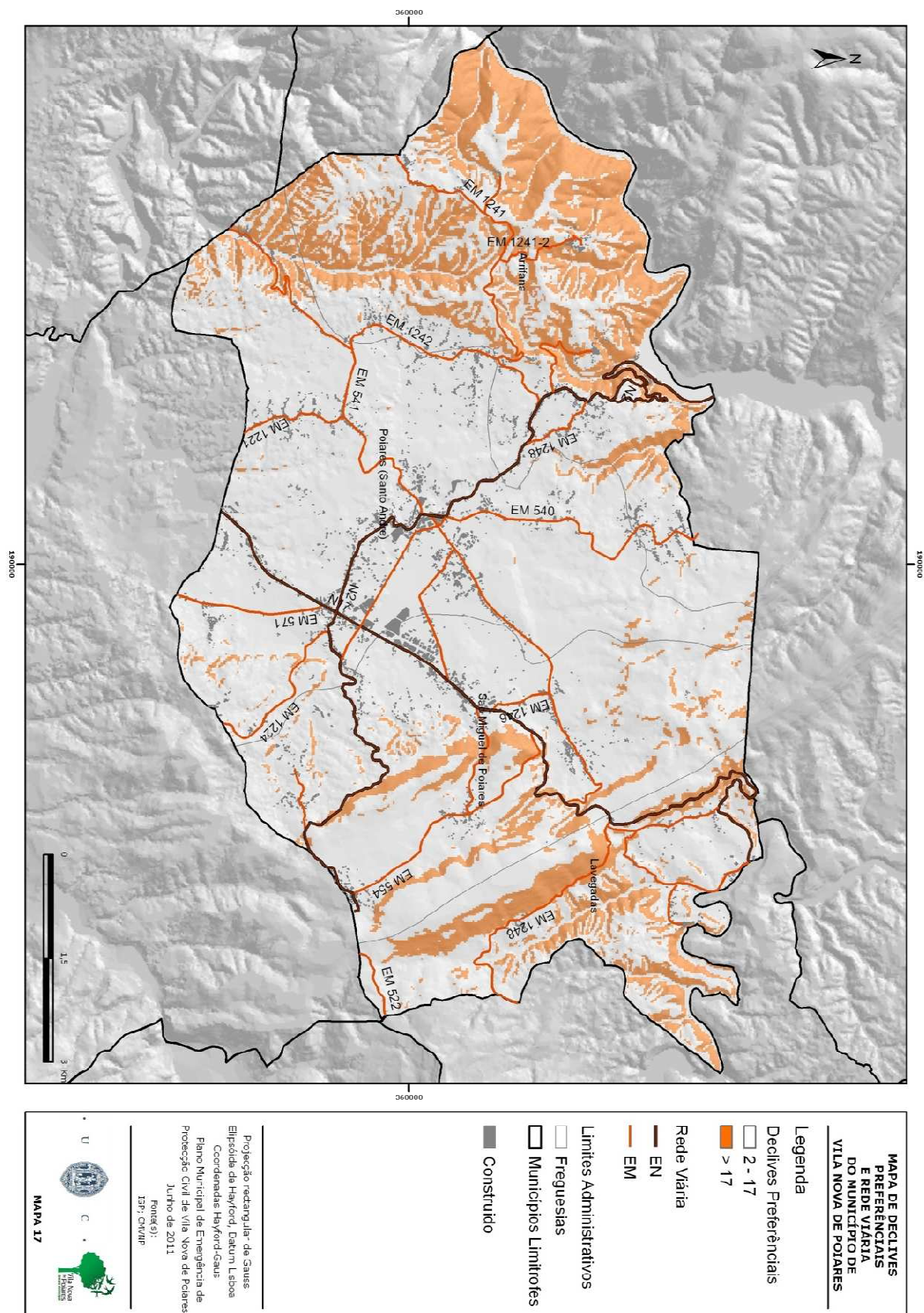


Figura 41 - Conjugação da Rede Viária e edificado, com declives acentuados ( $\geq 17^\circ$ ) no Município de Vila Nova de Poiares.

### 5.3. Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco

#### 5.3.1. Risco de Incêndio Florestal

Sendo a defesa da floresta contra incêndios uma prioridade, devem-se estruturar as intervenções procurando defender o património coletivo e minimizar as perdas sociais. Neste domínio é fulcral otimizar a eficiência da prevenção, da vigilância, da deteção e da fiscalização, assim como gerir o espaço florestal aumentando o seu valor e explorando-o, e ainda uma eficaz gestão dos meios de combate garantindo uma articulação esforçada de todos os intervenientes.

A mitigação do risco passa por um planeamento florestal eficaz, com uma seleção adequada das espécies de modo a minimizar os efeitos dos incêndios, pela gestão dos combustíveis, cujo objetivo é agir proactivamente de forma a reduzir o fogo potencial e consequentemente aumentar a probabilidade de sucesso de contenção do fogo, minimizando os efeitos negativos. Existe um consenso entre os especialistas no combate a incêndios e proteção florestal, que a melhor maneira de minimizar os problemas causados pelo fogo está na prevenção, incluindo-se aí a educação ambiental e a vigilância, sem que se descuide as estruturas de combate direto.

Neste domínio, destacam-se três “*problemas-chave*”, os quais se prendem com a articulação e coresponsabilização institucional, definição de objetivos e de um modelo de articulação, através do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, reorientação das missões do ICNF e da GNR e o estabelecimento de “três” pilares de responsabilidade (Figura 42):

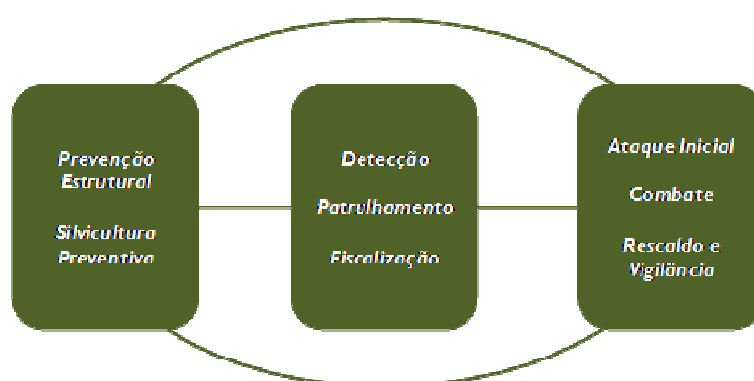


Figura 42 - Pilares fundamentais do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (Adaptado: SNDFCI).

A probabilidade de ocorrência de incêndios extensos ou severos é minimizável através da adequada gestão do coberto vegetal, que permite tornar relevante e efetiva a ação dos meios de combate aos incêndios.

Independentemente da intensidade e sucesso da gestão do combustível florestal, as organizações de combate a incêndios devem visar sempre elevados padrões de eficácia e segurança na 1.ª intervenção, os quais beneficiam grandemente da capacidade de compreender e avaliar o comportamento do fogo.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma progressiva participação da população na detecção de focos de incêndio, ao ponto de atualmente ser a fonte de alerta mais importante, em especial nas áreas densamente povoadas. Esta dinâmica deve-se, sobretudo, à generalização do uso do telemóvel, permitindo uma rápida comunicação da ocorrência através da linha 112 ou diretamente para as Corporações de Bombeiros, contribuindo em muito para o sucesso na 1ª intervenção.

No entanto, há vertentes em que há muito a melhorar, dependendo muito do empenho dos cidadãos e do cumprimento da legislação sobre o uso do fogo, visto que quase todos os incêndios são provocados por atividades humanas.

Deste modo, é necessário ter em conta que durante o período crítico (definido anualmente por Portaria) não é permitido nos espaços rurais realizar fogueiras para recreio ou lazer e para confeção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados à iluminação ou à confeção de alimentos, lançar balões de mecha acesa, lançar fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, queimar matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobranes de exploração sem autorização prévia da Câmara Municipal. Estas proibições são extensíveis a qualquer época do ano, desde que o risco de incêndio florestal seja Elevado ou Muito Elevado. De salientar ainda que o Decreto-Lei 124/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro vem exatamente neste sentido de efetuar algumas restrições quanto ao uso do fogo.

Outro especto relevante prende-se com a limpeza da vegetação por parte dos respetivos proprietários, criando uma faixa de 50 metros junto às habitações para proteção de pessoas e bens em caso de incêndio florestal (Figura 43).

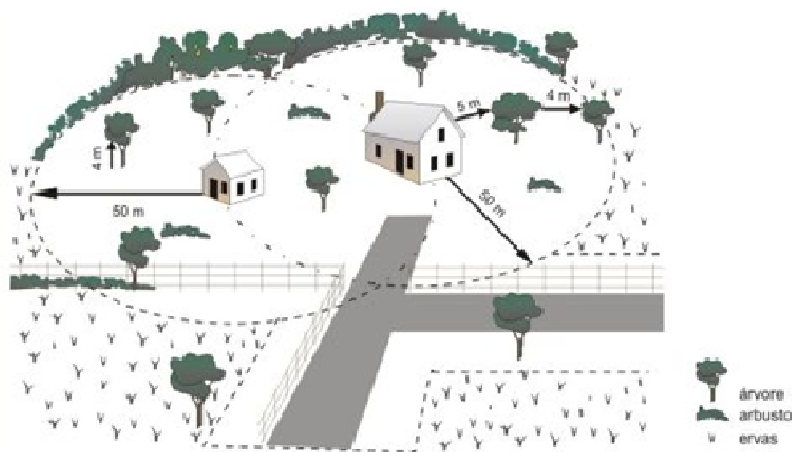


Figura 43 - Faixas de Gestão de Combustível (Fonte: PNDFCI).



De acordo com o definido na Lei de Bases da Política Florestal, os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e pela sua gestão, de acordo com as normas estabelecidas. A defesa de pessoas e bens deve ser assegurada através da criação e manutenção de faixas de gestão do combustível, que se estabelecem quer ao longo da rede viária, ferroviária e de transporte de energia, quer em torno de habitações, armazéns ou outros edifícios que confinem com terrenos rurais, arborizados ou não.

O n.º 2 do art.º 15º, do Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, determina que os “*proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações ou instalações, medida a partir da alvenaria exterior da edificação*”, de acordo com as normas constantes no anexo do referido Decreto-Lei.

Por outro lado, o n.º 8 do mesmo artigo determina que, nos “*aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 metros, podendo, face ao risco de incêndios, outra amplitude ser definida nos respetivos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios*”.

No âmbito dos incêndios florestais destaca-se o Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios, um documento estratégico, de referência, que determina as prioridades e as intervenções a realizar para atingir os seus propósitos, no sentido de aumentar a capacidade de lidar com o problema dos incêndios. Estas prioridades e intervenções passam por reduzir a área ardida, melhorar o ataque aos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas, tendo os seguintes períodos para o seu desenvolvimento, 2006/2012 e 2012/2018. O Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, que contempla as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, bem como o referente ao Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro que visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, revestem-se de extrema importância para a gestão do risco de incêndio florestal.

Ainda concorrem para este efeito outros documentos e programas com especial relevância para a definição de estratégias mitigadoras do risco tais como: Plano Diretor Municipal, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, Estratégia Nacional para as Florestas e documentos técnicos de gestão dos combustíveis florestais e orientações estratégicas para a recuperação de áreas ardidas.

### **5.3.2. Risco de Movimentos em Massa**

Sendo a mitigação para os movimentos em massa uma prioridade, devem estruturar-se as intervenções procurando defender o património coletivo, minimizando simultaneamente as perdas sociais.

Neste domínio é fulcral otimizar a eficiência da prevenção, da vigilância, da deteção, da fiscalização e da gestão do espaço florestal, uma vez que a maioria dos deslizamentos advém de períodos em que o território foi fustigado por incêndios florestais. Neste contexto, os incêndios florestais criam frequentemente condições propícias à cedência de vertentes, através da destruição do coberto vegetal, propiciando um maior impacto direto da chuva no solo, uma maior intensidade da escorrência superficial, aumento da saturação do solo (pois as perdas por evapotranspiração são fortemente reduzidas), e uma redução da resistência aparente do solo, o que consequentemente leva a uma redução da estabilidade das vertentes.

No âmbito da prevenção, torna-se premente e necessário desenvolver um levantamento de todas as situações críticas ao nível dos canais de escoamento das vertentes, cujas características favorecem o desenvolvimento de movimentos em massa, e ainda uma análise pormenorizada das planícies de inundação com ocupação humana. Além disto, a vigilância por parte dos APC deve ser redobrada após períodos intensos de precipitação concentrada no tempo e no espaço.

Para as medidas de controlo e mitigação é fundamental o papel dos APC municipais, como os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares, INEM e GNR. Estes devem explanar-se no TO com máxima coordenação, eficiência e brevidade, de acordo com os procedimentos técnicos e as suas competências.

Nesta diligência por parte das entidades com competência técnica, a população não deve alhear-se do fenómeno geológico, sendo importante que os proprietários florestais mantenham as suas áreas desprovidas de material lenhoso, induzindo a diminuição do risco de incêndio, minimizando-se deste modo a possibilidade de futuros deslizamentos.

A nível legal há a ressalvar o Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto – RJREN, “Áreas de Instabilidade de Vertentes” e a Portaria nº 1356/2008 – Revisão da RJREN, que são documentos de legislação imprescindíveis, que vão de encontro ao controle ou estabilidade das vertentes.

### **5.3.3. Outras Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco**

Para além das estratégias de prevenção e mitigação para os riscos mais elevados, é importante mencionar outras medidas para os riscos, que apesar de uma menor probabilidade, podem igualmente manifestar-se no território municipal.

A gestão territorial do risco encontra-se alicerçada em diversos planos estratégicos que definem as políticas de prevenção, proteção e avaliação dos fatores de risco, bem como a estrutura e organização dos agentes de proteção civil e outras forças com deveres especiais em matéria de proteção e socorro.

Nas estratégias de prevenção e mitigação do risco de cheia e inundação, o Decreto-Lei n.º 364/98 de 21 de Novembro – *“Obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos Municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias”*, deve ser tido em conta, assim como a Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro – *“Estabelece a titularidade dos recursos hídricos*, a Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro – *“Lei da Água”*, o Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto – RJREN *“Zonas ameaçadas pelas cheias”* e a Portaria n.º 1356/2008 – Revisão da RJREN. Estes são documentos legais de orientação estratégica que visam minimizar os efeitos do risco de cheia e inundação. Em relação a mecanismos concretos de acompanhamento e vigilância face ao comportamento hidrológico, o único em que o Município se apoia reporta-se ao Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), o qual integra na sua rede de monitorização três pontos de interesse para o território municipal:

- Rio Mondego: Estação Hidrométrica na Aguieira (11H/01<sup>a</sup>) e Estação Hidrométrica da Ponte de Penacova (12H/02H);
- Rio Alva: Estação Hidrométrica da Ponte de Mucela (12H/03H).

De salientar que nestes pontos são monitorizados alguns parâmetros como caudal médio diário, escoamento mensal, nível hidrométrico, entre outros. No entanto, verifica-se alguma desatualização dos dados apresentados no sítio da internet do SNIRH.

Ao nível do colapso de estruturas, o suporte legislativo surge no Decreto-Lei n.º 235/83 de 31 de Maio, cujo objetivo visa estabelecer regras gerais para a verificação da segurança estrutural de edifícios e pontes, assim como a definição e quantificação das ações a considerar nessa verificação, sendo que veio revogar o regulamento de solicitações em edifícios e pontes de 1961, pelo fato deste se revelar desatualizado segundo as novas orientações científicas. Os critérios de verificação de segurança e de quantificação das ações constantes neste regulamento, embora dirigidos fundamentalmente ao dimensionamento das estruturas de edifícios e pontes, podem também ser aplicados a outro tipo de construções diretamente ou com os ajustamentos convenientes.

A doutrina pela qual os condutores se regem é o Código da Estrada, sendo a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária a principal entidade responsável pela elaboração dos Planos Nacionais de Segurança Rodoviária, bem como documentos estruturantes relacionados com a Prevenção Rodoviária, estudos de legislação em matéria rodoviária e propostas de atualização e ainda a adoção de outras medidas que visem o ordenamento e disciplina do trânsito, como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009 que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR) para 2008-2015 ou o Guia para a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária. Outra entidade muito importante em matéria de Segurança Rodoviária é a Prevenção Rodoviária Portuguesa que apesar de ter intervenção legislativa, tem uma importância fulcral na formação e informação dos jovens e na elaboração de estudos específicos de relevância para segurança.

Ao nível do transporte de matérias perigosas existem acordos e regulamentos que têm em comum o objetivo de recomendar medidas, com vista à proteção das pessoas e do meio ambiente. Informa ainda os responsáveis pelo trânsito das matérias perigosas de determinados perigos específicos, relacionados com o transporte destas matérias.

O Acordo Europeu do Transporte Rodoviário de Mercadorias é o regulamento internacional que define as condições de segurança dos transportes de mercadorias perigosas por estrada. O Decreto-Lei n.º 267 – A/2003 de 27 de Outubro aprova o Regulamento Nacional de Matérias Perigosas por Estrada. Por sua vez o Decreto-Lei n.º 170-A/2007 de 4 de Maio, referente ao Transporte Rodoviário de Mercadorias Perigosas, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004 por adaptação da Diretiva n.º 94/55/CE de 21 de Novembro, relativa ao Transporte Rodoviário de Mercadorias Perigosas, que se adapta ao progresso técnico da Diretiva n.º 95/50/CE do Conselho de 6 de Outubro, relativa aos controlos rodoviários em transporte de mercadorias perigosas, destacando-se uma listagem de substâncias perigosas e tipo de transporte a que se encontram sujeitas.

Devido à sua natureza, a atividade industrial encontra-se regulamentada por uma legislação muito rígida de forma a minimizar o seu impacto no meio ambiente natural e urbano da sua envolvente que por vezes abrange grandes extensões de território. Esta legislação tem como base a Diretiva Seveso II, a Diretiva 96/82/CE, a Diretiva 2003/105/CE e o Decreto-Lei n.º 254/2007, 12 de Julho que representa a transposição para a legislação nacional da mesma Diretiva, estabelecendo o Regime de Prevenção de Acidentes Graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e ambiente. A Diretiva comunitária “SEVESO II” substituiu a Diretiva 82/501/CEE, designada diretiva “SEVESO I”, (cujo nome advém da cidade italiana em que se verificou uma importante emissão accidental de dioxinas) na qual foram efetuadas importantes alterações e introduzidos novos conceitos. A Diretiva focaliza-se na proteção do ambiente, incluindo pela primeira vez no seu âmbito de aplicação as substâncias consideradas perigosas para o ambiente aquático (nomeadamente, as substâncias aquatóxicas). Foram incluídas novas exigências, incidindo nomeadamente nos sistemas de gestão da segurança, nos planos de emergência, no ordenamento do território e no reforço das disposições relativas às inspeções ou à informação do público.

A Inspeção Geral do Ambiente ao abrigo do artigo n.º 8 do referido Decreto-Lei, é a autoridade nacional competente para a realização das ações de inspeção e fiscalização de natureza ambiental necessárias à execução do referido diploma.

Todos os Estados estão ainda obrigados a formular, adotar e rever periodicamente a legislação e as condições para que a proteção dos trabalhadores, da população como do meio ambiente esteja assegurada.

A necessidade de preservar as áreas urbanas depende de uma atuação ao nível da segurança contra incêndios, que são um dos principais perigos existentes nestas áreas. Os centros urbanos antigos são os sectores mais vulneráveis a este tipo de ocorrências, apesar de raramente se terem verificado casos de extrema gravidade, no entanto estes ocorrem e são responsáveis por elevadas perdas materiais e até humanas.

Para as medidas de mitigação serem eficazes é necessário pensar em prevenção como o primeiro passo. As primeiras intervenções devem ter em conta o estado de conservação do edificado danificado ou abandonado passando por obras de reconstrução ou demolição, caso o estado seja irrecuperável. Depois é essencial limitar a ocupação perigosa em áreas densamente povoadas. Ao nível da área

envolvente é necessário que seja tido em conta as necessidades das equipas de proteção civil que necessitem intervir em caso de emergência.

Ao nível da legislação, o Decreto-Lei n.º 426/89 de 6 de Dezembro é o principal que se refere às zonas históricas, fazendo referência aos demais riscos que podem ocorrer nos centros urbanos antigos, não só aos incêndios, como também às inundações e sismos.

O Diploma constitui o *“quadro exigencial de referência para a melhoria das condições de segurança contra incêndios em centros urbanos antigos, com vista a reduzir o risco de ocorrência de incêndio, a limitar a propagação do incêndio dentro dos próprios edifícios e destes para a vizinhança, a possibilitar a evacuação dos edifícios em condições de segurança para os ocupantes e a facilitar a intervenção dos bombeiros”* (Decreto-Lei 426/89, de 6 de Dezembro).

A definição de Centro Urbano Antigo, de acordo com o Decreto-Lei é *“o conjunto edificado cuja homogeneidade permite considerá-lo como representativo de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos, cuja memória importa preservar”* (Decreto-Lei 426/89, de 6 de Dezembro). O diploma define as características dos edifícios, aos quais esta legislação se aplica. São edifícios com menos de vinte metros de altura ou que não tenham mais de sete pisos e/ou classificados como monumento nacional e de interesse público.

Quanto a medidas contra o aparecimento de incêndios nestas zonas, é importante ter em conta as condições físicas do edificado que convém estarem em boas condições e sem quaisquer problemas, tais como as instalações de gás, condutas de gás e fumo, cobertura dos edifícios, licenciamento de ocupação, entre outras. Quanto à propagação há que ter em conta fatores como isolamento entre os edifícios adjacentes, compartimentação interior, abertura para saguões, isolamento entre frações autónomas do mesmo edifício, entre outros. Este diploma é sobretudo, uma resposta ao incêndio do Chiado – zona histórica de Lisboa – que deflagrou no ano de 1988. O Conselho de Ministros n.º 31/89 define assim as principais medidas cautelares contra risco de incêndio em edifícios de interesse público.

Recentemente foram revogados vários diplomas relativos à segurança contra incêndios em edifícios pelo Decreto-lei n.º 220/2008 a 12 de Novembro de 2008, que estabelece o novo Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), e Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro, regulamento técnico de SCIE criando um novo modelo de análise e emissão de pareceres técnicos aos projetos e medidas de autoproteção exigíveis para as diferentes utilizações tipo e categorias de risco.

Relativamente a acidentes de poluição destaca-se a Lei de Bases do Ambiente – Lei n.º 11/87, de 7 de Abril de 1987 (alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro), que define as bases da política de ambiente, com o fim de otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento sustentado. Estabelece ainda os princípios orientadores ao nível da prevenção, da recuperação e da responsabilização.

Esta Lei de Bases não sendo propriamente um instrumento de mitigação de acidentes de poluição, serve de referência para os princípios a ter em conta nos diversos instrumentos de mitigação. Dada a abrangência deste tipo de acidentes, há um vasto leque de instrumentos legais específicos, dos quais se podem destacar: o Decreto-Lei 173/2008, de 26 de Agosto relativo à prevenção e controlo integrados da poluição; o Decreto-Lei 276/99, de 23 de Julho que define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar; o Decreto-Lei 174/2002, de 25 de Julho que define as regras de intervenção em caso de emergência radiológica; o Decreto-Lei 235/1997, de 3 de Setembro relativo à poluição das águas por nitratos de origem agrícola; o Decreto-Lei 152/1997, de 19 de Junho referente ao tratamento de águas residuais urbanas; o Decreto-Lei 276/2009, de 2 de Outubro que estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas; o Decreto-Lei 214/2008, de 10 de Novembro com os procedimentos que regulamentam a atividade pecuária; o Decreto-Lei 178/2006, de 5 de Setembro que estabelece o regime geral da gestão de resíduos; o Decreto-Lei 164/2001, de 23 de Maio que tem por objeto a prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e para o ambiente.

No âmbito da gestão do risco associado às ondas de calor e às vagas de frio, o Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas - PCTEA 2011, contempla uma estratégia de maximização de recursos, tendo sempre presente o seu uso eficiente, uma estratégia de prevenção, porque é mais oneroso curar doentes do que promover a saúde e prevenir a doença, uma estratégia de articulação entre diversos parceiros, reforçando a articulação interministerial / intersectorial, e uma estratégia de participação comunitária, já que as populações devem também estar comprometidas neste processo de proteção da saúde.

O PCTEA é um instrumento estratégico, que tem como objetivo promover a proteção da saúde das populações contra os efeitos negativos das ondas de calor. Para tal, este Plano baseia-se num sistema de previsão, alerta e resposta apropriada, sendo ativado no período compreendido entre 15 de Maio e 30 de Setembro de cada ano.

Ao nível da prevenção, a Direção Geral de Saúde emite recomendações sobre vestuário apropriado em períodos de temperaturas extremas, medidas a adotar em creches e infantários, recomendações para estabelecimentos de acolhimento de idosos, recomendações para responsáveis pelo apoio às pessoas sem-abrigo e recomendações para trabalhadores e insuficientes renais durante o manifesto de uma onda de calor ou vaga de frio intensas.

## 6. Cenários

### 6.1. Cenário Hipotético de Incêndio Florestal

A significativa mancha florestal do Município torna expectável a ocorrência de incêndios florestais, em particular nos meses de Verão, pelo que a criação de cenários e medidas estratégicas de mitigação do risco visam preparar os intervenientes, otimizar tempos de resposta e minimizar as suas consequências (Figura 46).

#### **SITREP** (*Situation Report*)

- Hora: 12.10h;
- Dia: 23 de Agosto;
- Local: Serra do Carvalho, próximo das localidades de Terreiros de Santo António e Soutelo;
- Orientação e Velocidade do Vento: SSE – 40km/h;
- Temperatura: 33° C.

**Ocorrência:** Incêndio Florestal.

#### **Agentes de Proteção Civil e outras entidades Intervenientes:**

- Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra;
- Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;
- Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Vila Nova de Poiares;
- Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares;
- Associação dos Produtores Florestais de Poiares – Equipa de Sapadores Florestais;

#### **Descrição do Cenário Hipotético**

No dia 23 de Agosto, pelas 12.10h, o CDOS de Coimbra recebe uma chamada de alerta por parte do Posto de Vigia da Serra do Carvalho (41-10) a informar sobre a existência de uma coluna de fumo na Serra do Carvalho, na Freguesia de Arrifana. De salientar que no dia em questão, o alerta para o Distrito de Coimbra dado pela ANPC encontra-se em Amarelo, o que significa a existência de risco para determinadas atividades dependentes da situação meteorológica. Com este alerta deverão estar 25% dos efetivos de prontidão em duas horas a nível Distrital (ANPC, 2009).

O operador do CDOS tenta saber o máximo de informação do vigilante, alertando de imediato os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares, para que estes procedam ao reconhecimento e confirmação da respetiva ocorrência. É de imediato mobilizado para o local uma equipa dos BVVNP que confirma o incêndio a Sul do lugar de Soutelo, sendo que este apresenta características de rápida propagação devido à carga combustível existente e aos declives que intensificam a propagação, verificando-se que as equipas de 1ª intervenção não tiveram capacidade para circunscrever o incêndio. De seguida, chegam duas VLCI dos BVVNP.

Após a fase de reconhecimento, o Comandante das Operações de Socorro (COS), o elemento dos bombeiros mais graduado no Teatro de Operações, em função das condições meteorológicas favoráveis à propagação de incêndios (humidade relativa baixa, velocidade do vento superior a 30km/h, a soprar de Sudeste para Noroeste e temperatura de 33°C), bem como um coberto vegetal denso, composto principalmente por eucalipto e um solo coberto por uma densa camada de manta morta, informa o Comandante dos BVVNP e o CDOS da possível complexidade do incêndio, solicitando mais meios para o TO (Figura 44). O CDOS, ao receber a informação sobre a complexidade da situação, aciona de imediato meios de combate externos ao Município.

Chegam também ao local elementos do Posto Territorial da GNR de Vila Nova de Poiares e procedem ao corte da EM1241 no troço entre o entroncamento para Terreiros de Santo António e a povoação de Crasto. De seguida, por indicação do COS, é definida a instalação do Posto de Comando Operacional (PCO) e da Zona de Apoio Logístico num descampado junto da EM1241 próximo do entroncamento para Terreiros de Santo António (Figura 45).

O incêndio propaga-se para Noroeste cortando a EM1241-2 e ameaçando o lugar de Soutelo. O COS em articulação com o Presidente do Município, que entretanto chega ao TO, decidem que dada a dificuldade de evacuação deste lugar pelo fato da principal via de acesso estar cortada pelo fogo, esta povoação deve ser entendida como prioridade de defesa, e dirigem para a frente de incêndio os meios necessários para iniciar a defesa.

Perante este cenário o COS contacta o CDOS com vista à mobilização de mais meios externos, sendo que de imediato contacta diretamente o CODIS, efetuando um ponto de situação.

Os reforços chegam ao TO faseadamente, recebendo através do COS a indicação do canal de comunicação e o local onde devem combater o incêndio.

Entretanto é detetada uma nova coluna de fumo no território municipal, mais precisamente a Norte de Alveite Grande.

Apesar de todos os esforços, o incêndio perto de Soutelo avança. Contudo, os APC conseguem fazê-lo contornar a localidade. No entanto, uma súbita mudança de direção do vento, passando a soprar de Nordeste, leva o incêndio a colocar em risco a povoação de Terreiros de Santo António. Tomando conhecimento deste acontecimento, o COS em conjunto com o Comandante da GNR e o Presidente do Município rapidamente chegam a conclusão que a melhor solução é promover a evacuação de toda a população deste lugar.



Posto isto, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, em articulação com o COS e o SMPC, convoca a Comissão Municipal de Proteção Civil tendo em vista a ativação do PMEPCVNP, dada a rápida propagação do incêndio a uma área estimada superior a 100 ha.

O COS informa da mudança de direção do vento e da possível afetação de uma outra povoação ao CDOS, que de imediato mobiliza os meios adequados às características da ocorrência.

São verificados os pontos de abastecimento de água para o combate, em função das características da distância ao TO e operacionalidade de acordo com os princípios básicos para logística de transporte e reabastecimento em situações de emergência.

Entretanto, na ocorrência a Norte de Alveite Grande, a rápida intervenção das equipas de 1ª intervenção permite que o foco de incêndio no local seja dado como dominado, permanecendo as duas equipas no local para controlar possíveis reacendimentos.

Com a chegada dos meios externos, o COS procede a uma reorganização da estratégia, articulando os meios.

Algumas horas depois, o incêndio é impedido de avançar e de se propagar para fora dos limites já atingidos, sendo dado como dominado pelo COS. Posteriormente, por volta das 22.15h, o incêndio foi dado como extinto pelos Bombeiros presentes no local. De notar que as povoações em risco registam apenas pequenos danos no edificado. Já em segurança, procede-se às operações de rescaldo e vigilância no perímetro delineado.

Com tudo terminado e como em todos os acidentes desta grandeza procede-se ao *debriefing* para que em conjunto com todas as entidades envolvidas se possa analisar todas as possíveis falhas.

Neste domínio, apresenta-se a fita de tempo, descrita anteriormente, do cenário de incêndio florestal (Quadro 58).

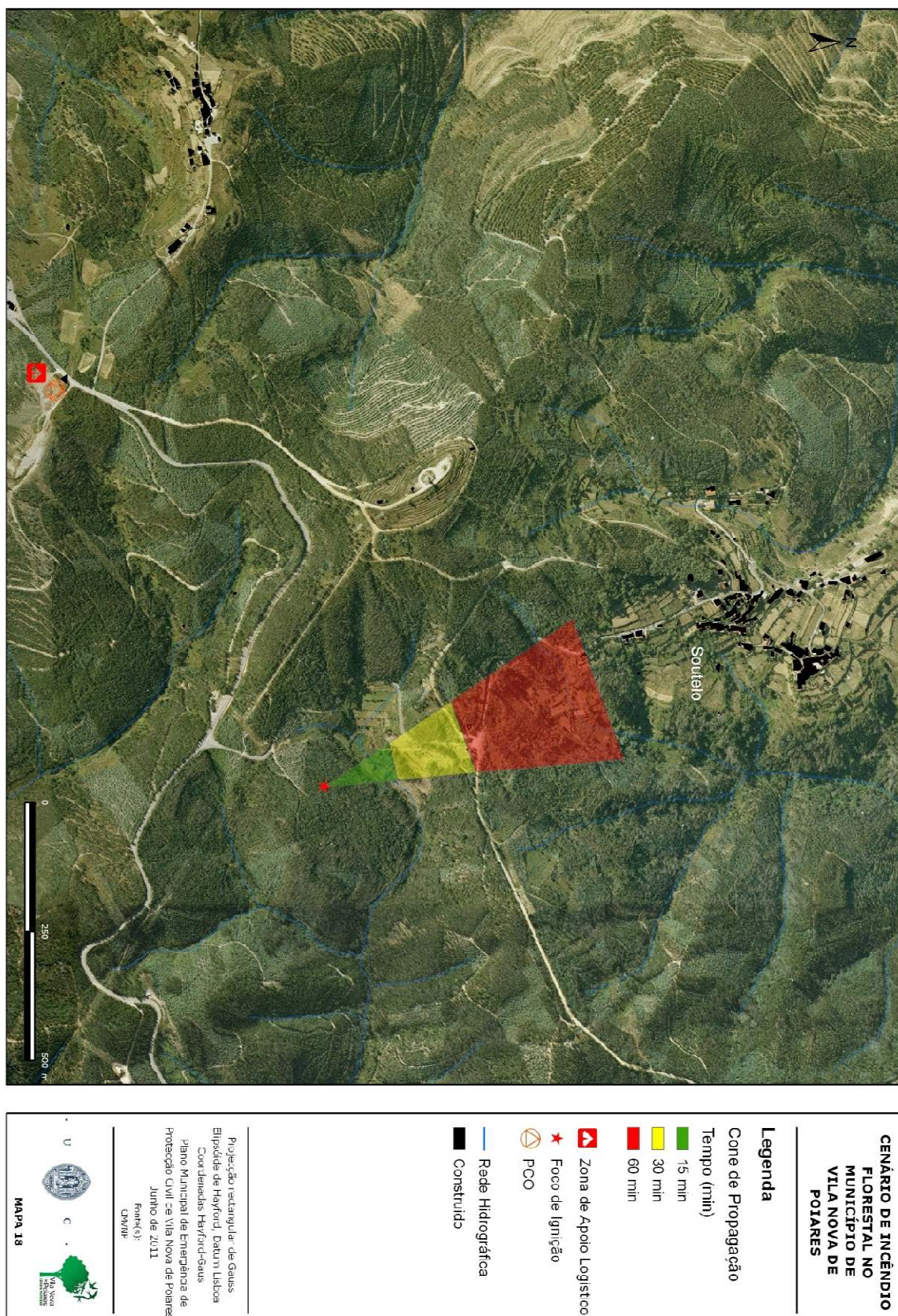


Figura 44 - Cone de Propagação relativo a Cenário de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares.



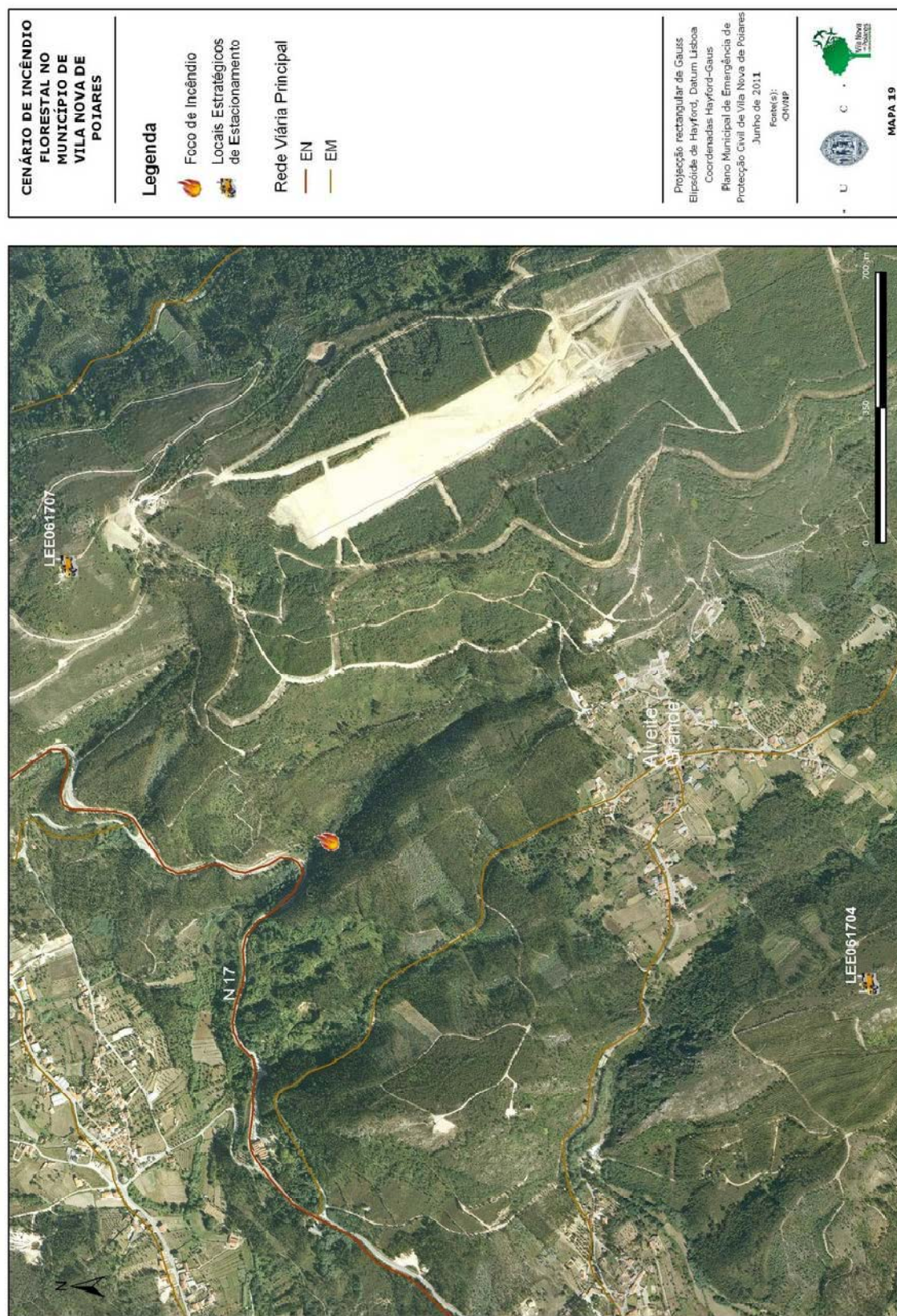


Figura 45 - 2ª ocorrência no Cenário de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares.

Quadro 58 - Fita de Tempo do Cenário de Incêndio Florestal.

23-Ago	12.10h	<b>Alerta para o CDOS.</b> É dado o alerta para o CDOS - Coimbra, por parte de um Posto de Vigia da Serra do Carvalho (41-10) a informar sobre a existência de uma coluna de fumo na Serra do Carvalho, na Freguesia de Arrifana.
23-Ago	12.12h	<b>CDOS recebe a chamada, retira os dados mais relevantes e acciona os meios.</b> O CDOS - Coimbra alerta de imediato o Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares para que estes procedam ao reconhecimento no local.
23-Ago	12.17h	<b>Chegada da equipa de 1ª intervenção.</b> ECIN dos BVVN Poiares
23-Ago	12.25h	<b>Chegada dos Meios ao TO.</b> Chegada ao local de dois VLCI BVVNP. O Comandante de Operações de Socorro (elemento dos bombeiros mais graduado no Teatro de Operações), procede à marcha geral de operações e na fase de reconhecimento verifica que não há vítimas,
23-Ago	12.35h	<b>O CDOS - Coimbra mobiliza meios externos adequados à ocorrência.</b>
23-Ago	12.40h	<b>Chegada da GNR.</b> Por indicações do COS, a GNR procede ao corte da EM1241 no troço entre o entroncamento para Terreiros de Santo António e a povoação de Crasto, como medida preventiva.
23-Ago	12.50h	<b>O COS define a Zona de Apoio Logístico e o Posto de Comando Operacional (PCO).</b>
23-Ago	13.00h	<b>Propagação do Incêndio.</b> Incêndio propaga-se para Noroeste ameaçando o lugar de Soutelo.
23-Ago	13.35h	<b>Frente de Combate.</b> Dada a dificuldade de evacuação de Soutelo, visto que a principal via de acesso está cortada pelo fogo, o COS decide que a prioridade de defesa é esta mesma povoação, dirigindo para a frente de incêndio os meios necessários para iniciar
23-Ago	13.40h	<b>Pedido de Reforços.</b> O COS requer reforços ao CDOS - Coimbra.
23-Ago	13.45h	<b>CDOS - Coimbra acciona mais meios.</b>
23-Ago	14.25h	<b>Chegada de Reforços.</b> O COS informa os meios mobilizados pelo CDOS - Coimbra do canal de comunicações a usar e dá-lhes indicações ajuda na contenção dos flancos.
23-Ago	14.33h	<b>Detectada nova coluna de fumo no território municipal.</b>
23-Ago	14.48h	<b>Chegada das equipas de 1ª intervenção ao local da 2ª ocorrência.</b> A equipa do LEE061707 chega ao local, logo secundada pela equipa do LEE061704..
23-Ago	14.55h	<b>Defesa Perimétrica.</b> Após uma forte tentativa para parar o incêndio, os APC conseguem evitar que ele atinja a localidade de Soutelo.
23-Ago	15.00h	<b>Mudança de Direcção do Vento.</b> O vento passa a soprar de Nordeste levando o incêndio a colocar em risco a povoação de Terreiros de Santo António.

(Continua)

23-Ago	15.15h	<b>Evacuação.</b> Tomando conhecimento desta situação o COS em conjunto com o Comandante da GNR e com o Presidente do Município, rapidamente chegam à conclusão que a melhor solução é proceder à evacuação de toda a população deste lugar.
23-Ago	15.18h	<b>É convocada a CMPC.</b> O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares convoca a Comissão Municipal de Protecção Civil, para equacionar a activação do PMEPCVNP, visto que se estima a rápida extensão do incêndio a uma área superior aos 100 ha.
23-Ago	15.20h	<b>Reorganização.</b> Os elementos que integram a Estrutura de Comando procedem à reorganização das operações em função da estratégia de ataque, com especial enfoque para a adequação dos meios no terreno, com a previsível chegada de mais meios.
23-Ago	15.23h	<b>A 2ª ocorrência é dada como dominada pelas equipas de 1ª intervenção.</b> A rápida intervenção das equipas de 1ª intervenção permite que o foco de incêndio a Norte de Alveite Grande seja dado como dominado, sendo este facto comunicado aos BVVNP. As duas equip
23-Ago	16.35h	<b>Chegada de Reforços.</b> O COS informa os meios mobilizados pelo CDOS - Coimbra, do canal de comunicações a usar e dá-lhes indicações para ajuda na contenção dos flancos.
23-Ago	19.35h	<b>O incêndio é dado como circunscrito.</b> Incêndio impedido de avançar e propagar-se para fora dos limites já atingidos.
23-Ago	20.30h	<b>O incêndio é dado como dominado.</b> Incêndio já não se propaga e as chamas ainda existentes não afectam os combustíveis vizinhos.
23-Ago	22.15h	<b>O incêndio está extinto.</b> Principais focos de incêndio estão apagados, mantendo-se somente, dentro do perímetro, pequenos focos de combustão.
23-Ago	22.30h	<b>Iniciam-se as operações de rescaldo e vigilância activa no perímetro de segurança delineado .</b> São eliminados ou isolados pequenos focos de combustão, garantindo-se que os mesmo não reacendem.
23-Ago	23.30h	<b>Debriefing.</b> O dispositivo de comando operacional mobiliza-se para o quartel dos BVVNP, para realizar o <i>Debriefing</i> da ocorrência. O Presidente da Câmara, reúne a Comissão Municipal de Protecção Civil com o objectivo de definir as acções de recuperação/rea

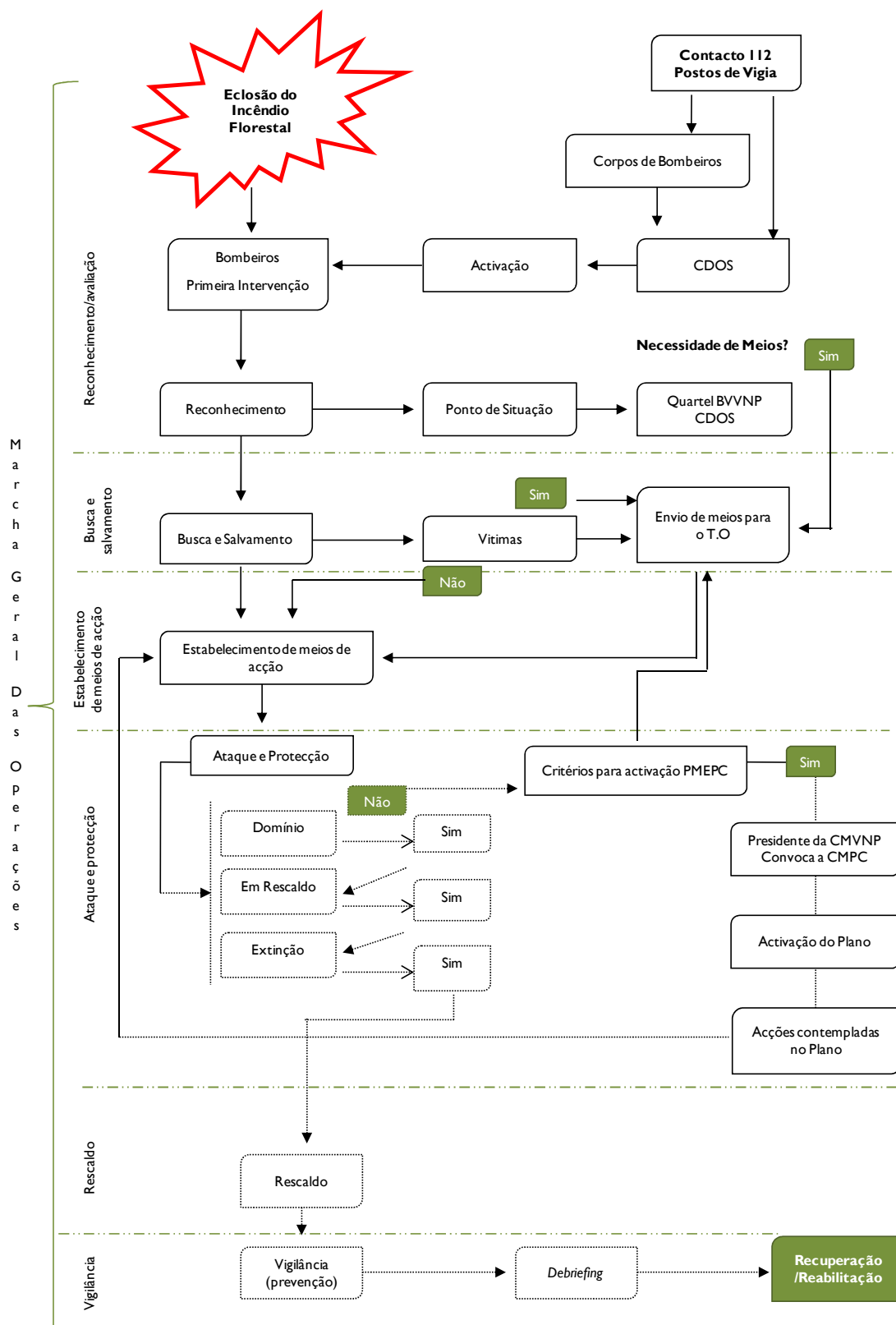


Figura 46 - Procedimentos de Atuação e Gestão de Emergência em caso de Incêndio Florestal.



## 6.2. Cenário Hipotético de Movimentos em Massa

### SITREP (*Situation Report*)

- Hora: 8.55h;
- Dia: 17 de Outubro;
- Local: EN2, entre a povoação de Ventosa e Louredo;
- Condições climáticas: período de 4 dias seguidos com precipitação contínua, com agravamento de intensidade nas últimas 12 horas.

**Ocorrência:** Deslizamento de vertente.

### Consequências Imediatas:

- Obstrução de via com uma viatura afetada;
- Feridos ligeiros: 2.

### Agentes de Proteção Civil e outras entidades intervenientes

- Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra;
- Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares;
- Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Vila Nova de Poiares;
- Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares;
- Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares.

### Descrição do Cenário Hipotético

O Município de Vila Nova de Poiares foi fustigado durante o período estival por alguns incêndios, tendo sido afetadas largas áreas, particularmente no sector Oeste do Município, nomeadamente os sectores florestais mais a Norte. Este período foi secundado por intensas e prolongadas precipitações que afetaram todo o território. A conjugação destes fatores, com o agravamento da precipitação originou um deslizamento sobre o talude da EN2 (Quadro 59, Figura 47 e Figura 48).

No dia 17 de Outubro pelas 8.55h, os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares (BVVNP) recebem um alerta do Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra, para a ocorrência de

um deslizamento numa vertente anexa à EN2, entre a povoação de Ventosa e Louredo, encontrando-se a circulação rodoviária cortada nos dois sentidos com uma viatura colhida pelo deslizamento.

**1ª Ação** – Socorro às vítimas – 9.16h

Com a chegada das equipas dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares ao TO, esta contabiliza duas vítimas do sexo masculino (ocupantes do veículo ligeiro de passageiros) apresentando uma delas escoriações ligeiras e revelando elevado estado de ansiedade, tendo as equipas de socorro que prestar assistência médica a jusante da vertente, em condições de elevada instabilidade. Os BVVNP mobilizaram para o local uma ABSC, uma equipa de busca e salvamento e outra de desencarceramento.

O COS solicita o reforço de meios aos BVVNP, face à obstrução da rodovia, reportando o ponto de situação ao CDOS - Coimbra.

As vítimas são retiradas da viatura, através de uma operação demorada de desencarceramento com equipamento específico, começando a ser socorridas fora da zona crítica. Uma das vítimas é evacuada para os Hospitais da Universidade de Coimbra.

**2ª Ação** – Desvio do Trânsito

Esta segunda ação inicia-se com a chegada da GNR ao TO, procedendo-se ao desvio do trânsito e ao fornecimento de informação aos automobilistas. Mediante as características do acidente, o COS adopta as medidas necessárias às circunstâncias, tais como assinalar o perigo, estabelecer um perímetro de segurança e verificar as condições de segurança ao acesso para um novo socorro às vítimas no local do deslizamento. Procede-se também, em conjunto com a GNR, à definição e implantação de percursos alternativos (Figura 47):

Direção Vila Nova de Poiares/Penacova:

- **Desvio para veículos ligeiros:** na EN2, alguns metros antes do local do deslizamento, sai-se para uma estrada que atravessa a povoação do Louredo, e seguidamente volta a entrar na EN2, sendo possível todos os veículos, exceto os de 4 eixos, usar este desvio;
- **Desvio para veículos pesados:** os veículos de 4 eixos têm que sair da EN2 para a EM1248, na povoação da Ventosa, passar a povoação de Balteiro e voltar a entrar na EN2, no sentido de Vila Nova de Poiares, voltando a sair logo de seguida da EN2 no corte para a povoação de Casa Nova, até intersectar a EM540, seguindo para Norte, passando as povoações da Ervideira, Travasso e Rouqueira, estas duas últimas já no Município de Penacova. Logo após esta última povoação, voltam a entrar na EN2, sendo possível seguir o seu percurso para Norte, ou para Sul até à povoação do Louredo, seguindo para a ponte do açude que faz a ligação do Município de Vila Nova de Poiares com o de Penacova.

Direção Penacova/Vila Nova de Poiares:

- Os percursos são os mesmos, neste caso no sentido inverso.



Em caso de necessidade o COS contacta o CDOS - Coimbra para um novo reforço de meios, assim como efetuar *briefings* à Comunicação Social, com horário a definir, quando tal não tem implicações nas manobras de socorro e salvamento.

### **3ª Ação – Limpeza e Reabilitação da Rodovia – 10.38h**

Após verificação das condições mínimas de segurança para iniciar os trabalhos de limpeza e desobstrução da rodovia, estes iniciam-se com a chegada de três retroescavadoras e três veículos pesados de mercadorias do SMPC para a remoção do material detritico, sendo auxiliadas por um VTTR dos BVVNP nas operações, prolongando-se pela tarde. Por outro lado, pelo fato da precipitação sentida ter levado a esta ocorrência, e prevendo-se a possibilidade das condições climáticas desencadearem mais ocorrências similares no Município, elementos do SMPC de Vila Nova de Poiares, em cooperação com os BVVNP, procedem a uma inspeção cuidada em torno das vertentes ao longo das principais rodovias municipais, com o auxílio de técnicos da Secção de Obras Municipais. No caso do relatório final definir sectores como CRITICOS, deve proceder-se de imediato aos trabalhos de estabilização das vertentes.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares é informado dos acontecimentos, e perante a iminente gravidade dos fatos relatados e os efeitos previsíveis, declara Alerta, convocando de imediato a Estrutura de Coordenação e Controlo e a Comissão Municipal de Proteção Civil, com vista à ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares (PMEPCVNP). Neste seguimento, com o apoio do SMPC e do Gabinete de Informação e Relações Públicas, iniciam-se os contatos com os Órgãos de Comunicação Social com o objetivo de preparar a difusão de avisos e informações às populações.

Já próximo das 19.00h, os técnicos municipais observam uma fratura na rodovia, o que os leva a considerar que esta não tem reunidas as condições infraestruturais necessárias para a sua reabertura, mantendo-se o estabelecimento dos percursos alternativos definidos até à reparação da rodovia.

Com o anoitecer, torna-se necessário recorrer a focos de luz alimentados por geradores, de modo a que as operações por parte do SMPC e dos BVVNP se mantenham sem qualquer interrupção ou demora.

Pelas 20.00h, o dispositivo de comando operacional mobiliza-se para o quartel dos Bombeiros Voluntários, para realizar o *debriefing* da ocorrência com a CMPC, com o objetivo de definir as ações de recuperação/reabilitação e as estratégias mais adequadas para a mitigação dos fatores de risco de deslizamentos.

Quadro 59 – Fita de Tempo.

17-Out	8.50h	<b>Alerta para o CDOS.</b> É dado o alerta para o CDOS - Coimbra, por parte de um condutor de um veículo, a informar sobre a existência de um deslizamento de terras na EN2, entre a povoação da Ventosa e Louredo, na Freguesia de Arrifana.
17-Out	8.55h	<b>CDOS recebe a chamada, retira os dados mais relevantes e acciona os meios.</b> O CDOS - Coimbra alerta de imediato a GNR-Destacamento Territorial da Lousã e os BVVNP para que estes procedam ao reconhecimento no local, tendo em conta os dados do alerta recebido, nomeadamente a possibilidade de vítimas encarceradas num veículo colhido pelo deslizamento. Os BVVNP mobilizam uma ABSC, uma equipa de busca e salvamento e uma equipa de desencarceramento para o local.
17-Out	8.59h	<b>GNR- Destacamento Territorial da Lousã mobiliza uma equipa do Posto Territorial de Vila Nova de Poiares para o local.</b>
17-Out	9.16h	<b>Chegada das equipas de 1ª intervenção.</b> A ABSC dos BVVNP chega ao local da ocorrência, secundada pelas equipas de busca e salvamento e desencarceramento.
17-Out	9.18h	<b>GNR chega ao local.</b>
17-Out	9.21h	<b>COS solicita reforços.</b> Face à obstrução da rodovia, o COS solicita reforços. Os BVVNP em articulação com o SMPC mobilizam 3 retroescavadoras, 3 veículos pesados de mercadorias e 1 VTTR.
17-Out	9.27h	<b>Desvio de Trânsito.</b> A equipa da GNR procede à definição dos desvios de trânsito. Neste contexto, contacta o seu Destacamento com vista a iniciar-se a articulação com o Destacamento de Coimbra, no sentido de se mobilizarem equipas do Posto Territorial de Penacova para uma articulação ao nível da implantação dos locais de desvio de trânsito e informação aos automobilistas, tanto no Município de Vila Nova de Poiares como no de Penacova.
17-Out	9.51h	<b>Vítima evacuada.</b>
17-Out	9.56h	<b>Chegada de reforços.</b>
17-Out	10.38h	<b>Iniciam-se acções de inspecção a vertentes no Município.</b> Equipas do SMPC, BVVNP juntamente com técnicos da Secção de Obras do Município, iniciam inspecções à estabilidade de vertentes no Município.
17-Out	10.55h	<b>Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares declara Alerta.</b> Face à eminente gravidade dos factos relatados e os efeitos previsíveis, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares declara situação de Alerta de deslizamentos no Município, e convoca de imediato a Estrutura de Coordenação e Controlo e a Comissão Municipal de Protecção Civil, com vista à activação do PMEPC de Vila Nova de Poiares.
17-Out	11.20h	<b>Difusão de Informação e Avisos.</b> Iniciam-se contactos com Órgãos de Comunicação Social com vista à difusão de Informações e Avisos à população.
17-Out	18.48h	<b>Detectada fractura na rodovia.</b> Trabalhos de desobstrução da rodovia afectada pelo deslizamento, revelam fractura na mesma. Torna-se assim previsível a manutenção de desvios de trânsito.
17-Out	20.04h	<b>Debriefing</b> O dispositivo de comando operacional mobiliza-se para o quartel dos BVVNP, para realizar o <i>Debriefing</i> da ocorrência com a CMPC, com o objectivo de definir as acções de recuperação/reabilitação e as estratégias mais adequadas para a mitigação dos factores de risco de deslizamentos.



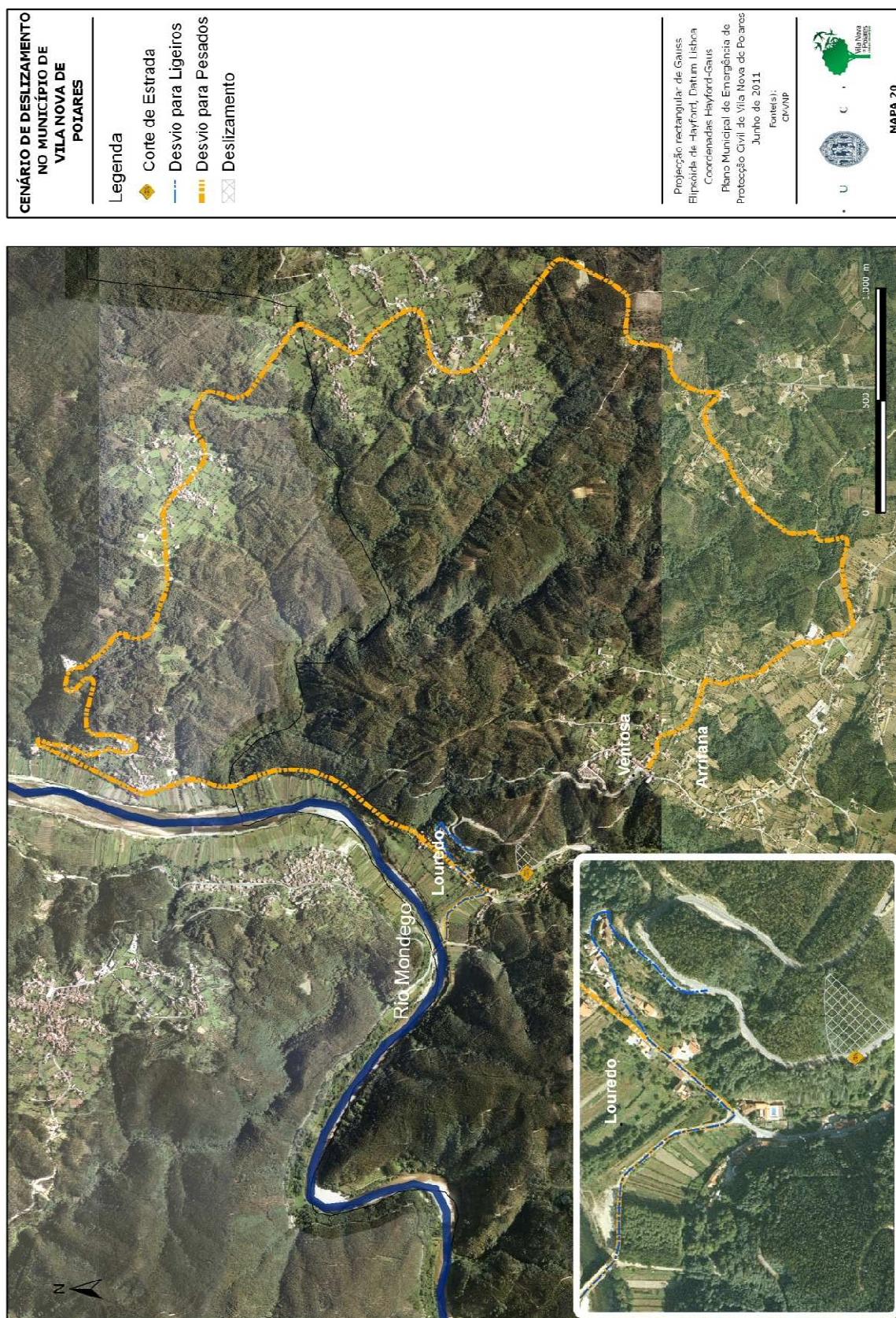


Figura 47 – Vias Alternativas ao Cenário de Deslizamento no Município de Vila Nova de Poiares.

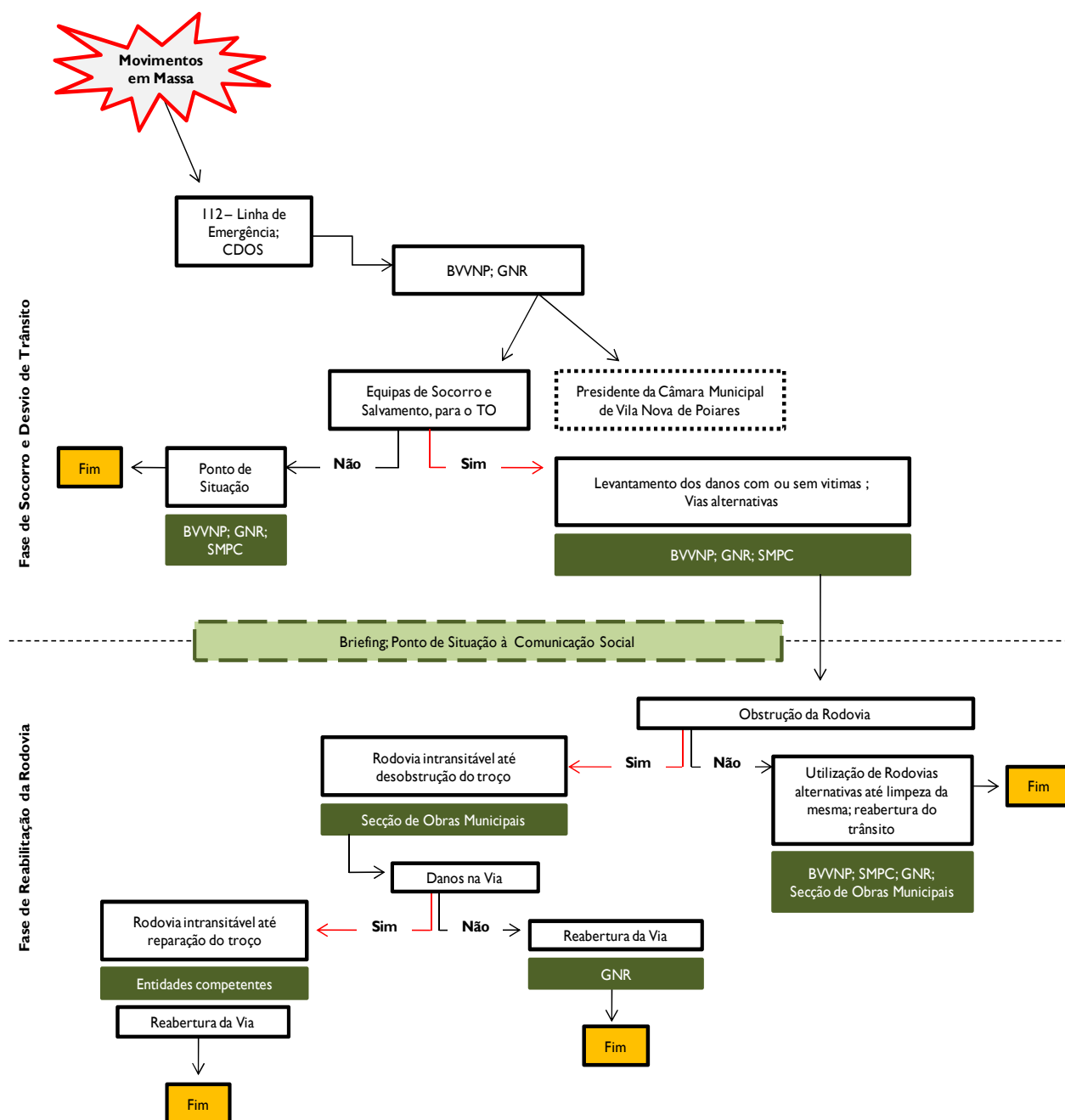


Figura 48 - Procedimentos de Atuação e Gestão de Emergência em caso de Movimentos em Massa.

## 7. Cartografia

No sentido de garantir a integração da informação cartográfica em bancos de dados comuns, assim como a integração com outros planos, este documento inclui uma componente digital com todas as referências cartográficas associadas ao planeamento de emergência e proteção civil do Município de Vila Nova de Poiares. Desta componente digital, apenas foi extraído um conjunto mínimo de informação que se considerou relevante para ser publicado no corpo deste Plano. De ressaltar que toda a cartografia inserida nesta componente digital, cumpre os parâmetros pré-estabelecidos e recomendados, assim como se apresenta suscetível de ser utilizada em fases de prevenção, emergência e reabilitação.

De referir ainda que toda a informação cartográfica usada no presente Plano se encontra preparada para ser integrada numa plataforma dinâmica de informação geográfica para monitorização e gestão de situações de emergência e proteção civil.

### Listagem de Cartografia:

- Mapa 1. Enquadramento Territorial do Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 2. Zonas de Concentração e Reserva no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 3. Zonas Estratégicas de Apoio Logístico no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 4. Locais de Reunião de Vítimas Mortais no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 5. Esboço Hipsométrico do Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 6. Mapa de Declives do Município de Vila Nova de Poiares ;
- Mapa 7. Carta de Ocupação do Solo no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 8. População Residente nas Freguesias do Município de Vila Nova de Poiares em 2001;
- Mapa 9. Variação da População Residente nas Freguesias do Município de Vila Nova de Poiares, entre 1991 e 2001 ;
- Mapa 10. Observação conjunta da Hipsometria e da Rede Viária do Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 11. Mapa da Rede Elétrica do Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 12. Infraestruturas Vitais no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 13. Mapa de Risco de Incêndio Florestal do Município de Vila Nova de Poiares (PMDFCI);
- Mapa 14. Zonas Tampão dos Pontos de Água no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 15. Incidência de Incêndios Florestais no Município de Vila Nova de Poiares para o período de 1990 a 2009 ;
- Mapa 16. Mapa de Prioridades de Defesa contra Incêndios no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 17. Conjugação da Rede Viária e Edificado, com Declives acentuados ( $\geq 17^\circ$ ) no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 18. Cone de Propagação relativo a Cenário de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 19. 2ª Ocorrência no Cenário de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares;
- Mapa 20. Vias Alternativas ao Cenário de Deslizamento no Município de Vila Nova de Poiares.



## Secção III

### I. Inventário de Meios e Recursos

#### I.1. Base de Dados de Meios e Recursos

As bases de dados são ferramentas indispensáveis à gestão de emergência, que inclui, nomeadamente o inventário dos equipamentos, artigos e materiais disponíveis de imediato e mobilizáveis a curto prazo.

As atividades de levantamento e atualização de meios e recursos e a sua permanente atualização são da responsabilidade do SMPC, que tem especial atenção aos riscos mais suscetíveis de ocorrerem em períodos de retorno mais curtos.

Neste contexto, as bases de dados devem conter todas as informações respeitantes aos eventuais fornecedores privados ou públicos de equipamentos, artigos e materiais necessários à prossecução dos objetivos das operações de socorro e proteção civil, por exemplo:

- Máquinas e equipamentos de engenharia, construção e obras públicas;
- Equipamentos de transportes de passageiros e de carga;
- Equipamentos de energia e iluminação;
- Combustíveis e lubrificantes;
- Produtos desinfetantes, de higiene e limpeza;
- Vestuário, fardamento e equipamento;
- Equipamento de apoio;
- Víveres e Artigos de Bem-estar;
- Informática e Consumíveis;
- Entre outros.

As bases de dados mantêm-se disponíveis no SMPC, à disposição dos membros da ECC e de quem mais for expressamente autorizado, ficando o acesso para consulta sujeita a procedimentos da responsabilidade do responsável pelo SMPC.

## I.2. Equipamentos de Entidades Públicas e Instituições de Utilidade Pública

No quadro seguinte são enumerados os contactos relativos a equipamentos de entidades públicas e instituições de utilidade pública (Quadro 60):

Quadro 60 - Contatos relativos a equipamentos de Entidades Públicas e Instituições de Utilidade Pública.

Proprietário/Responsável	Tipologia	Quantidade	Tlf./ Tlm./ Fax	Localização
<b>Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares</b>	Cilindros	3	239 420 850	Freguesia de Santo André
	Autocarros 41-50 lugares	6		
	Autocarros < 40 lugares	4		
	Carrinha "Alta" 3 lugares	10		
	Camião cisterna > 40.000kg	1		
	Plataforma elevatória	1		
	Pesado de mercadorias 34.000kg	7		
	Semi-Reboque	3		
	Ligeiro 5 lugares	7		
	Empilhador	1		
	Reboque >40.000kg	1		
	Tractor > 40.0000	2		
	Ponto-Socorro com guindaste tractor	1		
	Autotanque	3		
	Carrinhas de 9 lugares	7		
	Ligeiro 5 lugares	5		
	Rectro escavadoras	5		
	Escavadoras	1		
<b>Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares</b>	Ambulância de Transporte de Doentes	2	239 429 010	Freguesia de Santo André
	Ambulância de Transporte Múltiplo	2		
	Veículo de Transporte de Pessoal Geral	3		
	Ambulância de Socorro	5		
	Veículo de Transporte de Pessoal Tático	2		
	Veículo de Comando Tático	3		
	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios	3		
	Veículo Florestal de Combate a Incêndios	5		
	Veículo Tanque Tático Rural	2		
	Veículo de Socorro e Assistência Especial	1		
	Veículo Tanque Grande Capacidade	2		
	Veículo Especial de Combate a Incêndios	1		
	Veículo Urbano de Combate a Incêndios	1		
	Veículo Tanque Tático Urbano	1		
	Veículo de Socorro e Assistência Tático	1		

### I.3. Equipamentos de Entidades Privadas

No quadro seguinte são enumerados os contactos relativos a equipamentos de entidades privadas (Quadro 61):

Quadro 61 - Equipamentos disponíveis.

Proprietário/Responsável	Tipologia	Quantidade	Custo do aluguer (€/hora)	Tlf./ Tlm./ Fax	Localização
Central Rebocadora Poiarense, Lda.	Pesado de mercadorias 40.000kg	3		239 421 555	Freguesia de São Miguel
	Ponto-Socorro com guindaste tractor	2			
	Transportes de máquinas	1			
Conceição e Adelino, Lda.	Escavadoras	1		239 421 169	Freguesia de Arrifana
	Gruas	1			
	Compressores	1			
	Geradores	1			
	Carrinha "Alta" 3 lugares	1			
	Ligeiro 7 lugares	2			
Construções Nascimento e Jesus, Lda.	Gruas	1			Freguesia de Santo André
	Geradores	1			
	Carrinha "Alta" Tripla	2			
Empresa Poiarense de Madeiras, Lda.	Carrinha Basculante	1		239 241 146	Freguesia de São Miguel
	Ligeiro de 2 lugares	1			
	Empilhador	2			
ENE - KOLLA - Sociedade Industrial e Comercial de Colas, Lda.	Compressor	1		239 429 450	Freguesia de Santo André
	Carrinha "baixa" 3 lugares	1			
	Empilhador	2			
	Pesado de mercadorias < 24.000kg	1			
	Carrinha "baixa" dupla	2			
	Ligeiro 7 lugares	1			
ETC - Estudos e Trabalhos de Construção, Lda.	Camião Basculante	4		239 713 715	Freguesia de São Miguel
	Escavadoras	2			
	Rectro escavadoras	3			
	Máquinas de corte de tapete	1			
	Mini pás carregadoras	1			
	Pá carregadora de rodas	1			
	Martelos hidráulicos	2			
	Cilindros	4			
	Buldozers	2			
	Motoniveladoras	2			
	Geradores	1			
	Transportes de máquinas	1			
	Reboque cisterna > 40.000kg	2			
	Carrinha "baixa" 3 lugares	1			
	Ligeiro 7 lugares	5			



(Continua)

José Soares e Filhos, Lda.	Escavadoras	7		239 421 100	Freguesia de Santo André
	Dumpers	3			
	Compressores	3			
	Geradores	2			
	Pesado de mercadorias 40.000kg	3			
	Pesado de mercadorias < 24.000kg	4			
	Empilhador	6			
	Rectro escavadoras	1			
	Carrinha "baixa" 3 lugares	1			
	Pronto-Socorro	1			
	Camião Grua	7			
	Ligeiro 7 lugares	3			
Marigold Industrial Portugal	Pesado de mercadorias < 24.000kg	1		239 42 070	Freguesia de São Miguel
	Empilhador	4			
Poiars Constoi, empresa de construção civil, Lda.	Gruas	1		239421547	Freguesia de Santo André
	Placa Vibratória	1			
	Pick Up dupla	1			
Sociedade Transportes Poiarense, Lda	Ligeiro 5 lugares	1		239 429 050	Freguesia de São Miguel
	Tractor 40.000kg	28			
	Reboque 40.000kg	28			
	Pesado de mercadorias 24.000kg	4			
	Pesado de mercadorias < 24.000kg	6			
	Pick Up	2			
Transfraga - Transportes de Mercadorias, Lda.	Carrinha "baixa" dupla	1		239 421 675	Freguesia de São Miguel
	Semi-Reboque	27			
	Tractor > 40.0000	23			
	Reboque >40.000kg	23			
Associação dos Produtores Florestais de Poiars	Viatura 4 x 4 c/ kit de 1ª intervenção	1		239 429 390	Freguesia de Santo André

#### 1.4. Locais de Reunião de Mortos e Morgues Provisórias

Em situações de desastre com grande número de mortes é eticamente aceitável dispor os corpos individualmente no chão de forma organizada, caso os espaços preparados para o efeito estejam saturados. Nesse caso existem regras básicas de abordagem, por exemplo, empilhar corpos uns em cima dos outros é proibido exceto em situações de transporte.

Neste sentido, os locais de reunião de mortos e morgues provisórias no Município dividem-se em dois tipos de infraestruturas, a solicitar previamente às entidades detentoras, dependendo do tipo de ocorrência que as originar:

### Espaços abertos

- Campo de Futebol Mário Pedroso Lima (São Miguel);
- Campo de Futebol Fernando Lima (Santo André);
- Campo de Futebol de São Miguel de Poiars (São Miguel).

### Espaços fechados

- Pavilhão do MARC - Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis (São Miguel);
- Pavilhão da Associação Recreativa de São Miguel (São Miguel);
- Pavilhão Eduardo Campos (Arrifana);
- Pavilhão do Complexo Desportivo de Poiars (Santo André);
- Antigas Instalações do Centro de Saúde;
- Salão de Festas do Centro Cultural de Poiars (Santo André).

O local a escolher deverá congrega condições básicas tais como: privacidade, baixa temperatura, entre os 2°C e os 4°C. No Município de Vila Nova de Poiars, utilizar-se-ão as morgues e casas mortuárias existentes nas sedes de Freguesia e em caso de necessidade as Igrejas poderão também ser utilizadas.

No Município existe uma infraestrutura de refrigeração e congelação (a solicitar previamente às entidades detentoras):

- Dilufrio - Quinta dos Militares, Lote 16, Casa da Meada 3040 - 584 Antanol – Telf: 239 811 456

No Município encontram-se duas agências funerárias:

- Agência Funerária Nelito – Poiars (Santo André) – Telf: 239 421 970
- Agência Funerária Alfredo Duarte – Poiars (Santo André) – Telf: 239 422 935

## 1.5. Locais de Acolhimento Provisório em Alojamento Turístico

No Município encontram-se as seguintes infraestruturas de alojamento turístico (Quadro 62):

Quadro 62 - Locais de alojamento provisório em alojamento turístico.

Designação	Freguesia	Morada	Contato	Capacidade
Residencial “Barro Preto”	Santo André	EN 17 - Entroncamento 3350 - 087	239 423 088	
Residencial Dona Elvira	Santo André	EN 17 - Entroncamento 3350 - 087	239 421 480	
Pousada São Pedro Dias	Lavegadas	São Pedro Dias - EN 17 3350 - 057	239 421 200	

## I.6. Centros de Acolhimento Provisório

Para além dos alojamentos turísticos a gravidade da situação pode levar a que seja necessário estabelecer centros de acolhimento provisório (Quadro 63) onde possam ser instaladas camas tipo burro de mato. Estes centros são pavilhões gimnodesportivos das escolas do Município e das diversas associações presentes no Município.

Quadro 63 - Centros de acolhimento provisório.

Designação	Freguesia	Morada	Contato	Área (m²)
Pavilhão do MARC	São Miguel	Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis – Olho Marinho	239 423 830	305
Pavilhão da Associação Recreativa de São Miguel	São Miguel	Associação Recreativa de São Miguel	239 422 243	601,2
Pavilhão Eduardo Campos	Arrifana	Santa Maria - Arrifana		800
Pavilhão do Complexo Desportivo de Poiães	Santo André	Avenida Manuel Carvalho Coelho	239 423 365	800

## 2. Lista de Contatos

No quadro seguinte foi efetuada uma listagem dos contactos úteis no Município (Quadro 64):

Quadro 64 - Lista de Contatos Úteis.

Entidade	Serviço	Nome do Responsável	Cargo	Contactos
<b>Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares</b>	Presidência	João Miguel Sousa Henriques	Presidente da Câmara Municipal	919 875 584
	Vice.-Presidente	Artur Jorge Baptista dos Santos	Vice -Presidente	919 528 337
<b>Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares</b>	Bombeiros Voluntários	Luís Paulo Pires Sousa	Comandante	239 420 850 968 772 952
<b>Polícia Municipal</b>		Paulo Simões	Coordenador	239 420 850 963 392 828
<b>Guarda Nacional Republicana</b>	SEPNA	João Caleiras	Comandante	961 195 066
	GIPS	Cp. Patrício	Capitão	961 380 021
	Posto Territorial de Vila Nova de Poiares		Comandante	961 195 229
	EPF 4.2 I	Vasco Agostinho	Mestre Florestal	968 689 230
	EPF 4.1 I	Paulo Carneiro	Mestre Florestal	968 689 226
<b>Juntas de Freguesia</b>	Arrifana	Eduardo Marquês	Presidente	239 428 087 / 918832554
	Santo André	Cristina Esteves	Presidente	239 421 036 / 914275810
	São Miguel	Nuno Vasco Lima	Presidente	239 421 513 / 919849229
	Lavegadas	Álvaro Rei	Presidente	239 455 667 / 919775728
<b>ACES</b>	Pinhal Interior Norte I	António Sequeira	Director Executivo	239990610
		Sónia Veloso	Técnica Superior Ambiental	239421288 916061260
		António Firmino Queimadela Baptista	Delegado de Saúde	239421288 966134452
<b>AFN</b>	Núcleo Florestal	Neves Paul	Chefe do Núcleo	966 598 733
	Posto de Vigia		Vigias	
<b>Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares</b>		António Baptista	Dirigente Máxima	239 410 700
<b>AFOCELCA</b>	Divisão Centro	José Carvalho	Técnico	964 178 833
<b>Banco de Voluntariado</b>		Helena Carvalho		966 831 762

(Continua)

<b>DRAP</b>	Centro			239 800 500
<b>Agrupamento n.º 71 I do Corpo Nacional de Escuteiros</b>		António Pina Gil		919 300 441
<b>ARH</b>	Centro			239 850 200
<b>INAG</b>				218 430 000
<b>Agrupamento de Escolas</b>		Maria Eduarda Carvalho	Directora	239 429 420
<b>Rede Eléctrica Nacional</b>				210 013 500
<b>Portugal Telecom</b>				239 404 545
<b>Associação dos Produtores Florestais de Poiães</b>		Maria Madalena Ribeiro Carrito		239 429 000 918 147 100
<b>Instituto de Segurança Social</b>	Serviço Local de Vila Nova de Poiães	Ana Bela Bolsa		239 428 015
<b>Outros representantes dos serviços implantados na área do Município que contribuem para as acções de Protecção Civil</b>		Arq. Rui Bernardino		968772955
		Eng.º Pedro Manuel A. Dos Santos	Desenhoconta, engenharia e equipamentos de segurança Lda	912302105
	Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades	Provedor		239 421 697

### 3. Modelos de Relatórios e Requisições

Os relatórios têm por objetivo permitir aos órgãos de conduta e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhes assim capacidade de intervenção para rapidamente controlarem a situação e minimizar os seus efeitos.


#### 3.1. Tipos de Relatório

##### 3.1.1. Relatórios Imediatos de Situação

Têm origem nas forças ou meios locais de intervenção e/ou sistema local de Protecção Civil e destinam-se aos órgãos ou comandos de coordenação operacional dos escalões superiores respetivos. São

transmitidos pela via de comunicação mais rápida e disponível podendo, tendo em conta as circunstâncias, ser verbais (Quadro 65).

Quadro 65 - Relatório imediato de Situação.


 <b>Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares</b>							
<b>Relatório Imediato de Situação:</b>							
<b>Data/Hora:</b>		<b>Freguesia:</b>		<b>Lugar:</b>			
Sismo	<input type="checkbox"/>	Ondas de Calor	<input type="checkbox"/>	Ruptura de Barragem	<input type="checkbox"/>	Precipitação Intensa	<input type="checkbox"/>
Nevões	<input type="checkbox"/>	Vagas de Frio	<input type="checkbox"/>	Acidente Industriais	<input type="checkbox"/>	Tempestades	<input type="checkbox"/>
Movimentos de Massa	<input type="checkbox"/>	Cheias e Inundações	<input type="checkbox"/>	Incêndio Urbano	<input type="checkbox"/>	Colapso de Vias Comunicação	<input type="checkbox"/>
Colapso de Cavidades	<input type="checkbox"/>	Secas	<input type="checkbox"/>	Incêndio Florestal	<input type="checkbox"/>	Acidentes de Poluição	<input type="checkbox"/>
Acidente Matérias Perigosas	<input type="checkbox"/>	Acidentes em Instalações de Combustíveis	<input type="checkbox"/>	Colapso de Edifícios	<input type="checkbox"/>	Outros	<input type="checkbox"/>
Descrição: _____							
Vila Nova de Poiares, ____/____/____ Assinatura: _____							

### 3.1.2. Relatório de Situação Geral

Podem ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do sistema de Proteção Civil e destina-se aos escalões imediatamente superiores. Podem ser periódicos, com horário previamente estabelecido ou por solicitação de entidades com competências para tal (Quadro 66).

Devem ser escritos, podendo excecionalmente ser verbais, contudo devem ser passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível.

Quadro 66 - Modelo de Situação Geral

 <b>Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares</b>		
<b>Relatório de Situação Geral n.º:..... Data/Hora:.....</b>		
<b>Tipo / Natureza da Ocorrência:.....</b>		
<b>Data:</b>	<b>Hora da Ocorrência:</b>	
<b>Área:</b>	<b>Localidade:</b>	
<b>Condições de Ocorrência:</b>		
<b>Condições Meteorológicas:</b>		
<b>Forças de Intervenção</b>		
<b>Empenhadas</b>	<b>Disponíveis</b>	
<b>N.º de Vítimas Estimadas</b>		
<b>Mortos:</b>	<b>Feridos Ligeiros:</b>	<b>Feridos Graves:</b>
<b>Desalojados:</b>	<b>Desaparecidos:</b>	<b>Evacuados:</b>

Danos em Edifícios			
Descrição	Baixo	Moderado	Elevado
Habitacões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hospitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Industriais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hotéis e Residenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Danos em Vias de Comunicação e Infra-estruturas			
Descrição	Baixo	Moderado	Elevado
Túneis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pontes/Viadutos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diques	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede Viária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede Ferroviária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Danos em Transportes			
Descrição	Baixo	Moderado	Elevado
Transportes Públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transportes Privados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de Recursos			
Transportes Múltiplos			
Redes de Telecomunicações			
Comunicações em Emergência			
Rede de Saneamento			
Rede de Gás			
Rede de Electricidade			
Rede de Água			



Logística em Emergência			
<b>Assistência Médica</b>		<b>Equipamentos Especiais</b>	
<b>Evacuação /Hospitalização</b>		<b>Veículos Especiais</b>	
<b>Hospitais</b>		<b>Combustíveis</b>	
<b>Alimentos</b>		<b>Meios de Transporte</b>	
<b>Água</b>		<b>Matérias /Equipamentos</b>	
<b>Alojamento</b>		<b>Vestuário</b>	
Necessidades de Socorro			
Responsável: _____			



Fluxo de Sedimentos <input type="checkbox"/> Cedência de Vertente <input type="checkbox"/>			
4. <u>Tipologia do Movimento de Massa</u>			
- Fluxo de Sedimentos: <input type="checkbox"/>		- Deslizamentos: <input type="checkbox"/>	
Granulares:      Reptação <input type="checkbox"/> Movimentos de Terras <input type="checkbox"/> Avalanches Detríticas <input type="checkbox"/>		Rotacionais <input type="checkbox"/> Translacionais <input type="checkbox"/>	
Fluxos Aquosos:      Solifluxão <input type="checkbox"/> Fluxos Detríticos <input type="checkbox"/>			
5. <u>Vítimas</u>			
Número total de mortos <input type="checkbox"/> Número total de feridos graves <input type="checkbox"/> Número total de feridos ligeiros <input type="checkbox"/>		Número total de encarcerados <input type="checkbox"/> Número total de desaparecidos <input type="checkbox"/>	
6. <u>Danos Materiais</u>			
Interrupção da circulação      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Danos na via      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Danos em Estruturas      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Danos em Viaturas			
- em circulação      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
- estacionadas      Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
7. <u>Descrição do acidente</u> (sequência cronológica dos eventos e acções executadas, detalhando os aspectos gerais referidos no ponto 6 e especificando os pormenores técnicos mais significativos e as mercadorias envolvidas):			
8. <u>Recomendações</u>			

O Responsável

No processo de requisição de bens serviços ou equipamentos, deverá ser utilizado o modelo de requisição oficial da Câmara Municipal que se segue. Este modelo é aplicado em situações de emergência, destinadas a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo tais como alimentos, medicamentos, agasalhos, alojamento, material sanitário, água, energia e combustíveis ou máquinas e equipamentos (Quadro 68).


Quadro 68 – Modelo de Requisição.

182

## 4. Modelo de Comunicado

Deverá ser prevista a divulgação de medidas de autoproteção, quer diretamente à população, quer através dos órgãos de comunicação social. Estes podem desenrolar-se quer na fase de pré-emergência, com comunicados ou folhetos destinados a sensibilizar a população, quer na fase de emergência, com informação sobre a evolução da situação e as respetivas medidas a adotar (Quadro 69).

Quadro 69 - Modelo de comunicado para os órgãos de comunicação social.

				<b>Serviço Municipal de Protecção Civil de Vila Nova de Poiares</b>		<b>COMUNICADO N.º. _____</b>	
				<b>PÁGINA</b>		<b>1/1</b>	
<b>De:</b>		<b>SMPC Vila Nova de Poiares</b>		<b>Data:</b>		<b>____/____/____</b>	
				<b>Hora de Emissão:</b>		<b>____h ____m</b>	
<b>Para:</b>		<b>Órgãos de Comunicação Social (INFORMAÇÃO PÚBLICA)</b>					
<b>C/c:</b>							
<b>Assunto:</b>							
<b>Natureza da Ocorrência</b>							
<b>Informação Geral</b>							
<b>Meios Empenhados no Terreno</b>							
<b>Previsão</b>							
<b>Situações Especiais</b>							
<b>Conselhos à População</b>							
<b>Responsável</b>							

## 5. Lista de Controlo de Atualização do Plano

A lista de controlo de atualizações do plano, tem como objetivo identificar, de forma expedita para quem consulta, as alterações que foram introduzidas no plano (Quadro 70).

Quadro 70 - Lista de Controlo de atualização do Plano.

Versão Plano (Nº)	Data de Aprovação	Entidade Aprovadora	Data das Alterações	Responsável Atualização	Capítulos Atualizados	Observações

## 6. Lista de Registo de Exercícios do Plano

A realização de exercícios, tem como finalidade testar a operacionalidade dos planos, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de proteção civil e garantir a manutenção do plano e das organizações intervenientes (Quadro 71).

Quadro 71 - Lista de Registo de Exercícios do Plano.

Data Exercício	Local	Tipo de Exercício	Cenário	APC e OEA envolvidos	Meios e Recursos envolvidos	Observações (Lessons Learned)

## 7. Lista de Distribuição do Plano

Neste ponto deverá constar a lista das entidades a quem foi assegurada a distribuição do plano, designadamente os agentes, organismos e entidades nele mencionados, as entidades integrantes da Comissão de Proteção Civil, as autoridades de proteção civil das unidades administrativas adjacentes de nível similar, a autoridade de proteção civil de nível territorial imediatamente superior e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (Quadro 72).

Quadro 72 - Lista de distribuição do Plano.

Exemplar N.º	Entidade	Responsável	Contacto
1	ANPC	Presidente TenGen Manuel Couto e-mail: geral@prociv.pt	214 247 100
2	CDOS - Coimbra	Comandante Operacional: Carlos Luís Tavares e-mail: cdos.coimbra@prociv.pt	239 854 060
3	Câmara Municipal de Penacova	Dr. Humberto Oliveira	239 470 300 915 669 810
4	Câmara Municipal de Arganil	Dr. Ricardo P. Alves; e-mail: geral@cm-arganil.pt	235 200 150 936 288 106
5	Câmara Municipal de Góis	Dr.ª. Maria de Lurdes Castanheira; e-mail: correo.gap@cm-gois.pt	235 770 110 912 173 225
6	Câmara Municipal da Lousã	Dr. Fernando S. Carvalho; e-mail: geral@cm-lousa.pt	239 990 370 919 765 676
7	Câmara Municipal de Coimbra	Dr. Manuel Machado e-mail: geral@cm-coimbra.pt	239 857 500 968 690 112
8	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	António Miguel Costa Baptista e-mail: camara@cm-mirandadorcorvo.pt	239 530 320
9	Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares	Presidente - José Martins Miguel; e-mail: ahbvp@iol.pt	239 429 010
10	GNR - Posto Territorial de Vila Nova de Poiares	1º Sargento - António Paulo Fernandes Lopes	239 421 119
11	ACES do Pinhal Interior Norte I	Delegado de Saúde - Dr. José Manuel Azenha Tereso; e-mail: saudepublica@arscentro.min.saude.pt	239 488 282 966 134 452
12	Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares	Autoridade de Saúde e dirig.máx: Dr. António Firmino Queimadela Baptista; e-mail: cs26@srscoimbra.min.saude.pt	239 421 288
13	Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra (ISS, IP/CDSS, de Coimbra)	e-mail: CDSSCoimbra@seg-social.pt	239 410 700
14	Associação dos Produtores Florestais de Poiares	Dr.ª. Maria Madalena Ribeiro Carrito; e-mail: apfpoiares@gmail.com	239 429 000 918 147 100

(Continua)

15	Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de	Comandante - Luís Paulo Pires Sousa	239 420 850 968 772 952
16	Serviços de Segurança Social de VN Poiares	Dr.ª. Ana Bela Bastos Nascimento Bolsa	239 428 015
17	Polícia Municipal de VN Poiares	Coordenador - Paulo Simões	239 420 850 963 392 828
18	Agrupamento n.º 711 do Corpo Nacional de Escuteiros	António Pinha Gil	919 300 441
19	Agrupamento de Escolas	Directora: Dr.ª. Maria Eduarda Carvalho; e-mail: eduarda.r.carvalho@gmail.com	239 429 420
20	Junta de Freguesia de Poiares Santo André	Presidente - Cristina Esteves	914 275810
21	Junta de Freguesia de Poiares Arrifana	Presidente - Eduardo Marquês	918 832 554
22	Junta de Freguesia de São Miguel de Poiares	Presidente-Dr.ª. Nuno Vasco Lima	919 849 229
23	Junta de Freguesia de Lavegadas	Presidente - Alvaro Rei	919 775 728
24	Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades	Provedor	239 421 697

## 8. Legislação

- Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna;
- Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de Julho – Conta de Emergência;
- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de Proteção Civil e competências do Comandante Operacional Municipal;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases da Proteção Civil;
- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil;
- Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro - Transferência de competências dos Governos Cívicos e dos Governadores Cívicos
- Decreto – Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro - Transferência das competências dos governos civis, no âmbito da competência legislativa do Governo, para outras entidades da Administração Pública,



- Decreto-Lei n.º 220/2008, Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
- Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro, Regulamento técnico de segurança contra incêndios em edifícios;
- Decreto – Lei 344/2007, de 15 de Outubro – Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens;
- Portaria n.º 302/2008, de 18 de Abril – Normas de Funcionamento da Comissão Nacional de Proteção Civil;
- Decreto-Lei n.º 56/2008, de 26 de Março – Comissão Nacional de Proteção Civil;
- Portaria n.º 1358/2007, de 15 de Outubro – Equipas de Intervenção Permanente;
- Despacho do Secretário de Estado da Proteção Civil n.º 22396/2007, de 26 de Setembro – Força Especial de Bombeiros;
- Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;
- Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana;
- Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro – Lei Orgânica dos Governos Cívicos;
- Decreto-Lei n.º 153/92, de 23 de Abril – Lei Orgânica do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009, de 26 de Junho – Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária;
- Diretiva da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º I/ANPC/2009, de 12 de Fevereiro – Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS);
- Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de Outubro – Regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas;
- Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro – Estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro – Procedimentos que regulamentam a atividade pecuária;
- Decreto-Lei n.º 220/2008 – Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios;
- Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto – Regime Jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição;
- Decreto-Lei 166/2008, de 22 de Agosto – Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional;

- Portaria n.º 1356/2008 – Revisão do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional;
- Decreto-Lei n.º 253/2007, de 26 de Outubro – Regime a que fica sujeito o procedimento de delimitação do domínio público hídrico;
- Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho – Regime de Prevenção de Acidentes Graves que envolvam Substâncias Perigosas;
- Diretiva da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 1/ANPC/2007, de 16 de Maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIPOS);
- Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio - Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada - RPE;
- Decreto-Lei n.º 189/2006, de 22 de Setembro – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 322/2000, de 19 de Dezembro, que institui o regime jurídico relativo à designação e à qualificação profissional dos conselheiros de segurança para o transporte de mercadorias perigosas por estrada, caminho-de-ferro ou via navegável;
- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 Setembro – Estabelece regime geral da gestão de resíduos;
- Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos;
- Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro – Lei da Água;
- Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de Julho – Define as regras de intervenção em caso de emergência radiológica;
- Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de Julho – Proteção contra Radiações Ionizantes;
- Despacho do Presidente do Serviço Nacional de Proteção Civil n.º 2338/2001, de 3 de Fevereiro – Relativo a relatórios de acidentes no transporte de matérias perigosas;
- Decreto-Lei n.º 164/2001, de 23 de Maio – Prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e para o ambiente;
- Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de Novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração de cartas de zonas inundáveis;
- Decreto-Lei n.º 235/1997, de 3 de Setembro – Relativo à poluição das águas por nitratos de origem agrícola;
- Decreto-Lei n.º 152/1997, de 19 de Junho – Referente ao tratamento de águas residuais urbanas;
- Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de Setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo;
- Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro – Define os planos de bacia hidrográfica;
- Decreto-Lei n.º 204/93, de 3 de Junho – Estabelece Normas relativas à Prevenção do Risco de Acidentes Graves que possam ser causados por certas atividades industriais ou de armazenagem;

- Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de Maio – Regulamento de segurança e ações para estruturas de edifícios e pontes;
- Diretiva Comunitária 12231/6/2006 referente à gestão do risco de inundação;
- Diretiva Comunitária 2000/60/CE referente à gestão de bacias hidrográficas;
- Diretiva Comunitária 95/50/CE, de 6 de Outubro – Relativa aos controlos rodoviários em transporte de mercadorias perigosas.
- Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro – Lei de Bases do Ambiente;
- Lei n.º 44/96, de 30 de Setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Uma referência mais pormenorizada da legislação sobre Proteção Civil pode ser consultada no sítio *online* da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), em <http://www.prociv.pt>.

## 9. Bibliografia

- ALEXANDER, David – “*Principles of Emergency Planning and Management*”, University of Massachusetts, Amherst, Oxford University Press, 2002.
- ALMEIDA, Menezes – “*Comunicação do Risco em Saúde Pública*” Departamento de Saúde Pública e Planeamento, Administração Regional de Saúde do Centro. Coimbra; 2007.
- ALMEIDA, A. Campar (1995) -Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem. Uma abordagem ecológica da paisagem. Faculdade de Letras, Coimbra, 305 p.
- ANPC – Diretiva Operacional Nacional nº1/ANPC/2007 – “*Estado de alerta para organizações integrantes do SIOPS*”. Lisboa; 2007.
- ANPC – “*Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil*” Cadernos Técnicos PROCIV nº3. Lisboa; 2008.
- CABRAL, F. Veiga – “*Higiene, Segurança, Saúde e Prevenção de Acidentes*”; Verlag Dashofer Edições Profissionais, Lda. Lisboa; 2006.
- CASTRO, Carlos Ferreira – “*Combate Incêndios Florestais*”, Manual de Formação Inicial do Bombeiro, Escola Nacional dos Bombeiros, Sintra, 2003.
- Caderno Técnico PROCIV 03 - Manual de Apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, ANPC, 2008.
- Caderno Técnico PROCIV 09 - Guia para a Caracterização de Risco no âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil, ANPC, 2009.
- CORREIA, Fernando – “*Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo*”, 7ª edição, Edições Almedina SA., Coimbra, 2006.
- CORREIA, Fernando (coord.) – “*Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*”, Organização CEDOUA. Edições Almedina SA. Coimbra; 2007.

- CUNHA, P. Proença – “Erosão no troço do Cabo Mondego – Figueira da Foz: controlos naturais/antrópicos e implicações na gestão do litoral e das adjacentes bacias hidrográficas.” IV Simpósio de Hidráulica e recursos hídricos dos países de língua oficial portuguesa (Comunicações), Universidade de Coimbra, 22p; 1999.
- DAVEAU, Suzanne – “Portugal Geográfico”, Edições João Sá da Costa. Lisboa; 2000.
- Escola Nacional de Bombeiros – “Manual do Curso de Controlo de Acidentes com Matérias Perigosas”. Lisboa; 2009.
- FARRAJOTA, Campos – “Gestão do Território em Vales a Jusante de Barragens” in Santos, M.A. Silva, D. – Risco e Gestão de Crises em Vales a Jusante de Barragens. LNEC, Lisboa; 1998.
- FEIO, Mariano (et al) – “O Relevo de Portugal – Grandes Unidades Regionais”, Associação Portuguesa de Geomorfólogos Vol.II. Coimbra; 2004.
- FERREIRA, Brum – “As condições genéticas do clima” Geografia de Portugal Vol.I, O Ambiente Físico, Círculo de Leitores. Lisboa; 2005.
- GASPAR, Jorge (et al) – “As Redes de Transporte e de Telecomunicações” Geografia de Portugal Vol.4, Planeamento e Ordenamento do Território. Círculo de Leitores, Lisboa; 2006.
- HADDOW, George D. e BULLOCK, Jane A. – “Introduction to Emergency Management” 2ª edição. USA; 2006.
- LEMA, Paula. REBELO, Fernando – “Geografia de Portugal, meio físico e recursos naturais” Colecção Universidade Aberta. Lisboa; 1997.
- LOURENÇO, Luciano (et al) – “Manual de Combate a Incêndios Florestais para Equipas de Primeira Intervenção”. Coimbra; 2001.
- LOURENÇO, Luciano – “Riscos Meteorológico de incêndio florestal”, Coimbra: Colectâneas Cindinicas; 2004.
- LOURENÇO, Luciano – “Riscos Naturais e Proteção do Ambiente”, Coimbra: Colectâneas Cindinicas; 2004.
- MAI, Ministério da Administração Interna – “Compilação Legislativa – Proteção Civil”, 1ª edição. ANPC Lisboa; 2008.
- MENDES, José – “Vulnerabilidade Social, Risco e Segurança das Populações: o papel do Planeamento”. FEUC. Coimbra; 2007.
- METEOROLOGIA, Instituto Nacional – “O clima de Portugal – XIII Normais Climatológicas do Continente, Açores e Madeira”; Lisboa.
- MOREIRA, Maria e NETO, Carlos - "A Vegetação", Geografia de Portugal Vol.I, O Ambiente Físico, Círculo de Leitores. Lisboa; 2005.
- NEP - Normas de Execução Permanente 042, de 27 de Junho de 2006 - Critérios e normas técnicas para a utilização pelos Corpos de Bombeiros e Agentes de Proteção Civil das redes de radiocomunicações de emergência na banda alta de VHF. 2006.
- REBELO, Fernando – “Riscos Naturais e Ação Antrópica, Estudos e Reflexões” 2ª edição, Imprensa da Universidade. Coimbra; 2003.

- RIBEIRO, José Luís – “Riscos e Proteção Civil – Instrumentos de Planeamento de Emergência e de Gestão e Ordenamento do Território” ANPC – Lisboa, 2008.
- SAN MARTIN, Alberto et. al. – “Incêndios nas Edificações”, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. Pós-Graduação em Engenharia Civil.
- SOARES, Guedes; Teixeira; Antunes – “Gestão do risco em Proteção Civil” Edições Salamandra, Lisboa, 2007.
- WAUGH, William L. JR. – “Living with hazards Dealing with disasters”. M.E. Sharpe; Georgia State University, USA; 1999.

## 10. Glossário

A explicação dos principais conceitos técnicos utilizados, pode ser consultado no Glossário de Proteção Civil aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil e publicado no sitio da internet da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) em [www.prociv.pt/](http://www.prociv.pt/).



## Siglas

**ACES PIN I** – Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I

**ANPC** - Autoridade Nacional de Proteção Civil

**APA** – Agência Portuguesa do Ambiente

**APC** - Agentes de Proteção Civil

**APFP** – Associação dos Produtores Florestais de Poiães

**BVVNP** - Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiães

**CBV** - Corpo de Bombeiros Voluntários

**CCO** - Centro de Coordenação Operacional

**CCP** – Centro Cultural de Poiães

**CCOD** - Centro de Coordenação Operacional Distrital

**CCON** - Centro de Coordenação Operacional Nacional

**CDOS** - Comando Distrital de Operações de Socorro

**CDOSC** - Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra

**CDPC** - Comissão Distrital de Proteção Civil

**CM** - Câmara Municipal

**CMVNP** - Câmara Municipal de Vila Nova de Poiães

**CMPC** - Comissão Municipal de Proteção Civil

**CNOS** - Comando Nacional de Operações de Socorro

**CNPC** - Comissão Nacional de Proteção Civil

**COM** - Comandante Operacional Municipal

**COS** - Comandante das Operações de Socorro

**CPX** - Exercício de Posto de Comando

**DON** - Diretiva Operacional Nacional

**DRAPC** - Direção Regional da Agricultura e Pescas - Centro

**ECC** - Estrutura de Coordenação e Controlo

**EDP** - Energias de Portugal

**EDR** - Estação Diretora da Rede

**EP** - Estradas de Portugal

**E/R** – Emissor recetor

**GIRP** - Gabinete de Informação e Relações Públicas

**GNR** - Guarda Nacional Republicana

**ÍCARO** - Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos

**IM** - Instituto de Meteorologia

**INAG** - Instituto Nacional da Água

**INEM** - Instituto Nacional de Emergência Médica

**INMLCF** – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

**INSA** - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

**ISS, IP/CDSS** - Instituto de Segurança Social, Instituto Público/ Centro Distrital de Segurança Social

**LivEx** - Exercício de Ordem Operacional

**MAI** - Ministério da Administração Interna

**NEP** - Norma de Execução Permanente

**NIB** – Número de Identificação Bancária

**NOE** – Nível Operacional de Emergência

**OCS** - Órgãos de Comunicação Social

**OEA** - Organismo e Entidades de Apoio

**PC** - Presidente da Câmara

**PCO** - Posto de Comando Operacional

**PCTEA** – Plano de contingência para temperaturas extremas adversas

**PDM** - Plano Diretor Municipal

**PM** - Polícia Municipal

**PMDFCI** - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**PMEPCVNP** - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Nova de Poiães

**POM** - Plano Operacional Municipal

**PT** - Portugal Telecom

**REPC** - Rede Estratégica de Proteção Civil

**RMVNP** - Rádio do Município de Vila Nova de Poiães

**ROB** - Rede Operacional dos Bombeiros

**SIOPS** - Sistema Integrado de Operações de Proteção de Socorro

**SIRESP** – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

**SNIRH** - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

**SMPC** - Serviço Municipal de Proteção Civil

**SVARH** - Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos

Hídricos

**TTX** - Tabletop Exercise

**UCSP** – Unidade de Cuidados de Saúde

Personalizados

**UM** - Unidades Militares

**VCOT** - Veículos de Comando Tático

**VHF** – Very High Frequency

**TO** - Teatro de Operações

**ZA** - Zona de Apoio

**ZCR** - Zona de Concentração e Reserva

**ZRR** – Zona de Receção de Reforços

**ZS** - Zona de Sinistro



## Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento Territorial do Município de Vila Nova de Poiares.....	4
Figura 2 – Organização institucional nas operações de proteção civil.....	17
Figura 3 – Articulação institucional e operacional nas operações de proteção civil.....	17
Figura 4 – Estrutura de Direção, Coordenação e Execução da Proteção Civil do Município de Vila Nova de Poiares.....	28
Figura 5 – Zonas de Concentração e Reserva no Município de Vila Nova de Poiares. ....	37
Figura 6 - Procedimentos de Logística em Emergência.....	40
Figura 7 – Acessibilidade às redes de comunicações.....	43
Figura 8 - Estrutura das comunicações operacionais de proteção civil do Município de Vila Nova de Poiares. ....	44
Figura 9 – Estrutura das diversas redes operacionais de proteção civil do Município de Vila Nova de Poiares. ....	45
Figura 10 - Esquema de informação numa ação de Proteção Civil no âmbito Municipal.....	51
Figura 11 – Infraestruturas que podem servir de centros de alojamento provisório ou zonas de concentração e reserva no Município de Vila Nova de Poiares. ....	54
Figura 12 - Fluxograma do processo de Evacuação das populações. ....	55
Figura 13 - Organização do Socorro e Salvamento. ....	62
Figura 14 - Locais de Reunião de Vítimas Mortais no Município de Vila Nova de Poiares.....	65
Figura 15 - Fluxograma dos Serviços Mortuários. ....	66
Figura 16 - Estrutura Municipal de Proteção Civil.....	72
Figura 17 – Estrutura das Operações de Proteção Civil. ....	73
Figura 18 – Articulação da Estrutura de Proteção Civil com o SIOPS (DL 134/2006, alt. DL 72/2013)...75	
Figura 19 – Delimitação de Zonas de intervenção.....	78
Figura 20 - Sistemas de Monitorização Nacionais e processo de aviso e alerta.....	83
Figura 21 - Estados de Alerta do SIOPS.....	86
Figura 22 - Esboço Hipsométrico do Município de Vila Nova de Poiares. ....	90
Figura 23 - Mapa de Declives do Município de Vila Nova de Poiares. ....	91
Figura 24 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica da Lousã.....	93
Figura 25 - Gráfico pluviométrico do posto udométrico de Vila Nova de Poiares.....	93
Figura 26 - Carta de Ocupação do Solo no Município de Vila Nova de Poiares. ....	95
Figura 27 - Sectores de atividade económica no Município da Vila Nova de Poiares em 2001.....	96
Figura 28 - População residente por freguesias no Município de Vila Nova de Poiares em 2011,.....	98
Figura 29 - Variação da população residente por freguesia no Município de Vila Nova de Poiares entre 2001 e 2011.....	99
Figura 30 - Evolução da população residente no Município de Vila Nova de Poiares de 1991 a 2011....	100
Figura 31 - Variação da população residente por freguesia no Município de Vila Nova de Poiares de 2001 a 2011.....	101

Figura 32 - Pirâmide etária da população residente no Município de Vila Nova de Poiares, de 1991 a 2001.....	102
Figura 33 - Observação conjunta da hipsometria e da rede viária do Município de Vila Nova de Poiares. ....	108
Figura 34 - Mapa da Rede Elétrica do Município de Vila Nova de Poiares. ....	109
Figura 35 - Infraestruturas vitais no Município de Vila Nova de Poiares.....	110
Figura 36 - Risco de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares (PMDFCI).....	135
Figura 37 – Fatores condicionantes e desencadeadores de movimentos em massa.....	138
Figura 38 - Zonas Tampão dos Pontos de Água no Município de Vila Nova de Poiares.....	140
Figura 39 - Incidência de Incêndios Florestais no Município de Vila Nova de Poiares para o período de 1990 a 2009.....	141
Figura 40 - Mapa de Prioridades de Defesa contra Incêndios no Município de Vila Nova de Poiares.....	142
Figura 41 - Conjugação da Rede Viária e edificado, com declives acentuados ( $\geq 17^\circ$ ) no Município de Vila Nova de Poiares. ....	144
Figura 42 - Pilares fundamentais do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (Adaptado: SNDFCI).....	145
Figura 43 - Faixas de Gestão de Combustível (Fonte: PNDFCI).....	146
Figura 44 - Cone de Propagação relativo a Cenário de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares. ....	156
Figura 45 - 2ª ocorrência no Cenário de Incêndio Florestal no Município de Vila Nova de Poiares. ....	157
Figura 46 - Procedimentos de Atuação e Gestão de Emergência em caso de Incêndio Florestal.....	160
Figura 47 – Vias Alternativas ao Cenário de Deslizamento no Município de Vila Nova de Poiares.....	165
Figura 48 - Procedimentos de Atuação e Gestão de Emergência em caso de Movimentos em Massa. ..	166

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Arquitetura organizacional da Proteção Civil de Vila Nova de Poiares.....	13
Quadro 2 – Estrutura das Operações de Administração de Meios e Recursos. ....	31
Quadro 3 - Responsabilidades Específicas nas Operações Logísticas .....	34
Quadro 4 – Estrutura de Apoio Logístico às Forças de Intervenção.....	35
Quadro 5 – Estrutura de Apoio Logístico às Populações. ....	38
Quadro 6 – Estrutura das Comunicações em Operações. ....	41
Quadro 7 – Responsabilidades Específicas nas Comunicações.....	44
Quadro 8 – Estrutura da Gestão da Informação entre as Entidades atuantes no Plano.....	46
Quadro 9 – Estrutura da Gestão da Informação às Entidades intervenientes nas Operações. ....	47
Quadro 10 – Responsabilidades inerentes à partilha de informação nas operações de proteção civil.....	48
Quadro 11 – Estrutura da Gestão da Informação Pública. ....	48
Quadro 12 - Responsabilidades pela divulgação de informação á população. ....	50
Quadro 13 - Responsabilidades específicas das entidades intervenientes nas operações pela gestão da informação. ....	50
Quadro 14 – Estrutura nos Procedimentos de Evacuação. ....	52
Quadro 15 - Responsabilidades de evacuação específicas dos diversos agentes e entidades com responsabilidade no âmbito da Proteção Civil Municipais. ....	56
Quadro 16 – Estrutura na Manutenção da Ordem Pública. ....	57
Quadro 17 – Estrutura nos Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas.....	58
Quadro 18 – Estrutura no Socorro e Salvamento. ....	59
Quadro 19 – Entidades e Órgãos com responsabilidades nas ações de socorro e salvamento.....	61
Quadro 20 – Estrutura nos Serviços Mortuários.....	63
Quadro 21 - Entidades com responsabilidades nas ações de mortuária. ....	64
Quadro 22 - Objetivos e Domínios da Proteção Civil Municipal. ....	71
Quadro 23 - Órgãos de Coordenação Política da Proteção Civil. ....	72
Quadro 24 - Responsabilidades do órgão de execução (SMPC).....	73
Quadro 25- Estrutura de Coordenação Operacional.....	74
Quadro 26 - Composição da Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Poiares. ....	79
Quadro 27 - Procedimentos que devem ser seguidos após a declaração de Alerta. ....	82
Quadro 28 - Avisos emitidos pelo IM. ....	84
Quadro 29 - Afluentes das principais linhas de água, no Município de Vila Nova de Poiares. ....	89
Quadro 30 - População residente por freguesia no Município de Vila Nova de Poiares em 1991, 2001 e 2011.....	100
Quadro 31 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária no Município de Vila Nova de Poiares em 1991 e 2001. ....	103
Quadro 32 - Tipo de utilização dos edifícios.....	104
Quadro 33 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios. ....	105
Quadro 34 - Património no Município de Vila Nova de Poiares.....	107

Quadro 35 - Perigos suscetíveis de afetarem o Município de Vila Nova de Poiares. ....	112
Quadro 36 - Identificação dos grupos mais vulneráveis. ....	112
Quadro 37 - Grau de probabilidade. ....	113
Quadro 38 - Grau de gravidade. ....	114
Quadro 39 - Matriz de risco – Grau de risco. ....	115
Quadro 40 - Matriz de Risco para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	116
Quadro 41 - Classificação descritiva do Risco de Incêndio Florestal, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	117
Quadro 42 - Classificação descritiva do Risco de Movimentos em Massa, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	118
Quadro 43 - Classificação descritiva do Risco de Onda de Calor, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	120
Quadro 44 - Classificação descritiva do Risco de Vaga de Frio no Município de Vila Nova de Poiares. ....	120
Quadro 45 – Classificação descritiva do Risco de Ocorrência de Fenómenos Meteorológicos Adversos no Município de Vila Nova de Poiares. ....	121
Quadro 46 - Classificação descritiva do Risco de Cheias e Inundações no Município de Vila Nova de Poiares. ....	122
Quadro 47 - Classificação descritiva do Risco de Acidente no Transporte Rodoviário de Matérias Perigosas, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	124
Quadro 48 - Classificação descritiva do Risco de Acidente Grave de Tráfego Rodoviário para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	125
Quadro 49 - Classificação descritiva do Risco de Acidente Grave de Tráfego Aéreo, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	126
Quadro 50 - Classificação descritiva do Risco de Colapso de Pontes, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	126
Quadro 51 - Classificação descritiva do Risco de Rutura de Barragens, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	127
Quadro 52 - Classificação descritiva do Risco de Acidentes Industriais, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	128
Quadro 53 - Classificação descritiva do Risco de Incêndios Urbanos, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	129
Quadro 54 - Classificação descritiva do Risco de Acidentes de Poluição, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	130
Quadro 55 - Classificação descritiva do Risco de Secas, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	131
Quadro 56 - Classificação descritiva do Risco de Sismos, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	132
Quadro 57 - Classificação descritiva do Risco de Colapso de Edifícios, para o Município de Vila Nova de Poiares. ....	133
Quadro 58 - Fita de Tempo do Cenário de Incêndio Florestal. ....	158
Quadro 59 – Fita de Tempo. ....	164

Quadro 60 - Contatos relativos a equipamentos de Entidades Públicas e Instituições de Utilidade Pública.	169
Quadro 61 - Equipamentos disponíveis.	170
Quadro 62 - Locais de alojamento provisório em alojamento turístico.	172
Quadro 63 - Centros de acolhimento provisório.	173
Quadro 64 - Lista de Contatos Úteis.	174
Quadro 65 - Relatório imediato de Situação.	176
Quadro 66 - Modelo de Situação Geral.	177
Quadro 67 – Exemplo de Relatório de Situação Especial.	180
Quadro 68 – Modelo de Requisição.	182
Quadro 69 - Modelo de comunicado para os órgãos de comunicação social.	183
Quadro 70 - Lista de Controlo de atualização do Plano.	184
Quadro 71 - Lista de Registo de Exercícios do Plano.	184
Quadro 72 - Lista de distribuição do Plano.	185